UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

THÁTILA THAIRA FERREIRA DA SILVA PORTO

TRAJETÓRIAS, AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DO PIAUÍ

TERESINA (PI)
MARÇO/2022

THÁTILA THAIRA FERREIRA DA SILVA PORTO

TRAJETÓRIAS, AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DO PIAUÍ

Texto apresentado para defesa de dissertação no Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal do Piauí**,** como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais.
Linha de pesquisa: Territorialidades, Sustentabilidades, Ruralidades e Urbanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa

TERESINA (PI)
MARÇO/2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

P853t Porto, Thátila Thaira Ferreira da Silva.
Trajetórias, agenciamento e produção de sentido : organização política de mulheres no movimento sindical rural do Piauí / Thátila Thaira Ferreira da Silva Porto. -- 2022.
224 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2022.
"Orientadora: Profª. Drª. Maria Sueli Rodrigues de Sousa".

1. Organização Política. 2. Mulher Rural. 3. Movimento Sindical Rural. I. Sousa, Maria Sueli Rodrigues de. II. Título.

CDD 301

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite - CRB3/1004

TRAJETÓRIAS, AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DO PIAUÍ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal do Piauí**,** como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Sociologia.

Data de defesa: 29 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa (Presidenta/Orientadora)

Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGS)

Prof. Dr. Samuel Pires Melo (Membro Interno)

Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGS)

Profa. Dra. Lucineide Barros Medeiros (Membro Externo)

Universidade Estadual do Piauí

Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral (Suplente)

Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGS)

À Eloá, Olga e Helena, que me dão forças para seguir, independente do caminho que eu escolher.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres do movimento sindical rural, as quais permitiram que eu pudesse sistematizar as suas histórias.

À minha avó Rocilda (*in memorian*), meu exemplo de mulher estudiosa e esforçada, a primeira pessoa que pegou na minha mão para me ensinar a escrever e que tantas outras vezes segurou a mesma para me ensinar a maioria das coisas boas que eu sei. À minha avó Zuleide (*in memorian*), meu exemplo de mulher forte e perseverante. Ao meu avô Tilito por sempre se orgulhar da pessoa que eu me tornei.

À minha Mãe Dida (Maria Rosilda) por acreditar e me apoiar incondicionalmente em tudo que eu faço, mesmo sem muitas vezes compreender o porquê de eu tomar certas decisões.

Aos meus irmãos e irmãs por sempre torcerem por mim, em especial ao meu companheiro da vida toda, Porto Júnior, que sempre me deu força e me apoiou em todas as atividades que me envolvo.

Ao meu pai, Bebeto (Carlos Alberto Porto), por me mostrar que estudar é necessário sempre, não importando as condições de vida e a idade que nos encontramos.

Às minhas filhas, Eloá, Olga e Helena, por compreenderem minhas ausências, por me darem impulso para continuar em busca de conhecimento e um mundo melhor para todas meninas e mulheres, elas que, mesmo enquanto escrevo esses agradecimentos, me solicitam atenção, mas também me lembraram, algumas vezes, ao longo desse processo, de concluir logo a dissertação, quando eu me encontrava divagando com algum pensamento que me tirava de foco.

Ao meu esposo por me dar o suporte que tantas vezes que precisei.

À minha numerosa e grande família Porto, Silva e Ferreira por terem contribuído com a construção da mulher que me tornei, a que hoje compreende que a vida real é cheia de entraves, mas que também é repleta de possibilidades de crescimento e resistência.

À Socorro Andrade, que só não elaborou uma fórmula mágica para me ajudar ı mestrado, porque ela “ainda” não descobriu como se faz. Obrigada por sua disposição, zelo e cuidado com as minhas filhas enquanto era necessário eu estar longe.

À minha tia Jacira, companheira de todo os tipos de conversas, que torce por minhas conquistas e projetos desde quando eu era criança.

À minha orientadora, Maria Sueli Rodrigues, que mesmo no final do processo me acolheu com muito respeito, serenidade, empatia e não mediu esforços para me ensinar o melhor caminho para concluir esta pesquisa.

À Professora Dione Moraes, mulher forte e admirável, que foi minha orientadora durante grande parte da pós-graduação, me ensinando e contribuindo em todos os aspectos na elaboração e realização desta pesquisa.

Às minhas amigas sociólogas, Adriana Rodrigues e Ianara Evangelista, e à amiga antropóloga, Nayra Sousa, as quais contribuíram desde a seleção de mestrado até a finalização. Sem o apoio e a ajuda dessas mulheres fortes, resilientes e perspicazes, eu não teria conseguido passar por todo o processo.

À minha amiga Mayra Peres, que torce por mim desde a época da escola e que me proporciona o privilégio de estar tanto tempo caminhando com ela no processo de (des)familiarização do devir de ser mulher.

Aos meus colegas da turma 07, os quais sempre lembrarei com carinho de todos os momentos que estivemos juntos/as e que de uma forma ou de outra contribuíram para meu desenvolvimento durante essa etapa, seja no apoio, na atenção, nas descontrações, nos acolhimentos e também nos conflitos.

Destaco em especial as amigas: Jullyane Teixeira, que nunca cogitou soltar a minha mão, mesmo quando não entendia o que estava acontecendo, que sempre me ajudou em todos os momentos que pôde, que acolhe a mim e à minha família com doçura, leveza e muito carinho. Não foi à toa que me encantei com ela desde a primeira vez que a vi. Agradeço também Mariana Moura, que é a calmaria no meio da tormenta, que me ajudou bastante e compartilha comigo questões da vida, de mulher e de mãe, que está sempre à disposição pa dialogar e puxar minha orelha quando necessário. Minhas amigas, sem o apoio e contribuição de vocês eu não teria condições de ter chegado até aqui!

Às amigas: Iara Cavalcante, pela partilha dos maravilhosos momentos de risadas necessárias; Hercília Mendes, por me fazer lembrar, de ser objetiva e centrada; Anna Caroline Almeida, por compartilhar comigo seus conhecimentos e reflexões em boas conversas; Rayane Santos, que desde o momento em que verdadeiramente me conheceu, torceu por mim; Clarissa Costa, que sempre topou tudo comigo e desde o início escolheu a “turma da Thátila” como dela.

Ao amigo Marcos Paulo Magalhães por estar comigo durante todo esse tempo, que desde o início, mesmo que em outro programa de pós-graduação, despretensiosamente, foi me fortalecendo e contribuindo para o meu avanço na pesquisa, me lembrando sempre que eu conseguiria.

A todos os professores do PPGS, muito obrigada por terem ajudado, direta ou indiretamente, nesses anos que dividimos. Em especial, direciono ao Professor Eriosvaldo Barbosa meu muito obrigada por me iniciar e oportunizar ter um envolvimento maior, prático e teórico, com os estudos e as vivências das ruralidades, por também estar tão envolvido com esta pesquisa que elaborou, codificou e construiu a maioria dos mapas que nela se encontram.

Ao Érico Valadares, secretário do programa, por sempre estar à disposição.

À FAPEPI/CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

"Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer. A mulher organizada tem que chegar ao poder. Vamos juntas, companheiras, vamos botar pra valer. Sem a mulher neste mundo seria triste demais. Não nascia gente nova e o mundo não tinha paz. A mulher nasceu pra ser pelo homem bem amada. Ser amiga e companheira, não pra ser discriminada. Somos gente, somos força/Temos que ter igualdade. Ao lado dos homens fortes/Transformar a sociedade"
Maria Nazaré de Sousa[1]

[1] Letra da canção "Esta luta não é fácil", do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Composta por Maria Nazaré de Sousa, ou Nazaré Flor, como era conhecida, a qual foi uma das fundadoras do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. Do assentamento Maceió, em Itapipoca (CE), desempenhou importante papel de liderança e conquistas para a comunidade. Além da militância política, Nazaré foi poeta, cantora, educadora e trabalhadora rural. Faleceu em 2007, vítima de um câncer, mas seu legado é lembrado até hoje no assentamento. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/album/1556895747_786291.html#foto_gal_1. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

RESUMO

A partir de uma abordagem qualitativa, este estudo investiga como se dá a organização política das mulheres rurais no Estado do Piauí. O movimento sindical rural da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – FETAG/PI é o *locus* desta pesquisa, abordando a participação de mulheres no movimento sindical rural, no âmbito das relações de gênero. Nesse sentido, buscamos investigar como mulheres rurais, inseridas no movimento sindical vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, em direções de sindicatos rurais ou em posições de coordenadoras de polos sindicais, bem como em outras instâncias da FETAG-PI, reconhecem-se como atores sociais e políticos, estejam elas em posições de liderança, na construção do empoderamento, autonomia e resistência, levando-se em conta o contexto de dominação masculina nesses ambientes. Em especial, tivemos como pretensão refletir sobre os sentidos que essas mulheres se atribuem na relação entre a participação no movimento sindical rural e o protagonismo da presença feminina em espaços de poder, no interior do movimento social e, para além disso, considerar como essa liderança impacta na vida pessoal dessas mulheres. Abordando momentos históricos a partir da construção e da possibilidade dessas mulheres de lutarem pelos seus direitos, a abertura para a discussão do tema e o surgimento de coletivos femininos no plano nacional, nas instâncias dos movimentos sindicais rurais, tornaram-se fator essencial para a emergência e integração de lideranças femininas, através de encontros, congressos, marchas e outros atos públicos, fomentando e incentivando a ampliação da participação de mulheres nos movimentos sociais, no Estado. Por meio das análises contidas neste trabalho, elaboradas a partir dos dados apresentados durante o trajeto desta investigação, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental, observação direta e participação nos eventos promovidos pela confederação e federação, aplicação de questionários, produção de imagens fotográficas e registro de narrativas orais através de entrevistas, é possível afirmar que as mulheres investigadas se apropriaram da pauta de gênero no movimento sindical, elaborando e reelaborando, através da agência, o sentido que elas produzem e oportunizam mais possibilidades de ocupação dos espaços de tomadas de decisões, dando visibilidade ao trabalho praticado pelas mulheres lideranças do movimento sindical rural. As análises apontaram um grande envolvimento das mulheres nesses espaços, as quais destacaram que o machismo ainda é uma constante. No entanto, instrumentos como a política de cotas, os cursos de formação e os eventos realizados pela confederação e pela federação, os quais abordam questões de gênero, fizeram avançar a participação de mulheres e lideranças femininas no movimento sindical rural.

Palavras-chave: Organização Política. Mulher Rural. Movimento Sindical Rural.

ABSTRACT

From a qualitative approach, this study investigates the political organization of rural women in the State of Piauí. The rural trade union movement of the Federation of Workers of Family Agriculture – FETAG/PI is the locus of this research, addressing the participation of women in the rural trade union movement, within the scope of gender relations. In this sense, I sought to investigate how rural women, inserted in the union movement linked to the National Confederation of Rural Workers and Family Farmers - CONTAG, in rural union leadership or in positions of coordinators of union poles, as well as in other instances of FETAG-PI , recognize themselves as social and political actors; whether they are in leadership positions, in the construction of empowerment, autonomy and resistance, taking into account the context of male domination in these environments. In particular, I intended to reflect on the meanings that these women attribute to the relationship between participation in the rural trade union movement and the protagonism of the female presence in spaces of power, within the social movement and, in addition, to consider how this leadership impacts on the personal lives of these women. Addressing historical moments from the construction and possibility of these women to fight for their rights, the opening for discussion of the theme and the emergence of women's collectives at the national level, in the instances of rural union movements, became an essential factor for the emergence and integration of female leaders, through meetings, congresses, marches and other public acts, fostering and encouraging the expansion of women's participation in social movements in the State. Through the analyzes contained in this work, elaborated from the data presented during the course of this investigation, with the use of bibliographic and documentary research, direct and participant observation in the events promoted by the confederation and federation, application of questionnaires, production of photographic images and registration of oral narratives through interviews, it is possible to affirm that the investigated women appropriated the gender agenda in the trade union movement, elaborating and re-elaborating, through the agency, the meaning they produce and provide more opportunities for occupation of decision-making spaces , giving visibility to the work carried out by women leaders of the rural union movement. The analyzes showed a great involvement of women in these spaces, which highlighted that machismo is still a constant, however, instruments such as the quota policy, training courses and events held by the confederation and the federation, which address gender issues advanced the participation of women and female leaders in the rural trade union movement.

Keywords: Political Organization. Rural Woman. Rural Trade Union Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CMTR/PI – Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí

CNMTR – Coletivo Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CEMTR – Coletivo Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CNTRs – Conselho Nacional dos Trabalhadores Rurais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG

FETAG-PI – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Piauí

FETRAF/PI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Piauí

FUNRURAL – Fundo Nacional de Previdência Rural

IFPI – Instituto Federal do Piauí

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PADRS – Plano Desenvolvimento Rural Sustentável

PPGS – Programa de Pós Graduação em Sociologia

PPGPP – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SMPM – Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

STTR – Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TCL – Termo de Consentimento Livre

UFPI – Universidade Federal do Piauí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem fotográfica da Marcha Estadual das Margaridas/2019. 267
Figura 2 - Imagem fotográfica de Mulheres, na Marcha Estadual das Margaridas/2019, levando faixa com reivindicações em defesa da democracia e contra retrocessos de direito...27
Figura 3-Imagem fotográfica de Marlene Velozo, da Secretaria de Mulheres da FETAG-PI.28
Figura 4-Imagem fotográfica da Marcha Estadual das Margaridas/2019, na Avenida Frei Serafim, em Teresina. 28
Figura 5 - Imagem fotográfica da apresentação da ministrante da oficina na ENFOC Mulher: Professora Dra. Dione Morais (à direita de quem olha) e de suas orientandas, da esquerda para a direita: Paula Mazulo, Eliana Lizet e Thátila Porto. 30
Figura 6 - Imagem fotográfica do momento de encerramento e homenagem prestada para a ministrante da Oficina (Diversidade, gênero e patriarcado), na ENFOC Regional: Professora Dra. Dione Morais (ao centro). 31
Figura 7- Imagem fotográfica de exposição de produtos agrícolas, no Curso de Formação de Mulheres Dirigentes Sindicais, no Centro de Estudos Rurais (CESIR) da FETAG-PI 32
Figura 8 - Imagem fotográfica de um dos momentos da mística da ENFOC Mulher, no encerramento das atividades do dia 26 de maio de 2019. 323
Figura 9 - Imagem fotográfica de participantes da Oficina Diversidade, Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável, trabalhando em grupos organizados por polos sindicais, no preenchimento dos questionários aplicados. 33
Figura 10 - Imagem fotográfica desta pesquisadora, como facilitadora no preenchimento do questionário na oficina da ENFOC Mulher. 34
Figura 11- Imagem fotográfica do momento em que (da esquerda para a direita de quem olha), Maria do Amparo Brandão (Conhecida como Moranguinho) – Assessora de Formação e Organização Sindical da FETAG-PI, Adriana Cavalcante – Coordenadora da ENFOC e Marlene Velozo 356
Figura 12 - Imagem fotográfica do momento de agradecimento/despedida das facilitado oficina. 37
Figura 13 - Equipe FETAG-PI com as participantes do curso ENFOC Mulher. 38
Figura 14- Participantes do Curso da ENFOC Mulher em abraço coletivo. 38

Figura 15 - Organograma da CONTAG 70
Figura 16 - Organograma da FETAG-PI. 80
Figura 17 - Mapa do Piauí com indicações dos polos sindicais 89
Figura 18 - Mapa dos Territórios de Desenvolvimento do Piauí. 90
Figura 19 - Mapa do Polo de Campo Maior 92
Figura 20 - Mapa do Polo sindical regional Canto do Buriti. 92
Figura 21- Mapa do Polo de Curimatá. 94
Figura 22 - Mapa do Polo de Esperantina. 98
Figura 23 - Mapa do Polo de Floriano. 100
Figura 24 - Mapa do Polo de Médio Parnaíba 102
Figura 25 - Mapa do Polo de Oeiras. 102
Figura 26 - Mapa do Polo de Parnaíba 104
Figura 27 - Mapa do Polo de Paulistana. 106
Figura 28 - Mapa do Polo de Picos. 109
Figura 29 - Mapa do Polo de Piripiri 11012
Figura 30 - Mapa do Polo de São Raimundo Nonato. 112
Figura 31 - Mapa do Polo de Simplício Mendes 114
Figura 32 - Mapa do Polo de Teresina. 116
Figura 33 - Mapa do Polo de Valença. 118
Figura 34 - Mapa do Polo de Vale do Gurguéia. ..... **Error! Indicador Não Definido .**21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos da Trajetória do Movimento Sindical Rural 524
Quadro 2 - Elementos de uma trajetória Movimento Sindical Rural vinculado à FETAG-PI ..... .67
Quadro 3 - Períodos de mandatos com levantamento de mulheres que ocuparam cargos de direção na CONTAG, de 1995 ao ano de 2021. 70
Quadro 4 - Períodos de mandatos com levantamento de mulheres que ocuparam cargos de direção na FETAG de 1995 ao ano de 2021. 80
Quadro 5 - Polo sindical regional Campo Maior 91
Quadro 6 - Polo sindical regional Canto do Buriti. 93
Quadro 7 - Polo sindical regional de Curimatá 93
Quadro 8 - Polo sindical de Esperantina 97
Quadro 9 - Polo sindical regional de Floriano 99
Quadro 10 - Polo sindical regional de Médio Parnaíba. 101
Quadro 11 - Polo sindical regional de Oeiras 105
Quadro 12 - Polo sindical regional de Parnaíba 103
Quadro 13 - Polo sindical regional de Paulistana 105
Quadro 14 - Polo sindical regional de Picos. 107
Quadro 15 - Polo sindical regional de Piripiri 110
Quadro 16 - Polo sindical regional de São Raimundo Nonato. 111
Quadro 17 - Polo sindical regional de Simplício Mendes. 113
Quadro 18 - Polo sindical regional de Teresina 115
Quadro 19 - Polo sindical regional de Valença. 117
Quadro 20 - Polo sindical regional de Vale do Gurguéia. **Error! Indicador Não Definido .**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17

CAPÍTULO I – MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL: BRASIL E PIAUÍ.....41

1.1 Construção de si como sujeitas políticas nas lutas por reconhecimento nas relações de gênero: desafios às mulheres, em especial, no MSTTR.....41

1.2 Sindicalismo rural em contextos de momentos paradigmáticos do movimento sindical no Brasil: esta história pode ser contada ignorando a presença das mulheres?.....47

1.3 Mulheres no movimento sindical rural no Brasil.....54

1.4 Mulheres no MSTTR da CONTAG/FETAG-PI.....60

CAPÍTULO II - MULHERES NA ESTRUTURA DO MSTTR DA FETAG-PI: LUGARES E FUNÇÕES.....69

2.1 Lugares ocupados por mulheres nas estruturas da CONTAG e da FETAG-PI.....69

2.1.1 Na CONTAG.....69

2.1.1.2 Deliberações dos congressos da CONTAG do período de 1995 aos dias atuais.....74

2.1.2 Na FETAG-PI.....80

2.1.2.1 Deliberações dos congressos da FETAG do período de 1995 aos dias atuais.....84

2.1.2.2 Na estrutura dos polos sindicais da FETAG-PI.....88

CAPÍTULO III – MULHERES NO MSTTR DA FETAG-PI ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: SENTIDOS DE UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COMO SUJEITAS POLÍTICAS.....123

3.1 A observação participante em eventos voltados para as sujeitas da pesquisa.....124

3.1.2 A Marcha das Margaridas no contexto estadual.....125

3.1.2.1 “06 de maio de 2019” em um relato etnográfico.....126

3.2 O curso estadual de formação política para mulheres dirigentes sindicais.....128

3.2.1 A Transformatura.....132

3.2.2 Aplicação de questionário.....133

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....177

REFERÊNCIAS.....181

APÊNDICES.....187

ANEXOS.....199

INTRODUÇÃO

Dou início a este texto falando um pouco sobre as dificuldades encontradas por uma "mãe-mestranda" no percurso da produção desta pesquisa, cuja inquietação e angústia foram frutos de dias em que não consegui escrever ou produzir, por ter tido que dar conta, também, de assuntos domésticos e familiares. Sentindo culpa tanto por não estar voltada totalmente ao âmbito doméstico quanto por não estar totalmente voltada ao âmbito acadêmico, vivi a sensação de não estar desenvolvendo com eficácia a minha pesquisa, por ter que dividir meu tempo com todas estas questões. Ao tentar produzir em casa, quando não estava na tranquilidade silenciosa de uma sala de estudo ou uma biblioteca, qualquer barulho interferia e me angustiava, pois não conseguia me concentrar adequadamente. Mediar conflitos das crianças, o que antes era algo tranquilo de fazer, por várias vezes não consegui, pois grande parte do que tive que gerenciar fazia parte da pesquisa. Isso me fez sentir que não estava por inteiro em lugar nenhum. Nesta apreensão, tentei cumprir prazos institucionais em meio a um cenário de pandemia, sendo responsável por duas filhas crianças e uma adolescente, as quais não têm ou tinham noção das cobranças e dificuldades que se passam em ambientes acadêmicos.

Em meio a conflitos internos e existenciais, julgando-me péssima como mãe, esposa, pesquisadora, escritora, talvez tenha batido à minha porta a "síndrome da impostora", isto, ou tenha sido simplesmente mais uma mulher sobrecarregada por questões familiares ligadas à dominação masculina (BOURDIEU, 2002)[2] e a colonização do ser que foi afetada, em partes, por toda uma estrutura social excludente e injusta? Provavelmente ambas.

Uma pergunta que me seguiu por todo esse tempo: como conseguir escrever em meio a esse carrossel de emoções? Se quando a linha de raciocínio começava a fazer sentido, surgia algo que eu tinha que fazer enquanto mulher, mãe, trabalhadora, esposa, dona de casa e que atrapalhava o bom andamento do processo? Foi angustiante não poder trabalhar/estudar com tranquilidade em um ambiente no qual, mesmo que eu não estivesse resolvendo efetivamente algo, devia estar pronta para gerenciar qualquer situação. Quantos momentos tive que parar de

[2] Bourdieu (2002, p. 75) diz que a violência simbólica "contribui para construir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político".

escrever para resolver algo? Isso interrompia o meu raciocínio, cortava o pensamento. O processo da escrita é como "pegar no tranco", de modo que, quando pega, a gente vai escrevendo, a escrita vai fluindo e se alguém atrapalhar/interromper pode dificultar a retomada. O ter que cuidar, pensar, mobilizar, envolver-se com questões domésticas, dispensar cuidado e ter preocupações, acabam atrapalhando. Esses momentos de preparar-se para escrever foram tantas vezes abalados por circunstâncias corriqueiras que, definitivamente, fugiram ao meu controle. Além disso, entre a pandemia e essas questões para gerenciar ao mesmo tempo, a sensação, minha e talvez de quem me cerca, é de que pelo fato de estarmos em casa, implicaria em que não estivéssemos fazendo nada, como se a produção intelectual, que exige tempo, esforço, dedicação, fosse menos importante por estar sendo produzida em casa.

Algumas vezes, vi a academia como algo para outras pessoas, que não têm a vida com tantas responsabilidades maternas, sem impedimentos, que não podem se atrapalhar ou se desfocar, que vivem de forma mais tranquila, sem surpresas, sem imprevistos. Dessa forma, este é um lugar que não pertence a mim. Eu lutei com esse pensamento, o tempo todo me sentindo estrangeira. Ao mesmo tempo em que me sentia, no espaço físico da universidade, mais confortável do que em minha própria casa, como se o meu lugar, enquanto mulher que quer produzir e fazer ciência, fosse exatamente aquele, também sentia que meu lugar enquanto mãe com responsabilidades domésticas não pudesse ser. O pensamento de que estava negligenciando algo, de que deveria deixar os estudos para quando minhas crianças não necessitassem tanto de minha presença, foi constante. Sem dúvida, me peguei, também, colonizada pela lógica patriarcal. No entanto, não foi por acaso. Em alguns aspectos, a própria academia demonstra conformidade com essa lógica, quando somos cobradas e nos atribuem atividades que são extremamente desgastantes para uma "mãe-pesquisadora". A tal ponto que, em 2019, em reunião com o Programa de Pós-graduação de Sociologia, que foi realizado no auditório da Pós-graduação da UFPI, um representante de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, se sentir à vontade para verbalizar que "não recomendava mulheres fazerem pós com crianças pequenas porque dava muito trabalho". Evidenciando, com esta afirmação, que a academia não é um lugar onde mães e cuidadoras são "bem-vindas". É fato que fazer uma pós-graduação dá trabalho e que a carga de uma "mãe-pesquisadora" é diferente de quem não tem responsabilidades de cuidado com

outros/as. A lógica deveria ser, entretanto, de aproximar essas pessoas da academia, entendendo suas particularidades e proporcionando formas de viabilizar sua permanência e não o contrário.

Durante a vivência no trabalho de campo, acompanhando cursos ministrados pela Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC, em processos denominados ENFOC-Mulher, quando realizei a observação participante (sobre o que discorrerei mais adiante), pude perceber que esse também era o sentimento de algumas mulheres mães e/ou cuidadoras. Um telefonema recebido que muitas vezes atrapalhava a concentração em uma oficina; a interrupção de alguma atividade para tentar saber o que ocorria em casa, a preocupação com quem deixar as crianças para estar naquele local, entre muitas outras situações. Enfim, mesmo longe do âmbito doméstico, algumas mulheres participantes do curso estavam preparadas para resolver, ou tentar resolver, alguma coisa que ficou pendente em casa, ou que acontecesse longe da presença dela. Essa questão também foi observada em relação às próprias assessoras da FETAG, envolvidas na organização do curso. Elas estavam sempre em alerta, prontas para interromper atividades por conta de obrigações domésticas e familiares, mesmo estando trabalhando e longe das atividades de casa.

A minha intenção ao discorrer sobre tais dificuldades não é a de trazer compaixão, de forma simplista, às vivências de tantas mulheres como eu. Falar sobre o que passam as mulheres que são mães e ousam ser pesquisadoras se entrelaça com as experiências de mulheres que também ousam sair de seus espaços domésticos e se envolver em espaços de liderança. Essas experiências desafiam a lógica do que é esperado de nós e nossa resistência demonstra que seguimos lutando mesmo quando as chances não estão ao nosso favor. Foi assim que cheguei e que chegamos até aqui. Nossa caminhada é longa, mas ainda temos muito a percorrer.

A PESQUISA

Em 2004, quando ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí – UFPI, ouvi do professor da disciplina "Introdução à Sociologia", Ferdinand Cavalcante, que "o campo de atuação é quem escolhe a gente". A afirmação do professor ia no sentido de que refletíssemos sobre as oportunidades que surgem durante a nossa vida acadêmica e profissional, que devem ser agarradas de acordo com o

encantamento que teríamos com algumas das três áreas de atuação, uma vez que, na época, o curso de Ciências Sociais contemplava as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Esta última acabou por se tornar um curso independente, com coordenação própria a partir de 2012.

Somente ao adentrar no mercado de trabalho pude compreender com mais propriedade o que o professor estava falando, sobre como o campo nos escolhe. Senti, dentro das minhas experiências, que além da afinidade que temos com o trabalho que iremos executar, ele tanto exige de nós, como nos dá possibilidade do nosso desenvolvimento como Cientistas Sociais. Na maioria das vezes, melhorando o nosso desempenho não só profissional, mas nos fazendo compreender como as vidas profissional, acadêmica e pessoal estão interligadas. Essa "escolha" não é passiva, o campo nos escolhe mediante nossos gostos, preferências e afinidades e essas variáveis nos levam à ativamente escolher determinado campo. Porém, isso não fica tão evidente até que percebamos o quanto essas dimensões já estavam interligadas.

Assim, vejo agora que minha escolha do tema "organização política de mulheres rurais, no âmbito do sindicalismo rural da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Piauí – FETAG/PI", com vistas à compreensão de como elas se organizam em relação, sobretudo, às questões de gênero e trabalho no âmbito do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR da FETAG-PI, me encontrou por diversas vertentes.

Inicialmente, minha proposta era pesquisar sobre grupos produtivos de mulheres rurais. Tal proposta foi baseada em um trabalho de assessoria realizado durante o período de fevereiro de 2015 a outubro de 2016, no Território Carnaubais-PI, no qual, entre outras atividades, realizei o acompanhamento a grupos de mulheres produtoras rurais. Na época, atuei como Assessora de Gênero do Núcleo em Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – NEDET Carnaubais, vinculado à UFPI, financiado pelo, hoje extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres – SMPM.

No entanto, em diálogo com minha então orientadora, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, mudei o foco da pesquisa original para o tema da trajetória

de mulheres no MSTTR da CONTAG/FETAG-PI, visto que, por questões operacionais e pelo acesso dela nesses espaços, facilitaria a execução da pesquisa, pois o projeto original implicaria maiores deslocamentos e o financiamento para a minha pesquisa, embora primordial, ainda era insuficiente.

A mudança de tema, no entanto, foi positiva, pois fez-me recuperar considerações que eu já vinha fazendo no trabalho de assessoria, quando tive um maior contato com mulheres rurais em posições de liderança em associações, grupos produtivos e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Embora envolvida com projetos produtivos, chamou-me a atenção a postura das mulheres inseridas no âmbito do movimento sindical em suas atividades e nas comunidades em que viviam. Portanto, eu já tinha algum contato com a temática.

Na oportunidade, o acompanhamento a grupos de mulheres rurais e a atitude de algumas delas envolvidas com a produção ou com posições de lideranças nas esferas dos sindicatos rurais me levava a múltiplos questionamentos em relação às atividades desenvolvidas. Percebi que algumas delas mostravam ter mais autonomia nas suas famílias e nos enfrentamentos às relações de poder em suas comunidades, quando comparadas a outras mulheres participantes das demais esferas do colegiado territorial.

Nesses colegiados, o Comitê Territorial de Mulheres realizava reuniões periódicas, abordando várias temáticas relacionadas ao fortalecimento do processo de empoderamento feminino e à participação das mulheres nas instâncias do colegiado territorial. Pude, então, observar peculiaridades de mulheres dos municípios do território. Muitas delas, que trabalham na produção agrícola, diziam ser consideradas como “ajudantes”, enquanto seus companheiros detinham o título de “produtor rural”, responsáveis pelo controle da terra e da comercialização dos produtos, sendo que essas mulheres, organizadas politicamente, inclusive no MSTTR, demonstravam possuir maior visibilidade no campo profissional.

Nos meios rurais, a dominação masculina ainda é acentuada, muitas vezes, mais no plano simbólico do que no fático (MORAES, 2003) e reproduz hierarquias nas relações de poder entre homens e mulheres, em uma visão patriarcal. Entretanto, à medida em que essas mulheres se familiarizam com o protagonismo tanto em seu trabalho, quanto na própria construção como sujeito político, passam a conquistar espaço na gestão do estabelecimento familiar e a ter mais domínio de suas próprias necessidades em um processo de emancipação.

Nos anos de 1980, surgiram vários movimentos de mulheres rurais no Brasil[3], muitos dos quais continuam ao lado de outros que foram emergindo desde então. Assim, no âmbito nacional e regional, estudos diversos apontam que mulheres rurais, crescentemente, em que pese a dominação masculina, inclusive, no MSTTR, tomam conhecimento sobre sua identidade de gênero, identificando que suas demandas são bem maiores (AGUIAR, 2015; AMORIM e FIÚZA, 2011; CARNEIRO, 1994; CAPPELLIN, 1994; DELGADO, 1996; GOMES, 2018; KEMPF, 2016; MELO, 2009).[4]

Dentre esses movimentos, o MSTTR da FETAG/PI é o *locus* desta pesquisa, com vistas a trabalhar o tema da participação de mulheres no movimento sindical rural no âmbito das relações de gênero, pelo meu próprio interesse, como referi, decorrente de minha incipiente aproximação ao tema, em momento anterior. Tenho consciência de que o MSTTR, no caso do sindicalismo vinculado à CONTAG/FETAG-PI, representa um exemplo, dos muitos movimentos referidos pela literatura, na amplitude dos movimentos de mulheres rurais, no país. São mulheres que assuem participar, inclusive, de processos de formação política, no âmbito dos movimentos sociais e sindical, em uma jornada de "construção de identidades políticas e de gênero" (MORAES, 2016, p. 2), como sujeitas políticas, na reivindicação do direito à terra, de direitos sociais, de direito a salário digno, à assistência à saúde, ao fim da violência doméstica e nas relações de gênero, seja no sindical ou fora dele, ao reconhecimento de seu trabalho e de sua participação na composição da renda familiar.

Nesse sentido, busquei investigar como mulheres rurais, inseridas no movimento sindical vinculado à CONTAG, em direções de sindicatos rurais, em posições de coordenadoras tanto de polos sindicais, quanto em outras instâncias da FETAG-PI, no contexto de dominação masculina, reconhecem-se como atores sociais e políticos, em posições de liderança, na construção do empoderamento, autonomia e resistência. Em especial, quero refletir sobre os sentidos que se atribuem na relação entre a participação no movimento

---

[3] Como "o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), criado em 1989; o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1983, em Santa Catarina surgiu, o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano, na Paraíba; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), em 1982, em Pernambuco; Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986" (AGUIAR, 2015, p. 266).

[4] A exemplo do movimento de mulheres rurais no Nordeste que se expandiu e, nele também, as ideias sobre a visibilidade e autonomia feminina que objetivavam os grupos organizados, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco (SALES, 2007).

sindical rural e o protagonismo da presença feminina em espaços de poder, no interior do movimento social e, para além disso, considerar como essa liderança impacta na vida pessoal dessas mulheres.

Hoje, a FETAG do Piauí, que existe desde 1970, contabiliza 224 sindicatos distribuídos em 16 polos sindicais. Esses sindicatos contam com processos eleitorais autônomos, com mandatos que duram quatro anos, sendo que, aproximadamente, 50% deles são presididos, na atualidade, por mulheres[5].

Na trilha aberta por esses estudos, esta investigação partiu do seguinte problema de pesquisa: quais sentidos são produzidos e agenciados por mulheres sindicalistas, em especial, em cargos de direção no MSTTR vinculado à CONTAG/FETAG-PI, sobre a trajetória da presença de mulheres no movimento sindical rural, no estado do Piauí, com ênfase no processo de elaboração da identidade política no âmbito das relações de gênero e nas lutas por autonomia, emancipação e reconhecimento como sujeitas de direitos individuais e coletivos?

Como pressuposto inicial, parti da suposição de que essa problemática está relacionada com a crença de que as mulheres que se reúnem em grupos e se organizam politicamente têm maior visibilidade, autonomia e emancipação no processo de empoderamento e elaboração da identidade política. Essa suposição foi elaborada a partir da observação que fiz quando pude ter contato com grupos de mulheres produtoras rurais ao atuar como Assessora de Gênero no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial. Daí a importância de focar na trajetória dessas mulheres, no próprio processo de construção de autonomia, emancipação e empoderamento, no MSTTR.

A possibilidade de lutar pelos seus direitos, a abertura para discussão do tema e o surgimento de coletivos femininos no plano nacional, nas instâncias dos movimentos sindicais rurais, tornaram-se fator essencial para a emergência e integração de lideranças femininas, através de encontros em acampamentos, em seminários, marchas e outros atos públicos, fomentando e incentivando a ampliação da participação de mulheres nos movimentos sociais. O aumento dos diálogos e contatos de umas com as outras, a possibilidade de conhecer as especificidades de outras regiões, levou a que passassem a ter mais informações sobre realidades de mulheres de outros locais, podendo ter parâmetros para uma espécie de comparação em relação ao que acontecia dentro e fora de localidades onde residem.

[5] No capítulo 2 desta dissertação, há detalhes sobre a presença de mulheres no MSTTR da FETAG-PI, inclusive sobre quando ela se inicia.

Com base no exposto, foram definidos o objetivo geral e os específicos da pesquisa. Como objetivo geral, o intuito da pesquisa é compreender, sobretudo, a partir de mulheres que ocupam cargos de direção ou posições de liderança no movimento sindical rural, vinculado à FETAG-PI e à CONTAG, no Estado do Piauí, sentidos atribuídos à trajetória do próprio processo de elaboração de identidade política, no âmbito das relações de gênero, nas lutas pelo empoderamento feminino, por autonomia e emancipação e como sujeitas de direitos. Como objetivos específicos, a perspectiva é construir, com a colaboração das mulheres do MSTTR, no Piauí, a sua própria trajetória neste movimento sindical rural, inclusive, da emergência de mulheres em posições de direção, nos STTRs e na FETAG; apreender os sentidos construídos pelas mulheres em papéis de liderança, sobre identidade política no âmbito das relações de gênero no MSTTR, e na luta pelo reconhecimento, empoderamento e autonomia das mulheres no movimento; identificar, com a contribuição de mulheres do MSTTR, no Piauí, as conquistas e os desafios nas relações de gênero no âmbito desse movimento sindical.

PERCURSO METODOLÓGICO

Toda investigação implica um percurso metodológico, ou seja, o método, as técnicas e a criatividade da pesquisadora que serão utilizadas para a realização da pesquisa. No caso desta pesquisa, a abordagem escolhida é de cunho predominantemente qualitativo, com ênfase "em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos" (GOLDENBERG, 2011, p. 53). Assim, tanto a pesquisa bibliográfica, de conteúdo conceitual e de estudos de casos (ruralidades, gênero, feminismos, patriarcado, modernidade/colonialidade e decolonialidade, dominação, ruralidades, movimento sindical rural), com base no apanhado dos principais trabalhos científicos realizados (e atualizados) sobre o tema, ou relacionados a ele, quanto a pesquisa documental (documentos da CONTAG, da FETAG e da ENFOC[6]) somam-se à pesquisa de campo, com vistas a uma melhor compreensão das categorias analíticas, de dados secundários e da trajetória das mulheres no MSTTR, no Piauí, narrada por elas.

[6] A Escola Nacional de Formação da CONTAG, no Piauí, é um Seminário de Formação Regional Nordeste, com sindicalistas mulheres e homens de todo o Nordeste.

Assim, abordo o fenômeno, neste trabalho, a partir de fontes bibliográficas (FURLAN, 1987; LIMA e MIOTO, 2007), documentais (CELLARD, 2008; MAY, 2004), de observação direta (JACCOUD; MAYER, 2008) e participante (FOOTE-WHYTE, 2005; BRANDÃO, 1998), com aplicação de questionários e registro de narrativas orais de mulheres, através de entrevistas (BOURDIEU, 1997, GASKEL, 2003; MICHELAT, 1987) e de conversas informais no cotidiano (SPINK, 2000), tanto na FETAG, quanto durante os encontros da ENFOC, quando pude pernoitar algumas vezes, intensificando minha relação com as sindicalistas. Ao longo da pesquisa de campo, realizei ainda a produção de imagens fotográficas (LOIZOS, 2003; MARTINS, 2008).

O foco da pesquisa recaiu, sobretudo, nas mulheres que vivem/vivenciaram a experiência na direção de Polos Sindicais e de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), no Piauí; na assessoria e na coordenação da Secretaria Estadual de Mulheres na FETAG-PI e da ENFOC-PI. No trabalho de observação direta pude participar, com minha orientadora da época, Dione Moraes, de eventos de formação da ENFOC, um Seminário Estadual de Formação de Mulheres, ENFOC-Mulher, entre junho e julho de 2019, com sindicalistas mulheres do Piauí, no qual estive presente como observadora, aplicando questionários; e também individualmente, quando fiz pesquisa de campo nos três módulos da ENFOC-Mulher, nos meses de maio, julho e setembro de 2019.

Dessa forma, trazemos alguns elementos do nosso objetivo de construir uma trajetória (BOURDIEU, 1986) através da pesquisa social (BRUYNE, HERMAN, e SCHOUTHEETE, 1977) da luta, da resistência e do empoderamento de mulheres no MSTTR, no Piauí, que, do final dos anos de 1990 até os dias atuais passaram a ocupar cargos de liderança no MSTTRs, da FETAG, o que desafia a pesquisa a atentar-se a esta trajetória (MORAES e PORTO, 2019).

Além disso, em atividades realizadas ao longo da pesquisa tanto em estudos, quanto na elaboração de trabalhos para apresentação em eventos nacionais e internacionais, assim como em debates em eventos promovidos na UFPI, tive oportunidades de participar de diversos momentos em que a problemática das relações de gênero, das ruralidades, do trabalho de mulheres, dentre outras, foram abordadas. Soma-se a isto, a experiência do Estágio docência, sob supervisão da minha orientadora da época, Dione Moraes, em uma disciplina na qual as temáticas de relações de gênero e do feminismo decolonial foram estudadas e debatidas.

Iniciei a pesquisa de campo no momento em que procurei a instituição a qual mulheres sindicalistas estão vinculadas, a FETAG-PI. Entrei em contato através de um telefonema para agendar uma visita presencial. Minha orientadora indicou-me que procurasse a coordenação da Secretaria de Mulheres para obter informações que até o término de minha pesquisa são necessárias. A secretária estadual de mulheres da FETAG-PI, Marlene Velozo, informou-me sobre a programação anual relacionada à pauta de mulheres, convidando-me para participar da Marcha das Margaridas, no nível estadual, em maio de 2019, e falou-me sobre o evento que ocorreria a partir do mês de junho, de preparação da Marcha Nacional das Margaridas. Até o momento de participar dessas atividades, meu contato direto na FETAG-PI deu-se com a secretária da mulher, até conseguir chegar de fato ao local onde as pesquisadas estariam.

Na pesquisa de campo, com base na observação direta e em observação participante, com registros no diário de campo, participei de eventos de formação de mulheres sindicalistas, pela ENFOC-PI, assim como de eventos preparatórios da Marcha das Margaridas 2019, como a Marcha das Margaridas a nível local. Nessas oportunidades, realizei conversas no cotidiano, entrevistas, aplicação de questionários e produção de imagens fotográficas. Pude também participar, como observadora participante, da Marcha das Margaridas (Figuras 1 a 4) no nível estadual, onde pude ver algumas das mulheres que minha pesquisa poderia alcançar. Acompanhei a atividade que se iniciou na Praça da Liberdade, em Teresina, onde diretoras da CONTAG, da FETAG, bem como autoridades políticas estaduais discursavam, enquanto trabalhadoras e trabalhadores rurais organizavam-se para seguir em caminhada até a sede da Assembleia Legislativa do Estado, onde reivindicavam o fim da reforma da previdência, proposta pelo governo Bolsonaro, a qual afeta, principalmente, as mulheres trabalhadoras rurais, por aumentar o tempo de trabalho necessário para aposentadoria das trabalhadoras do campo.

Ocorre que o trabalho no campo pode exigir muito esforço e desgaste físico de quem o executa, sobretudo, quando, como diz Moraes (2003), tratam-se de mulheres que histórica e culturalmente foram/são responsabilizadas pelo gerenciamento das atividades domésticas, pelo cuidado com pessoas do grupo familiar mais dependentes (como crianças e idosos), além de atuar na produção agrícola. Muitas delas estão presentes em todas as etapas de produção, da preparação da terra à colheita e, se for o caso, à comercialização em feiras, em casa, enfim, em todo o processo.

Figura 1 - Imagem fotográfica da Marcha Estadual das Margaridas/2019.



Fonte: produzida pela autora desta dissertação, em 06 de maio de 2019.

Na imagem, podemos ver que o público que aderiu à marcha das Margaridas Estadual é composto por homens e mulheres, utilizando um chapéu de palha e camisas que fazem alusão às margaridas, mulheres trabalhadoras rurais, na cor lilás, que representa o enfrentamento à violência contra a mulher, com bandeiras hasteadas.

Figura 2 - Imagem fotográfica de Mulheres, na Marcha Estadual das Margaridas/2019, levando faixa com reivindicações em defesa da democracia e contra retrocessos de direitos.



Fonte: produzida pela autora desta dissertação, em 06 de maio de 2019.

Na faixa com a frase “Direitos, Participação e Poder para as Mulheres. Em defesa da Democracia e na luta contra o Retrocesso de Direitos” podemos verificar a importância dessa reivindicação para todas as mulheres, sobretudo, para as trabalhadoras rurais, as quais, no momento desta atividade, estavam lutando contra o retrocesso em seus direitos.

Figura 3-Imagem fotográfica de Marlene Velozo, da Secretaria de Mulheres da FETAG-PI.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Na Figura 3, é possível observar a secretária de mulheres da FETAG, Marlene Velozo, discursando na concentração da atividade e fazendo chamamento da população para participar da caminhada até a Assembleia Legislativa do Piauí, na Marcha Estadual das Margaridas/2019**.**

Figura 4-Imagem fotográfica da Marcha Estadual das Margaridas/2019, na Avenida Frei Serafim, em Teresina.



Fonte: *site* da FETAG-PI

Nesta figura, podemos verificar que a maioria das mulheres está utilizando chapéus de palha na cor lilás, há bandeiras hasteadas e cartazes com as palavras “DEMOCRACIA, PREVIDÊNCIA, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES”, remetendo à análise do que, no momento da atividade, estava sendo reivindicado.

Com o prosseguimento da pesquisa, realizei entrevistas com mulheres que ocupam/ocuparam cargos de representação nos polos sindicais e em coordenações estaduais (presidência/vice-presidência da FETAG-PI; coordenadoria de mulheres; coordenação da ENFOC Mulher), realizando levantamento de informações sobre a trajetória das mulheres no MSTTR e sobre lideranças femininas em cargos de direção no movimento, no Piauí. As entrevistas são semiestruturadas com tópicos-guia (Apêndice 1), nos termos de Gaskel (2003), de modo que possam discorrer sobre os temas de forma livre (MICHELAT, 1987), possibilitando uma maior profundidade às reflexões. Foram gravadas em aparelho digital, sempre com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em todas as entrevistadas. Realizei entrevistas com coordenadoras de seis polos sindicais do Piauí, cinco secretarias das FETAG-PI, três assessoras da FETAG-PI, uma secretária da CONTAG, uma presidente de um sindicato, totalizando 16 entrevistadas, representantes de 13 polos sindicais do Piauí.

Apesar de o projeto de pesquisa desta dissertação não ter sido submetido ao Comitê de Ética, por questão de escolha política, já que em muitas situações quem avalia o processo não é alguém relacionado à área que a pesquisa se propõe, esta pesquisadora tomou todos os cuidados éticos necessários para a realização da pesquisa, apresentando o TCLE em duas vias (uma via para a entrevistada e uma via que está no arquivo com os demais documentos que foram colhidos para a pesquisa) para as entrevistadas assinarem, optando por identifica-las através de nomes de plantas que fazem parte da flora piauiense.

É preciso salientar ainda que esse trabalho de campo sofreu interrupção em decorrência da pandemia de COVID-19, assim como a possibilidade/viabilidade de construção de algumas histórias de vida (BOURDIEU, 2006; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003) ficou prejudicada, mas adotei a entrevista orientada pelo princípio da história de vida, direcionada pela captação com interação baseada na escuta e registro de experiências vivenciadas pela entrevistada e pelo grupo do qual faz parte, possibilitando captar o que acontece na intersecção do individual com o social, em uma visão de conjunto. Esta técnica

“[...] pode, mais do que qualquer técnica, exceto talvez da observação participante, dar sentido à noção de ‘processo’” (HAGUETTE, 2000, p. 82). O processo se orientou pelas entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987) e em profundidade que contribuíram para a construção de uma linha da vida (SPINK, 2000) das mulheres no MSTTR, no Piauí, na luta pelo reconhecimento e pela construção da autonomia, em um cenário no qual predomina o que Pierre Bourdieu concebe como dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

Quanto à observação participante, pude realizá-la em oportunidades como a referida Marcha Estadual das Margaridas, durante cursos ministrados pela ENFOC, nos níveis regional (Nordeste) e estadual, acompanhando oficinas ministradas por minha orientadora à época, oportunidades nas quais também realizei coleta de informações.

Participei de módulos de Formação Política para Dirigentes Sindicais da ENFOC Mulher, com, aproximadamente, 80 mulheres sindicalistas, muitas delas participando pela primeira vez de um curso de formação e preparando-se para a Marcha das Margaridas Nacional. Também participei dos três módulos ofertados no Curso da ENFOC Mulher/2019, incluindo a oficina “Diversidade, Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável”, ministrada pela professora Dione Moraes, em julho de 2019, que convidou mais duas orientandas de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI) para participarem como observadoras e facilitadoras (Figura 5).

Figura 5 - Imagem fotográfica da apresentação da ministrante da oficina na ENFOC Mulher: Professora Dra. Dione Morais (à direita de quem olha) e de suas orientandas, da esquerda para a direita: Paula Mazulo, Eliana Lizet e Thátila Porto.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Na oficina ministrada, as discentes e a orientadora estavam acompanhando as atividades através de observação participantes. Fizeram parte da organização e decoração do evento, *banners* com a logomarca e símbolos da CONTAG e FETAG e o símbolo do feminismo junto com a bandeira do Piauí.

Tive a oportunidade de participar de uma oficina no curso de Formação para Educadores Populares, ofertado para representantes de Regionais da CONTAG (Figura 6). A temática da oficina, definida pela ENFOC, também ministrada pela professora Dione Moraes, para representantes sindicais, mulheres e homens dos estados da região Nordeste, foi "Diversidade, gênero e patriarcado". Ambos os eventos aconteceram no Centro Sindical de Estudos Rurais, localizado na BR 343, Zona Rural de Teresina.

Figura 6 - Imagem fotográfica do momento de encerramento e homenagem prestada para a ministrante da Oficina (Diversidade, gênero e patriarcado), na ENFOC Regional: Professora Dra. Dione Morais (ao centro).



Fonte: *site* da FETAG-PI.

A foto registra o curso estadual de formação de educadoras e educadores no movimento sindical, alguns representantes dos estados do nordeste, com a ministrante da oficina. Ao fundo, aparecem as tarjetas que foram utilizadas no evento com descrição de momentos que ocorreram durante a oficina, bem como cartazes da ENFOC.

Figura 7- Imagem fotográfica de exposição de produtos agrícolas, no Curso de Formação de Mulheres Dirigentes Sindicais, no Centro de Estudos Rurais (CESIR) da FETAG-PI.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Produtos agrícolas em exposição no encontro, com as faixas da FETAG-PI, chapéus de palha com o topo pintado na cor lilás, bem como tarjetas utilizadas pelas participantes do evento. Os produtos, frutas, verduras e grãos expostos são amostras das atividades que são realizadas no campo pelas mulheres participantes.

Figura 8 - Imagem fotográfica de um dos momentos da mística da ENFOC Mulher, no encerramento das atividades do dia 26 de maio de 2019.



Fonte: produzida pela autora desta dissertação, em maio de 2019.

Na figura aparece o auditório, ambiente em que foi realizada a maioria das atividades durante o encontro, além dos cartazes e informações sobre o curso da ENFOC, as bandeiras da FETAG, tarjetas e cartazes ao centro. Podemos verificar que, na atividade, as mulheres estão de frente uma para a outra, trocando palavras de afeto, se reconhecendo uma na outra pela atividade que executam e pelo trabalho que realizam enquanto lideranças femininas no MSTTR.

Na oficina, realizamos a aplicação de questionários (Figuras 9 e 10), com a ajuda da doutoranda Paula Masullo e da mestranda Eliana Lizet, na época, orientandas da professora Dione Morais. O questionário o qual elaboramos foi aplicado com vistas a uma pesquisa sua[7] e à minha, de modo que os resultados pudessem ser utilizados por ambas as pesquisadoras. O curso da ENFOC Mulher foi realizado nos meses de maio, julho e setembro. Dos 15 dias de curso, divididos em três semanas, de segunda-feira à sexta-feira, participei como observadora durante 10 dias, contribuindo em algumas atividades, quando solicitada pelas participantes e/ou pela direção da FETAG-PI, realizando conversas informais, combinando entrevistas e registrando no diário de campo. A acolhida tanto da coordenação dos eventos, quanto de participantes foi interessada e generosa, como expressam algumas imagens (Figuras 11, 12, 13 e 14). A programação do curso encontra-se no anexo 2 desta dissertação.

Figura 9 - Imagem fotográfica de participantes da Oficina Diversidade, Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável, trabalhando em grupos organizados por polos sindicais, no preenchimento dos questionários aplicados.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

[7] Sobre mulheres sindicalistas dos cerrados piauienses, em construção.

No espaço do auditório, as mulheres participantes da oficina reuniram-se em grupos por polo sindical, posicionadas em círculos para responder aos questionários que foram aplicados, elas trocavam informações e se consultavam sobre a realidade dos STTRs para que pudessem colocar uma resposta unificada de acordo com o polo.

Figura 10 - Imagem fotográfica da pesquisadora como facilitadora no preenchimento do questionário na oficina da ENFOC Mulher.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Na imagem, apareço solucionando dúvidas quanto ao preenchimento das respostas do questionário junto ao polo sindical de Vale do Gurguéia. Orientei que elas respondessem de acordo com o conhecimento que possuíam em relação aos temas, já que o questionário subsidiaria parte da análise desta pesquisa, logo, eu não poderia orientar o que seria escrito, pois o meu papel seria de análise do questionário de acordo com as respostas dadas.

Figura 11- Imagem fotográfica de (da esquerda para a direita de quem olha) Maria do Amparo Brandão (conhecida como "Moranguinho") – Assessora de Formação e Organização Sindical da FETAG-PI, Adriana Cavalcante – Coordenadora da ENFOC e Marlene Velozo.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Na ocasião, as assessoras da FETAG e a Secretária de Mulheres prestaram homenagem e agradecimentos à ministrante da oficina na ENFOC Mulher, professora Dione Moraes, presenteando-a com um *kit*, que continha bolsa, bloco de anotações e material impresso sobre a Marcha das Margaridas.

Figura 12 - Imagem fotográfica do momento de agradecimento/despedida das facilitadoras da oficina.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

No centro do auditório onde foi realizada a oficina, a professora e as orientandas que contribuíram para a facilitação da atividade foram orientadas a se posicionar em círculo, ao redor de manuais informativos sobre a Marcha das Margaridas, que estavam posicionados no formato do símbolo do feminismo, sendo envolvidos pelas bandeiras da FETAG-PI. No momento, foi cantada uma música de agradecimento e acolhimento pelas mulheres participantes da oficina.

Figura 13 - Equipe FETAG-PI com as participantes do curso ENFOC Mulher.



Fonte: *site* FETAG-PI.

Na imagem, encontram-se as representantes dos STTRs e polos sindicais, erguendo as faixas da FETAG, CONTAG, junto com as organizadoras da atividade e representantes da FETAG-PI, juntamente com as facilitadoras da oficina.

Figura 14- Participantes do Curso da ENFOC Mulher em abraço coletivo.



Fonte: *site* da FETAG-PI.

Na imagem, podemos observar o abraço coletivo das participantes da oficina em agradecimento à professora Sueli Rodrigues, minha orientadora atual, que, no momento, estava sendo aclamada e abraçada. Esta imagem demonstra o agradecimento, respeito e afeto que as participantes desenvolveram pela palestrante, que trouxe, através da oficina ministrada, aproximação e identificação com as participantes.

Nessas e em outras oportunidades, fiz o uso de instrumentos adequados para registrar as falas, tais como gravador de voz e diário de campo (BRANDÃO, 1998), essa ferramenta, para além dos simples registros de falas, é "considerado como indispensável [...], anotando as próprias impressões, as mudanças acontecidas, os obstáculos e as surpresas do processo de pesquisa" (TERRAGNI, 2005, p. 150). Assim, o diário de campo permitiu-me registrar os diversos momentos da pesquisa de campo, auxiliando na reflexão e na construção de conclusões a respeito do que foi observado/registrado.

O conteúdo das entrevistas, a partir de procedimentos de leitura vertical e horizontal (MICHELAT, 1987) foi trabalhado em mapas de leitura (SPINK, 2000), com vistas à apreensão dos sentidos. Os conteúdos foram reunidos com registros nos diários de campo (da observação direta e participante e de conversas no cotidiano), registros fotográficos, produzidos ao longo da pesquisa, os quais serão tratados como parte do texto e com dados resultantes do processamento dos questionários.

A estrutura desta dissertação, que se encontra descrita a seguir e pretende explicitar respostas ao problema de pesquisa, é organizada em capítulos. O capítulo I, intitulado "Mulheres no movimento sindical rural: Brasil e Piauí", refiro-me a elementos que julgo significativos, com vistas a reconstruir a trajetória das mulheres no movimento sindical, nos planos nacional, regional e estadual, em momentos diversos do sindicalismo no Brasil (Anarquismo; Sindicalismo tutelado; Novo Sindicalismo; Sindicalismo de resultados, aos dias atuais). Com ênfase no movimento sindical rural, a perspectiva teórica é a da construção de sujeitas políticas e das lutas por reconhecimento, com ênfase nas relações de gênero.

No capítulo II, sob o título "Mulheres na estrutura do MSTTR na FETAG-PI: Lugares e atribuições", procuro, a partir da base documental e da pesquisa de campo, em diálogos com a literatura especializada, evidenciar os lugares ocupados por mulheres, assim como as funções que desempenham, na estrutura da FETAG, no âmbito da política de equidade de gêneros da CONTAG. A base empírica é constituída por documentos da FETAG e registros

da pesquisa de campo realizada. Assim, busco dar visibilidade à emergência e a consolidação da presença de mulheres em posições de direção no MSTTR da CONTAG/FETAG, no estado do Piauí, apresentando a estrutura e o mapa do MSTTR no estado nos STTRs, nos polos sindicais, nas coordenações e direção estadual da FETAG, para uma melhor compreensão dos desafios e das conquistas.

O capítulo III é intitulado "Mulheres no MSTTR da FETAG-PI entre o visível e o invisível: sentidos de um processo de construção como sujeitas políticas". Nele, busco trazer à tona, com base na pesquisa de campo, em diálogo com a literatura, como mulheres no MSTTR da FETAG-PI, (re)significam as relações de gênero no movimento sindical e quais sentidos são construídos e agenciados por elas na trajetória da luta sindical. Assim, o que foi visto como lugares e atribuições na estrutura, no capítulo anterior, aqui é evidenciado a partir das narrativas das próprias mulheres, trazendo à tona conflitos, lutas, derrotas, conquistas e os desafios a serem enfrentados, tanto pelo MSTTR, quanto em seu interior.

Por fim, as principais conclusões do estudo, considerando o problema de pesquisa, os objetivos e a condução. Aponto, ainda, seus limites e indico outras possibilidades para novas pesquisas sobre o tema no estado.

CAPÍTULO I – MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL: BRASIL E PIAUÍ

Mulher frágil era um ditado para menos te tornar, mas quem viu a revolução sem a mulher funcionar?
(Olê Mariá – letra de canção popular)

Para contextualizar a emergência feminina no movimento sindical rural, neste capítulo, apresento, de forma breve, momentos históricos do sindicalismo no Brasil e no Piauí, sem a pretensão de reescrever o que se encontra registrado em obras de autoras como Aguiar (2015), Amorim e Fiuza (2011), Carneiro (1994), Cappellin (1994), Delgado (1996), Gomes (2018), Kempf (2016) e Melo (2009). Mostrando, nos planos nacional, regional e estadual, como se deu a trajetória das mulheres no movimento sindical, em momentos diversos do sindicalismo no Brasil (anarquismo; sindicalismo tutelado; Novo Sindicalismo; Sindicalismo de resultados, aos dias atuais) com ênfase no movimento sindical rural. A perspectiva teórica é a da construção da sujeita política em lutas por reconhecimento no âmbito das relações de gênero.

1.1 Construção de si como sujeitas políticas nas lutas por reconhecimento nas relações de gênero: desafios às mulheres, em especial, no MSTTR

O tema das desigualdades de gênero tem presença forte no MSTTR em exame, sendo pautado por mulheres que buscam vencer a hierarquia de gênero, no que diz respeito às imagens do feminino e do masculino, historicamente construídas. Falar de gênero é falar de uma construção social do que é masculino e do que é feminino, como foi dito pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995):

> O termo gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seus usos rejeitam explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

A inferiorização das mulheres no âmbito da cultura ocidental, que se considera como universal, ocorre como uma espécie de biologização das relações políticas, em que a pessoa é inferiorizada por um traço biológico, o que ocorreu com raça, gênero, sexualidade, geração e várias formas de inferiorização biológica. A biologização do poder serve ao propósito de criar a concorrência permanente, o que estrutura a modernidade, de modo que toda a cultura ocidental mantém a mesma estrutura (SOUSA, 2021).

O debate sobre gênero tem-se tornado central à motivação de muitas mulheres, inclusive as rurais, para se inserirem em organizações políticas, seja pelas trocas de experiências e de saberes, seja pelo fortalecimento enquanto pessoas com autonomia não só financeira, mas também social. A organização em grupos produtivos, em associações e sindicatos, além de dar-lhes visibilidade como atrizes sociais, possibilita-lhes a saída da informalidade, a aquisição de uma personalidade jurídica e o início ou a ampliação da participação política no espaço público. A representatividade em instituições possibilita ainda maior visibilidade nos mercados, além de maior trânsito em espaços públicos, mesmo tendo ainda o espaço privado como principal local de trabalho. Assim, a organização política e as atividades no movimento sindical são importantes para mulheres rurais, como retrata a literatura a respeito.

> A mulher rural apresenta peculiaridades em relação às mulheres urbanas e em relação aos homens rurais, sofrendo ainda muito intensamente com a violência de gênero no meio rural. A literatura sobre gênero e agricultura familiar, dessa forma, geralmente tem seu enfoque em caracterizar a situação opressiva em que a mulher rural se encontra (KEMPF e WEDITG, 2011, p. 1).

A fundamentação em que se baseia a hipótese do rural ser inferior ao urbano se deu no processo de colonização que caracterizou prosperidade e desenvolvimento às cidades em oposição às ruralidades, o que faz com que se olhe para o espaço rural como submetido às cidades, de forma ainda mais acentuada levando-se em consideração a perspectiva de mulheres rurais como inferiores às das cidades. No entanto, a construção dessas mulheres como sujeitas políticas pode ampliar o entendimento de sua própria capacidade de mudança. Essas mulheres começam a sair dos limites da esfera privada e passam a dominar espaços públicos, conhecendo e informando-se sobre questões ligadas a crédito, financiamento, possibilidade de crescimento profissional, conquistando autonomia e emancipação. No processo, o empoderamento exercitado em ações coletivas transborda para o plano individual (corpos e vidas), "companheiras" passam a estimular umas às outras, convergindo com perspectivas feministas.

> Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. e trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. mas para nós o objetivo maior do "empoderamento" é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre "nossos corpos, nossas vidas (SANDENBERG, 2006, p. 2).

No caso de mulheres rurais sindicalizadas, o espaço político do movimento sindical passa a ser um local praticado, no qual constroem e elaboram estratégias para acessar dispositivos que contribuem no processo de empoderamento, autonomia e emancipação. É possível dizer, assim como pontua Certeau (1998, p. 50), que se inauguram "modos de instaurar uma confiabilidade nas situações sofridas, isto é, de abrir ali uma possibilidade de vivê-las reintroduzindo dentro delas uma mobilidade plural de interesses e prazeres".

Em muitos casos, ao se destacar em espaços públicos, mulheres passam a ser vistas de forma diferente por homens e até por outras mulheres. Isso não é diferente no meio rural. Não

é incomum essas mulheres serem representadas como uma ameaça aos homens (melhor dizendo, à dominação masculina, como referida por Pierre Bourdieu), pois algumas delas poderão questionar os porquês das relações de poder inscritas nas hierarquias de gêneros. Ocorre que a experiência coletiva de mobilização, do pensar e agir com vistas à transformação nas relações sociais, à busca de autonomia, à liberdade de expressão, à participação social, configuram práticas que proporcionam reflexões que estimulam a mudança coletiva e individual, o que pode acarretar rearranjos e novos acordos nos âmbitos familiar, doméstico e do trabalho.

> Assim as mulheres abrem possibilidades de ganharem visibilidade política construindo espaços de autonomia, inserindo-se nas relações de mercado, reorientando a divisão sexual do trabalho tanto no espaço privado quanto no público dividindo com o marido a condição de provedor do lar, conquistando pequenos espaços de liberdade para fazer escolhas, expor opiniões, traçando metas, reconstruindo identidades (AMORIM e FIÚZA, 2011, p. 87).

A estrutura social moderna, baseada na cultura patriarcal, com forte presença simbólica na esfera do âmbito rural, ainda dificulta a emancipação da mulher, pois dá-lhe a responsabilidade e sobrecarga dos serviços domésticos e familiares, ficando demarcada uma forte e injusta divisão sexual do trabalho. No caso de mulheres rurais, em se tratando da diferenciação de atividade produtiva e atividade doméstica, segundo Mello (2012)

> [...] o trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado 'ajuda', pois as atividades com o reconhecimento de que são desenvolvidas por mulheres são as do âmbito doméstico, revelando que a atividade desenvolvida na forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. (MELLO, 2012, p. 6)

Sem dúvida, há avanços importantes impulsionados, sobretudo, pelas lutas das próprias mulheres, inclusive, as rurais. No entanto, quando mulheres rurais sindicalizadas falam sobre relações de gênero na própria família ou no movimento sindical, revelam que ainda há muitos valores sexistas nesses ambientes e que o trabalho da mulher ainda não é plenamente reconhecido, não sendo ela vista como alguém que possa gerar renda ou melhor valor econômico e social[8].

Talvez se possa dizer que, especialmente em meios rurais, a tradicional divisão sexual do trabalho é reafirmada e reproduzida, no sentido de que

---

[8] Para Carole Pateman (SAFFIOTI, 2004, p. 137), "a separação entre a vida doméstica privada das mulheres e o mundo público dos homens tem sido constitutiva do liberalismo patriarcal desde sua gênese".

> As próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder e (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (área literária e artística, jornalismo etc) (BOURDIEU, 2002, p. 112).

De fato, ocorre que mulheres ao começarem a trabalhar e adquirir independência financeira não se submetam à lógica de modelos tradicionais. Dentre as mulheres rurais, muitas ainda trabalham com alimentos e artesanatos, duas atividades tidas como do "universo feminino" e que, muitas vezes, têm não apenas remuneração com valor monetário inferior ao trabalho de homens, quanto precarização em outros aspectos, como em relação a direitos trabalhistas, visibilidade e protagonismo (MORAES e PORTO, 2019).

No campo da organização sindical, mesmo que "historicamente como um espaço masculino conforme os demais espaços do mundo público" (DELGADO, 1996, p. 138), a partir da década de 1990, no Brasil, as mulheres conseguiram maior visibilidade e protagonismo, conquistando cotas mínimas de participação em cargos de liderança nos movimentos sindicais urbanos e rurais, na luta por relações políticas de igualdade. Entretanto, tal avanço não foi simples e nem fácil.

> Essa ótica fez aflorar valores tradicionais arraigados, revelou enormes resistências na divisão do poder, fez emergir a hostilidade de muitos homens frente ao desejo das mulheres de se colocarem em igualdade de condições, trouxe à tona a convivência entre discursos democráticos e práticas autônomas, mostrou em muitas mulheres que se opuseram à cota o receio ou desconforto por um suposto radicalismo no enfrentamento dos conflitos de gênero e uma temida desqualificação das dirigentes impostas pela cota (DELGADO, 1996, p. 144)

A adoção das cotas de participação, por si só, não resolve a questão do protagonismo feminino, por existir fundamentos religiosos e morais que mantêm as mulheres no andar de baixo e torna-se impossível alcançar a emancipação de mulheres trabalhadoras rurais, que são inferiorizadas duas vezes por serem mulheres e por estarem inseridas no meio rural. No entanto, faz parte do processo de empoderamento e de autonomia necessários para dar viabilidade à capacidade que elas têm de realizar, inclusive, ganhando mais força para reivindicar direitos conquistados por outros movimentos de mulheres, dentre eles o movimento feminista, que não deixa de dialogar com o movimento sindical no sentido de fortalecer a participação feminina (MORAES e PORTO, 2019).

No que tange ao movimento sindical,

> [...] a assunção de mulheres na direção de sindicatos envolve mudança no *habitus* e na incorporação de outros papéis além dos que lhe são tradicionalmente atribuídos, como esposa e mãe, mas como trabalhadora politicamente atuante capaz de discutir a desigualdade de gênero e, dessa forma, entendendo e superando outras desigualdades como a redistribuição de renda e o acesso à terra e a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (AMORIM e FIUZA, 2011, p. 86).

As dificuldades em se debater o tema gênero no âmbito do próprio MSTTR e de dar visibilidade aos prejuízos decorrentes de hierarquias nas relações de gênero, prejudicam o desempenho social, político e econômico de mulheres e homens. Apesar de mudanças sociais importantes relacionadas aos processos de globalização (IANNI, 1996), de sociedade em rede (CASTELLS, 1999), de liquidez do mundo contemporâneo (BAUMAN, 2000), que atingem povos rurais e urbanos, perduram situações nas quais o sexismo prevalece e onde mulheres aprendem, desde criança, a seguir passos de outra mulher que geralmente sobrecarrega(va)-se com as diversas funções do trabalho doméstico, produtivo e reprodutivo (MORAES e PORTO, 2019).

No caso brasileiro, a própria relação rural-urbana, construída com base em hierarquias nas quais rural é sinônimo de atraso, de algo que tende a desaparecer, além dos desafios postos à compreensão da diversidade de mundos e atores rurais (MORAES e VILELA, 2013) em termos de etnia/raça, gênero e classe, aponta para a necessidade de associar esta reflexão com a perspectiva epistêmica, teórica e política da decolonialidade, na perspectiva de "gênero como categoria de análise decolonial" (GOMES, 2018, p. 65).

Desse modo, mostra-se uma nova possibilidade através das falas e das vivências dessas mulheres, de tomá-las nas perspectivas de um "paradigma outro", (MIGNOLO, 2003, p. 28), que se define como o pensamento que toma a diversidade como um projeto universal, levando em consideração a subalternidade. Desta forma, é possível reconhecer pensamentos emergentes através das falas subalternizadas e, até então, negadas, apresentando-se como novas falas de e sobre mulheres rurais, inclusive, a partir de quando elas se inserem em organizações sindicais e passam a representarem-se politicamente. Talvez, a própria experiência da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) dialogue com pedagogias decoloniais (WALSH, 2017) na construção de um projeto que visa a desconstruir realidades de subordinação (MORAES e PORTO, 2019).

Podemos, então, dizer com base na perspectiva do feminismo decolonial, na América Latina, que essas mulheres

> [...] *son aristas constantes de las prácticas pedagógicas descoloniales que se configuran en las luchas contra el heteropatriarcado, el racismo, la misoginia, la violencia de Estado, el capitalismo, la colonialidad y la violencia cotidiana dirigida a las mujeres racializadas. La lucha contra esas estructuras incluyen el continuo trabajo de los movimientos en contra de la imposición transnacional sobre los territorios de los pueblos originarios, la explotación de las gentes y los recursos naturales de las comunidades, las luchas por el reconocimiento de los pueblos indígenas y afrodescendientes; así como de las mujeres indígena, afros y mestizas que hacemos una constante defensa de nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, erotismos y deseos, de lo que es saber y cómo saber, de la producción de la vida y de las luchas que en la cotidianidad tenemos para construir una sociedad justa en las que no se limite la posibilidad de ser, estar, existir y pensar. Es decir, son luchas de nuestra vida toda, para las que ha sido fundamental un quehacer pedagógico que contribuya a materializar los horizontes políticos de los movimientos, y que en ese caminar, por su ubicación y consciência geográfica, han venido conjugando en las propias resistencias las confabulaciones contra el universalismo eurocéntrico y misógino* (ESPINOSA, GÓMEZ, LUGONES e OCHOA, 2013, p. 408).[9]

Neste sentido, podemos verificar que existem várias perspectivas de reformulação de suas identidades levando em consideração a pluralidade e a diversidade das lutas que vêm sendo travadas de acordo com as formas de vivência dessas mulheres que se inserem em grupos com o objetivo de se fortalecerem.

1.2 Sindicalismo rural em contextos de momentos paradigmáticos do movimento sindical no Brasil: esta história pode ser contada ignorando a presença das mulheres?

Falar sobre a participação de mulheres no movimento sindical rural requer algumas palavras sobre o movimento sindical no Brasil, cuja história costuma ser contada a partir da

---

[9] "[...] são arestas constantes das práticas pedagógicas decoloniais que se configuram nas lutas contra o heteropatriarcado, o racismo, a misoginia, a violência do Estado, o capitalismo, a colonialidade e a violência cotidiana contra as mulheres racializadas. A luta contra essas estruturas, inclusive o contínuo trabalho dos movimento contra a imposição transnacional sobre os territórios dos povos originários, a exploração das pessoas e dos recursos naturais das comunidades, as lutas pelo reconhecimento dos povos indígenas e afrodescendentes, assim como das mulheres indígenas, afro e mestiças que fazemos uma constante defesa dos nossos corpos, de nossas sexualidades, nossos erotismos e desejos, do que é saber e como saber, da produção da vida e da luta que do cotidiano que temos para construir uma sociedade justa e que não se limite a capacidade de ser, pensar, estar e existir. Ou seja, são lutas de todas as nossas vidas, para as quais tem sido fundamental um fazer pedagógico que contribua para materializar os horizontes políticos dos movimentos e que nesse percurso, por sua localização e consciência geográfica, tem vindo conjugando nas próprias resistências as confabulações contra o universalismo eurocêntrico misógino." (Tradução Livre).

metade do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus, especificamente, de trabalhadores e trabalhadoras de origem italiana, com uma certa experiência e compreensão de como funcionavam as bases sindicais na Europa. Diz-se que, então, começou-se a identificar que o Brasil também passava por muitas opressões no mundo do trabalho. Empregadores brasileiros exigiam longas e exaustivas jornadas de trabalho, com baixa remuneração do trabalho executado, com sérias consequências à sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores. Nesse contexto, a força de trabalho que chegava ao Brasil aliou-se a trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as) descontentes com a situação e com interesse em adquirir mais conhecimento em relação à luta pela busca de garantia e de direitos nas relações de trabalho. Embora esses(as) trabalhadores(as) nacionais, os(as) escravizados(as) e ex-escravizados(as) (LIMA, 2010), já houvessem participado de várias lutas e processos de resistência no contexto da escravização, as contribuições de imigrantes anarquistas foram importantes na construção de uma nova organização: o movimento sindical.

De início, ocorriam reivindicações de forma autônoma, através de grupos de trabalhadores (as), com o objetivo de enfrentar as opressões de trabalho e contra as condições desfavoráveis de sobrevivência, prezando pela autonomia do grupo e evitando vinculação com partidos políticos, dando voz ao chamado movimento anarco-sindicalismo. Esta orientação permeou as esferas do movimento operário durante as duas primeiras décadas do século XX, com estratégias revolucionárias, aversão ao Estado, prezando a liberdade individual de integrantes, fomentando a neutralidade política no interior dos sindicatos, promovendo ações sindicais revolucionárias. Foi responsável por desenvolver de forma espontânea a greve geral de 1917 em São Paulo, em protesto às opressões de trabalho vivenciadas em muitos anos pela classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2009). No entanto, como anarco-sindicalistas não tinham interesse em uma forma de organização mais institucionalizada, esses grupos foram perdendo vez para as organizações que se vinculavam a partidos políticos, no caso, o Partido Comunista[10]. Esse partido também tinha interesse em reivindicações no âmbito da luta de classes, só que envolvia, também, o aparato político-partidário (MELO, 2009).

[10] O Partido Comunista Brasileiro (PCB) "foi fundado em 25 de março de 1922. Convergia os ideais libertários do proletariado, no seu desenvolvimento e consolidação, foram sintetizados os processos de maturação de uma organização política que buscava conjugar dirigentes das lutas dos trabalhadores e representantes da intelectualidade e da cultura brasileira" (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2010).

Lideranças do Partido Comunista passaram a agir em defesa da permanência e do incentivo da luta por melhores condições de trabalho no movimento sindical, o que chamou a atenção do Governo Federal, que decidiu pela legalização do movimento sindical, de modo que pudesse controlá-lo (CRUZ, 2010).

Os sindicatos laborais urbanos foram regulamentados em 1931, na Era Vargas, quando passam a funcionar sob a tutela do Estado, com regulamentação pelo Ministério do Trabalho. Assim, ficou determinado que esse ministério ficaria responsável por acompanhar reuniões e pautas relacionadas ao movimento sindical, que deveria executar, a partir de então, a mediação entre patrões e empregados (as), bem como responsabilizar-se por medidas assistencialistas do Governo. Essa sindicalização tutelada pelo Estado foi regulamentada apenas para sindicatos urbanos, os sindicatos rurais não tiveram a mesma regulamentação, mas ainda assim surgiam alguns sindicatos no campo. Em Pernambuco (ainda no ano de 1914), José Elias, membro da Confederação Operária do Brasil, sob influência do anarco-sindicalismo, converteu 18 organizações de ajuda mútua em sindicatos (rurais e urbanos) independentes (COMBRIK, 2017). O Governo Vargas encontrou uma forma de regulamentar, mas também de regular e fiscalizar a competência dos sindicatos. Dessa maneira, o que os sindicatos faziam e como deveriam agir passaria a ser controlado pelo Estado (COMBRIK, 2017).

Paralelo ao desenvolvimento dos sindicatos urbanos, surgiram movimentos e organizações de trabalhadoras e trabalhadores no campo. Em 1950, deu-se a criação do primeiro sindicato rural no estado de Minas Gerais e, no mesmo ano, aconteceu o primeiro Congresso Estadual de Trabalhadores em Palmares – PE, que fomentou a criação, em 1954, das Ligas Camponesas, criadas para unificar as forças camponesas. A partir do surgimento de tais ligas, trabalhadoras e trabalhadores rurais passaram a assumir a função de criação de sindicatos rurais e de outras organizações locais. Em 1959, houve uma manifestação no estado de Pernambuco e, no ano seguinte, a atuação das Ligas Camponesas cresceria e se expandiria para o estado da Paraíba, inclusive, com figuras importantes, como Elizabeth Altino

Teixeira[11], líder camponesa, cujo marido, João Pedro Teixeira foi assassinado pela ditadura militar, em 1962.

O movimento sindical no campo, voltado à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, a partir da década de 1950, ocorreu através da formação de grupos e associações em busca de reconhecimento e valorização da profissão de trabalhador rural e das lutas pelos direitos deles, como: carteira assinada, 13° salário, horário de descanso e horário de trabalho, quando no campo não era regulamentada a sindicalização, que, até então, só o era no meio urbano. A Igreja Católica era uma das defensoras da luta por terra em favor dos trabalhadores do campo, bem como o Partido Comunista. A Igreja, quando adentrou nessa questão, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)[12] e da Comissão Pastoral da Terra[13], queria um movimento cidadão no campo, a favor da redistribuição de terra, mas sem interesse de abordar questões de classe. Assim, seria o Partido Comunista a dar início, no campo, ao debate relacionado a questões de classe, em termos marxistas[14], no âmbito do que passou a ser visto pelo Governo, à época, como "ameaça comunista" (CRUZ, 2010).

A Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base e das pastorais, ajudou a organizar movimentos pelo reconhecimento da mulher como trabalhadoras rurais. À medida

---

[11] Nascida em município de Sapé-PB, em 1925, branca e filha de família fazendeira e comerciante, casou-se com João Pedro Teixeira, trabalhador sem-terra e negro, enfrentando preconceitos familiares. Militou nas Ligas Camponesas e, em 1962, quando o companheiro foi assassinado, assumiu a liderança das Ligas, em Sapé, sofrendo diversas vicissitudes na família e na vida pública, chegando a ser presa em diversas ocasiões e tendo que viver na clandestinidade, adotando o nome de Marta Maria Costa, em decorrência do golpe militar de 1964 (BANDEIRA, SILVEIRA e MIELE, 1997). Parte da sua saga encontra-se no filme-documentário de Eduardo Coutinho, intitulado "Cabra marcado para morrer" (COUTINHO, 1984).

[12] As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades ligadas, principalmente, a setores progressistas, sobretudo, da Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Teologia da Libertação, se espalharam, principalmente, nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências em comum, compostas por membros insatisfeitos das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas (ARQUIDIOCESA DE CAMPINAS, 2012). As CEBs contribuíram para a formação de quadros politizados com tendências de esquerda, através de sistemáticas reuniões de grupos para refletir sobre textos bíblicos confrontados às realidades cotidianas (SCHIAVO, 2014).

[13] Em seus próprios termos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975 ligada ao setor progressista da Igreja Católica filiada à Teologia da Libertação e vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no contexto da ditadura militar. Sua criação ocorreu durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela CNBB, e realizado em Goiânia-GO. A CPT anuncia-se como resposta à grave situação de trabalhadores(as) rurais, posseiros e peões, sobretudo, na Amazônia, explorados e submetidos a condições análogas ao trabalho escravo, além de expulsos das terras que ocupavam. Para além do vínculo com a Igreja católica, a CPT adquiriu caráter ecumênico, tanto no que tange a trabalhadores(as) apoiados(as), quanto a agentes de outras igrejas cristãs, em especial, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (COMISSÃO PASTORA DA TERRA, 2010).

[14] Termo utilizado para definir pessoas que utilizam como base para entender o sistema socioeconômico de uma sociedade o materialismo histórico dialético, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels.

em que o Partido Comunista começou a se envolver na luta sindical no campo, a Igreja Católica também se manifestou em contribuir com as lutas que envolviam os movimentos agrários, na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Assim, embora sem a abordagem marxista de classe, era debatida a questão relacionada à luta pelo direito à terra, com viés de cunho assistencialista. O Partido Comunista e a Igreja Católica tinham interesse em contribuir com o movimento sindical rural no Brasil, sendo o primeiro abordando a luta de classes com viés partidário e a segunda ajudando na luta pelo direito à terra, sem acionar o viés de classe, através das CEB (Comunidades Eclesiais de Base) (MELO, 2009).

A partir da explosão das Ligas Camponesas, emergiram diversos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais pelo país na década de 1960, como: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), impulsionada pelo PCB; Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Sindicatos de Trabalhadores Rurais apareceram no cenário como entidades fortes e, no ano de 1962, foi possível a sua criação oficial, com amparo legal (CRUZ, 2008). Após a Lei 4.214/1963[15], do Governo João Goulart[16], que os regulamentou, houve a criação de confederação sindical.

Assim, trinta anos da aprovação da lei que regulamentou no Governo de Getúlio Vargas, em 1931, a criação dos sindicatos no Brasil, o Ministério do Trabalho fez uma convocatória para que todos os estados se reunissem em um evento onde fosse formada uma Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, pois, por todo o Brasil, trabalhadoras e trabalhadores do campo já estavam se reunindo de forma autônoma e criando ligas camponesas e associações no campo. Essa confederação foi criada em 1963, consolidando-se em 1964 no governo ditatorial, em um contexto que não era favorável à pauta trabalhista rural. O governo militar decidiu que não dava mais para reconhecer movimentos de luta no meio rural, passando a lidar com pedidos advindos dos governos estaduais e não mais as reivindicações de organizações e mobilizações rurais (RODRIGUES e LADOSKY, 2015).

---

[15] Esta lei também era conhecida como Estatuto Rural.

[16] Havia no governo um projeto de reformas sociais de base, inclusive, de Reforma Agrária, que não teve viabilidade, por desentendimentos da esquerda e o Partido Social Democrata (PSD), no que tange a como seria feita a indenização das terras desapropriadas. O PSD defendia indenização de acordo com o preço real de mercado e os partidos de esquerda não concordavam (HEIM e SILVEIRA, 2013).

Vale lembrar que desde a década de 1950 já se cogitava a possibilidade de um golpe militar. As classes mais ricas vinham preocupadas com a insurgência dos movimentos de luta e sobre como poderiam desestabilizar os movimentos sociais. Então, aliaram-se a militares para um golpe de estado, instituindo a ditadura militar, iniciada em 1964. Nos governos militares, os sindicatos ainda continuaram em vigor, porém de uma forma mais enfraquecida e muitos foram desfeitos, além de a maioria dos governos estaduais passarem a ter domínio sobre eles. Lideranças de alguns sindicatos eram ligadas ao Governo, não sendo atuantes no movimento sindical, estando ali como forma de controlar as ações dos sindicatos.

Em 1964, o governo militar elaborou o Estatuto da Terra, com a promessa da realização de uma Reforma Agrária no país, mas isso nunca aconteceu. O objetivo do Estatuto era apenas acalmar os movimentos populares que buscavam a democratização do acesso à terra no Brasil. A função de tal estatuto também viria como uma forma de controle dos movimentos rurais, para que esses não levantassem afrontes com a esperança de que fosse realizada a tão esperada reforma agrária (HEIM e SILVEIRA, 2013).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – assim denominada, originalmente no masculino, criada em 1963, passou a ser também regulada e fiscalizada pelos governos militares, que perseguiram e destituíram dirigentes sindicais, instituindo como representantes quem corroborava com o regime ditatorial, pessoas designadas apenas para dar a entender que a instituição ainda estava funcionando. No entanto, a atuação não representava de fato o que o movimento sindical buscava, que viria a ser a representação da luta pelos direitos dos trabalhadores, a resistência e o enfrentamento. A forma de atuação dos sindicatos que atuavam no sentido de amenizar divergências entre capital e trabalho, seguindo orientações do governo militar, passou a ser chamada de "sindicalismo pelego"[17]. Especialmente em situações relacionadas ao assistencialismo, muitas prefeituras municipais estimulavam e intervinham no processo de criação de sindicatos rurais para que conseguissem a aprovação do Fundo de Assistência ao Trabalhador – FUNRURAL[18], instituído pelo Departamento Nacional de Previdência Social.

---

[17] Termo conhecido pelo tipo de sindicalismo que não se comprometia e não contribuía para os avanços que a classe trabalhadora precisava (TOALDO, 2011).

[18] Lei complementar n° 11, de 25 de maio de 1971, com a finalidade declarada de beneficiar, com a seguridade social, o "produtor rural" (BRASIL, 1971).

Os governos militares tinham como controlar e saber o que os sindicatos estavam realizando e de que forma se articulavam, passando a exercer um controle sobre suas ações. Nesse contexto, o FUNRURAL serviu como mecanismo de controle do movimento sindical rural pelo regime civil-militar, que vigorou até final da década de 1960, quando ocorreriam articulações dos trabalhadores camponeses para a retomada das direções sindicais. Essas articulações tiveram ajuda de meios de comunicação, jornais e rádios, fazendo com que os integrantes do movimento sindical soubessem o que se passava no país em relação ao sindicalismo, mas de forma que a censura da ditadura militar não percebesse que se tratava de mensagens de levante. Eram enviadas mensagens subliminares, de modo que a censura da ditadura não descobrisse que essa comunicação estivesse sendo realizada (MELO, 2009).

Por seu turno, e na contramão da ditadura militar, outras forças sociais, em especial, no caso, a CPT e as CEBs, colaboraram de forma decisiva na luta pela redemocratização (CRUZ, 2010). Ambas, pela abrangência da sua atuação no país como um todo, através da Igreja Católica, comunicando-se não só com lideranças rurais, que se encontravam na representação dos direitos dos trabalhadores, mas também com as bases dos movimentos.

Com o enfraquecimento dos sindicatos pelegos, foram surgindo novas mobilizações, associações, manifestações e coletivos que lutavam pela terra, pelo direito de trabalhadores rurais, dando visibilidade a grupos específicos, inclusive, grupos de mulheres que contribuíram com a retomada das atividades do movimento sindical rural. De acordo com lideranças sindicais mais atuantes, a CONTAG passou a ser vista como enfraquecedora do movimento, pois com a mudança trazida pelo novo estilo de sindicalismo e de gestão governamental, com o fim da ditadura, ela não estava exercendo o papel de mobilização e enfrentamento da forma que os trabalhadores rurais precisavam e desejavam (RODRIGUES e LADOSKY, 2015). Restavam, ainda, na direção da Confederação, lideranças indicadas pelos governos militares, lideranças estas que agiam em favor de quem tinha feito as indicações e não de quem de fato representava o movimento sindical rural.

No contexto do enfraquecimento do governo ditatorial e do fortalecimento dos movimentos sociais e sindical, neste, com a retomada do poder para seus postos de liderança (mesmo com lideranças novas), surge o “novo sindicalismo” nas greves de 1978 no ABC Paulista, cujas origens vinculam-se a um amplo movimento social que se articularia ainda nos anos da ditadura e que daria origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) no ano de 1983.

O Novo Sindicalismo vinha a ser o movimento de organizações sindicais que atuavam na retomada do modelo de sindicato de antes de 1964, focando em encontros, congressos, reuniões e prezando pela construção de ideias e debates, dando uma nova roupagem política ao movimento. Alguns grupos confrontaram-se politicamente, resultando em um racha no movimento: o grupo que defendia a criação de uma central única, representado pela CUT, acusava o grupo da Coordenação das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) de ser pelego, por ainda manter contato com gestores que contribuíram com a permanência do governo militar no poder. O grupo que defendia a criação da CUT era conhecido por um trabalho mais combatente e sem a mediação de partido político no interior dos sindicatos (ZANETTI, 1993). Esse novo sindicalismo buscava bater de frente com o sindicalismo pelego, incomodando o sindicalismo de conveniência que, na época, a CONTAG estava exercendo. Sindicatos tanto urbanos, quanto rurais uniram-se e fundaram a CUT, buscando um entendimento democrático das relações de trabalho, destituindo o sindicalismo de conveniência até então operado pela CONTAG, que corroborava com os feitos do governo ditatorial (CAPELLIN, 1994).

A trajetória acima exposta e sintetizada no Quadro 1, a seguir, contribui para destacar o que poderíamos chamar de momentos paradigmáticos na trajetória do movimento sindical no Brasil, com o objetivo de, em seguida, apontar para a presença das mulheres na referida trajetória.

Quadro 1 - Elementos da Trajetória do Movimento Sindical Rural.

Ano	Processos e eventos
1900 – 1920	Organização operária brasileira e anarco-sindicalismo
1931	Regulamentação os sindicatos urbanos
1950	Organização de associações, grupos e Ligas Camponesas
1954	Formação da União dos Lavradores e trabalhadores agrícolas (ULTAB)
1960	Ampliação das Ligas Camponesas
01/1964	Reconhecimento legal da CONTAG
03/1964	Golpe militar reprimindo movimentos populares/ sindicalismo pelego
1967	Movimentos rurais começam a se rearticularem para retornar as direções dos sindicatos
1978	Rearticulação sindical com bloco combativo
1983	Fundação da CUT

Fonte: produzido pela autora desta dissertação, com base na literatura citada.

1.3 Mulheres no movimento sindical rural no Brasil

A dominação masculina (BOURDIEU, 2002) é um dos desafios nas relações de gênero nos meios rurais e no movimento sindical rural desde suas origens como MSTR à sua transformação em Movimento Sindical Rural de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTRs), no Brasil e no Piauí, cujo âmbito mulheres investiram/investem na luta das relações de gênero, construindo empoderamento, ocupando posições de liderança, na presidência de sindicatos e federações, em vice-presidências, diretorias, coordenações, etc. Assim, desenvolvem estratégias na luta pelo reconhecimento, pelo apoio mútuo entre mulheres, pelo fortalecimento como sujeitas políticas em defesa das pautas de igualdade de gêneros, com vistas à construção de identidades, ao exercício da liderança, à autonomia e emancipação (MORAES e PORTO, 2019).

A participação das mulheres no movimento sindical no Brasil encontra-se nas origens do movimento sindical. Segundo Reina (2014, p. 626), com base na perspectiva da Nova História e na perspectiva teórico feminista[19], há registros da presença das mulheres têxteis desde as greves de 1907, lutando pela inclusão na pauta de reivindicações, de demandas consideradas como prioritárias para as trabalhadoras, como o aumento dos salários, de melhores condições de trabalho, melhor tratamento nas relações laborais, redução da jornada de trabalho de 13 horas para 8 horas e a proibição do trabalho infantil. Embora abordando apenas o sindicalismo fabril, esta autora contribui com esta pesquisa ao afirmar que apenas nos anos de 1970 emergiria, como teoria e problemática da pesquisa sociológica, a distinção entre homens e mulheres na divisão social do trabalho, trazendo à tona a ideia de relações/oposições entre os sexos e questionando o antagonismo entre trabalho e emprego. Ela refere o sentido abordado por Elizabeth Souza Lobo (1991), quando esta autora diz que a classe operária tem dois sexos, observando que a repartição sexual do trabalho entre os sexos promove uma distinção "que se fez primeiro na produção, na estrutura atinente à divisão sexual do trabalho" (REINA, 2014, p. 627).

Quanto às trabalhadoras rurais, pode-se dizer que sua participação mais efetiva nos sindicatos e nos demais movimentos e organizações iniciou-se na década de 1980 (BONI, 2004), embora haja mulheres precursoras dessas lutas desde as Ligas Camponesas. De forma

[19] Para Vanderlay Santana Reina, "a história das mulheres vai além da perspectiva de um sujeito subalterno. Elas são consideradas os sujeitos invisíveis, isto porque dentro do subalterno as mulheres são mais invisíveis na história e também na ciência em relação aos homens (SCOTT, 1992; PERROT, 1994). [...]. Assim, nos afiliamos a Rago (1998) quando a autora identifica várias questões relacionadas às origens de opressão, da desvalorização das mulheres ou à natureza intercultural da família e seu papel na vida social". (REINA, 2014, p. 628).

massiva, esta presença emerge no contexto do final dos anos de 1970 e meados dos anos de 1980 no contexto da emergência de movimentos sociais diversos e de rearticulação do movimento sindical como bloco combativo, com mulheres participando de congressos, reuniões e eventos que o movimento sindical organizava. Grupos de mulheres, desde o início das lutas por melhores condições de trabalho, passaram a participar mais ainda e a discutir a possibilidade de estarem inseridas no movimento como sindicalizadas. Historicamente, esses grupos de mulheres estavam nos *fronts* das lutas, mas eram dependentes dos homens da família nos sindicatos. Mulheres urbanas e rurais passaram a pleitear o direito de se sindicalizar e participar oficialmente da luta sindical como sindicalizadas. No "IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, mulheres propõem moção de apoio à sindicalização feminina" (CAPPELLIN, 1994, p. 279).

No Brasil, o processo de organização de mulheres rurais contou com apoio da CPT e das CEBs, em um contexto em que se incentivava a criação de novos sindicatos. Com esse apoio, mulheres rurais começaram a, crescentemente, reivindicar melhorias nas condições de trabalho e maior autonomia, inclusive, no interior do, então, MSTRs que não pautava a valorização das trabalhadoras rurais (AGUIAR, 2015). A aproximação da Igreja Católica às mulheres do campo deu-se através de agentes pastorais, com orientações baseadas em teólogas feministas, que ajudaram na organização política dos grupos de mulheres rurais, em reuniões de formação, em debates contra a misoginia e sobre o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, a qual contribuía com a produção agrícola e com as atividades do movimento sindical rural (AGUIAR, 2015). Através da união entre política e cultura religiosa, por cuja transmissão no âmbito familiar, historicamente, tem como responsável as mulheres (mães, tias, irmãs mais velhas), a Igreja Católica encontrou uma forma de contribuir com famílias rurais, organizando-as politicamente, baseada no que pregava a Teologia da Libertação[20], contribuindo com a formação social e a organização política no campo.

A CPT e as CEBs contribuíram na organização política de mulheres rurais, de acordo com preceitos da Teologia da Libertação, incentivando a busca pelo reconhecimento da trabalhadora rural e de seu trabalho no processo da produção agrícola, uma realidade sobre a qual ainda vigorava a de "ajuda" (AGUIAR, 2015), como abordado na literatura

[20] Movimento liderado por Frei Leonardo Boff, no Brasil, até então, ligado à Igreja Católica, com o intuito de fortalecer pautas reivindicatórias relacionada às lutas no campo por dignidade, acesso à terra e formação política (RODRIGUES e LADOSKY, 2015).

socioantropológica (MORAES, 2003). Essas mulheres começaram a vislumbrar a possibilidade de se reconhecerem como trabalhadoras rurais, com direito à aposentadoria, aos direitos previdenciários, ao salário-maternidade, dentre outros.

Dessa maneira, a organização das mulheres rurais foi fundamental para que ocorresse a retomada das direções sindicais com pessoas que realmente lutavam pela solução de questões trabalhistas, com enfrentamento ao governo, e no trabalho de resistência de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Assim, surgiam grupos, coletivos, associações que debatiam questões voltadas às relações de gênero, ecoando temas dos movimentos feministas. Esses grupos de mulheres que lutavam por causas específicas foram se organizando e passando a reivindicar, também, o direito de se associarem a sindicatos cuja filiação ainda era destinada apenas aos homens da família.

Quando trabalhadoras rurais passaram a participar de forma mais ativa no movimento sindical, "o que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva" (CARNEIRO, 1994, p. 12). De forma gradativa, foram ampliando o comprometimento com a classe e gênero, contra a dominação masculina e discriminações sexistas no interior da divisão sexual do trabalho e do próprio movimento sindical – vistos, no sentido atribuído por Bourdieu (1989, p. 64), como campos políticos: "campo de forças" e "campo de lutas".

De fato, mulheres rurais e urbanas sempre participaram dos movimentos e enfrentamentos, embora o papel dessas mulheres, nessas atividades, não tivesse visibilidade. Impedidas de se filiarem a sindicatos, elas eram dependentes de seus pais, irmãos, maridos, sendo contempladas apenas com o serviço assistencialista que os sindicatos passaram a fazer, especialmente, para mulheres e crianças, na ausência de políticas públicas.

No Brasil, na abertura política após a ditadura, diferentes movimentos sociais uniam-se em defesa da democracia. De acordo com Cruz (2010), em 1986, no 1° Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, na cidade de Barueri, em São Paulo, as mulheres rurais saíram com a missão de arrecadar assinaturas nos seus estados para a criação de uma nova constituição, na qual os direito das mulheres rurais fossem explicitados como direito à documentação como trabalhadora, à licença maternidade e aos diretos previdenciários para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, somando-se a outras demandas sociais que seriam incorporadas pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Vale lembrar que com a reorganização do Movimento Sindical e o fim da ditadura militar, a defesa de uma nova constituição ganhou corpo, culminando na referida CF/88, alcunhada de “constituição cidadã”. A perspectiva era a de um governo democrático que contemplasse direitos e garantias para homens e mulheres. Mulheres rurais sentiam-se, especialmente, excluídas dos processos de garantias e direitos de forma cidadã.

Entretanto, a presença da mulher no movimento sindical rural, mesmo com muita contribuição do sindicalismo de resultado, sofreu resistência, pois, historicamente, esse era um espaço controlado por homens e, apesar de mulheres estarem inseridas em movimentos, em esferas de reivindicações por melhorias, o espaço organizado por mulheres no movimento sindical ainda não era bem visto no interior do próprio movimento. Mesmo com a garantia das cotas de participação de 30% destinados a mulheres, nem todos os diretores concordavam com esta política. Apesar de saberem que esse espaço poderia garantir uma participação mais democrática, a política de cotas para mulheres foi implementada nos anos 90, não por um desejo ou concordância de toda a direção composta por homens, mas porque a instituição a qual estavam vinculados determinou que o sistema de cotas no interior do sindicato devesse ser implantado, pois havia por parte da confederação a compreensão que esse tipo de política poderia garantir espaços mais democráticos no movimento sindical rural, impulsionada pela luta e voz das mulheres.

À época, integrantes do movimento feminista começaram a atuar em grupos formados por mulheres do campo, participando de reuniões, encontros e congressos. Assim, o contato de mulheres rurais foi-se ampliando na relação com outros grupos de mulheres de diferentes regiões e organizações e embora já inseridas em algumas organizações, foram percebendo que para debater pautas específicas de gênero era necessário estar incluída em movimentos de mulheres autônomas, em movimentos alternativos, fazendo com que o fortalecimento da compreensão pudesse contribuir também com a organização mista sindical, por exemplo, a respeito do título de propriedade da terra para mulheres casadas ou solteiras. Desse modo, como, naquele momento, o movimento sindical não contemplava outras questões que não as julgadas diretamente relacionadas ao âmbito das lutas sindicais, outros movimentos mais específicos foram surgindo, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento Sem Terra, o Movimento dos Afetados por Barragens, nos quais militavam homens e mulheres.

Como já afirmado, em 1986, aconteceu o primeiro encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais e em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (SALES, 2007) que reuniu as mulheres de vários movimentos. Desse modo, passaram a ser debatidas questões relacionadas às desigualdades de gênero, ao papel das mulheres no interior dos movimentos e às discussões que envolviam emancipação política e financeira dessas mulheres.

Nos anos 1990, no âmbito do Sindicalismo rural da CONTAG, foi constituída a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação, o que fortaleceria o debate sobre relações de gênero em um espaço historicamente dominado por homens. Em 1995, teve início a discussão sobre uma política de cotas para ser efetivada na CONTAG. Após três anos, no 7º Congresso Nacional, em 1998, a cota mínima de 30% de mulheres na Direção da CONTAG foi aprovada.

Vale ainda lembrar que sindicatos rurais da CONTAG/FETAG, gradativamente, passaram a ser compostos por pessoas assalariadas e não assalariadas. Esse fenômeno veio crescendo ao longo dos anos desde a criação da central. No final dos anos 1990, com a emergência do termo Agricultura Familiar[21], envolvendo o próprio movimento sindical da CONTAG e a academia (MORAES, 1998), observa-se o aumento da associação por trabalhadores e, principalmente, trabalhadoras rurais, provenientes da agricultura familiar (RODRIGUES E LADOSKY, 2015). As condições de mulheres rurais, assalariadas ou da Agricultura Familiar englobam múltiplas identidades, inclusive, as de trabalhadora-mãe, trabalhadora-esposa, trabalhadora-cuidadora, trabalhadora-líder sindical, etc. Dessa maneira, esses dois fatores – pertencer ao gênero feminino e ocupar posições múltiplas na estrutura socioeconômica, familiar, geram um produto do qual resultam as identidades dessas mulheres (CARNEIRO, 1994), o que guarda implicações com sua presença no movimento sindical.

Sem dúvida, a presença das mulheres no movimento sindical rural e a política de cotas garante a participação dessas mulheres no movimento sindical, mas nem sempre lhes garante

[21] O termo Agricultura Familiar ganha corpo nos anos 1990, com vistas à viabilidade de elaboração de políticas públicas que contribuíssem com a produção e possibilidade de utilização de equipamentos modernos que pudessem contribuir com a produção agrícola de estabelecimentos agrícolas não-patronais. Ampliando esta compreensão, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, definida como Lei da Agricultura Familiar, estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF e a definição de empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006). O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, foi instituído pelo Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e qualifica empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2017).

poder de decisão. Em muitos casos, as decisões passam pelo crivo da dominação masculina que, por sua vez, perpassa as relações sociais, incorporando-se nas formas de agir. Desta forma, imbrica-se nas relações, cultural e tradicionalmente, impregnando/orientando costumes e crenças, indo além do entendimento prático e comum (AMORIM e FIUZA, 2011).

Diante disso, no âmbito das relações de gênero no movimento sindical laboral rural, a luta das mulheres direcionou-se a criar dispositivos para se afirmarem como detentoras de conhecimento no campo da política e que lhes permitissem repensar seu cotidiano. As primeiras lutas deram-se pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, sendo seguidas por lutas pela igualdade de direitos no trabalho e no MSTRs, além da defesa de políticas públicas para mulheres rurais. No percurso, nos anos de 1990, esta sigla ganharia mais um "T", passando a denominar-se Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTRs, em todos os níveis (MORAES e PORTO, 2019).

No processo no 1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais – CNETR, ainda em 1994, foi assegurada a participação de diretoras da CONTAG como delegadas, assim como de duas trabalhadoras rurais por estados (CONTAG, 2003). De fato, em 1995, o 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais – CNTRs, decidiu pela participação efetiva de mulheres na diretoria da CONTAG, além da filiação desta à CUT. No mesmo ano foi oficializada estatutariamente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTRs, cuja coordenadora passou a integrar a diretoria da CONTAG. A CNMTR elegeu como sua coordenadora nacional Margarida Maria Alves da Silva (Hilda), líder sindical da Paraíba, assassinada, em 1983, por lutar por direito e igualdade para trabalhadores e trabalhadoras rurais, no STTR de Surubim/PE. Ela, hoje, nomeia a "Marcha das Margaridas" (MORAES e PORTO, 2019).

Nesta trajetória, o 6º CNTR pode ser considerado um marco, pois a partir dele o MSTR passou a designar-se Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), incorporando a participação efetiva das mulheres na Diretoria da CONTAG e nos demais níveis da estrutura do MSTTR. Além disso, incorporou o conceito de Agricultura Familiar[22] às suas formulações, iniciando a construção de um projeto alternativo de

[22] Nos anos 2000, o movimento sindical vinculado à CONTAG chegaria a uma divisão, iniciada pelo estado de São Paulo: sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras assalariados(as) e rurais, filiados à CONTAR e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar, filiados à CONTAG. O processo ainda se encontra em curso, inclusive, no Piauí, onde a FETAG-PI assume funções da CONTAR.

desenvolvimento rural, uma maior abertura para a questão das gerações, jovens e pessoas idosas.

A estrutura da CONTAG, das FETAGs e dos STTRs, passou a contar com a Secretaria de Mulheres, garantindo, assim, que houvesse uma diretoria específica para tratar de temas que levassem em consideração as especificidades das demandas das trabalhadoras rurais. Os congressos realizados pela Confederação e Federações passaram a tratar de temas sobre gênero e direitos das mulheres do movimento sindical rural, como: organização e luta das mulheres rurais, política transversal de gênero, geração e etnia, paridade de gênero nas diretorias das federações, entre outras.

1.4 Mulheres no MSTTR da CONTAG/FETAG-PI

Os movimentos de mulheres rurais no estado do Piauí podem ser vistos, simbolicamente, como herdeiros de "uma mulher que lutou até o fim dos seus dias pelo direito à terra no Piauí", como diz a CPT[23]. Antônia Maria da Conceição, Dona Antônia Flor, reconhecida no estado e em outros lugares do Brasil, foi assassinada no dia 1º de dezembro de 1984, no município de Piripiri-PI, em sua própria casa, terra onde vivia há 50 anos e na qual reivindicava o direito de continuar vivendo. Morreu por resistir à expropriação, transformando-se em símbolo da luta pela terra.

Antônia Flor não viveu para ver/participar o/do avanço de trabalhadoras rurais como ela, hoje vinculadas ao movimento sindical filiado à CONTAG e à FETAG-PI, que também lutam pelo direito de viver e trabalhar na terra. São agricultoras familiares, extrativistas e/ou assalariadas rurais. Apesar da CONTAG, atualmente, abranger trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar, a FETAG-PI tem mantido o compromisso de continuar atendendo a associados e associadas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR. No que tange à presença de mulheres na representação sindical da FETAG-PI/CONTAG, no estado do Piauí[24], a partir dos anos de 1990, a história

[23] Ligada à Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra surgiu em 1975, em um encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, na cidade de Goiânia (GO), com o objetivo de contribuir com a organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo, que, naquele momento, estavam sendo perseguidos no período da ditadura militar (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).

[24] No Piauí, além do movimento sindical vinculado à CONTAG/FETAG, existe uma pluralidade de movimentos no âmbito rural, muitos dos quais congregam, inclusive, mulheres sindicalistas vinculadas à FETAG-PI. Alguns

está por ser contada, sobretudo, com protagonismo narrativo das próprias mulheres (MORAES e PORTO, 2019). Por hora, podemos afirmar que a trajetória de mulheres-trabalhadoras-rurais, na luta pela equidade de gêneros neste movimento sindical é marcada por muitos desafios, estratégias de resistência e lutas (MORAES e PORTO, 2019).

Conforme já foi dito, a luta pela equidade de gênero no MSTTRs não pode ser vista de forma isolada do longo processo de organização política e reorganização sindical, envolvendo atores, lutas e pautas diversas – da presença feminina no mercado de trabalho à novas temáticas, na cidade e no campo – no Brasil, a partir dos anos de 1970. O mesmo pode ser dito em relação ao Piauí que, no referido ano de 1970, vivia o preâmbulo de um processo de transformações substanciais em sua estrutura econômica.

Nas décadas seguintes, a presença crescente do agronegócio redirecionaria políticas de desenvolvimento, problemática ambiental, além da vida de trabalhadores(as) rurais (MORAES, 2006) no estado. Povos camponeses vivendo em situações, predominantemente, de moradia, meação, arrendamento, nos marcos das relações de patronagem-dependência e de agricultura familiar camponesa (MORAES, 2000), seriam submetidos a relações de assalariamento, em um processo de disciplinamento dos corpos, sobretudo, racializados, de uma geração que, a partir dos anos 2000, passava da agricultura familiar camponesa para o trabalho assalariado em grandes fazendas do agronegócio (REIS, 2010), algumas delas, registra Masulo (2014), com trabalho escravo (MORAES e PORTO, 2019).

No processo, o movimento sindical de trabalhadores(as) rurais amplia-se no estado, coincidindo com o avanço da organização de mulheres rurais no país. Assim, ganharia espaço a presença fática de mulheres na estrutura sindical municipal e estadual, em posições de liderança, em processos de negociação coletiva e de formação, dentre outras pautas, além da participação em disputas eleitorais para cargos legislativos nos planos municipal e estadual.

---

desses movimentos são protagonizados por mulheres, tais como: o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CMTR/PI), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Rede de Mulheres Produtoras do Piauí, Rede de Artesãs de Esperantina. Outros movimentos contam com presença ativa de mulheres, a exemplo de: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Piauí (FETRAF/PI), Movimento Sem Terra (MST/PI), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (CECOQ), Fórum Estadual de Economia Solidária, Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido, Rede Piauiense de Agroecologia. Vale lembrar, como diz Picolotto (2018), quando fala sobre a pluralidade sindical no campo, no Brasil, que também no Piauí, ela dá sinais, sobretudo, a que resulta da bifurcação CONTAG e CONTAR. Nesta pesquisa, consideramos CONTAG/FETAG-PI, uma vez que a CONTAR ainda vem atuando no estado através da FETAG.

Tudo isso em um campo de tensionamento cotidiano, nas arenas intra e extra sindical, uma vez que ainda são inúmeros os desafios nas relações de gênero no MSTTRs.

A mobilização e crescente participação ativa no MSTTRs, em seus vários níveis, resultou no aumento da sindicalização de mulheres, no reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários, no crescimento do número de STTRs presididos por mulheres, no aumento do número de mulheres em cargos de direção nos STTRs, na FETAG e na CONTAG, nas diversas comissões cuja criação também avançou. Sem dúvida, há um processo de empoderamento, com maior visibilidade do papel produtivo, político, social e organizativo das mulheres e de sua autoestima, a qual guarda estreita relação com envolvimento em projetos de formação continuada, sobretudo, na ENFOC/PI, cujo plano de formação para mulheres rurais enfatiza a formação política em parceria com universidades e outras instituições do campo da educação, além da reflexão sobre relações de gênero e da assessoria de gênero, na estrutura organizacional (MORAES e PORTO, 2019).

Esta participação ativa das mulheres rurais reconhecendo-se como sujeitas políticas com direito a posições de liderança, construção da emancipação e de autonomia não se dá de forma isolada, mas em articulação com outros movimentos sindicais e sociais, a exemplo da Marcha das Margaridas, das lutas pela titulação conjunta da terra na Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, das demandas pelo PRONAF Mulher, da organização e participação efetiva nas conferências regionais e estadual de políticas para mulheres, da articulação e mobilização na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, para aprovação da Lei Agrícola Estadual, como um projeto de lei popular (MORAES e PORTO, 2019).

As políticas de cotas voltadas à equidade de gênero impactaram o MSTTRs, com forte presença de mulheres nos espaços deliberativos e formativos e nas ações de massa, incorporando novos temas à agenda sindical. Dentre estes, a organização da juventude e de pessoas idosas. Por seu turno, a participação das mulheres no PADRS[25], trouxe-lhes formação para assumirem cargos de direção, além da articulação com outras mulheres que assumem esses cargos para pensarem políticas voltadas à igualdade de gênero. Nota-se, ainda, mulheres sendo candidatas e/ou eleitas para cargos executivos e legislativos municipal e estadual. Tais

[25] "Projeto político do MSTTR para o desenvolvimento do campo, da floresta e das águas, cujos pilares estruturadores são a realização da reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar e condições de vida e trabalho com justiça e dignidade" (CONTAG, 2003, p. 2).

conquistas constituem um capital social que incide na construção de novas estratégias para novos enfrentamentos intra e extra movimentos sindicais (MORAES e PORTO, 2019).

Para fins de uma melhor compreensão da presença das mulheres na FETAG/PI, lembramos que esta foi criada em 1970, através dos documentos que regulamentaram os sindicatos dos municípios de Amarante, Angical, Campo Maior, Teresina e Monsenhor Gil[26]. Para se criar uma federação estadual, a exigência é de, no mínimo, cinco sindicatos municipais ou intermunicipais.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vinculado à FETAG/CONTAG apresenta na federação a seguinte estrutura: Presidência, Vice-presidência, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças e Administração, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Política Agrária, Secretaria de Meio Ambiente e Política de Convivência com o Semiárido, Secretaria de Formação e Organização Sindical, Secretaria Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Secretaria Estadual de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Secretaria da Terceira Idade.

Esse MSTTRS é composto, atualmente, no Piauí, por 16 polos sindicais, sendo eles: Polo de Campo Maior, Polo de Curimatá, Polo de Canto do Buriti, Polo de Esperantina, Polo de Floriano, Polo do Médio Parnaíba, Polo de Oeiras, Polo de Parnaíba, Polo de Paulistana, Polo de Picos, Polo de Piripiri, Polo de São Raimundo Nonato, Polo de Simplício Mendes, Polo de Teresina, Polo de Valença, Polo de Vale do Gurguéia, totalizando 224 sindicatos rurais distribuídos nos municípios piauienses.

Por mais que as mulheres trabalhadoras rurais do Piauí se mostrassem dispostas a se empoderar e assumir um processo de resistência na luta do movimento sindical, enfrentavam bastantes dificuldades em relação a questões relacionadas ao machismo, a preconceitos, inclusive, nos âmbitos familiar e de pessoas conhecidas que não aprovavam a saída do espaço doméstico para que pudessem se organizar politicamente (CRUZ, 2010).

No Piauí, a organização de mulheres rurais não se restringe ao MSTTRs. Em 1987, quando mulheres rurais pautavam demandas para uma nova constituição federal, foi criado no estado o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CMTR, a partir de uma provocação lançada em assembleia da CPT. Na ata de fundação, constam nove mulheres fundadoras do Coletivo. Algumas delas já faziam parte do movimento de igreja, como CPT e CEBs,

[26] Municípios localizados na Mesorregião Piauiense Centro-Norte e nas Microrregiões de Teresina, Campo Maior e Médio Parnaíba.

Organização de Apoio à ação Social da Igreja Católica (Cáritas), outras representando instituições, como o Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Ainda no Piauí, as instituições vinculadas à Igreja Católica, como CPT e Cáritas, foram fundamentais para estimular mulheres a se organizarem em grupos. À época, na década de 1980, a presença das mulheres rurais participantes das reuniões do coletivo não era fixa, não tinha frequência constante nas reuniões agendadas, pois enfrentavam dificuldades, desde sair de casa, tendo que deixar suas crianças com outra pessoa, ter que fazer o trabalho doméstico, o serviço na produção agrícola e ainda o trabalho voluntário no coletivo. Tais dificuldades eram estopins de conflitos no interior de famílias, pois, além de tudo, a participação no coletivo não traria "dinheiro para casa", mesmo que as instituições que ajudaram a formar o coletivo, estivessem financiando a causa (CRUZ, 2010).

As participantes do coletivo estavam organizando-se politicamente, mas historicamente ao homem sempre coube esse direito legitimado, portanto, a possibilidade de estarem inseridas nesse espaço e contribuir com as decisões políticas do coletivo eram muito importantes. Assim, não foi fácil conseguir que os homens da própria família compreendessem que as mulheres também poderiam exercer esse papel. Muitas desistiam de participar do coletivo para evitar transtornos em suas casas (CRUZ, 2010).

Embora a presença e participação de mulheres nos trabalhos, no campo, seja na plantação, nos tratos culturais, na colheita, seja na casa, inicie-se desde a infância, ainda crianças, em atividades diversas, como ajudar a mãe a levar refeições para trabalhadores(as), na lida com animais pequenos, ajuda nos cuidados com hortas, com irmãos e irmãs mais novos(as) (MORAES, 2003), sua participação nas atividades agrícolas sempre era vista como a de ajudantes do "produtor", que, geralmente, era o pai, o irmão e/ou o marido, no âmbito de uma cultura patriarcal na qual a figura feminina é estereotipada/reforçada nesse aspecto, de acordo com uma melhor aceitação social, no caso, ligada ao âmbito doméstico.

No meio do movimento sindical rural também ocorreu dessa forma, mulheres vinculavam-se aos sindicatos como dependentes dos homens da família. No entanto, a presença dessas mulheres nas lutas sindicais aconteceu bem antes do que documentos da FETAG-PI mencionam. Nos anais da instituição consta que só passou a ter congresso da FETAG-PI a partir de 1996 e com menção à participação de mulheres três anos após essa data,

portanto, em 1999. No entanto, esta presença começou antes, nas comissões de mulheres e nas reuniões dos coletivos (informação obtida em conversa informal com a Secretária Geral da FETAG-PI).

No 1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais – CNETR, ainda em 1994, foi assegurada a participação de diretoras da CONTAG, como delegadas, assim como de duas trabalhadoras rurais por estados, conforme já afirmado. Em dezembro de 1994, após a determinação do Congresso da CONTAG, foi criada na FETAG-PI, a Coordenadoria Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CEMTR-PI, vinculada à Secretaria Geral da Federação e cujo regimento interno foi aprovado somente em 1995. A primeira coordenadora de mulheres na FETAG-PI, com mandato de dois anos, foi Maria Rosalina dos Santos, que já havia sido presidente do sindicato de Queimada Nova-PI.

Em 1996, a FETAG teria a primeira mulher, Fátima Rodrigues, do sindicato de Santa Luz, em sua executiva, como Secretária Geral, e cinco mulheres constavam na suplência de cargos de direção, com algumas delas assumindo a titularidade por certo período (MORAES e PORTO, 2019). Progressivamente, as trabalhadoras foram ampliando seus espaços no MSTTRs. De 1997 a 1999, ocorreu o segundo mandato da CEMTR, com Eunice Maia da Silva, do sindicato de Matias Olímpio. Em 1998, a aprovação da Política de Cota de Mulheres, na Federação, no Conselho Deliberativo da FETAG-PI, cuja implementação, em 1999, iniciou-se a partir do segundo Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CETTRs, quando foi eleita a primeira Coordenadora de Mulheres estatutariamente, Maria de Lourdes Lima Lisboa, do STTR de Piripiri. No Piauí, em 1999, uma mulher ocuparia o cargo de vice-presidenta da FETAG: Francisca Gilberta de Carvalho, conhecida como “Caçula” (MORAES e PORTO, 2019), do município de Paulistana.

Na FETAG-PI, a CEMTR é composta por uma representante de cada um dos Polos Sindicais dos dezesseis existentes no estado. Em cada um dos STTRs, existe a Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CMMTRs, com representantes de localidades rurais de cada município.

Tais comissões voltam-se, a par de outros objetivos, para: 1) defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, assalariadas ou da Agricultura Familiar, incorporando gradativamente pautas de gênero; 2) fazer cumprir o regimento interno das comissões em seus diversos níveis e que o maior número possível de mulheres seja incluído no Programa

Nacional de Agricultura familiar – PRONAF; 3) fazer cumprir a política de cotas no MSTTRs; 4) a implementar o PADRS; 5) garantir a participação de mulheres em mesas de negociações coletivas de trabalho[27] (MORAES e PORTO, 2019).

Quanto às coordenadoras regionais dos polos sindicais, estas têm o papel de acompanhar as eleições dos STTRs de cada polo; garantir que a política de cotas seja respeitada na formação das chapas dos sindicatos; garantir a participação de 50% de mulheres nos eventos de formação nos sindicatos dos polos; trabalhar a campanha de sindicalização e contribuição confederativa nos sindicatos e comunidades locais, juntamente com a diretoria dos STTRs. Além destas obrigações organizacionais do movimento sindical, cabe-lhes denunciar todos os casos de violência contra mulheres trabalhadoras rurais (MORAES e PORTO, 2019).

Uma das culminâncias desse processo, no estado, pode ser vista na presença de mulheres em posições de liderança no MSTTRs, na institucionalização da Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais, da FETAG-PI, de Coletivos Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais e de Coordenadorias Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, nos STTRs. Também no processo de formação promovido pela ENFOC, pelo qual tanto mulheres iniciantes no movimento sindical, quanto as mais antigas na luta, dialogam e constroem com base em uma pedagogia mais horizontalizada, articulações entre teoria e prática, em diálogos internos e externos. Essa institucionalização tanto resulta das formações em gênero, quanto alimenta as lutas sociais e sindicais, em sentido amplo, e de mulheres rurais em defesa do reconhecimento como trabalhadoras rurais e como atores políticos (MORAES e PORTO, 2019).

Abaixo, o Quadro 2 apresenta as informações e momentos paradigmáticos do sindicalismo no Brasil, mostrando quando passa a ter sindicalismo rural e neste quando é que as mulheres passam a fazer parte como sindicalizadas, baseado em informações já mencionadas nesse trabalho e em dados coletados através de documentos analisados, disponibilizados pela FETAG-PI, sobre a inserção das mulheres no movimento sindical rural no Piauí e conversas informais com assessoras da FETAG-PI.

---

[27] Como representante e integrante de diretorias de sindicatos rurais, negociando melhores condições nas relações de trabalho para os associados assalariados.

Quadro 2 - Elementos de uma trajetória Movimento Sindical Rural vinculado à FETAG-PI.

Ano	Processo e eventos
1962	Ano de criação do sindicato rural de Teresina – PI
1963	Ano de criação dos sindicatos rurais de: Amarante, Angical e Campo Maior – PI
1969	Ano de criação do sindicato de Monsenhor Gil - PI
1970	FETAG –PI é criada
1983	Formação da CUT – Novo Sindicalismo
1987	Formação do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Piauí
1993	Aprovação da cota para mulheres nas direções sindicais nacional, estatuais e regionais
1994	Criação do CEMTR- PI, Conselho Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí
1995	1° Coordenação de Mulheres
1996	1° mulher que assume como Secretária Geral da FETAG-PI
1998	Aprovada política de cotas no conselho deliberativo da FETAG-PI
1999	1° Coordenação de Mulheres Estatutária no PI.
1999	1° mulher Vice-presidente da FETAG-PI
2014	1° mulher na Presidência da FETAG-PI (até o ano de 2021)

Fonte: produzido pela autora desta dissertação, com base em pesquisa de campo e documental.

Diante do exposto ao longo deste capítulo, podemos constatar que as mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e no Piauí, mesmo em um cenário de muitas dificuldades, conseguiram ter visibilidade e protagonismo quanto ao seu próprio processo de empoderamento e autonomia, em processos de lutas e resistência. Todo esse processo foi e é imprescindível para garantir a manutenção dos direitos conquistados. No próximo capítulo, podemos verificar com mais detalhes como funciona a estrutura da CONTAG e FETAG-PI e como a atuação das mulheres do movimento sindical rural é exercida nela.

CAPÍTULO II – MULHERES NA ESTRUTURA DO MSTTR DA FETAG-PI: LUGARES E FUNÇÕES

"Cansei de ser domesticada, quero andar com os próprios pés.
Organizar a rebeldia e assim deixar de ser refém".[28]

A partir da base documental e da pesquisa de campo, em diálogos com a literatura especializada, apresento a estrutura da FETAG-PI, os lugares nela ocupados por mulheres, dando visibilidade à presença e atuação dessas mulheres no MSTTR, desta Federação no estado. Segundo Louis (2006),

> [...] o pesquisador que realiza alguma produção que tenha em evidência o contexto de questões de gênero, deve levar em consideração os marcadores que contribuem para a designação do termo, a exemplo o patriarcado, a dominação masculina, a relação de dominação entre os sexos e a crítica da igualdade entre os sexos (LOUIS, 2006, p. 722).

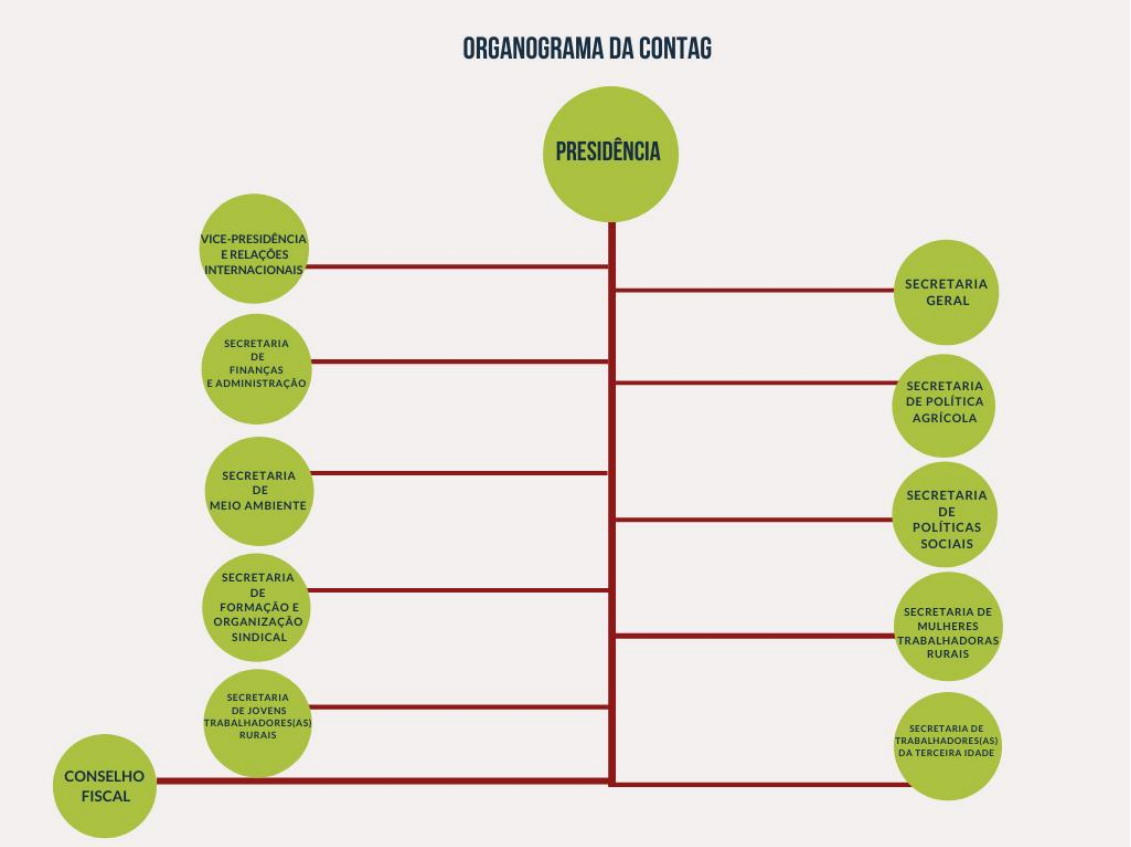
Assim sendo, além da estrutura da federação, também apresento mapas dos polos sindicais do MSTTR no estado, com destaque para a presença de mulheres em cargos de direção nos níveis local, nos polos e nas coordenações estaduais da FETAG, identificando essas sujeitas, assim como pautas e demandas.

2.1 Lugares ocupados por mulheres nas estruturas da CONTAG e da FETAG-PI

2.1.1 Na CONTAG

[28] Letra da canção "Andar com os próprios pés". Autoras: Eula Martins, Maria Monte e Marlis Fagundes. Integrantes do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA.

Figura 15 - Organograma da CONTAG.



Fonte: produzida pela autora dessa dissertação com base nas informações do site da CONTAG.

Quadro 3 - Períodos de mandatos com levantamento de mulheres que ocuparam cargos de direção na CONTAG, de 1995 ao ano de 2021.

Período de Mandato	**Nomes**	**Cargos**
Executiva da CONTAG do 6° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
1995 - 1998	Francisco Urbano Araújo Filho	Presidente
1995 – 1998	Avelino Ganzer	Vice-presidente
1995 – 1998	Francisco Miguel de Lucena	Secretário Geral
1995 – 1998	Hilário Gottselig	Tesoureiro Geral
1995 – 1998	Sebastião Neves Rocha	Secretário de Organização e Formação Sindical
1995 – 1998	Francisco Sales de Oliveira	Secretário de Política Agrária
1995 – 1998	Alberto Hercílio Broch	Secretário de Política Agrícola
1995 – 1998	Guilherme Pedro Neto	Secretário de Política Salarial

1995 – 1998	Airton Faleiro	Secretário de Políticas Sociais
Executiva da CONTAG do 7° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
1998-2001	Manoel José dos Santos	Presidente
1998-2001	José Gerônimo Brumatti	1° Vice-presidente
1998-2001	Francisco Urbano Araújo Filho	2° Vice-presidente
1998-2001	Agnaldo Dos Santos Meira	Secretário Geral
1998-2001	Maria do Ó do Nascimento Melo	1° Secretária
1998-2001	Hilário Gottselig	Secretário de Administração e Finanças
1998-2001	Mário Plefk	1° Tesoureiro
1998-2001	Alberto Ercílio Broch	Secretário de Política Agrícola
1998-2001	Sebastião Neves Rocha	Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente
1998-2001	Guilherme Pedro Neto	Secretário de Assalariados
1998-2001	Maria da Graça Amorim	Secretária de Políticas Sociais
1998-2001	Maria de Fátima Rodrigues da Silva	Secretário de Formação e Organização Sindical
1998-2001	Raimunda Celestina da Mascena	Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Executiva da CONTAG do 8° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
2001-2005	Manoel José dos Santos	Presidente
2001-2005	Alberto Ercílio Broch	Vice-presidente 1°
2001-2005	Manoel Cândido da Costa	Vice-presidente 2°
2001-2005	Hilário Gosttselig	Secretário Geral
2001-2005	Maria do O Nascimento Melo	1° Secretária
2001-2005	Juraci Moreira Souto	Secretário de Finanças e Administração
2001-2005	José de Jesus Santana	1° Secretário de Finanças e Administração
2001-2005	Airton Luiz Faleiro	Secretário de Política Agrícola
2001-2005	Guilherme Pedro Neto	Secretário de Assalariados
2001-2005	Maria da Graça Amorim	Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente
2001-2005	Francisco Miguel de Lucena	Secretário de Formação e Organização Sindical
2001-2005	Maria de Fátima Rodrigues da Silva	Secretária de Políticas Sociais

2001-2005	Raimunda Celestina de Mascena	Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2001-2005	Simone Battestin	Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Executiva da CONTAG do 9° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
2005 - 2009	Manoel José dos Santos	Presidente
2005 – 2009	Alberto Ercílio Broch	Vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais
2005 – 2009	David Wylkerson Rodrigues de Souza	Secretário Geral
2005 – 2009	Juraci Moreira Souto	Secretário de Finanças e Administração
2005 – 2009	Raimunda Celestina de Mascena	Secretária de Formação e Organização Sindical
2005 – 2009	Antonio Lucas Filho	Secretário de Política Agrária e Assalariadas Rurais
2005 – 2009	Paulo de Tarso Caralo	Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente
2005 – 2009	Antonino Rovaris	Secretário de Política Agrícola
2005 – 2009	Alessandra da Costa Lunas	Secretário de Políticas Sociais
2005 – 2009	Carmem Helena Ferreira Foro	Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2005 – 2009	Maria Helenice Anastácio	Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Executiva da CONTAG do 10° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
2009 - 2013	Alberto Ercílio Broch	Presidente
2009 - 2013	Alessandra da Costa Lunas	Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais
2009 - 2013	David Wylkerson Rodrigues de Souza	Secretário Geral
2009 - 2013	Manoel José dos Santos	Secretário de Administração e Finanças
2009 - 2013	William Clementino da Silva Matias	Secretário de Política Agrária
2009 - 2013	Antonino Rovaris	Secretário de Política Agrícola Rurais
2009 - 2013	José Wilson de Souza Gonçalves	Secretário de Políticas Sociais
2009 - 2013	Juraci Moreira Souto	Secretário de Formação e Organização Sindical
2009 - 2013	Carmem Helena Ferreira Foro	Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2009 - 2013	Maria Elenice Anastácio	Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
2009 - 2013	Natalino Cassaro	Secretário de Trabalhadores(as) Rurais da Terceira Idade

Executiva da CONTAG do 11° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
2013-2017	Alberto Ercílio Broch	Presidente
2013-2017	Willian Clementino Da S. Matias	Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais
2013-2017	Dorenice Flor da Cruz	Secretária Geral
2013-2017	Aristides Veras dos Santos	Secretário de Administração e Finanças
2013-2017	Zenildo Pereira Xavier	Secretário de Política Agrária
2013-2017	David Wylkerson R. de Souza	Secretário de Política Agrícola
2013-2017	Elias D'Angelo Borges	Secretário de Assalariados(as) Rurais
2013-2017	Antonino Rovaris	Secretário de Meio Ambiente
2013-2017	José Wilson Sousa Gonçalves	Secretário de Políticas Sociais
2013-2017	Juraci Moreira Souto	Secretário de Formação e Organização Sindical
2013-2017	Alessandra Costa Lunas	Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2013-2017	Maria José Morais da Costa	Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
2013-2017	Maria Lúcia Santos de Moura	Secretário de Trabalhadores(as) Rurais da Terceira Idade
Executiva da CONTAG do 12° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais		
2017-2021	Aristides Veras dos Santos	Presidente
2017-2021	Alberto Ercílio Broch	Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais
2017-2021	Thaisa Daiane Silva	Secretária Geral
2017-2021	Juraci Moreira Souto	Secretário de Finanças e Administração
2017-2021	Elias D'Angelo Borges	Secretário de Política Agrária
2017-2021	Antonino Rovaris	Secretário de Política Agrícola
2017-2021	Rosmari Barbosa Malheiros	Secretário de Meio Ambiente
2017-2021	Edjane Rodrigues Silva	Secretário de Políticas Sociais
2017-2021	Carlos Augusto Santos Silva	Secretário de Formação e Organização Sindical
2017-2021	Mazé Morais	Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2017-2021	Mônica Bufon Augusto	Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
2017-2021	Josefa Rita da Silva	Secretária de Trabalhadores(as) Rurais da Terceira Idade

Fonte: pesquisa documental realizada pela autora desta dissertação.

Na estruturação da atual gestão 2021-2025, a Diretoria Executiva da CONTAG apresenta a seguinte composição:

Presidência: Aristides Veras dos Santos (FETAP/PE);
Vice-presidência e Secretaria de Relações Internacionais: Alberto Ercílio Broch (FETAG/RS);
Secretaria Geral: Thaisa Daiane Silva (FETTAR/MS);
Secretaria de Finanças e Administração: Juraci Moreira Souto (FETAE/MG);
Secretaria de Políticas Agrárias: Alair Luiz dos Santos (FETAEG/GO);
Secretaria de Política Agrícola: Vânia Marques Pintos (FETAG-BA);
Secretaria de Meio Ambiente: Sandra Puala Bonetti (FETAEP/PR);
Secretaria de Políticas Sociais: Edjane Rodrigues Silva (FETAG/AL);
Secretaria de Formação e Organização Sindical: Carlos Augusto Santos Silva (FETAGRI/PA);
Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Maria José Morais Costa (Mazé Morais (FETAG/PI);
Secretária de Jovens Trabalhadores (as) Rurais: Mônica Bufon Augusto (FETA/ES);
Secretaria de Trabalhadores (as) Rurais da Terceira Idade: Antônio Oliveira (FETASE/SE);
Conselho Fiscal: Manoel Candido da Costa (RN), Marleide Fernandes da Silva Santos (PB), Antoninho Rovaris (SC), Luciene das Chagas do Nascimento (AC).

Como se pode observar, a CONTAG, através da composição de sua diretoria, mostra que ao longo do tempo vem cumprindo o que diz respeito aos acordos deliberados nos congressos promovidos por ela em relação à paridade de gênero, visto que ao longo do período analisado o número de mulheres foi crescendo, chamando atenção pelos cargos ocupados nas diversas diretorias, se tornando uma diretoria paritária no momento atual. Foi possível perceber ainda que há a permanência de alguns diretores, sobretudo homens, desde o ano de 1995 até o momento.

2.1.1.2 Deliberações dos congressos da CONTAG do período de 1995 aos dias atuais

O Projeto alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, que objetivou integrar a pauta de direitos e respeito ao trabalho realizado pelas mulheres foi aprovado no 6°congresso em 1995. Por este motivo, foi escolhida essa data para fazer análise do que ficou definido nas deliberações dos congressos da confederação.

6° Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

Até 1995, a diretoria da CONTAG era composta somente por homens. O título do evento, até essa data, só fez menção aos trabalhadores rurais, suprimindo a nomenclatura no feminino, pois não era algo que até então havia tido relevância para o movimento sindical.

7° Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Neste congresso, foi "aprovada a cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias do movimento" (CONTAG, 1998, p. 06), uma proposta que visou contribuir com o combate à discriminação no MST. Na ocasião,

> "[...] As delegadas e degelados do 7° CNTR decidiram incluir nos estatutos da CONTAG a obrigatoriedade de cota, de no mínimo, 30% de participação das mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias de direção da Confederação. Decidiram também, pela inclusão estatutária, com direito a voto da coordenadora do CNMTR na executiva da CONTAG." (CONTAG, 1998, p. 44)

Para além da cota mínima de participação de mulheres, o movimento definiu também a criação do cargo de Coordenadora de Mulheres, na instância do quadro das diretorias da confederação e das federações, com o objetivo de modificar as situações de desigualdade de gênero no MSTR.

8° Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Os anais deste congresso mostram como o evento Marcha das Margaridas contribuiu nacionalmente e internacionalmente para que as pautas das mulheres rurais tivessem mais visibilidade, pois mais de 20 mil mulheres marcharam reivindicando pautas para as mulheres rurais que, até então, não haviam sido atendidas. Segundo o registro, a

> Marcha das Margaridas, construída e coordenada pela CONTAG, FETAG's e STR's em conjunto com entidades parceiras, foi reconhecidamente a maior manifestação de mulheres já realizada na história do país. Foram 20 mil trabalhadoras rurais, mobilizadas de maneira irreverente e ousada nas avenidas de Brasília. A Marcha foi resultado do envolvimento de mais de 1 milhão de mulheres trabalhadoras rurais que em todo o país se mobilizaram para discutir as reivindicações a serem trazidas a Brasília e para a obtenção dos recursos que assegurassem a viagem e a participação de suas representantes. (CONTAG, 2001, p. 45)

Foram pontuadas propostas de modo a contribuir com as desigualdades de gênero no movimento, orientando que os órgãos ligados ao MSTR recebessem orientações e menções que deixassem clarividente a porcentagem de 30% de cota de participação para mulheres no MSTR, mostrando ainda que não foi respeitado o que já havia sido deliberado nos congressos anteriores em relação à capacitação em atividades formativas, de pelo menos 50% das mulheres sindicalistas que participam dos STTRS. Nesse sentido, é necessário mostrar a resistência em relação ao que foi pactuado em eventos anteriores.

As menções sobre a pauta de mulheres passaram a fazer parte das deliberações em congresso, levantando questões relativas aos temas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, como também sobre as dificuldades que essas mulheres enfrentavam em casa, relacionada à violência, se comprometendo a aprofundar estudos, pesquisas e debates sobre o tema, bem como se atentando para viabilizar a comprovação da atuação da trabalhadora rural, para fins de aposentadoria, visto que o seu trabalho, em grande parte das situações, ainda era visto como "ajuda" e muitas acabavam sendo prejudicadas em relação à comprovação legal sobre as atividades que exerciam e garantia de seus direitos.

9° Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

As questões relacionadas à agroecologia e à saúde da mulher rural tiveram mais força no debate, pois foi observado que em todas as situações relacionadas aos problemas sociais, as questões de gênero estavam presentes, sendo, então, necessário discutir como as mulheres são as mais afetadas e prejudicadas diante de tais situações. O 9° congresso pontuou que, novamente, mesmo diante de todas as deliberações nos congressos anteriores, ainda não estava sendo respeitada a implantação da cota mínima de participação de 30% de mulheres nas direções do STR e das FETAGs no movimento sindical rural. Nesse sentido, os presentes ratificaram a necessidade de:

> Adotar mecanismos que garantam o cumprimento pelas FETAG's e STRR's das deliberações dos Congressos anteriores, principalmente no que diz respeito à reformulação dos seus estatutos, com a incorporação e adoção das cotas de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção e nas instâncias deliberativas do MSTTR, garantindo, através de denúncia formal à Comissão de Ética, a aplicação de penalidades às instâncias do MSTTR que não cumprirem com a política de cotas. E que seja uma luta também no âmbito das cooperativas e demais entidades que as mulheres participam. (CONTAG, 2005, p. 56)

As discussões demonstraram que mesmo após 10 anos de orientação para a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, que objetivou integrar a pauta de direitos e respeito ao trabalho realizado pelas mulheres, o MSTTR ainda encontrava dificuldade para que as deliberações referentes ao combate às hierarquias de gênero fossem implementadas.

10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Este congresso trouxe pontuações de que a cota para participação de mulheres no MSTTR era o mínimo que deveria ser reivindicado para que houvesse igualdade no movimento, mostrando que a participação dos homens do MSTTR na Marcha das Margaridas veio a encorpar o movimento mesmo que as participantes do movimento ainda tivessem que lutar por cota mínima de participação.

Também foi questionado e debatido sobre o protagonismo e a participação de mulheres rurais nos espaços públicos e nas tomadas de decisões, procurando, assim, "garantir que as coordenadoras de mulheres possam participar das mobilizações sem que as mesmas sejam substituídas por mulheres que ocupam outras secretarias" (CONTAG, 2005, p. 56), sendo possível a participação destas mulheres em eventos de construção e organização política voltados para elas, a exemplo da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, subsidiando, dessa forma, a participação na construção de políticas públicas para mulheres rurais em espaços como a Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF, através dos GTs de Gênero, Reforma Agrária e Comércio e o Fórum Nacional de Elaboração de Política para o Enfrentamento à violência contra as mulheres do Campo e da Floresta.

Foi determinado ainda o valor de gratificação igual para todos os dirigentes dos STTRs, FETAG e CONTAG, pois, até o momento, a remuneração para dirigentes homens e mulheres não era equiparada. Além disso, foi firmado o compromisso de que houvesse denúncia ao conselho de ética quando a política de cotas de participação para mulheres no MSTTR não fosse respeitada.

Neste congresso, também foi mencionada a importância de que todo o movimento esteja comprometido em contribuir com o enfrentamento à violência contra a mulher, pois ainda é uma realidade muito presente nas relações de trabalho do MSTTR.

11° Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Neste evento, foi realizado um resgate histórico do que veio acontecendo desde o 7° congresso acerca da questão da implementação de cota de participação para mulheres no MSTTR, reiterando e solicitando que o MSTTR considere o que ficou acordado ao longo do tempo sobre a cota mínima de participação de mulheres no movimento sindical, solicitando também que as participações nas diretoras das federações e na confederação passassem a ser de 50% para homens e 50% para mulheres.

Neste congresso, também foram realizadas denúncias do que vinha acontecendo em relação às pautas de mulheres e juventude no MSTTR, pois elas não estavam sendo priorizadas e implementadas nos STTRs. Segundo os/as presentes:

> Há falta de socialização da participação, os companheiros dirigentes participam de reuniões, encontros, atividades e não repassam para as diretoras mulheres, ou para os secretários de juventude. O nível de discriminação com mulheres e jovens é muito grande. Há uma hierarquia no Movimento Sindical, onde os cargos de presidente, secretário e tesoureiro são considerados mais importantes, a gratificação é maior, enquanto mulheres e jovens recebem gratificações menores. (CONTAG, 2013, p. 91)

Desse modo, sendo denunciado os conflitos velados que aconteciam no interior do movimento e de como, muitas vezes, esses conflitos não eram expostos por quem sofre, por medo, vergonha ou receio de serem excluídos/as ou anulados/as politicamente.

12° Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

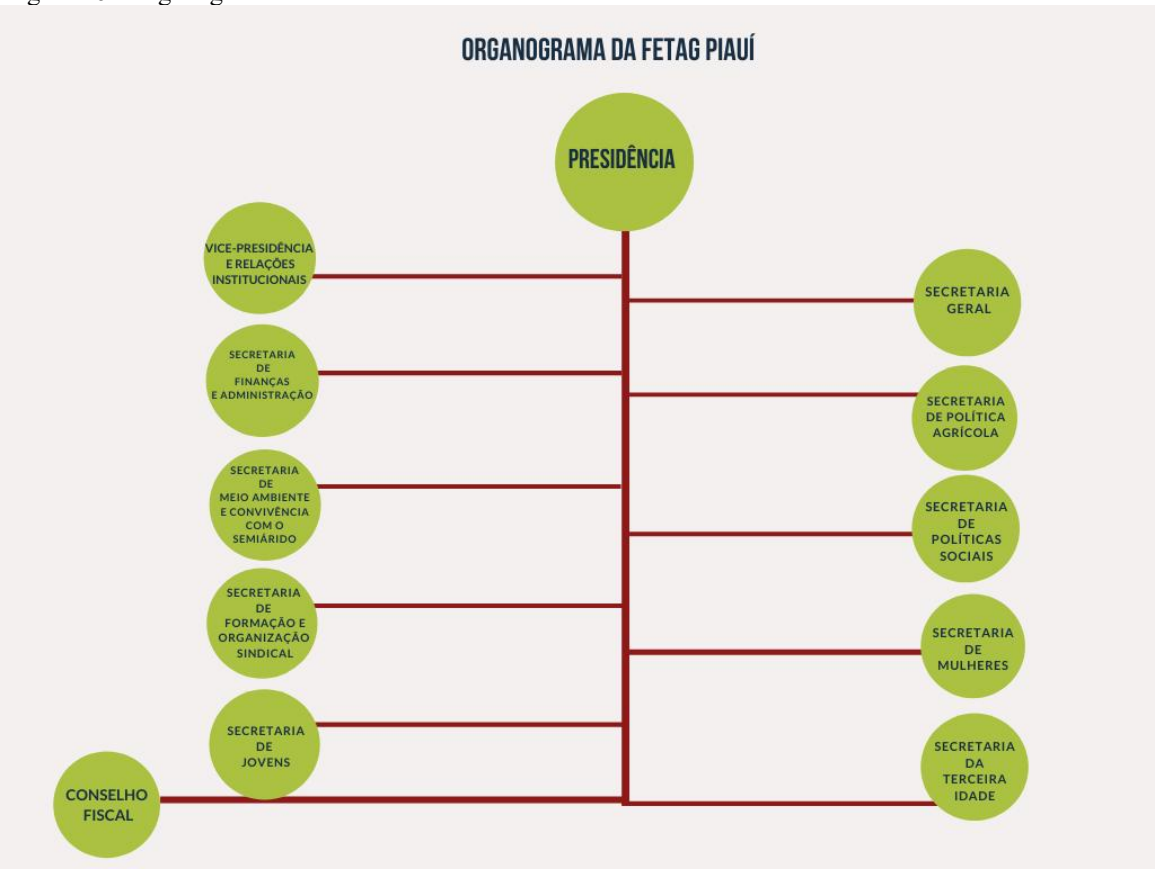
Este congresso fez um resgate das ações conquistadas através das reivindicações pautadas pela Marcha das Margaridas, levantou questões relacionadas aos direitos das mulheres com enfoque nas políticas públicas elaboradas para o enfrentamento à violência contra a mulher, para a organização produtiva através de programas específicos, fomentando a auto-organização, o associativismo e o cooperativismo.

> O 12° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (2017), em diversas de suas deliberações, estabeleceu a necessidade da implementação da paridade de gênero por todas as entidades sindicais, em suas Diretorias e demais instâncias deliberativas. No caso das Federações, estabeleceu-se que até o 13° Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (2021), estas tomem as medidas necessárias para sua implantação. (CONTAG, 2017, p. 214)

O 12° congresso ainda sugeriu que a CONTAG estivesse em diálogo constante com os STTR e as federações, para que pudessem conseguir garantir que a paridade fosse respeitada e vista como igualdade no MSTTR. Para que isso pudesse ser garantido, era necessário que continuassem a promover espaços onde a discussão sobre o fortalecimento e organização política das mulheres pudesse ser potencializada através de capacitação e formação em gênero, raça e etnia para todos os membros do MSTTR, de forma transversal, visando enfrentar os desafios que surgem no cotidiano de trabalho.

2.1.2 Na FETAG-PI

Figura 16 - Organograma da FETAG-PI.



Fonte: produzida pela autora desta dissertação baseada nas informações do *site* da CONTAG.

Quadro 4 - Períodos de mandatos com levantamento de mulheres que ocuparam cargos de direção na FETAG de 1995 ao ano de 2021.

Período de Mandato	Nomes	Cargos
Diretoria Executiva da FETAG-PI		
1999 a 2002	Adonias Higino de Sousa	Presidente
1999 a 2002	Francisca Gilberta de Carvalho	Vice-presidente
1999 a 2002	José Evandro de Araújo Luz	Secretário Geral
1999 a 2002	Joaquim Cardoso	Tesoureiro
1999 a 2002	Eunice Maria da Silva	Secretária de Formação e Organização Sindical
1999 a 2002	José da Guia Viana Roseno	Secretário de Política Agrícola

1999 a 2002	Antônio Chaves do Nascimento	Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente
1999 a 2002	Francisco Estevão da Silva	Secretário de Política Salarial
1999 a 2002	Maria de Lourdes de Lima Lisboa	Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2002 – 2006	Adonias Higino de Sousa	Presidente
2002 – 2006	José Evandro de Araújo Luz	Vice-presidente
2002 – 2006	Euzenice Moia da Silva	Secretária Geral
2002 – 2006	Joaquim Cardoso	Tesoureiro
2002 – 2006	Francisca Gilberta de Carvalho	Secretária de Formação e Organização Sindical
2002 – 2006	Antônio Soares	Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente
2002 – 2006	Manoel Simão Reinaldo Gomes	Secretário de Política Agrícola
2002 – 2006	Anfrísio de Moura Neto	Secretário de Política Salarial
2002 – 2006	Maria Gomes do Nascimento	Coordenadora CEMTR
2002 – 2006	Antônia Maria da Anunciação A. de Almeida	Coordenadora da CEJTTR
2006 – 2010	José Evandro de Araújo Luz	Presidente
2006 – 2010	Antônio José da Rocha Oliveira	Vice-presidente
2006 – 2010	Joaquim Cardoso	Secretário Geral
2006 – 2010	Elizângela Maria dos Santos Moura	Tesoureira
2006 – 2010	Adonias Higino de Sousa	Secretário de Formação e Organização Sindical
2006 – 2010	Anfrísio de Moura Neto	Secretário de Assalariados Rurais
2006 – 2010	Francisca Gilberta de Carvalho	Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente
2006 – 2010	Manoel Simão Reinaldo Gomes	Secretário de Política Agrícola
2006 – 2010	Rosalina Rodrigues da Silva	Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2006 – 2010	Miscilene Maria Gomes Cruz	Coordenadora da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores e

		Trabalhadoras Rurais
2010 – 2014	José Evandro de Araújo Luz	Presidente
2010 – 2014	Antônio José da Rocha Oliveira	Vice-presidente e Secretário de Políticas Sociais
2010 – 2014	Anfrísio de Moura Neto	Secretário Geral
2010 – 2014	Elisângela Maria dos Santos Moura	Secretária de Finanças e Administração
2010 – 2014	Jusivano Pereira da Silva	Secretário de Formação e Organização Sindical
2010 – 2014	Manoel Simão Reinaldo Gomes	Secretário de Assalariados Rurais
2010 – 2014	Francica Gilberta de Carvalho	Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente
2010 – 2014	Paulo Manoel de Carvalho	Secretário de Política Agrícola
2010 – 2014	Rosalina Rodrigues da Silva	Secretária Estadual de Mulheres
2010 – 2014	Maria José Mora	Secretária Estadual de Jovens
2010 – 2014	Lourival Raimundo Alves	Secretário da Terceira Idade
2014 – 2018	Elisângela Maria dos Santos Moura	Presidente
2014 – 2018	Lucilene Ferreira de Sousa	Vice-presidente e Secretário de Políticas Sociais
2014 – 2018	Antônio José da Rocha Oliveira	Secretário Geral
2014 – 2018	José Evandro de Araújo Luz	Secretário de Finanças e Administração
2014 – 2018	Manoel de Jesus Silva	Secretário de Formação e Organização Sindical
2014 – 2018	Manoel Simão Reinaldo Gomes	Secretário de Assalariados Rurais
2014 – 2018	Devaldo da Silva Nunes	Secretário de Política Agrária
2014 – 2018	Paulo Manoel de Carvalho	Secretário de Política Agrícola
2014 – 2018	Francisca Gilberta de Carvalho	Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
2014 – 2018	Maria das Dores Monteiro Freire da Silva	Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
2014 – 2018	Anfrísio de Moura Neto	Secretário de Trabalhadores(as) Rurais da 3° Idade

2014 – 2018	Maria Betânia Soares dos Santos	Secretário do Meio Ambiente e Convivência com o Semiárido
2018-2022	Elisângela Maria dos Santos Moura	Presidente
2018-2022	Lucilene Ferreira de Sousa	Vice-presidente/Secretária de Relações Institucionais
2018-2022	Antônio Jose da Rocha Oliveira	Secretário Geral
2018-2022	José Evandro de Araújo Luz	Secretário de Finanças e Administração
2018-2022	Maria José Ribeiro de Sousa	Secretário de Formação e Organização Sindical
2018-2022	Devaldo da Silva Nunes	Secretário de Assalariados Rurais
2018-2022	Elvis Veras de Sousa	Secretário de Política Agrícola
2018-2022	Marlene da Costa Veloso	Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares
2018-2022	Francisco de Assis Oliveira Aguiar	Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais agricultores(as) Familiares
2018-2022	Anfrísio de Moura Neto	Secretário de Trabalhadores(as) Rurais da 3° Idade
2018-2022	Maria Betânia Soares dos Santos	Secretário do Meio Ambiente e Convivência com o Semiárido
2018-2022	Maria Pereira da Silva Filha	Secretária de Políticas Sociais

Fonte: produzida pela autora dessa dissertação, com base em pesquisa documental.

Na estruturação da atual gestão 2018-2022, a Diretoria Executiva da FETAG-PI apresenta seguinte composição:

Presidência: Elisângela Maria dos Santos Moura (MSTTR/Monsenhor Gil);
Vice-presidência/Secretária de Relações Institucionais: Lucilene Ferreira de Sousa (MSTTR/Teresina);
Secretário Geral: Antônio José da Rocha Oliveira (MSTTR/Campo Maior);
Secretária de Formação e Organização Sindical: Maria José Ribeiro de Sousa (MSTTR/Curimatá);
Secretário de Finanças e Administração: José Evandro de Araújo Luz (MSTTR/Picos);
Secretário de Política Agrária: Devaldo da Silva Nunes (MSTTR/Valença);
Secretário de Política Agrícola: Elvis Veras de Sousa (MSTTR/Cocal);
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares: Marlene da Costa Veloso (MSTTR/Simplício Mendes);

Secretário de Jovens Trabalhadores(as) Rurais Agricultores(as) Familiares: Francisco de Assis Oliveira Aguiar (MSTTR/Esperantina);
Secretário de Trabalhadores(as) Rurais Agricultores(as) Familiares da Terceira Idade: Anfrísio de Moura Neto (MSTTR/Oeiras);
Secretária de Meio Ambiente e Convivência com o Semiárido: Maria Betânia Soares dos Santos (MSTTR/São Raimundo Nonato);
Secretária de Políticas Sociais: Maria Pereira da Silva Filha – Maria Barros (MSTTR/Sigefredo Pacheco);
Conselho Fiscal: 1° Conselheiro Fiscal: José Francisco Pinheiro da Luz (MSTTR/Canto do Buriti), 2° Conselheiro Fiscal: Jordele Maria da Silva Santos (MSTTR/Porto Alegre do Piauí), 3° Conselheiro Fiscal: Libório de Moura Rocha (MSTTR/Sussuapara), 4° Conselheira Fiscal: Valdejane Rodrigues de Sousa (MSTTR/Acauã).

Assim como na CONTAG, pode-se verificar que no plano estadual a federação também tem uma diretoria paritária, buscando equilibrar a composição da direção com homens e mulheres de diferentes estados.

2.1.2.1 Deliberações dos congressos da FETAG do período de 1995 aos dias atuais

3° Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Piauí (2002)

Este congresso trouxe denúncias sobre o não cumprimento do que foi deliberado no congresso anterior em relação à cota de 30% de participação de mulheres, bem como em assegurar a participação de 50% de mulheres trabalhadoras rurais nos eventos de formação promovidos pelo MSTTR.

> Todavia, apesar desses significativos avanços, alguns STR´s não cumpriram com as deliberações do 2° CNETTR e 8° CNTTR e alguns ainda não inscreveram a cota de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres como princípio estatutário a ser cumprido, não apenas na direção, mas em todas as instâncias deliberativas, incluindo os seus Congressos e os seus Conselhos. Esta prática, além de ser antidemocrática, revela que ainda há resistências nas instâncias do movimento sindical em fazer o debate crítico sobre a desigualdade entre mulheres e homens. É preciso entender que, desta maneira, está se emperrando a luta pela opressão de gênero e impedindo que o MSTTR aumente a sua representatividade e legitimidade perante toda sociedade, sendo uma instituição que propõe políticas voltadas para o conjunto de categoria trabalhadora rural, sobretudo para os segmentos mais excluídos da sociedade. (FETAGP-PI, 2002, p. 95)

Esta deliberação demonstra que no Piauí também houve resistência para acatar o que foi deliberado pelo congresso na federação, já demandado pela confederação, desta forma, havendo necessidade de fortalecer a organização das mulheres, reconhecendo que é um

processo que não foi recebido sem conflito e que pode prejudicar o avanço das pautas no geral para o movimento sindical.

4° Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Piauí: Construindo Cidadania por um desenvolvimento sustentável e solidário (2006)

As deliberações deste congresso expuseram a falta de reconhecimento das atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais e do quanto isso é prejudicial para a atuação delas no MSTTR, pontuando sobre a importância de reconhecer as mulheres enquanto sujeitos políticos, fortalecendo a organização e assegurando a sua participação nos espaços de decisões, refletindo, assim, em processos de empoderamento desta mulher rural, alcançado com êxito a partir das ações e reinvindicações pautadas pela Marcha das Margaridas.

> Empoderar as mulheres significa reconhecê-las como sujeitos políticos, fortalecer sua organização no MSTTR, valorizar suas habilidades e capacidades políticas, sociais, econômicas, produtivas e culturais, assegurando sua participação direta nos espaços de decisão e poder do MSTTR e nos espaços de formulação e gestão de políticas de desenvolvimento sustentável. (FETAG-PI, 2006, p. 83)

Esse congresso denunciou que nos STTRS não estava havendo cumprimento da determinação da cota mínima de participação de 30% de mulheres, bem como a garantia de participação de 50% de mulheres em eventos de formação promovidos pelo movimento sindical. O congresso reiterou a solicitação de remuneração igualitária para mulheres e homens nos STTRs. Solicitou ainda, aos órgãos estaduais, que se pensem em políticas públicas para desburocratizar o acesso às linhas de créditos.

Além disso, reforçou também que deve haver reconhecimento enquanto trabalhadora rural nos documentos civis para fins de previdência social, salientando a importância de se reconhecer essa mulher enquanto trabalhadora rural através dos diversos documentos que possam ser emitidos para que ela não tenha prejuízos quanto à previdência social, bem como a importância do MSTTR assumir a luta do enfrentamento à violência contra a mulher, através de seminários e/ou outros eventos que possam estar debatendo esta pauta.

5° Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Piauí: Por um desenvolvimento territorial sustentável e solidário com segurança alimentar e hídrica (2010)

Neste congresso, foi discutida a divisão sexual do trabalho, questões relacionadas ao patriarcado e, novamente, acerca da importância de reconhecer o trabalho da mulher trabalhadora rural, para que ela possa obter também direitos e garantias de trabalho, bem como acesso ao direito à terra através de documentação que comprove a atuação laboral dela, para que o seu trabalho produtivo não caia na invisibilidade pela falta de comprovação de documentação, uma vez que:

> [...] apesar das mulheres representarem hoje 47,8% da população rural, dentre as quais 50% estão em idade produtiva (15 a 55 anos), representando 36% da população economicamente ativa na zona rural e são responsáveis por grande parte da produção de alimentos básicos no Brasil. 80% não tem acesso e direito à renda e seu trabalho produtivo fica na invisibilidade. (FETAG/PI, 2009, p. 125)

O congresso ainda estimulou a candidatura política partidária de mulheres do MSTTR, trazendo dados de que no último pleito eleitoral, antes do congresso em destaque, o MSTTR conseguiu eleger 10 mulheres sindicalistas. No evento, também foram pontuados avanços para a intervenção e participação das mulheres no movimento, bem como a menção da transformação da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais para a Secretaria Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ligada à FETAG-PI. Além de, mais uma vez, denunciar decisões que haviam sido deliberadas em outras ocasiões, mas que, no entanto, ainda sofriam dificuldades para serem implementadas, tais como: a cota mínima de 30% das mulheres nas direções dos STTRs, a garantia de pelo menos de 50% de mulheres nos eventos de formações promovidos pelo MSTTR, a garantia de remuneração igualitária para homens e mulheres no STTR e o incentivo aos sindicatos em assumirem também a luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher do campo e das florestas.

6° Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Piauí: Mulheres em campo fortalecendo o movimento sindical na luta pela valorização das Agricultura Familiar (2014)

O movimento sindical trouxe mais concepções sobre a defesa dos direitos dos povos do campo e de suas identidades, pontuando questões da necessidade de uma reforma agrária de fato consolidada e de como isso contribui para que

> Ainda que sejam inúmeros os desafios para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e solidário e para avançar nas conquistas, como a organização e comercialização da produção, uma reforma agrária mais consolidada, uma defesa mais incisiva nas condições de trabalho dos assalariados(as), inclusão das mulheres, jovens e terceira idade, têm promovido com sua ação organizada no MSTTR, na busca cotidiana de fortalecimento de nossa identidade e o do sentimento de pertencimento ao campo, isso reafirma a identidade camponesa e alimenta o sentimento de classe, que é precedente para a consolidação do nosso projeto de sociedade. (FETAG/PI, 2014, p. 25)

Novamente foi levantada a questão da paridade a ser implementada e do quão será importante para os avanços da pauta de mulheres no MSTTR. O congresso pontuou sobre os desafios que o congresso nacional de mulheres trabalhadoras rurais tem para lidar com o trabalho das políticas organizativas das mulheres que atuam como assalariadas rurais, que têm uma jornada extenuante, trabalhando, muitas vezes, também na agricultura familiar e nas jornadas domésticas e de cuidados. Nesse sentido, salientou-se a necessidade de que o CNTTRE busque congruência e alinhamento para lidar com o trabalho político e organizativo das assalariadas rurais.

7° Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí: Organização e Unidade Política para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (2018)

A pauta de mulher no MSTTR e o avanço das ações referentes a essa temática foram sendo construídas ao longo do tempo e o 7° congresso trouxe elementos que identificavam uma proximidade maior da FETAG com os órgãos do governo do estado e de como esse trabalho em rede é essencial para que a população rural, sobretudo as mulheres, idosos, jovens e crianças sejam beneficiados em relação à emissão de documentação, saúde e políticas

públicas para as mulheres, principalmente, na atuação com as unidades móveis, adaptadas para levar serviços específicos para mulheres do campo, das florestas e das águas. Ainda assim, foi deliberado que

> [...] a aprovação da paridade não é condição suficiente para garantir igualdade de representação política entre homens e mulheres no MSTTR. Sua efetiva implementação deve considerar a igualdade de condições materiais (recursos financeiros e infraestrutura) e imateriais (assessoria, formação política, visibilidade, comunicação) essenciais ao exercício dos cargos e realização das atividades de representação. Essa pauta deve ser defendida por todos os companheiros e companheiras que constroem o Movimento sindical, pois é necessário avançar com esse debate na FETAG-PI, nos Polos e nos Sindicatos, compreendendo que a participação de mulheres e homens de maneira igualitária é uma premissa política estruturante no PADRSS. (FETAG-PI, 2018, p. 79)

Embora tenha sido aprovada e implementada a paridade de gênero no ano de 2018, o movimento sindical da FETAG no Piauí reconheceu que vários fatores são necessários para que, de fato, se tenha equidade de gênero e não apenas que haja um número maior de mulheres nos cargos de direção, é essencial continuar fomentando a organização política das mulheres no movimento, subsidiando condições para que realmente haja protagonismo e visibilidade no trabalho realizado por elas.

2.1.2.2 Na estrutura dos polos sindicais da FETAG-PI

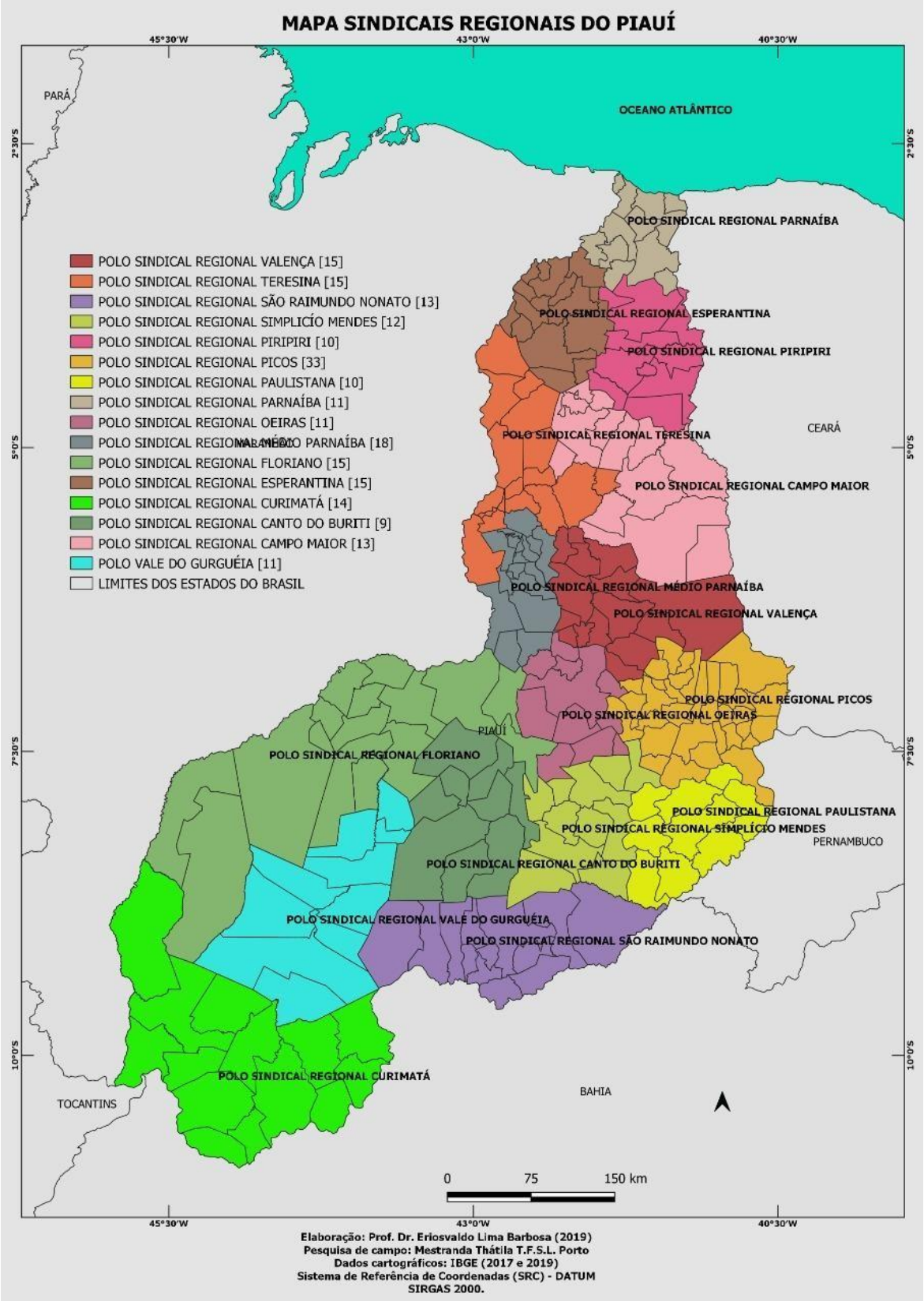
Os Polos Sindicais Rurais da FETAG-PI (Figura 16) foram estabelecidos de acordo com as especificidades e proximidades dos municípios que são integrados por eles. Não correspondem a definições das Mesorregiões e Microrregiões geográficas (Figura 17), que objetivam, através da definição de espaços geográficos, determinar ações econômicas e sociais para os Estados. Além disso, diferem dos Territórios de Desenvolvimento[29] (Figura18) e dos Territórios da Cidadania[30] que constituem espaços de ações governamentais, declarados como visando a uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos municípios que os compõem. Assim, há entrecruzamentos entre essas categorias acionadas na identificação territorial do estado.

---

[29] Política pública do governo estadual do Piauí, implantada em 2003, e que vigora até hoje, contando com 12 territórios de desenvolvimento, que são determinados através das peculiaridades locais para que seja possível a gestão através do desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades e melhora da qualidade de vida da população (PIAUÍ, 2003).

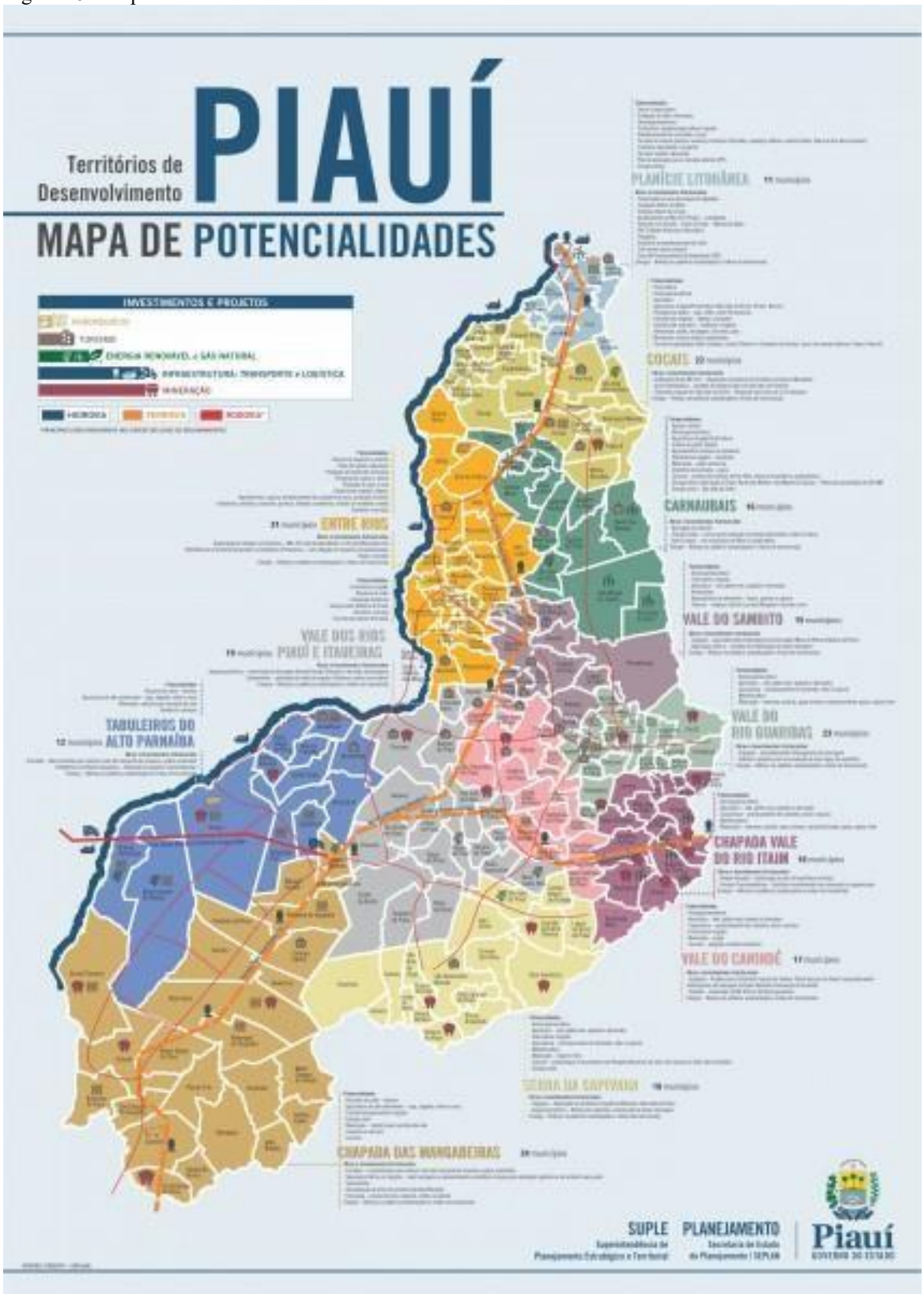
[30] Programa do Governo Federal, criado em 2008 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que objetivou uma melhor gestão de desenvolvimento econômico, social e sustentável dos municípios que o compõem (BRASIL, 2008).

Figura 17 - Mapa do Piauí com indicações dos polos sindicais.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

Figura 18 - Mapa dos Territórios de Desenvolvimento do Piauí.



Fonte: *site* da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN- PI).

Quando se analisa a presença de mulheres nas direções dos Polos Sindicais do estado do Piauí e a quantidade de sindicatos presididos por mulheres, observa-se o que se segue:

I – Polo sindical regional Campo Maior

Esse Polo conta com **13 sindicatos**, **sendo 03 deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Campo Maior,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Castelo do Piauí** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Sigefredo Pacheco**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Coivaras Piauí**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Juazeiro do Piauí**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Assunção do Piauí**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Boqueirão do Piauí**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jatobá do Piauí**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Buriti dos Montes**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cocal de Telha**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Nossa Senhora de Nazaré**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João da Serra**; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Miguel do Tapuio**.

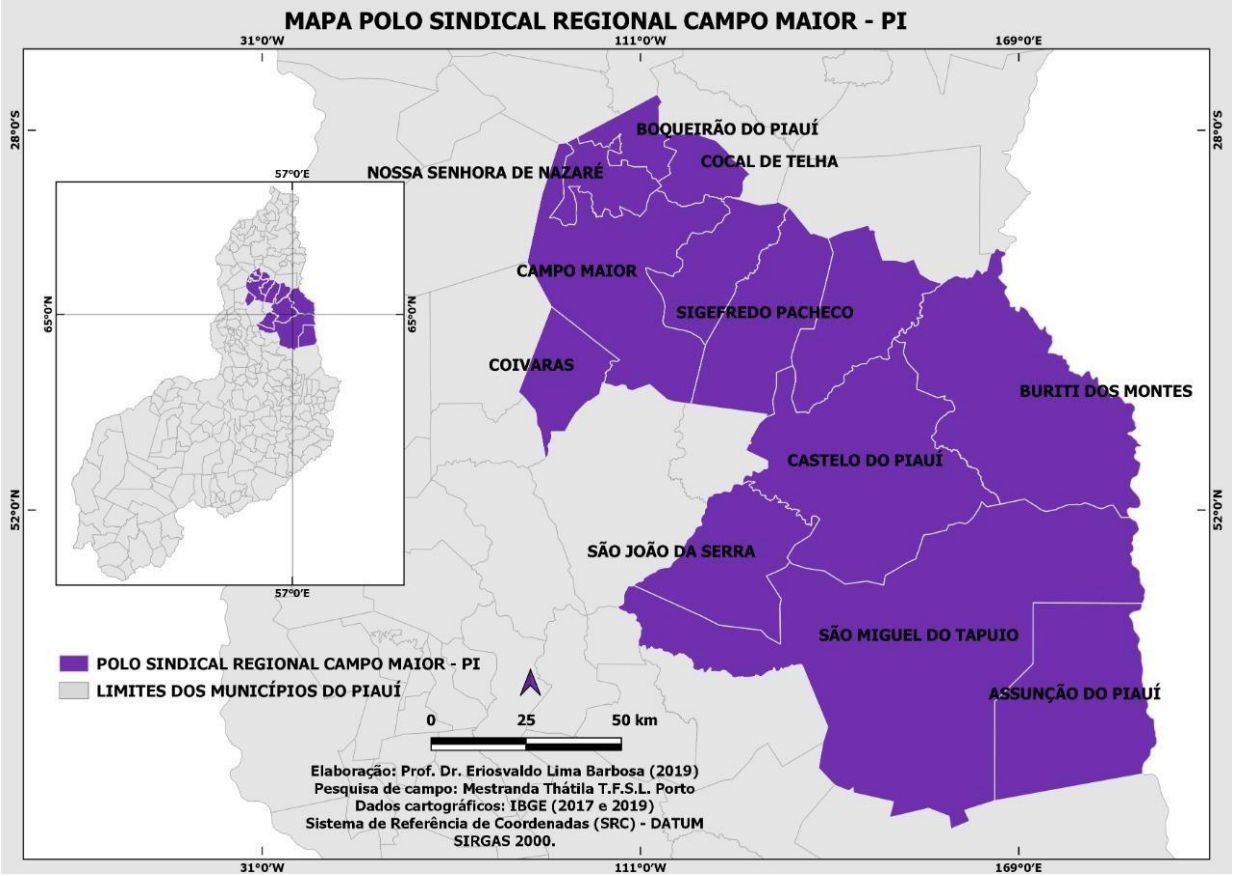
Quadro 5 - Polo sindical regional Campo Maior.

Nº	**Sindicato**	**Cargos de Direção**								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Boqueirão	H	M	M	H	M	H	M	M	M
02	Campo Maior	M	H	M	H	M	H	M	H	H
03	Coivaras	H	M	M	H	M	H	M	H	M
04	Juazeiro do Piauí	H	M	M	H	M	M	M	M	H
05	Assunção do Piauí	H	H	M	H	M	H	M	H	M
06	Jatobá do Piauí	H	M	M	M	M	H	H	H	H
07	Castelo do Piauí	M	M	H	M	M	H	H	H	H
08	Cocal de Telha	H	H	M	M	M	H	M	M	M
09	Nossa Senhora de Nazaré	H	H	M	M	M	H	M	H	H
10	Buriti dos Montes	H	M	M	M	M	H	H	H	M
11	São João da Serra	H	H	M	M	M	M	F	H	H
12	São Miguel do Tapuio	H	H	H	M	M	H	M	H	H

13	Sigefredo Pacheco	M	M	M	M	M	H	M	H	H
	TOTAL	10 H 3M	6 H 7 M	2 H 11 M	5 H 8 M	0 H 13 M	12 H 1 M	4 H 9 M	10 H 3 M	8 H 5 M

Fonte: produzido pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 19 - Mapa do Polo de Campo Maior.



Fonte: produzido pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

II – Polo sindical regional Canto do Buriti

Conta com **nove sindicatos**, **sendo três deles presididos por mulheres**, a saber: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Itaueira do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Ribeira do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Flores do Piauí**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Tamboril do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Brejo do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pavussu**, Sindicato dos Trabalhadores e

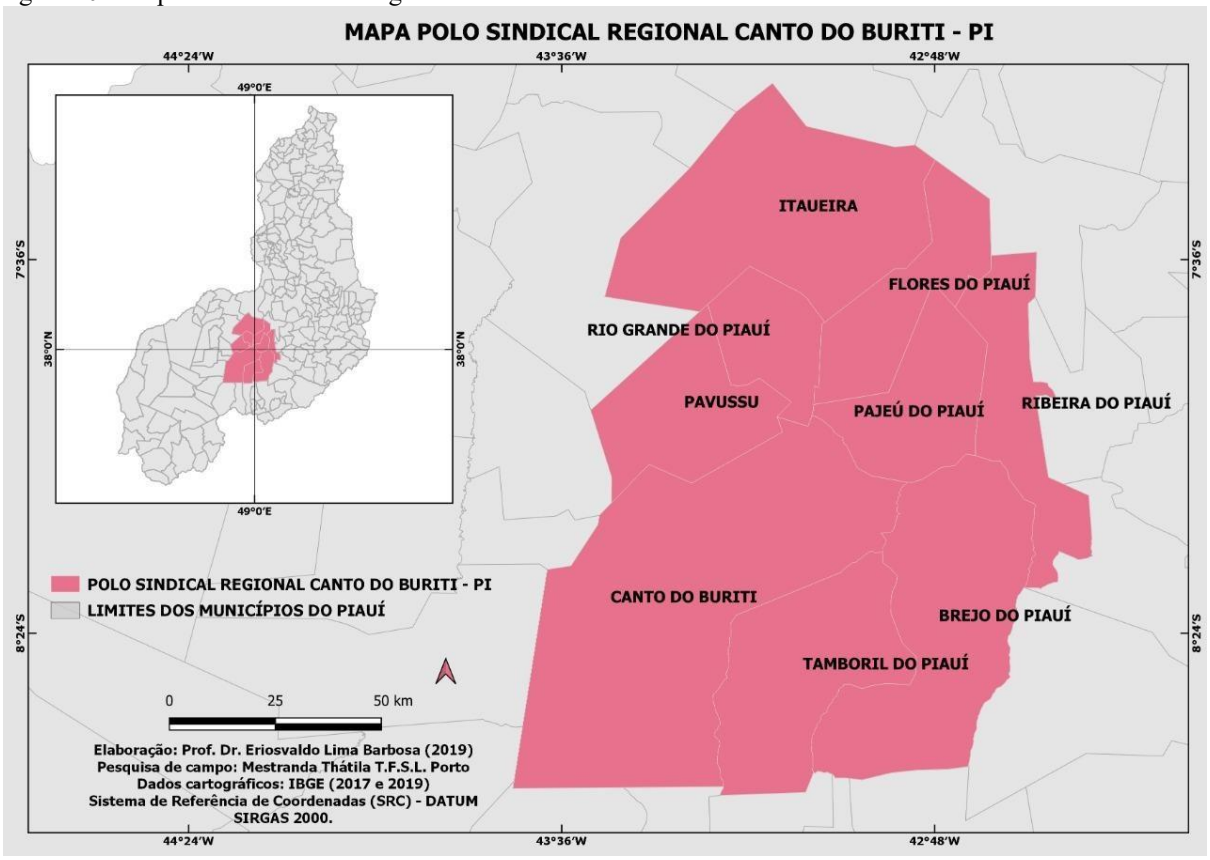
Trabalhadoras Rurais de **Rio Grande do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Canto do Buriti**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pajeú do Piauí**.

Quadro 6 - Polo sindical regional Canto do Buriti.

Nº	**Sindicato**	**Cargos de Direção**								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**SA**	**SF**	**TI**	**CF**
1	Canto do Buriti	H	M	M	M	M	H	H	H	M M H
2	Rio Grande do Piauí	H	M	H	M	M	H	H	H	H M M
3	Ribeira do Piauí	M	M	H	M	M	H	M	H	M M M
4	Pajeú do Piauí	H	M	M	M	M	H	H	X	M -M – H
5	Tamboril do Piauí	H	H	M	M	M	M	M	H	M - M – H
6	Itaueira do Piauí	M	M	M	H	M	H	H	H	1
7	Pavussu	H	H	M	M	M	H	H	H	M - M - M
8	Flores do Piauí	M	M	M	M	M	M	M	H	- M - M – H
9	Brejo do Piauí	H	H	M	M	M	H	M	X	H- M – M
	TOTAL	3M 3H	6M 3H	7M 2H	9M 0H	9M 00H	2M 7H	4M 5H	0M 7H	17 M 6 H

Fonte: produzido pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 20 - Mapa do Polo sindical regional Canto do Buriti.



Fonte: produzido pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

III - Polo sindical regional Curimatá

Conta com **14 sindicatos, sendo nove deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Morro Cabeça no Tempo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Riacho Frio do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Avelino Lopes,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Curimatá,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Sebastião Barros,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Júlio Borges**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Gonçalo do Gurguéia,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Barreiras do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cristalândia do Piauí**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Corrente**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santa Filomena**, Sindicato dos Trabalhadores e

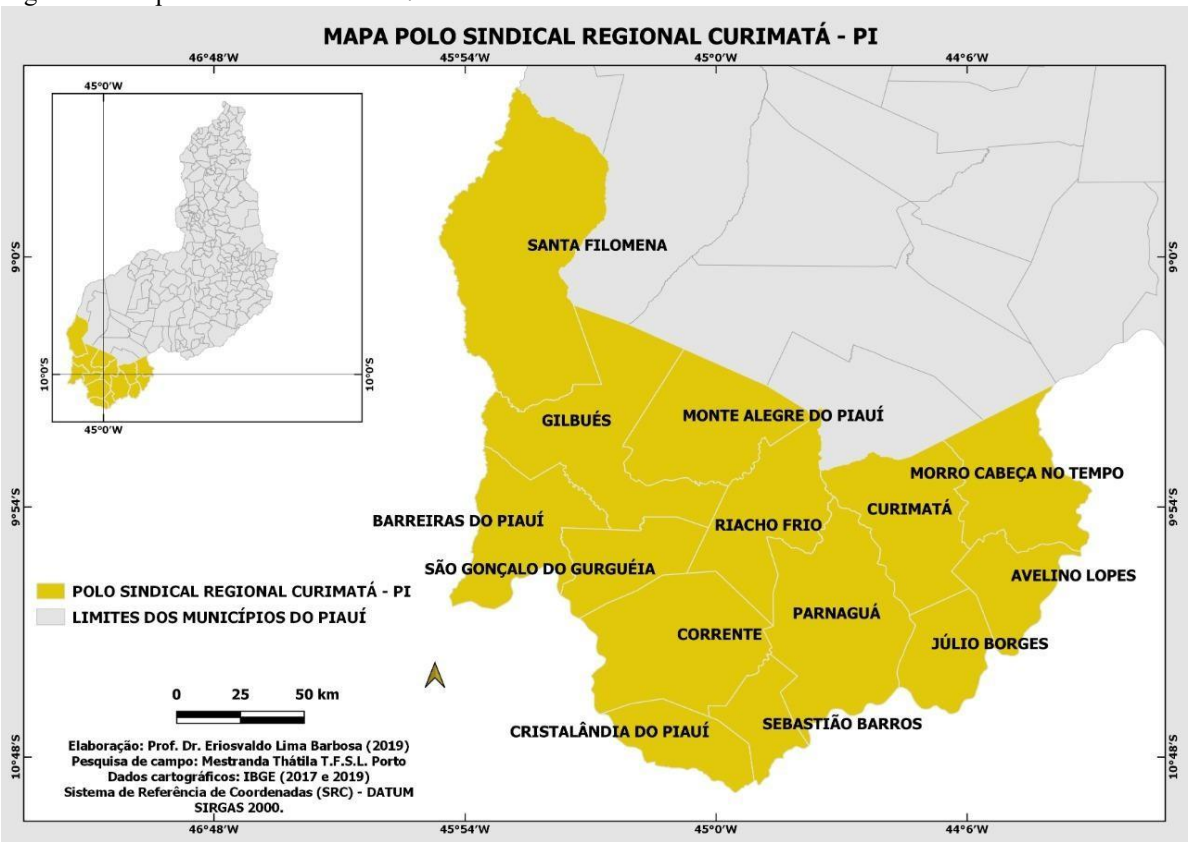
Trabalhadoras Rurais de **Monte Alegre**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Parnaguá**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Gilbués**.

Quadro 7 - Polo sindical regional de Curimatá.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Morro Cabeça no Tempo	M	H	M	M	M	H	M	M	H,M,M
02	Riacho Frio do Piauí	M	M	M	M	M	M	M	M	M,H,H
03	Barreiras do Piauí	M	M	H	H	M	H	M	H	HH,MM
04	São Gonçalo do Gurguéia	M	H	M	M	M	H	M	H	M,M,M
05	Júlio Borges	M	M	M	M	M	H	H	H	H,M,M
06	Parnaguá	H	M	M	M	M	M	M	H	H,H,M
07	Gilbués	H	M	M	M	M	M	M	H	M,H,M
08	Avelino Lopes	M	H	H	M	M	M	M	H	M,M,H
09	Cristalândia do Piauí	M	M	M	M	M	H	M	H	M,H,M
10	Curimatá	M	M	M	H	M	H	H	H	M,M,H
11	Sebastião Barros	M	H	M	H	M	H	H	H	H,M,M
12	Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	Santa Filomena	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Monte Alegre	-	-	-		-	-	-	-	-
	TOTAL	2 H 9 M	4 H 7 M	2 H 9 M	3 H 8 M	0 H 11 M	7 H 4 M	3 H 8 M	9 H 2 M	11 H 21 M

Fonte: produzido pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 21- Mapa do Polo de Curimatá.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

IV – Polo sindical regional Esperantina

Conta com **15 sindicatos**, **sendo 10 presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Barras,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Boa Hora,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Esperantina**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Luzilândia**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Matias Olímpio**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cabeceiras do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Joca Marques**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Madeiro**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Nossa Senhora dos Remédios**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Porto**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Campo Largo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Batalha**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Joaquim Pires**, Sindicato dos Trabalhadores e

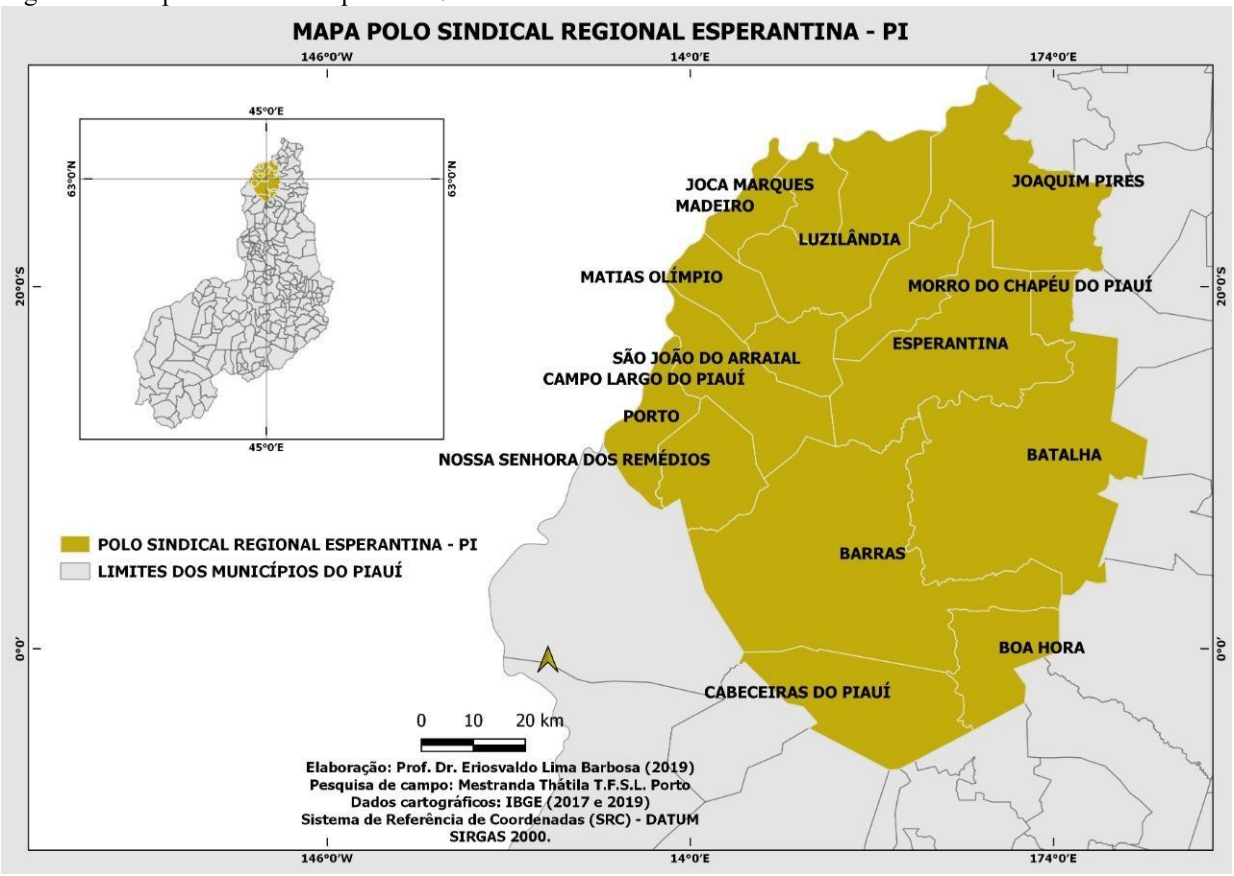
Trabalhadoras Rurais de **Morro do Chapéu do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João do Arraial**.

Quadro 8 - Polo sindical de Esperantina.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção									
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**PMA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Luzilândia	M	H	H	M	M	-	X	M	H	M,H,M
02	Esperantina	M	M	M	M	M	H	H	H	M	H,M,M
03	Matias Olímpio	M	H	M	H	M	-	H	M	H	M,M,H
04	Cabeceiras do Piauí	M	M	M	H	M	-	H	M	X	H,H,M
05	Campo Largo	H	H	H	H	M	-	M	M	X	M,M,H
06	Joca Marques	M	M	M	M	M	-	H	H	H	M,M,H,H
07	Madeiro	M	M	M	H	M	-	M	H	H	M,M,H
08	Nossa Senhora dos Remédios	M	H	H	M	M	-	H	M	H	H,M,M
09	Porto	M	M	M	M	M	-	H	H	H	M,M,H
10	Batalha	H	M	H	M	M	H	H	M	H	M,M,H,H
11	Boa Hora	M	H	M	M	M	H	M	H	H	H,M,M
12	Barras	M	M	M	H	M	H	H	M	H	,M,H,H
13	Joaquim Pires	H	H	H	M	M	-	H	M	M	M,M,H
14	Morro do Chapéu do Piauí	H	M	M	M	M	-	M	M	H	M,M,H
15	São João do Arraial	H	M	M	M	M	-	H	H	H	M,M,H
	TOTAL	5 H 10 M	6 H 9 M	5 H 10 M	5 H 10 M	0 H 15 M	4 H	10 H 4 M	6 H 9 M	11 H 2 M	28 M 20 H

Fonte: produzido pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 22 - Mapa do Polo de Esperantina.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

V – Polo sindical regional Floriano

Conta com **15 sindicatos, sendo seis deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Marcos Parente**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Nazaré do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Uruçuí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Canavieira do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jerumenha,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Guadalupe**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Antônio Almeida**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Porto Alegre do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Floriano,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Ribeiro Gonçalves**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bertolínea**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São José do Peixe**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Sebastião Leal**,

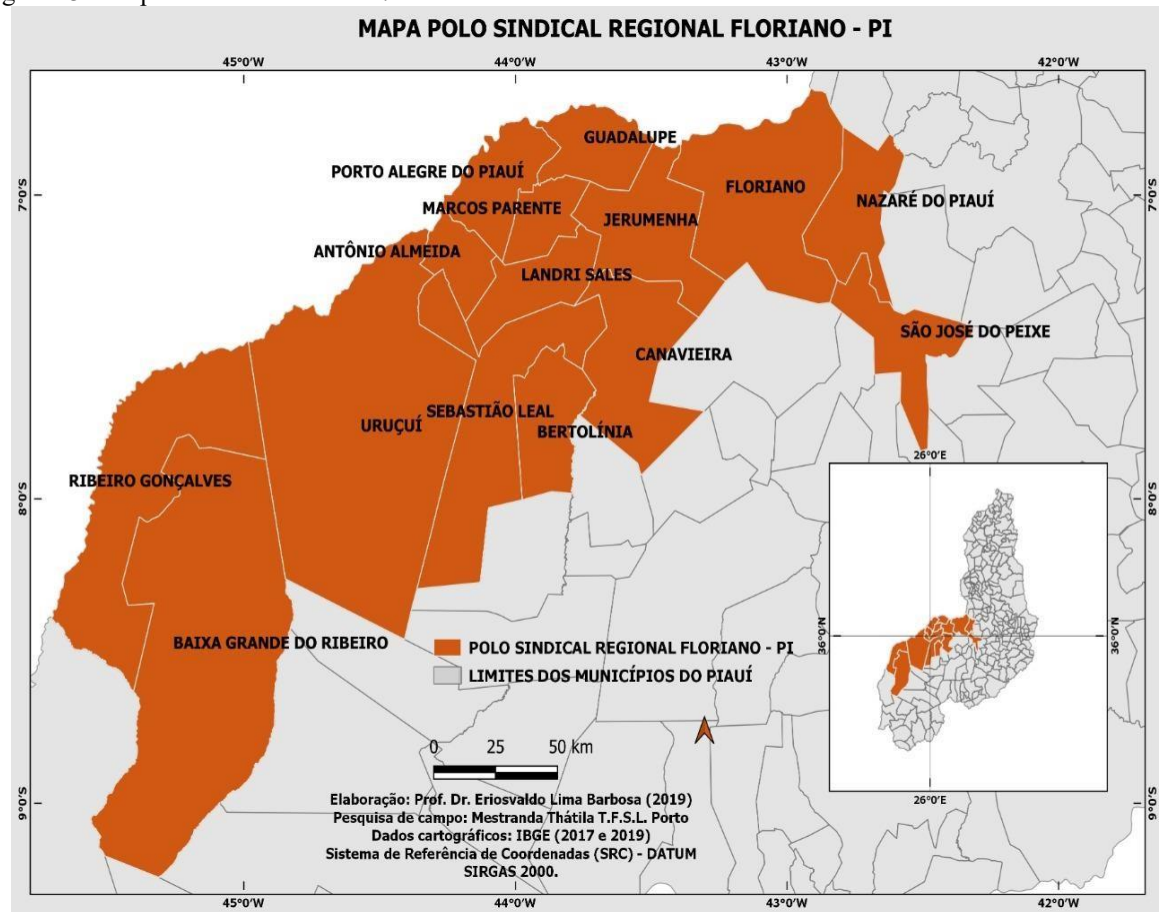
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Baixa Grande do Ribeiro**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Landri Sales.**

Quadro 9 - Polo sindical regional de Floriano.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		Presidência	**Vice-presidência**	**Secretaria Geral**	**Secretaria Juventude**	**Secretaria Mulheres**	**Secretaria Política Agrícola**	**Secretaria de Finanças**	**Secretaria Terceira Idade**	**Conselho Fiscal**
01	Antônio Almeida	H				M				
02	Canavieira	M	H	M	H	M	H	M	M	
03	Floriano	H	M	M	M	M	H	H	M	M
04	Nazaré	M	M	H	M	M	M	M	H	H
05	Ribeiro Gonçalves	H	H	H	H	M	H	H	H	
06	Sebastião Leal	H	H	H	H	M	H	H	H	
07	Uruçuí	M	M	H	H	M	H	H	H	
08	Porto Alegre	H	H	H	H	M	H	H	H	
09	Baixa Grande Do Ribeiro	H	H	H	H	M	H	H	H	
10	Landri Sales	H	H	H	H	M	H	H	H	
11	Guadalupe	M	H	H	H	M	H	H	H	
12	Jerumenha	M	M	H	H		H	H	H	
13	Marcos Parente	M	M	H	H		H	H	H	
14	São José Do Peixe	H	H	M	M	M	H	M	H	H
15	Bertolínia	H	H	H	H		H	H	H	
	TOTAL	6M 5H	5M 9H	3H 12H	3M 11H	15M	1M 13H	3M 11H	2M 12H	1M 2H

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 23 - Mapa do Polo de Floriano.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

VI – Polo sindical regional Médio Parnaíba

Conta com **19 sindicatos, sendo 12 deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Agricolândia**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Água Branca**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Amarante**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santo Antônio dos Milagres do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Passagem Franca do Piauí,** ,Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Angical do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Barro Duro**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoinha do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Monsenhor Gil**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Arraial do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Hugo Napoleão,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Miguel Leão do Piauí**,

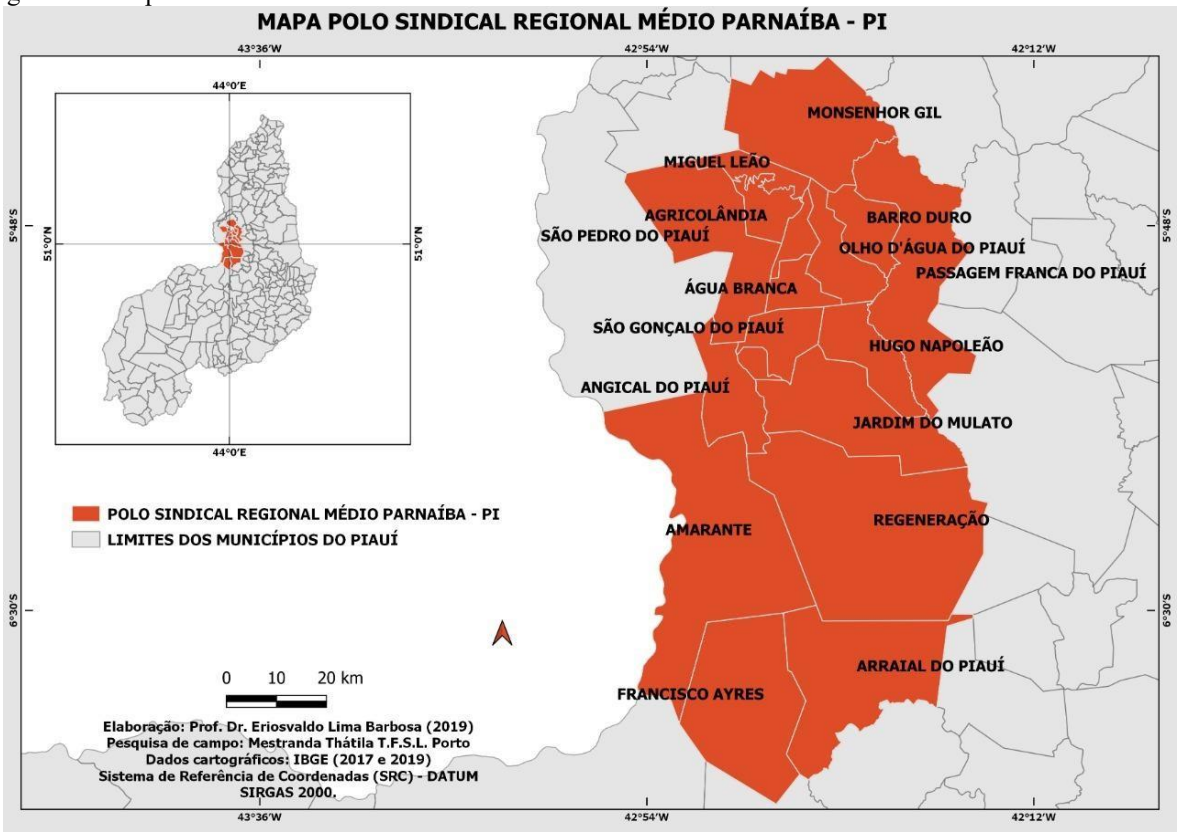
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Regeneração**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Pedro do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Olho D'água do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Francisco Ayres**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jardim do Mulato**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Gonçalo do Piauí**.

Quadro 10 - Polo sindical regional de Médio Parnaíba.

Nº	**Sindicato**	**Cargos de Direção**								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Agricolândia	M	H	M	M	M	H	M	H	H
02	Água Branca	M	H	M	M	M	H	M	H	M
03	Amarante	M	M	M	H	M	H	H	M	M
04	Santo Antônio dos Milagres	M	H	M	M	M	M	M		H
05	Lagoinha do Piauí	M	M	M	M	M	H	M	H	H
06	São Pedro do Piauí	H	M	M	M	M	M	M	M	H
07	Monsenhor Gil	M	H	M	M	M	H	H	H	H
08	Arraial do Piauí	M	H	M	M	M	M	M	H	M
09	Angical do Piauí	M	M	H	M	M	H	M	M	M
10	Barro Duro	M	H	M	M	M	M	M	H	H
11	Olho D'água do Piauí	H	M	M	M	M	M	M	H	H
12	Francisco Ayres	H	H	M	M	M	H	M	H	M
13	Hugo Napoleão	M	H	M	M	M	M	H	M	H
14	Jardim do Mulato	H	M	M	M	M	H	M	M	H
15	Regeneração	M	M	H	M	M	H	M	H	M
16	Passagem Franca do Piauí	M	M	M	M	M	M	M	H	M
17	São Gonçalo do Piauí	H	M	M	M	M	H	M	M	M
	TOTAL	5 H 12 M	7 H 10 M	2 H 15 M	1 H 16 M	0 H 17 M	10 H 7 M	3 H 14 M	10 H 6 M	9 H 8 M

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 24 - Mapa do Polo de Médio Parnaíba.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

VII – Polo sindical regional Oeiras

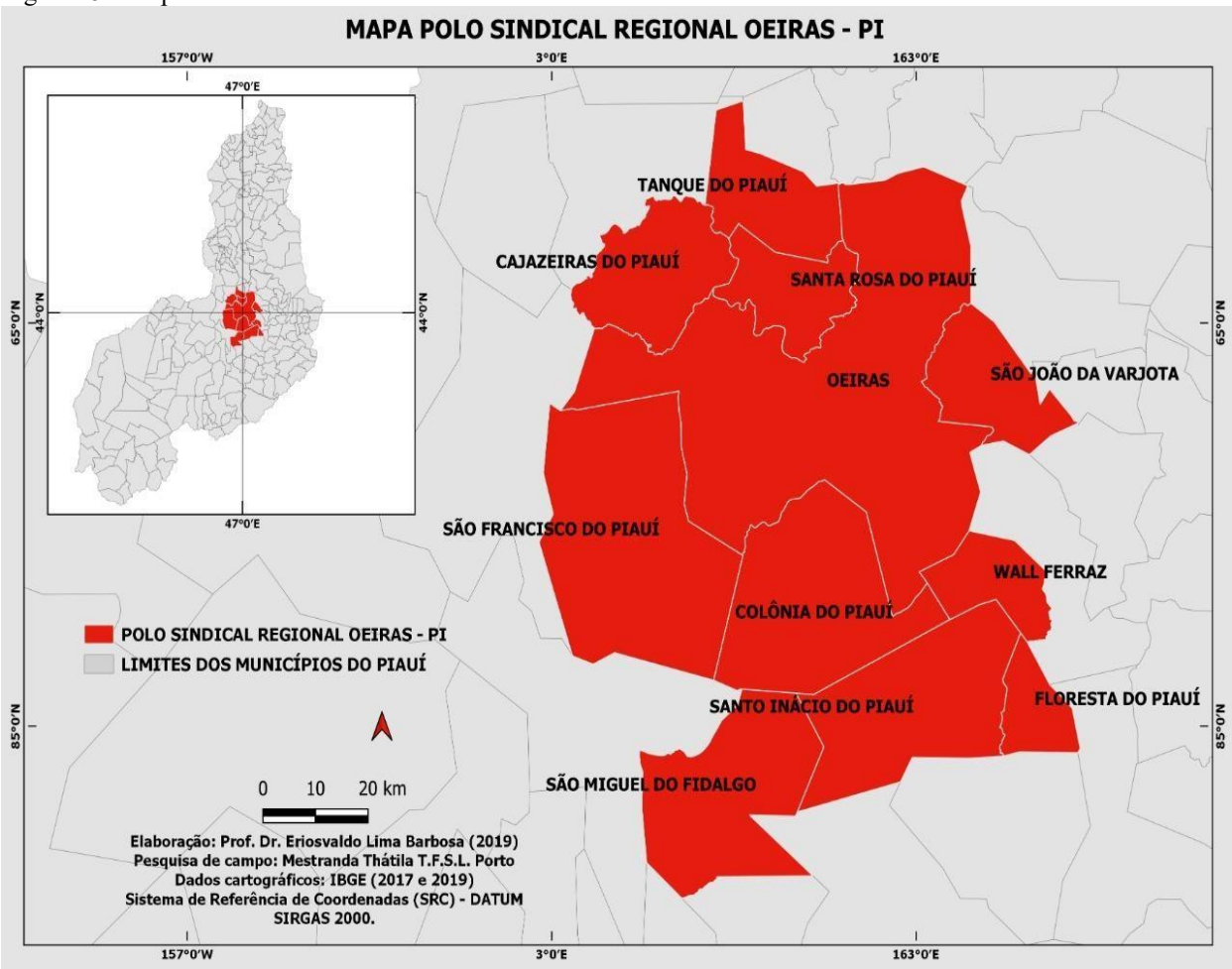
Conta com **11 sindicatos, sendo oito deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cajazeiras do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Miguel do Fidalgo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Colônia do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Floresta do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Francisco do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Wall Ferraz**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João da Varjota,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santo Inácio do Piauí**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santa Rosa do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Tanque do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Oeiras**.

Quadro 11 - Polo sindical regional de Oeiras.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Cajazeiras do Piauí	H	H	M	M	M	H	M		H
02	São Miguel do Fidalgo	M	H	M	H	M	H	M	H	M
03	Colônia do Piauí	M	M	H	H	M	H	M	H	H
04	Floresta do Piauí	M	M	M	M	M	H	M	H	H
05	São Francisco do Piauí	M	H	H	M	M	H	M	H	M
06	Wall Ferraz	M	H	H	M	M	H	M	H	H
07	São João da Varjota	M	M	H	H	M	H	M	H	M
08	Santa Rosa do Piauí	H	M	M	H	M	H	M	H	H
09	Tanque do Piauí	H	M	M	H	M	H	M	M	H
10	Oeiras	H	H	M	M	M	M	H	H	M
11	Santo Inácio do Piauí	M	M	M	H	M	H	H	H	H
	TOTAL	4 H 7 M	5 H 6 M	4 H 7 M	6 H 5 M	0 H 11 M	11 H 0 M	2 H 9 M	9 H 1 M	7 H 4 M

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 25 - Mapa do Polo de Oeiras.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

VIII – Polo sindical regional Parnaíba

Conta com **11 sindicatos, sendo três deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Caraúbas do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cajueiro da Praia,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Ilha Grande do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Buriti dos Lopes**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cocal dos Alves**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cocal**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bom Princípio do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Luís Correia,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Caxingó**, Sindicato dos Trabalhadores

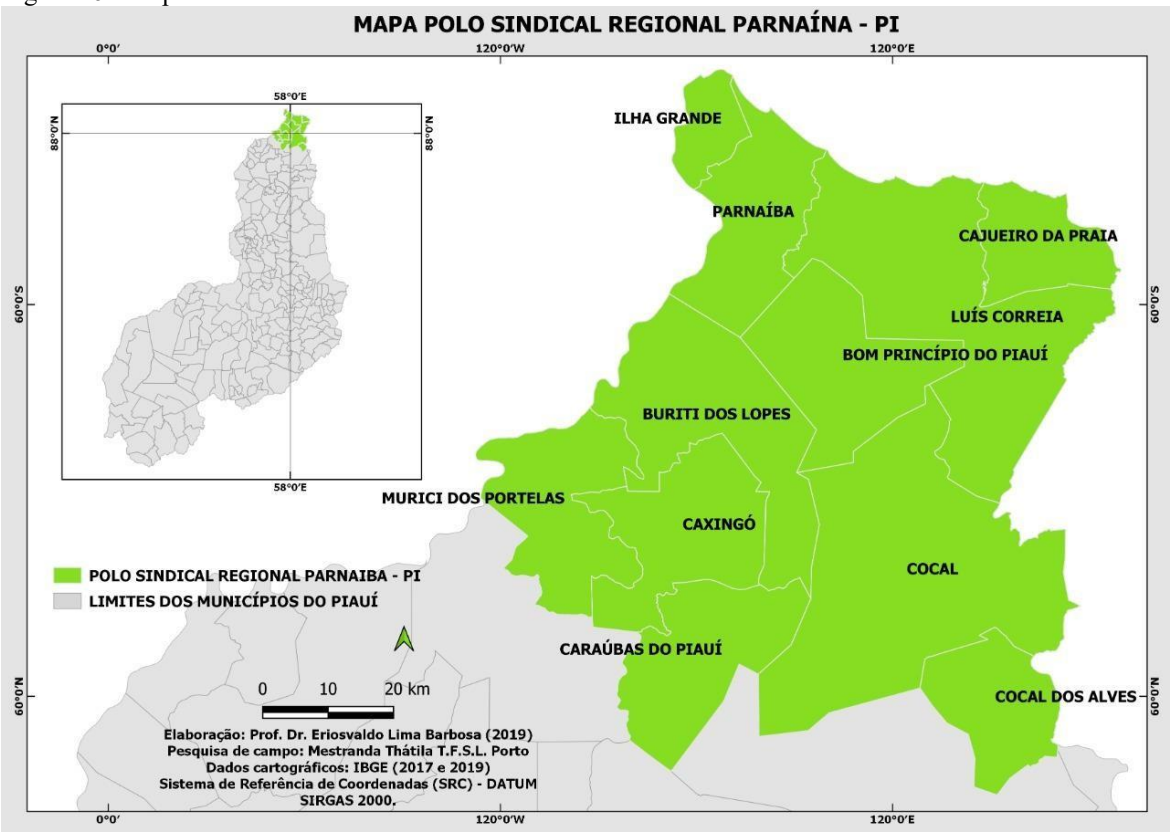
e Trabalhadoras Rurais de **Muricí dos Portelas**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Parnaíba.**

Quadro 12 - Polo sindical regional de Parnaíba.

No	**Sindicato**	**Cargos de Direção**										
		P	**VP**	**SG**	**SF**	**SM**	**PA**	**SJ**	**TI**	**CF**	**SFO**	**S.AG**
01	Caraúbas do Piauí	M	M	M	M	M	H	M	M	3M		
02	Luís Correia	hH	H	M	H	M	M	M	H	3M		
03	Cajueiro da Praia	M	M	M	M	M	H	M	H	3M		
04	Cocal dos Alves	H	H	M	M	M	H	H	H	2H 1M		
05	Cocal	H	H	M	H	M	H	H	H	1H 2M	M	H
06	Bom Princípio do Piauí	H	M	H	H	M	M	M	H	2H 1M		
07	Buriti dos Lopes	M	H	M	M	M	H	H	H	2H 1M		
08	Caxingó	H	H	H	M	M	H	M	0	2-M 1-H		
09	Ilha Grande do Piauí	M	H	M	M	0	0	0	0	2-H 1-M		
10	Muricí dos Portelas	H	M	M	M	M	M	M	H	1-H 2-M		
11	Parnaíba	H	M	M	H	M	M	M	H	2-H 1-M		
	TOTAL	5M 6H	5M 6H	9M 2H	7M 4 H	10 M	**jbhf hjj**	7 M 3 H	8H 1 M	20M 13H		

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 26 - Mapa do Polo de Parnaíba.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

IX – Polo sindical regional Paulistana

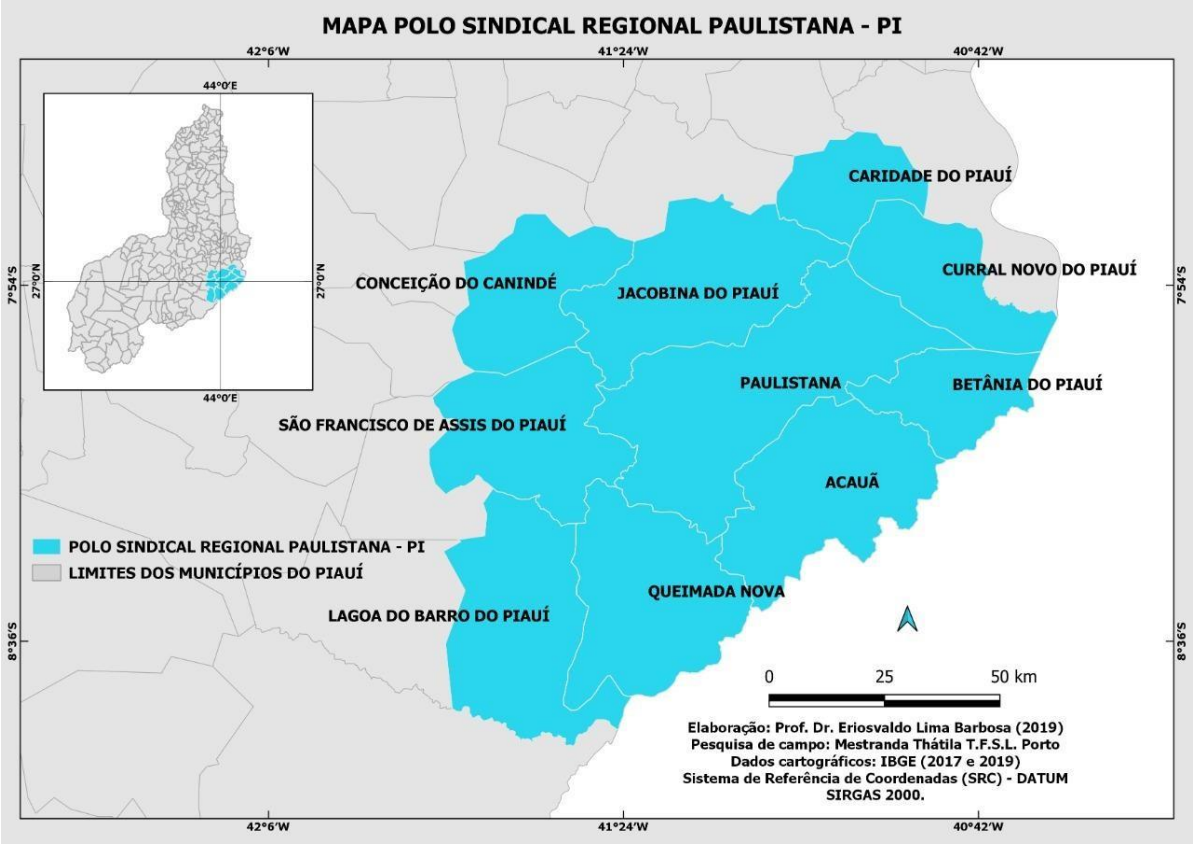
Conta com **10 sindicatos**, **sendo três deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Curral Novo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Acauã**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoa do Barro do Piauí**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Betânia do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jacobina,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Caridade do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Paulistana**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Francisco de Assis**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Conceição do Canindé**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Queimada Nova**.

Quadro 13 - Polo sindical regional de Paulistana.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Paulistana	H	M	H	M	M	M	M	H	2H 1M
02	Betânia do Piauí	H	H	M	M	M	H	M	M	2M 1H
03	Curral novo	M	M	M	M	M	H	M	M	3 M
04	Jacobina	H	M	M	H	M	H	H	M	2M 1H
05	Queimada Nova	H	H	H	H	M	H	M	H	2H 1M
06	Acauã	M	H	H	M	M	H	H	M	2H 1M
07	Caridade do Piauí	H	H	M	H	M	M	M	H	2M 2H
08	Lagoa do Barro	M	H	M	M	H	H	H	M	2H
09	São Fco de Assis do Piauí	H	M	M	M	M	H	H	H	2M 1H
10	Conceição do Canindé	H	H	M	M	M	H	H	0	2H 1M
	TOTAL: 50 Homens e 57 Mulheres	3 M 7 H	4M 6H	7M 3H	7 M 3H	9M 1H	2M 8H	5 M 5H	5 M 4H	

Fonte: produzida pela autora desta dissertação, com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 27 - Mapa do Polo de Paulistana.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

X – Polo sindical regional Picos

Conta com **33 sindicatos, sendo 15 deles presididos por mulheres:**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santana do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santo Antônio de Lisboa**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Sussuapara**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Belém do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Dom Expedito Lopes**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Francisco Macedo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Massapé do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Monsenhor Hipólito**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Padre Marcos**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Vila Nova do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Geminiano**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jaicós,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Campo Grande do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais de **Francisco Santos**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João da Cana Brava**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Itainópolis**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santa Cruz do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Patos do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Simões**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Paquetá**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Alegrete do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Picos**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pio IX**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Alagoinha do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Aroeiras do Itaim**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bocaina**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Fronteiras**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Marcolândia**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São José do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Julião**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Caldeirão Grande do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Luís do Piauí** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Vera Mendes**.

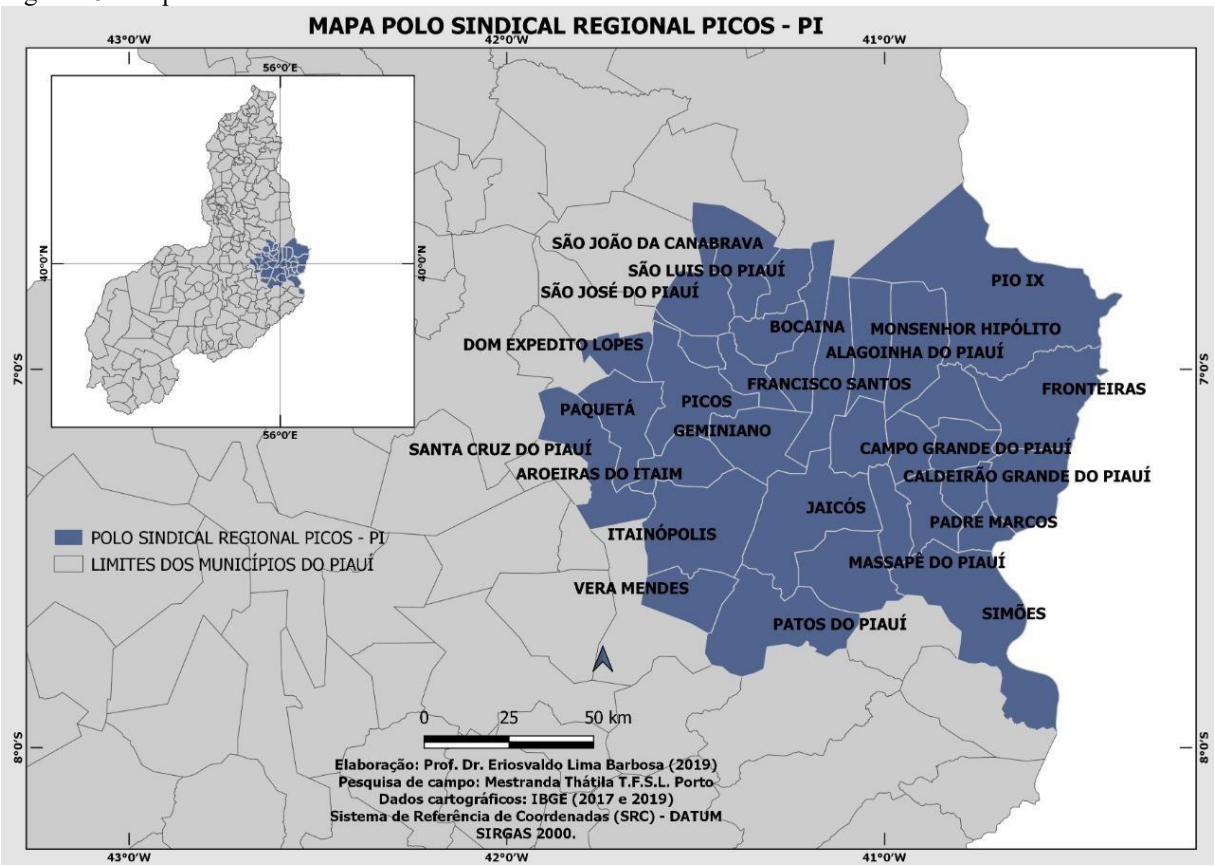
Quadro 14 - Polo sindical regional de Picos.

Nº	Sindicato	Cargos de direção								
		P	VP	SG	SJ	SM	PA	SF	TI	CF
01	Santa Cruz do Piauí	H	H	M	M	M	M	H	H	2H 1M
02	Santana do Piauí	M	H	M	H	M	H	M	H	2M 1H
03	Santo Antônio de Lisboa	M	M	M	H	M	M	H	M	2H 1M
04	Sussuapara	M	M	M	M	M	M	M	H	2M 1H
05	Alegrete do Piauí	H	H	M	M	M	M	M	H	1H 2M
06	Belém do Piauí	M	H	M	H	M	M	H	M	2H 2M
07	Caldeirão Grande do Piauí	H	M	M	-	-	-	-	-	1H 2M
08	Dom Expedito Lopes	M	M	H	-	M		M	M	1H 2M
09	Francisco Macedo	M	M	H	H	M	M	H	H	2H 1M
10	Fronteiras	H	M	M	M	M	H	M	H	1H

										2M
11	Marcolândia	M	M	M	M	M	M	H	-	1H 2M
12	Massapé do Piauí	M	H	M	M	M	H	M	H	3M
13	Monsenhor Hipólito	M	M	M	H	M	M	M	H	1H 2M
14	Padre Marcos	M	H	M	M	M	H	H	M	2M 1H
15	Vila Nova do Piauí	M	M	H	H	M	M	H	M	2H 2M
16	Itainópolis	H	H	H	H	M	M	H	H	2H 1M
17	Patos do Piauí	H	H	M	M	M	M	H	M	1H 2M
18	Simões	H	M	H		M	H	H		2H 1M
19	Geminiano	M	M	M	M	M	M	H	M	1H 2M
20	Jaicós	M	H	M	H	M	H	H	H	2H 1M
21	Paquetá	H	M	M	M	M	H	M	M	2H 1M
22	Picos	H	M	M	M	M	H	H	H	1H 2M
23	Pio IX	H	H	M	H	M	H	M	M	2H 2M
24	Alagoinha do Piauí	H	H	H	M	M	M	H	M	2H 1M
25	Bocaina	H	M	M	H	M	M	H	M	1H 2M
26	Campo Grande do Piauí	M	M	H	M	M	M	M	M	1H 2M
27	Francisco Santos	M	M	M	M	M	H	M	H	1H 2M
28	Aroeiras do Itaim	H	M	M	M	M	H	H		2H 1M
29	São João da Cana Brava	M	M	M	H	M	M	H	H	1H 2M
30	São José do Piauí	H	H	M	M	M	M	H	M	1H 2M
31	São Julião	H	H	M	M	M	M	H		1H 2M
32	São Luís do Piauí	H	M	M	H	M	H	M	H	2H 2M
33	Vera Mendes	H	M	H	M	M	H	M	M	3M
	TOTAL	17, H 16 M	13H 20 M	08H 25 M	12H 18 M	32 M	13H 18 M	19H 13 M	15 H 14 M	44H 57M

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 28 - Mapa do Polo de Picos.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XI – Polo sindical regional Piripiri

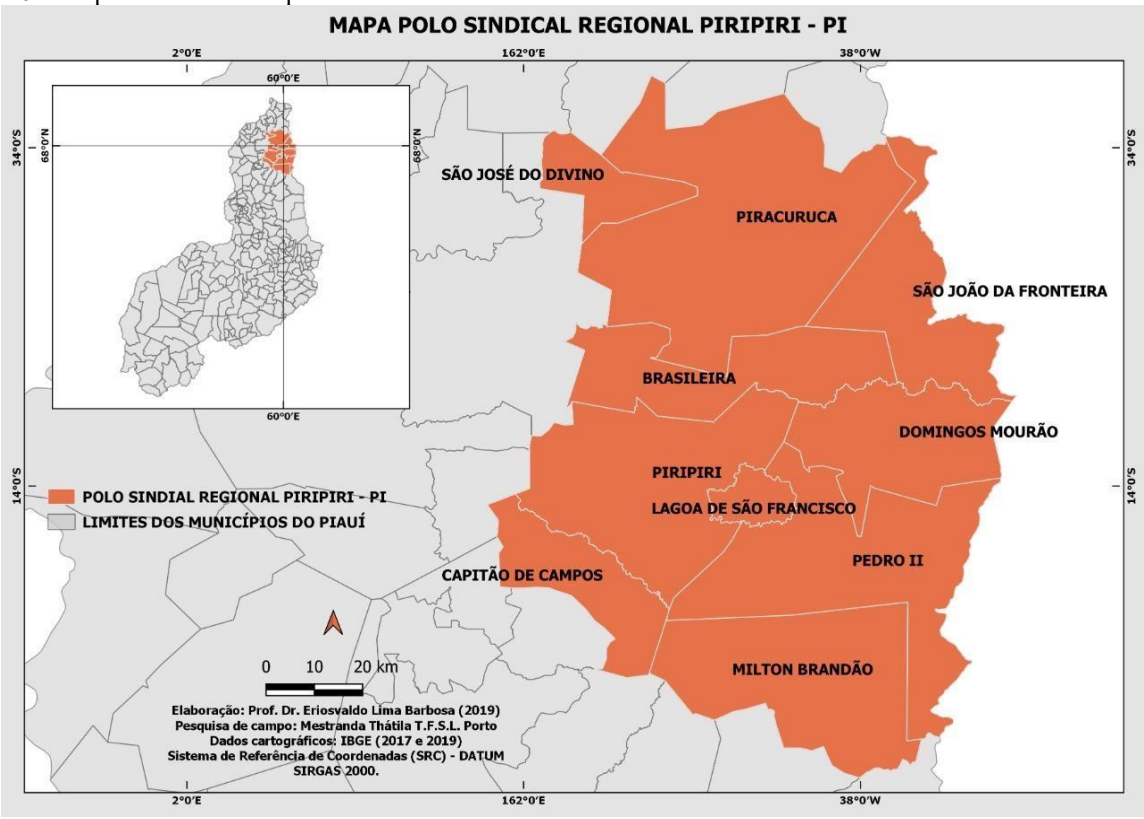
Conta com **10 sindicatos, sendo cinco deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Domingos Mourão**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoa de São Francisco**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Piripiri**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Brasileira**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pedro II**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Capitão de Campos**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Piracuruca,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Milton Brandão**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João da Fronteira**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São José do Divino**.

Quadro 15 - Polo sindical regional de Piripiri.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	VP	SG	SJ	SM	PA	SF	TI	CF
01	Domingos Mourão	M	H	M	M	M	M	M	H	M
02	Lagoa de São Francisco	M	H	M	M	M	M	M	H	MHM
03	Piripiri	M	M	H	M	M	H	M	M	HMH
04	Brasileira	M	H	M	M	M	M	H	M	HMM
05	Pedro II	M	M	M	M	M	H	M	M	H
06	Piracuruca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07	Capitão de Campos	H	H	M	M	M	M	M	H	MHM
08	Milton Brandão	H		M	M	M	M	H	H	HHM
09	São José do Divino	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	São João da Fronteira	H	M	H	M	M	H	H	H	3H 3M
	TOTAL	3H 4M	3M 4H	2H 5M	7M	7M	3H 4M	2H 5M	5H 2M	11H 11M

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 29 - Mapa do Polo de Piripiri.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XII - Polo sindical regional São Raimundo Nonato

Conta com **13 sindicatos, sendo 08 deles presidido por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Fartura do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Caracol**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Braz do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Jurema**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Várzea Branca**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Dirceu Arcoverde,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Raimundo Nonato**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Anísio de Abreu**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bonfim do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Guaribas**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Dom Inocêncio,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Lourenço do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Coronel José Dias**

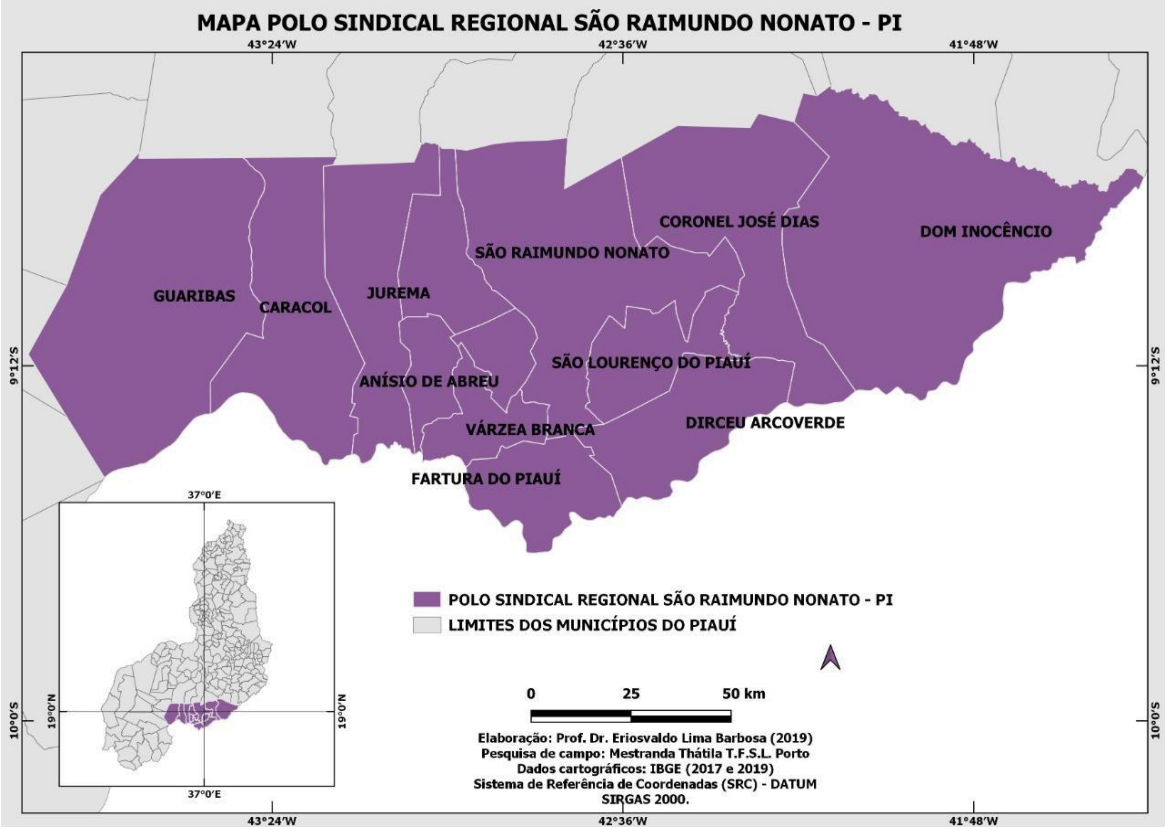
Quadro 16 - Polo sindical regional de São Raimundo Nonato.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	VP	SG	SJ	SM	PA	SF	TI	CF
01	Fartura do Piauí	M	H	H	M	M	M	M	H	H
02	Bonfim do Piauí	H	H	M	M	M	H	M	H	M
03	Caracol	M	M	H	M	M	M	H	M	H
04	São Braz do Piauí	M	H	M	M	M	H	H	M	H
05	Dom Inocêncio	H	M	M	M	M	M	H	H	M
06	Várzea Branca	M	M	M	M	M	H	M	H	H
07	Coronel José Dias	H	M	M	M	M	H	M	H	M
08	Guaribas	M	M	M	H	M	H	H	H	M
09	Jurema	M	M	M	M	M	H	H	H	H
10	São Lourenço do Piauí	H	H	M	M	M	M	H	M	H
11	Dirceu Arcoverde	M	M	M	M	H	H	M	H	H

12	São Raimundo Nonato	M	M	H	M	M	H	H	M	M
13	Anísio de Abreu	M	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	9M 4H	M8H4	M9H3	M11H 1	M11H 1	M4H8	M5H7	M4H8	M5H6

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 30 - Mapa do Polo de São Raimundo Nonato.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XIII – Polo sindical regional Simplício Mendes

Conta com **12 sindicatos, sendo oito deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Campo Alegre do Fidalgo**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Isaías Coelho**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Paes Landim**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Campinas do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **João Costa**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Nova Santa Rita**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São João do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Simplício Mendes**. Os demais sindicatos são presididos por homens,

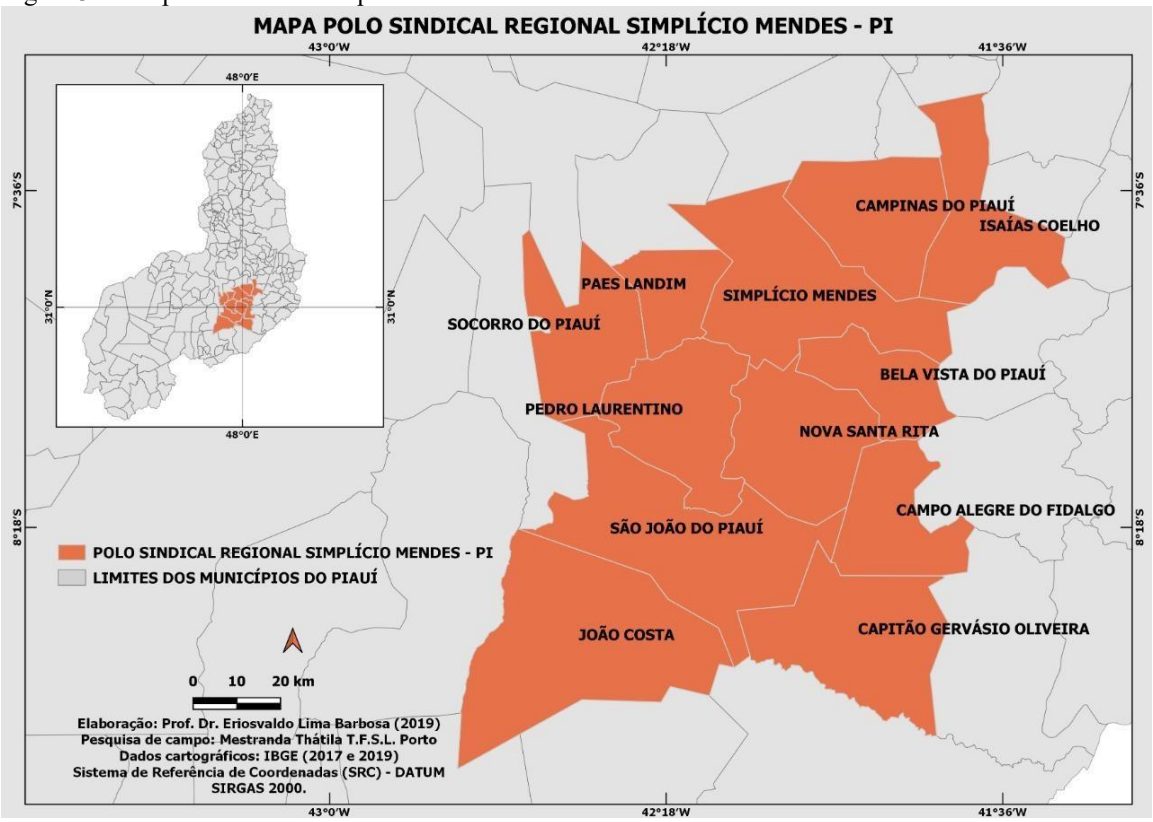
são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Socorro do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bela Vista do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Capitão Gervásio Oliveira**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pedro Laurentino.**

Quadro 17 - Polo sindical regional de Simplício Mendes.

Nº	**Sindicato**	**Cargos de Direção**								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Campo Alegre do Fidalgo	M	H	M	M	M	M	M	M	MMH
02	Isaías Coelho	M	H	M	H	M	H	H	M	MMH
03	Paes Landim	M	H	M	H	M	H	M		MMM
04	Campinas do Piauí	M	M	M	H	M	H	M	H	HHM
05	João Costa	M	M	M	M	M	H	M	H	MMH
06	Nova Santa Rita	M	H	H	M	M	M	H	M	HHM
07	São João do Piauí	M	H	H	H	M	H	M	M	HHM
08	Socorro do Piauí	H	H	M	M	M	H	M	M	HHM
09	Simplício Mendes	M	M	H	H	M	H	M	H	HHMM
10	Bela Vista do Piauí	H		H	H	M	H	M	H	HHM
11	Capitão Gervásio Oliveira	H	M	M	M	M	H	H	H	HHM
12	Pedro Laurentino	H	M	M	M	M	M	H	H	MMH
	TOTAL	M8 H 4	M5 H6	M8 4H	M6 H6	M12 H0	M3 H9	M8 H4	M5 H6	

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 31 - Mapa do Polo de Simplício Mendes.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XIV – Polo sindical regional Teresina

Conta com **15 sindicatos, sendo oito deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Demerval Lobão**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **José de Freitas**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Nazária**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pau D'arco do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Palmeirais**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Curralinhos,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Alto Longá,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoa Alegre do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Altos**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoa do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Miguel Alves**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Beneditino**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Novo Santo Antônio**, Sindicato dos Trabalhadores

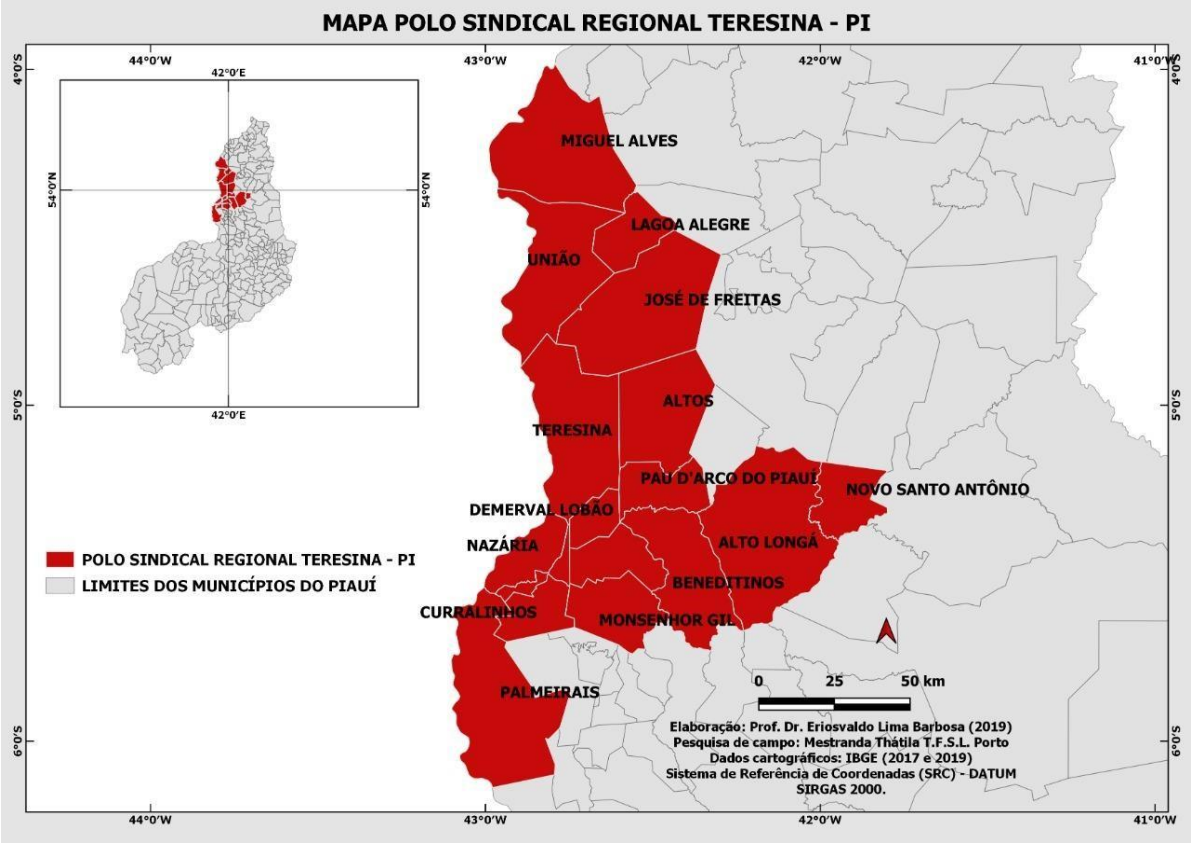
e Trabalhadoras Rurais de **Teresina** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **União**.

Quadro 18 - Polo sindical regional de Teresina.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	**VP**	**SG**	**SJ**	**SM**	**PA**	**SF**	**TI**	**CF**
01	Demerval Lobão	M	M	H	M	M	H	H	M	2M 2H
02	José de Freitas	M	M	M	H	M	H	M	H	
03	Lagoa Alegre do Piauí	H	H	M	M	M	H	M	H	
04	Lagoa do Piauí	H	M	M	M	M	H	M	H	
05	Miguel Alves	H	H	M	M	M	H	M	H	2 H 2 M
06	Nazária	M	M	M	M	M	H	M	M	
07	Palmeirais	M	M	M	M	M	H	H	H	
08	Pau D'arco do Piauí	M	H	M	M	M	H	H	M	
09	União	H	H	H	H	M	M	H	H	
10	Altos	H	H	H	M	M	M	M	M	3 M 3 H
11	Novo Santo Antônio	H	M	M	M	M	M	M	H	
12	Beneditino	H	H	M	M	M	H	M	H	
13	Teresina	H	M	H	M	M	H	M	M	2 M 2 H
14	Alto Longá	H	M	M	M	M	H	M	H	
15	Curralinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TOTAL	55 M 9H	8M 6H	10M 4H	12M 2H	14M 0H	3M 11H	110M 4H	5M 9H	

Fonte: produzida pela autora desta dissertação com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 32 - Mapa do Polo de Teresina.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XV – Polo sindical regional Valença

Conta com **15 sindicatos, sendo nove deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Pimenteiras**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Prata do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Barra D'Alcântara**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Novo Oriente**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Miguel da Baixa Grande**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Várzea Grande**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Francinópolis,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Lagoa do Sítio do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Ipiranga do Piauí.** Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **São Félix do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Elesbão Veloso**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Inhuma**, Sindicato dos Trabalhadores e

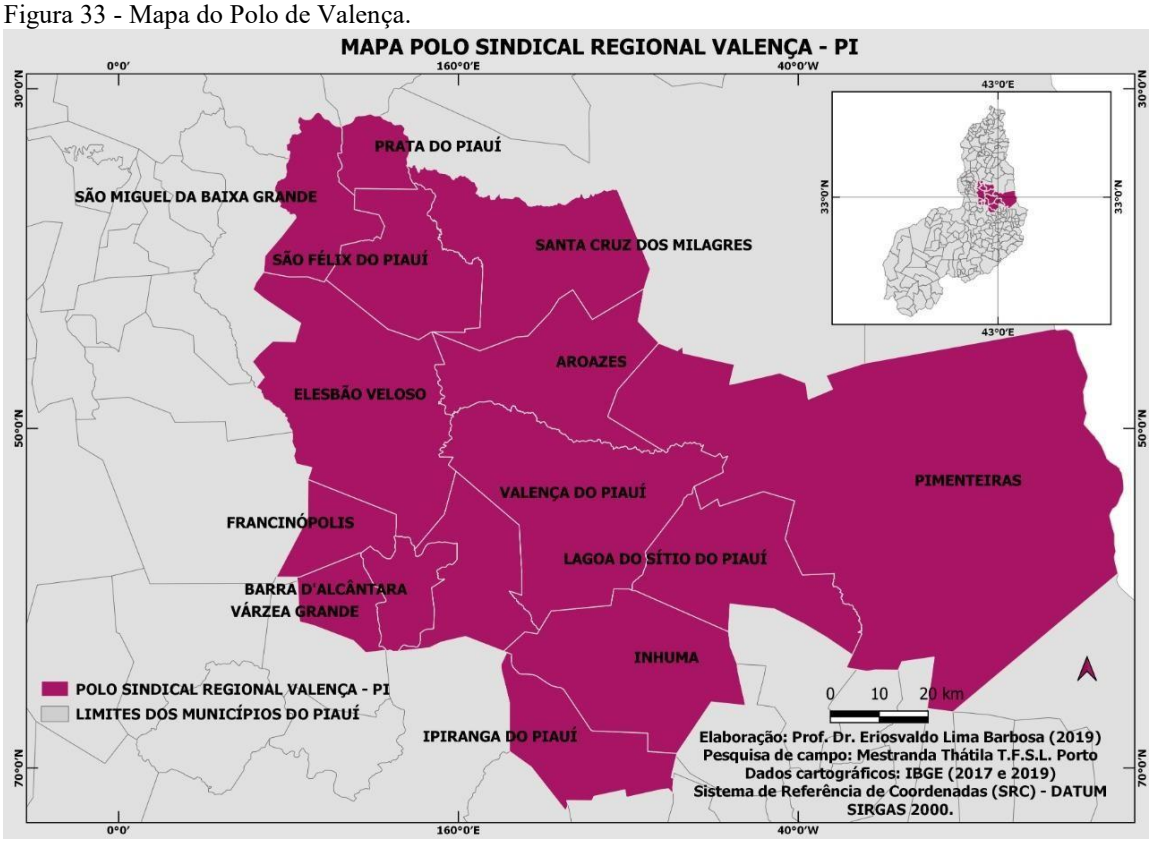
Trabalhadoras Rurais de **Valença do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Aroazes** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santa Cruz dos Milagres**.

Quadro 19 - Polo sindical regional de Valença.

No	Sindicato	Cargos de Direção								
		Presidência	Vice-presidência	Secretaria Geral	Secretaria Juventude	Secretaria Mulheres	Secretaria Política Agrícola	Secretaria de Finanças	Secretaria Terceira Idade	Conselho Fiscal
01	Pimenteiras	M	H	M	M	M	H	M	M	2M
02	Prata do Piauí	M	H	M	M	M	H	M	H	2 M
03	Barra D'Alcântara	M	M	M	M	M	M	H	H	2 M
04	Novo Oriente	M	H	M	M	M	H	H	H	2 H
05	São Félix do Piauí	H	M	M	H	M	M	M	M	2 H
06	S. Miguel da Baixa Grande	M	M	H	H	M	H	M	M	2 M
07	Lagoa do Sítio	M	H	M	H	M	H	M	H	2M
08	Elesbão Veloso	H	H	M	M	M	H	H	H	2 M
09	Francinópolis	M	M	M	H	M	H	M	H	2M
10	Inhuma	H	M	M	M	M	M	H	M	3 M
11	Várzea Grande	M	H	M	H	M	H	M	H	2 M
12	Valença do Piauí	H	H	M	M	M	H	H	H	3 M
13	Aroazes	H	H	M	M	M	M	M	H	2H
14	Ipiranga do Piauí	M	H	H	M	M	M	H	H	2 M
15	Santa Cruz dos Milagre	H	H	M	M	M	M	H	H	3M
	TOTAL	9M 6H	5M 110 H	13M 2H	10M 5H	15M	6M 9H	8M 7H	4M 11H	

Fonte: produzida pela autora desta dissertação, com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 33 - Mapa do Polo de Valença.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

XIV – Polo sindical regional do Vale do Gurguéia

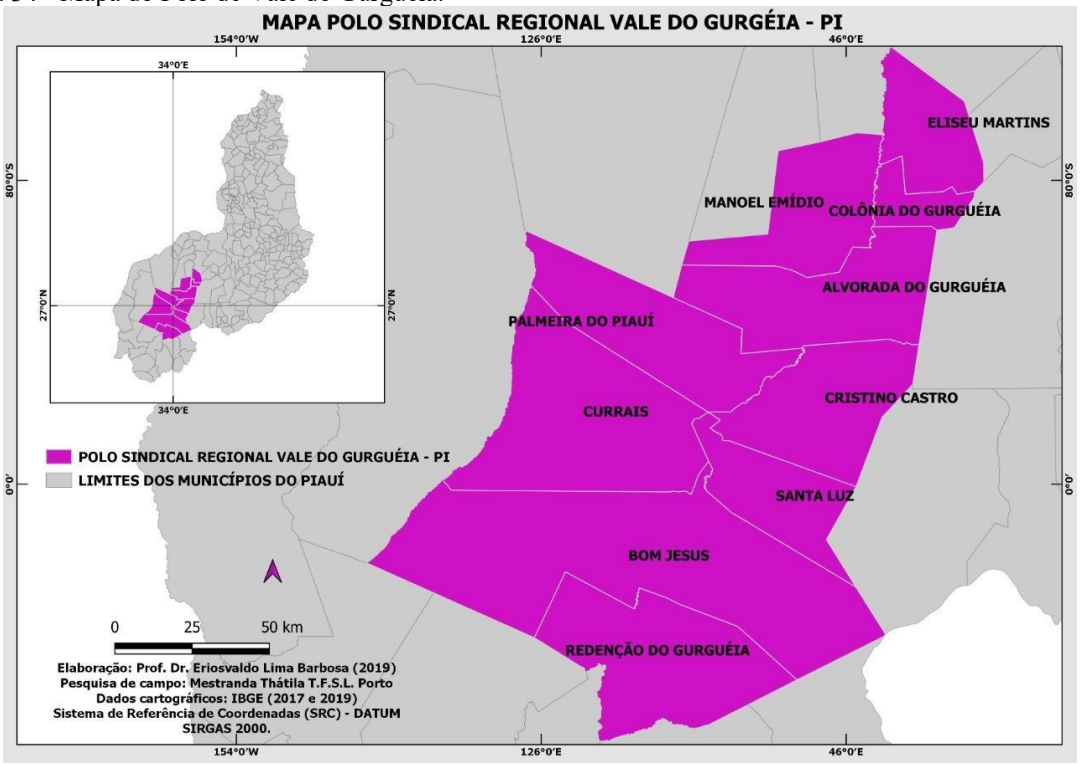
Conta com **10 sindicatos, sendo cinco deles presididos por mulheres**: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Colônia do Gurguéia**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Palmeira do Piauí**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Santa Luz**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Bom Jesus** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Cristino Castro**. Os demais sindicatos são presididos por homens, são eles: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Elizeu Martins do Piauí,** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Alvorada do Gurguéia** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Manoel Emídio**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Redenção do Gurguéia** e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de **Currais**.

Quadro 20 - Polo sindical regional de Vale do Gurguéia.

Nº	Sindicato	Cargos de Direção								
		P	VP	SG	SJ	SM	PA	SF	TI	CF
01	Elizeu Martins do Piauí	H	M	M	M	M	H	M	H	1 H 2M
02	Alvorada do Gurguéia	H	M	M	M	M	H	M	H	1 M 2H
03	Santa Luz	M	H	H	M	M	M	M	M	2M 1H
04	Colônia do Gurguéia	M	M	M	H	M	H	M	H	1M 2H
05	Palmeira do Piauí	H	H	M	M	M	M	M	H	2M 1H
06	Bom Jesus	M	M	M	M	M	M	M	M	1H 2M
07	Cristino Castro	M	H	M	H	M	M	M	H	2H 1M
08	Manoel Emídio	H	H	H	M	M	H	M	M	1H 2M
09	Currais	H	M	H	M	M	M	M	H	1M 2H
10	Redenção do Gurguéia	M	H	H	M	M	H	H	H	1H 2M
	TOTAL H e M	5H 5M	5H 5M	4H 6M	2H 8M	10 M	5 H 5M	1 H 9M	7 H 3 M	14 H 16M
	TOTAL GERAL									**43 H e 67 M**

Fonte: produzida pela autora desta dissertação, com base em pesquisas de campo e documental.

Figura 34 - Mapa do Polo de Vale do Gurguéia.



Fonte: produzida pelo Professor Doutor Eriosvaldo Lima Barbosa (2019).

Legenda dos Quadros referente aos polos sindicais da FETAG-PI:

P = Presidência;

VP = Vice-presidência;

SG = Secretaria Geral;

SJ = Secretaria de Juventude;

SM = Secretaria de Mulheres;

PA = Secretaria de Política Agrícola;

SF: Secretaria de Finanças;

TI = Secretaria da Terceira Idade;

CF = Conselho Fiscal;

M = Mulher;

H = Homem.

Neste capítulo, de acordo, com o que mostram os dados da estrutura da Confederação e da Federação, fica explícito que há o envolvimento de mulheres referentes às atividades desenvolvidas no âmbito do movimento sindical rural. No entanto, até o momento, esta estrutura mostra o lado visível dos sindicatos, o que podemos constatar através de elementos que estão disponíveis sem necessitar de um aprofundamento teórico em relação a como se desenvolvem o protagonismo, a autonomia, o agenciamento e a visibilidade do trabalho das mulheres no movimento sindical rural. Buscarei fazer a análise dessas questões no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – MULHERES NO MSTTR DA FETAG-PI ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: SENTIDOS DE UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COMO SUJEITAS POLÍTICAS

"Mulheres são como água crescem quando se juntam"[31]

Neste capítulo, abordo o tema das mulheres no sindicalismo rural da FETAG-PI, trazendo à tona, com base na pesquisa de campo e documental, em diálogo com a literatura, como estas mulheres produzem sentidos através das relações de gênero no movimento sindical e em seu próprio processo de construção como sujeitas políticas. Busco evidenciar os desafios enfrentados por elas, muitos deles invisíveis e o que consideram como conquistas, tanto visíveis, como invisíveis, no âmbito da política de equidade de gênero deste movimento sindical.

As categorias centrais da abordagem são agenciamentos sociais e sentidos atribuídos à ação. Vejo agenciamento social como parte da produção da subjetividade que expressa o que a memória coletiva produz em cada pessoa, resultando que o que se expressa trata-se de uma construção intersubjetiva, a qual expressa a vontade de um grupo de pessoas (DELEUZE; GUATARI, 1975). Já os sentidos atribuídos à ação realizada dialogam com o agenciamento. A pessoa atribuirá os sentidos bons ou ruins à ação social (WEBER, 1984) que fez conforme os sentidos alcançados. Se ação social alcançar o pretendido, os sentidos atribuídos a esta ação serão os melhores.

Em certa medida, o movimento sindical rural contempla a inserção de um grupo de mulheres que está atrelado a reinvindicações também do movimento feminista, que, de certa forma, está promovendo capacidade de mudança através do processo de empoderamento (AZEVEDO e DE SOUSA, 2019), sendo considerado o envolvimento com os grupos de mulheres, condição para que seja possível o fortalecimento e o caminho para se buscar o empoderamento e o fortalecimento de suas ações, no sentido de se afirmarem enquanto indivíduos que procuram se organizar politicamente.

---

[31] Essa era uma das frases muito mencionada no curso da ENFOC Mulher de 2019, no qual participei como observadora, como expresso em capítulos anteriores.

Após evidenciar os lugares ocupados na estrutura, apresento uma interpretação dos sentidos produzidos pelas mulheres sobre a trajetória no movimento sindical, a partir, sobretudo, da interpretação de suas próprias falas registradas na pesquisa de campo nos diversos momentos de observação direta e participante, na Marcha das Margaridas/2019 Estadual, em Teresina, na observação direta e participante e conversas no cotidiano em eventos de formação da ENFOC-Mulher, a partir de questionários aplicados nos módulos de capacitação da ENFOC e de entrevistas individuais realizadas com mulheres em cargos de direção na FETAG-PI.

3.1 A observação participante em eventos voltados para as sujeitas da pesquisa

Percebo, até mesmo nas simples situações da vida cotidiana, como as mulheres conseguem mais fôlego, força e equilíbrio quando estão unidas. Verifico isso a todo momento, seja nas relações familiares, nos grupos formados por afinidade no próprio âmbito do mestrado, das professoras e alunas que se unem e conseguem realizar grandes eventos acadêmicos. Essas mulheres, quando estão juntas e unidas, de fato se fortalecem, uma parece dar apoio, suporte e, muitas vezes, movimento à outra. As mulheres unidas se impulsionam.

Ao trabalhar no projeto de extensão e pesquisa já mencionado na introdução desta dissertação, pude verificar que essa observação se tornou verdadeira na maioria das vezes. Se eu não estivesse unida à minha colega de trabalho, poderíamos nos prejudicar em diversos sentidos, a estratégia era uma ajudar a outra, mesmo com formação em áreas diferente, ela agrônoma e eu socióloga. Portanto, os trabalhos só começaram a ser feitos com eficácia depois que nos unimos e uma passou a contribuir na atividade da outra, fosse explicando na prática como iria funcionar o trabalho, fosse dando apoio em qualquer situação, vez que trabalhávamos viajando, muitas vezes, pernoitávamos em locais que aparentemente não eram seguros para duas mulheres, passando por situações que sem dúvida uma iria necessitar do acolhimento, disposição e compreensão da outra. Isso também era observado em relação a outra equipe que compunha o projeto. As mulheres necessitavam da união, do apoio e da segurança que isso possibilitava, das demais companheiras, para que as atividades, como um todo, pudessem dar certo.

Nesse sentido, comecei a compreender que, se naquele momento o trabalho estava ganhando corpo e se tornando coeso, era porque as mulheres estavam se ajudando, uma contribuía com a outra, mesmo que houvesse divergências de pensamentos, disputas e conflitos, o trabalho em equipe só começou a funcionar depois que as mulheres estavam trabalhando juntas e unidas por uma causa. Isso possibilitava o sucesso de todas, das equipes e, consequentemente, do trabalho desempenhado.

Verifiquei que, no âmbito da organização política das mulheres sindicalistas do MSTTR, também acontece dessa forma, a união entre as mulheres quase sempre as faz ter visibilidade, tornando-as mais seguras, munidas de autonomia, credibilidade e confiança em si e nas demais.

3.1.2 A Marcha das Margaridas no contexto estadual

A Marcha das Margaridas é um movimento de nível nacional, realizado na capital do país, que exalta as temáticas que procuram dar visibilidade ao contexto da mulher rural. Acontece quadrienalmente e teve início no ano 2000 e, desde então, reivindica pautas relacionadas à questão das mulheres do campo, das águas e das florestas. Tais pautas são relacionadas ao acesso à terra, reforma agrária, moradia digna, direitos previdenciários, combate à violência de gênero, construção de agroecologia e da soberania alimentar no campo e nas cidades, liberdade, igualdade, democracia, participação política, justiça e autonomia para todas as mulheres (AGUIAR, 2015).

É um evento que tem o formato de caminhada, onde acontece uma unificação de lutas feministas que, além de reivindicar direitos para todas as mulheres, não apenas as mulheres do campo, das águas e das florestas, visto que as mulheres das cidades também passaram a compor a marcha, também tem por objetivo fazer denúncias das opressões de raça, gênero e classe. A marcha apresenta uma proposta decolonial quando reconhece que a opressão das mulheres, em especial das mulheres rurais, está relacionada a várias questões sociais, para além das questões políticas e econômicas, denunciando o patriarcado, o capitalismo e o racismo quando aponta quais as necessidades prioritárias dessas mulheres, provando que o discurso universalizante não atende suas especificidades.

No Piauí, no ano de 2019, pude participar de forma mais próxima da Marcha das Margaridas Estadual, que aconteceu no município de Teresina, organizada pela FETAG-PI.

3.1.2.1 “06 de maio de 2019” em um relato etnográfico

Cheguei por volta das 7h, na praça da Liberdade, localizada no centro da cidade e, ao me aproximar da concentração fui avistando muitas bandeiras na cor lilás, muitos homens e mulheres com chapéus de palha, vários ônibus com identificação dos municípios e STTRs de onde vinham. No canto da praça as mesas estavam organizadas lado a lado, servidas com alimentos (pães, frutas, café, macaxeira), para as pessoas que estavam chegando nos ônibus e participando daquele momento. Cada membro dos sindicatos ganhava uma senha para pegar o café da manhã. Ao me avistar, um senhor que já estava no local do evento me ofereceu a senha dele, disse que percebeu o horário que cheguei, ainda muito cedo, e como já tinha duas senhas e já havia tomado o café dele pediu que eu aceitasse a senha que ele estava me dando. Eu aceitei, embora tivesse dúvida se ele tinha mesmo duas senhas e já tivesse se alimentado. No momento, consegui visualizar o pensamento de Mauss em relação ao que fala no livro “Ensaio sobre a Dávida”, o fato de compartilhar comigo a senha para tomar café se referia à troca (MAUSS, 1974) que aquele homem estava propondo, pois eu lhe daria a informação sobre o que me levou até ali e o que eu estava fazendo naquele local.

Nesse evento, me aproximei de algumas mulheres em conversa informal, puxando conversa sobre de qual sindicato faziam parte e da animação de estar logo cedo (às 6:30h) presente no evento, com muita vitalidade, roupas em que me sentia bem, batom na boca, cabelo arrumado. Falei que estava lá fazendo observação participante, perguntaram sobre o que eu fazia, falei da minha pesquisa para algumas pessoas e muitas manifestaram interesse em participar. Até tentei falar mais sobre as questões da pesquisa, mas percebi que não era o momento ideal para conseguir conversar sobre o tema, pois grande parte dos participantes e das participantes estavam chegando de viagem cansados, porém ansiosos para seguir em caminhada em busca da garantia dos direitos já conquistados para o meio rural, bem como evitar que a reforma da previdência fosse acatada. Os/as participantes tinham vindo a Teresina com o objetivo de participar do ato e após a marcha estariam voltando para os seus municípios. Aquele, de fato, era um momento de se observar a mística de como elas se comportavam diante de tal evento, que tinha tamanho peso em relação aos ganhos para os homens e as mulheres rurais.

Enquanto isso, no canto da praça, em um local organizado para serem feitas as falas sobre a importância da Marcha das Margaridas a nível estadual e nacional, a secretária de

mulheres da FETAG-PI, a secretária de Mulheres da CONTAG e a Presidente da FETAG-PI discursavam sobre a relevância daquele evento estar sendo construído com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais e demais participantes do movimento sindical rural, para seguirem em caminhada até Assembleia Legislativa do Estado. A marcha tinha por objetivo tratar sobre os direitos das mulheres, sobretudo as mulheres rurais, de modo que eles fossem garantidos, já que a proposta do presidente do país era dar agilidade à reforma da previdência (dentre outros prejuízos para as mulheres), prejudicando ainda mais a mulher trabalhadora rural. Algumas autoridades políticas estaduais se fizeram presentes no evento e também puderam discursar sobre as situações já citadas.

> Igualdade e diversidade de gênero é matéria-prima para uma perspectiva de sustentabilidade em todas as dinâmicas sociais, sejam as administrativas, como a intervenção na natureza que afeta bens ambientais, sejam os referentes ao desenvolvimento nacional político e econômico-social. O tratamento equitativo dado a homens e mulheres representa a valorização, pela sociedade, das semelhanças e das diferenças entre os sexos, bem como dos papéis diversos que socialmente desempenham. **(**SOUSA, 2021, p. 159**)**

A perspectiva apontada demonstra o descompasso do que acontece no âmbito jurídico, sobre como é relacionada a questão social com o meio ambiente quando se observa a questão do direito à terra, à aposentadoria e às questões de gênero. No movimento sindical de mulheres rurais a questão da luta por terra é muito presente, mas, ao mesmo tempo, também emerge a questão da igualdade de gênero. Neste sentido, o texto ajuda a expressar que essas frentes da luta aglutinam duas esferas, tanto a questão de direitos (por terra e aposentadoria) e a questão da igualdade de gênero. Não dá para pensar essas lutas dissociando essas questões e isso não se dá somente no âmbito rural, mas também no plano teórico, levando em consideração que do ponto de vista da análise, da luta dessas mulheres, não é possível serem questões pensadas de forma separada, seja através da perspectiva sociológica, antropológica ou jurídica (SOUSA, 2021).

Neste sentido, a participação das mulheres rurais na Marcha, principalmente em um momento tão delicado em relação à situação política do país em relação a pauta de mulheres, evidencia uma luta por direitos não somente partindo da autonomia econômica e financeira, mas também relacionada a questões de natureza e também da cultura, mostrando como estão relacionadas a forma como se organizam social e politicamente, produzindo sentido na perspectiva de como estão vivendo.

Para Furlin (2013, p. 401), “o poder da agência se configura mentalmente como resistência política. Surge quando se dá uma descontinuidade entre o poder que constitui o sujeito e o poder que o próprio sujeito assume”, promovendo o fortalecimento e a resiliência desses sujeitos a partir do que vivenciaram, produzindo, nessa perspectiva, ressignificação através de processos de agenciamento, que se tornam possíveis por se tratar de indivíduos que estão atuando coletivamente em busca de um objetivo comum, além da produção de sentidos que se dá na busca também da preservação e da garantia dos direitos que foram outrora adquiridos, construindo, assim, estratégias para resistir.

3.2 O curso estadual de formação política para mulheres dirigentes sindicais

Ao começar a frequentar a FETAG-PI para buscar informações sobre a pesquisa que me propunha a desenvolver e ser informada do curso ofertado pela ENFOC-Mulher, não tinha noção de como ele poderia ser realizado, considerando que não tinha conhecimento desse tipo de formação. Nesses relatos, pretendo expor o que os dias de curso de formação me proporcionaram.

O curso é ofertado para mulheres dirigentes sindicais: presidentas, secretárias, coordenadoras e representantes do coletivo de mulheres a nível dos sindicatos rurais dos 16 polos regionais da FETAG-PI. As participantes ficaram hospedadas no mesmo local do evento, onde há apartamentos em um prédio com três pavimentos localizado dentro do CESIR – Centro de Estudos Sindicais Rurais. O lugar onde acontecem as plenárias, oficinas e painéis fica ao lado das instalações da hospedagem, possui três auditórios, salas amplas, um refeitório dividido em três pavimentos, um amplo espaço para estacionamento e uma grande área arborizada. O CESIR fica localizado na zona rural da cidade de Teresina.

Ao chegar no espaço fui apresentada pela secretária de mulheres da FETAG como pesquisadora e aluna do Mestrado em Sociologia da UFPI para as participantes do curso, explicando ainda que eu estava lá para fazer uma pesquisa sobre a luta das mulheres dos sindicatos do Piauí. O evento, além da formação política, trata também da preparação para a participação da Marcha das Margaridas. A coordenação do evento me informou que naquele ano (2019) era a primeira vez que aconteceria uma ENFOC-Mulher no mesmo ano da Marcha das Margaridas e que naquele curso tinham novas lideranças. Por conta disso, ela me pediu

que nesse primeiro contato eu não as abordasse, exceto nos momentos coletivos, como lanche e almoço.

Nesse momento, de fato, fui para observar, não tinha a intenção de abordar ninguém, mas se surgisse alguma oportunidade eu aproveitaria, desde que eu compreendesse que não iria prejudicar nem a mim, de modo que minha participação no local não fosse vetada, e nem às participantes do curso.

O primeiro dia do curso foi um período de acolhida, as mulheres chegavam em horários distintos e à medida em que se instalavam no CESIR iam se juntado à plenária que acontecia em um dos auditórios do local. A hospedagem e a alimentação ocorriam no mesmo local do evento, o que facilitava a participação dessas mulheres em todas as atividades e evitava a dispersão e a evasão.

No segundo dia, após rememorarem os acontecimentos do dia anterior, foram formadas comissões para comentar e avaliar o evento, além de grupos que ficariam responsáveis pela animação e organização do espaço da plenária. Foi realizada uma atividade em que a proposta era separar as mulheres da seguinte maneira: por idade (a maioria tem entre 33 e 50 anos); cor; religião; identidade de gênero; orientação sexual, estado civil (a maioria é casada) e escolaridade. Dentre as participantes do curso, nesta dinâmica, observou-se que apenas três mulheres não eram mães.

Pude perceber que os assuntos relacionados à religião e orientação sexual geraram muita agitação e incômodo nas participantes, pelo fato de não se sentirem à vontade para debater sobre temas que, de acordo com uma conjuntura política a qual se apresentava no país onde o conservadorismo vem avançando bastante, são considerados polêmicos. Ao término da dinâmica, a facilitadora, Vilênia Aguiar, fez suas observações sobre a movimentação delas: "...precisamos discutir mais a questão racial"; "a juventude no movimento sindical não tem discutido sexualidade"; "hoje tem muito jovem no movimento sindical rural que está saindo do campo porque não consegue assumir sua orientação sexual". A facilitadora continuou a comentar as questões que surgiram no momento de distinção por identidade de gênero, perguntando às mulheres presentes se elas sabiam o que era ser hétero e transexual. Ela frisou ainda que as questões relacionadas à sexualidade precisavam ser discutidas no movimento sindical. Uma participante afirmou que algumas "não iriam dizer que eram lésbicas para não sofrerem preconceito", mesmo que fossem.

Curso Regional ENFOC 1° módulo – estado, sociedade e ideologia

A professora Dione Moraes ministrou uma oficina com o tema "Patriarcado e relações sociais (classe, gênero, raça)". Na oportunidade, colaborei sistematizando os questionários que foram aplicados na oficina do trabalho em grupo, englobando os nove estados participantes do Nordeste. A professora elaborou o questionário de modo que pudesse contribuir com a minha pesquisa e a da Paula Mazullo, que também era orientanda dela no Programa de Políticas Públicas da UFPI, esta aluna, inclusive, também contribuiu na sistematização dos questionários.

Nesta oficina houve questionamentos, observações, comentários das participantes que eram na faixa de 90 educandos/das, sendo metade constituído por homens e metade por mulheres. Ao final, uma participante falou sobre a violência doméstica que sofreu e um outro participante se incomodou bastante com as falas expressas na oficina sobre o movimento feminista e identidade de gênero, afirmando que não dão credibilidade ao discurso cristão baseado na bíblia. Neste momento, foi verbalizada que embora alguns participantes não concordassem com algumas das temáticas apresentadas, não cabia a eles negá-las, posto que são temas sociais relacionados ao que se propõe debater nas instâncias do MSTTR, tendo em vista que a função da ENFOC é, de fato, apresentar cursos que proporcionem um entendimento melhor e formação sobre questões sociais aos dirigentes sindicais, pois estes, enquanto liderança, têm o compromisso de promover melhorias para a classe de trabalhadoras e trabalhadores rurais, sendo necessário, portanto, conhecer, discutir e abordar temáticas que se relacionam às questões de gênero, raça e diversidade.

No dia 15 de julho, começou o II módulo da ENFOC-MULHER. No turno da tarde, a professora Dione Moraes colaborou com a escola de formação palestrando em uma oficina. Participei juntamente com Paula Mazullo e Eliana, Mestranda em Políticas Públicas pela UFPI, contribuindo com a docente durante a palestra.

Ao iniciar a palestra, distribuímos um questionário para ter uma base de como estava a discussão do tema nos polos sindicais participantes do curso, que eram 15 ao todo, somente um polo não compareceu no II módulo. Observou-se que muitas não conseguiam compreender do que se tratavam alguns termos explorados na oficina, como diversidade e sustentabilidade, visto que, para muitas, aquele era o primeiro contato com algum tipo de

curso de formação. Pudemos contatar, então, que o movimento sindical não está discutindo sobre questões de gênero, feminismos, patriarcado, entre outros, nas bases. Retornei ao curso de formação tanto para fazer a observação participante, como para receber os questionários que foram entregues no primeiro dia de curso do segundo módulo, pois a maioria das participantes pediu para entregar no decorrer da semana, quando teriam a oportunidade de preencher o questionário com mais calma. No dia 19 de julho, recebi todos os questionários aplicados para as representantes dos 15 polos. Juntamente dos questionários foi distribuída ainda uma ficha para os polos participantes que perguntava: "Que cargos de direção mulheres ocupam, atualmente, nos sindicatos do seu polo?". Nem todos entregaram a ficha de volta e os que entregaram, estava incompleta.

No II módulo, participei de três dos cinco dias de curso, sendo eles os dias 15, 18 e 19 de julho de 2019. A estrutura do curso seguia como a mesma, com aulas começando por volta das 8h, com intervalos para o lanche e almoço na parte da manhã, retornando às 14h, com intervalo para lanche, jantar e, algumas vezes, seguia programação pela noite, com exposição de filmes que ajudariam na discussão do dia seguinte.

Na semana de 23 a 27 de setembro aconteceu o III módulo do curso. Participei nos dias 25 e 26 de setembro. Este módulo do curso de formação focou na questão das mulheres no movimento sindical rural, suas conquistas, perspectivas e desafios. No dia 25 de setembro, na parte da manhã pude participar, juntamente com todas as mulheres presentes no curso de formação da ENFOC-Mulher, do evento que também ocorria no CESIR, o Seminário sobre ACT 2019/2024 – Acordo de Cooperação Técnica FETAG/CONTAG. O evento aconteceu no auditório central do CESIR, com representantes de todos os sindicatos do estado do Piauí e tinha como finalidade explicar para os dirigentes e associados sobre a importância da autorização para desconto do benefício previdenciário e contribuição da mensalidade do sindicato, de acordo com o disposto no Inciso V do artigo 115 da lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Foi entregue para todos os presentes a autorização e a desautorização para tal feito.

Na oficina "A inserção da Mulher na Política Partidária", a presidente da FETAG e Deputada, Elizangela Moura, Isadora Cortez e Maria Joaquina Alves dos Santos, falaram sobre suas experiências enquanto candidatas e parlamentares. A fala que mais me chamou atenção, talvez porque dizia respeito ao meu objeto de pesquisa, foi a da Maria Joaquina, que é coordenadora do polo de Valença. Ela falou sobre a sua história enquanto mulher,

sindicalista e sua inserção na vida política partidária. A coordenadora foi eleita presidente do sindicato de Francinópolis, em 2001 e, ao se destacar como dirigente sindical, resolveu se candidatar à vereadora, sendo eleita por 3 vezes. Ela falou bastante das dificuldades enfrentadas na câmara de vereadores, afirmando que encontrou muitas incoerências, o que a levou, após três mandatos, a sair da vida política partidária e retornar ao movimento sindical.

O dia 26/09 foi destinado a reviverem o que ocorreu na Marcha das Margaridas, uma oficina mediada pela assessora da CONTAG, Vilênia Aguiar. Neste dia, as participantes falaram sobre todo o processo de construção da viagem, a emoção de participar desde a preparação nos municípios, a ida para Brasília, a caminhada, o retorno e suas experiências de terem vivenciado esses momentos. As emoções relatadas foram desde ansiedade, medo, alegria, insegurança, até a certeza do que estavam fazendo, pois sabiam que podiam contar uma com a outra. Elas narraram que se sentiam emocionadas, gratas por terem participado de uma marcha tão grandiosa em uma cidade que muitas não conheciam, falaram ainda sobre os desafios e as alegrias de participarem desse momento, do medo de não dar certo, da dificuldade de se deslocarem de seus municípios, que iam desde o impedimento familiar à falta de recursos financeiros, como também aos desestímulos por parte dos diretores dos sindicatos. No entanto, paralelo a isso, também desfrutaram de alegrias e esperanças, adquiriram mais informações sobre o trabalho de dirigente sindical, se sentiram motivadas a continuar quando encontravam uma companheira na mesma situação, por estarem compartilhando de situações parecidas, algumas foram acolhidas em seus municípios, inclusive, sendo apoiadas pelos seus diretores.

3.2.1 A Transformatura

A transformatura é uma solenidade feita ao término do curso de formação política para dirigentes sindicais da ENFOC-Mulher. É chamada transformatura por ser um evento de transformação, para muitas participantes, e formação, quando recebem seus certificados sendo denominadas, agora, de Educadoras Populares. As educandas seguem com todos os rituais de uma formatura, ganham diploma, se vestem com camisetas diferenciadas, confeccionadas para a ocasião. A solenidade contou com discurso de oradora, participação de convidados de honra (membros da federação, da CONTAG, dos sindicatos e colaboradores que palestraram

no curso), com brindes, bolo feito para a ocasião, festa e um pequeno público no auditório central do CESIR.

Essa imersão no campo na ENFOC-Mulher foi muito importante para visualizar a dinâmica das Federações no âmbito Nordeste, bem como vivenciar alguns dias com as lideranças femininas do STTRs do Piauí. Além da participação como pesquisadora/observadora, pude ter contato com as mulheres em momentos de intervalo, almoço, lanches, onde compartilhávamos da mesma atividade, fosse uma oficina, palestra ou mística, dançando, cantando, sendo integradas e acolhidas, oportunizando conquistar a confiança de alguma delas, anotando contatos, colhendo informações que posteriormente seriam necessárias para a minha pesquisa. Informações através de conversas cotidianas que, talvez, se eu tivesse carregando um gravador e um termo de autorização, naquele primeiro momento, elas não mencionariam (SPINK, 2008).

3.2.2 Aplicação de questionário

No período que participei das atividades no CESIR, além da observação participante, pude participar de alguns momentos que foram destinados à aplicação de questionários durante as oficinas ministrada pela Professora Dione Moraes.

- Curso Regional ENFOC

Os questionários foram aplicados no Curso Regional ENFOC-Mulher durante o Módulo I, Unidade Temática: Estado, Sociedade e Ideologia – Tema Patriarcado e Relações sociais (classe, gênero e raça), no curso voltado para a Formação de Educadores Populares da ENFOC, com representantes do movimento sindical dos 09 estados do Nordeste que participaram da oficina realizada no dia 07 de junho de 2019, no CESIR.

A maioria dos Estados participantes enviaram representantes de forma paritária, divididos da seguinte forma: Alagoas – 05 homens e 05 mulheres; Bahia – 07 homens e 07 mulheres; Ceará – 09 homens e 05 mulheres; Maranhão – 02 homens e 07 mulheres; Pernambuco – 03 homens e 06 mulheres; Paraíba – 03 homens e 06 mulheres; Piauí – 05 homens e 05 mulheres; Rio Grande do Norte – 03 homens e 08 mulheres.

Curso Regional ENFOC 1° Módulo (4 a 10 de junho de 2019. Teresina/PI)

Unidade Temática: Estado, Sociedade e Ideologia – Tema Patriarcado e Relações sociais (classe, gênero e raça)

Data 07/06/2019 – sexta-feira.

Pergunta	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernambuco	Paraíba	Piauí	Sergipe	Rio Grande do Norte
CONTAR no estado já implantada? Situação:	Sim.	Sim. Implantada, só falta registrar.	Sim. Está fundada e ativa.	Não Devido só ter 02 sindicatos. Coelho Neto. Devido a exigência ser de 05 sindicatos.	Sim. Foi criada há 04 anos a federação dos trabalhadores assalariados.	Não	Não. Criação de sindicatos regionais aguardando respostas do Ministério do Trabalho.	Não	Sim. Registrada, mas não em funcionamento.
Há STTR com mulher na presidência? Se sim, quantos: Se não, por quê?	Sim. 30	Sim 40%	Sim 28% mulheres	Sim 71 mulheres	Sim 178 STTR'S 52 presidido por mulheres 29%	Aproximadamente 30%	Sim Ainda estamos fazendo levantamento de base + de 50	40 STTR	Sim 40
Questões de gênero pautadas no movimento sindical, no estado, por ordem de prioridade (até 3):	Respeito as cotas de juventude, mulher e terceira idade Paridade Violência contra mulher	Paridade entre homens e mulheres Empoderamento da mulher e jovens do campo Política da diversidade de gênero no movimento sindical	Discussão e construção da Marcha das Margaridas Implementação da Paridade nas direções Combate a violência sexista	Paridade no estatuto sindical Empoderamento das mulheres Organização das mulheres	Comissões de mulheres processo formativo A presidência da fetape hoje é uma mulher Paridade	Jovens Mulheres Terceira idade	Igualdade de gênero Empoderamento feminino	Saúde da mulher, empoderamento feminino A valorização e identidade rral da juventude Violência na terceira idade	Paridades Raça e Etnia Ideologia de gênero

Problemas nas relações de gênero no movimento sindical, no estado: (até 3).	A pressão com mulheres e juventude Machismo	Apesar da política de empoderamento trabalhada no estado, ainda existe a repressão masculina sobre a presença das mulheres no movimento sindical.	Disputa de espaços políticos entre as mulheres. Os cargos de presidente, tesoureiro e Sec geral ser ocupado por homens. Menor remuneração para as secretarias de mulheres.	Levar para a discussão a questão de gênero. Machismo Discutir sobre violência sofrida, para empoderar mais mulheres.	Nas tomadas de decisões predomina os companheiros. Dificuldades para as mulheres ocuparem alguns cargos. Mulheres da diretoria recebem menos que os homens.	Preconceitos, Machismo, Discriminação	Machismo Autoritarismo Discriminação	Participação das mulheres nos espaços de poder Mais educação voltada para juventude no campo Revisão dos benefícios do inss, empréstimos consignados para aposentados.	Machismo Racismo Violência sexista, feminicídio.
O que esperam desta oficina?	Sair daqui com mais conhecimento e aumentar os nossos horizontes	Esperam adquirir novos conhecimentos e compartilhar experiência da nossa realidade.	Um maior aprofundamento na discussão, para mudanças de nossas atitudes e comportamentos.	Trazer a reflexão de gênero para dentro do movimento sindical.	Troca de experiência/ transformação.	Conhecimentos para combater a discriminação e o preconceito, que vivemos no dia-a-dia.	Aprofundar os conhecimentos e estender as ligações de gênero classe e raça e como ela interfere no nosso dia a dia e como poderemos eliminar todo o preconceito e discriminação.	Compreender mais sobre o patriarcado e adquirir mais conhecimento sobre o feminismo e suas principais lutas, sobre desigualdade.	Proveitosa e que venha nos fortalecer em nossa prática, nosso pensar no movimento sindical.

No primeiro questionamento sobre a **implantação da CONTAR** – Confederação dos Trabalhadores Assalariados Rurais, ficou identificado que mais de 50% dos Estados do Nordeste implantou a CONTAR, porém, sem funcionamento efetivo.

Na segunda pergunta: **Há STTR com mulher na presidência? Se sim, quantos?** De acordo com as respostas dadas, podemos perceber que em todo o Nordeste existem mulheres na presidência dos STTR, mesmo que os participantes não tenham a exata informação de quantas sejam.

No terceiro questionamento: **Questões de gênero pautadas no movimento sindical, no estado, por ordem de prioridade (até 3)**, a maioria das respostas foram relacionadas à paridade de gênero. Pressupõe-se, então, que o movimento sindical rural dos Estados do Nordeste tem preocupação com a questão paritária.

Na quarta pergunta do questionário: **Problemas nas relações de gênero no movimento sindical, no estado (até 3)**, quase 100% das respostas citaram o machismo como um problema no movimento sindical e mesmo as respostas que não foram explícitas em relação ao nome machismo, relacionaram algum ponto que remetesse a ele. Os estados do Ceará e Pernambuco foram pontuais ao responder sobre menor remuneração para mulheres que ocupam cargo em secretarias dos STTRs.

Na quinta pergunta do questionário: **O que esperam desta oficina?** As respostas no geral foram sobre a obtenção de mais conhecimento sobre o tema, em busca de mudança e transformação.

Entre as respostas obtidas nos questionários pude verificar que apesar dos avanços no MSTTR em relação à pauta de gênero e organização política de mulheres, são desdobramentos que ainda devem ser melhor trabalhados e construídos pelo MSTTR.

- Curso Estadual de Formação Política para Mulheres Dirigentes Sindicais

A aplicação dos questionários para as mulheres participantes do curso no CESIR aconteceu no Módulo II, no dia 15 de julho de 2019, durante a oficina “Diversidade, Relações de Gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável”. Na ocasião, 15 entre os 16 polos sindicais do Piauí que contavam com representações responderam aos questionários aplicados.

Questionários aplicados no segundo módulo do curso de formação política para mulheres dirigentes sindicais da ENFOC- Mulher, na Oficina Diversidade, relações de gênero e desenvolvimento rural sustentável.

Data 15/07/2019 – Segunda-feira

Pergunta	**Polo Sindical**							
	Campo Maior	**Canto do Buriti**	**Curimatá**	**Esperantina**	**Floriano**	**Médio Parnaíba**	**Oeiras**	**Parnaíba**
Há STTR com mulher na presidência no seu polo? Se sim, quantas?	Sim. 02 mulheres	04 sindicatos	06	12 mulheres e 03 homens	Sim. Não sabemos quantas no momento	0 07	Não Não sabemos	Sim Se sim, quantas 04
Questões de Gênero pautadas pelo movimento sindical, no seu polo por ordem de prioridade (até 03)	Ocupação de mais mulheres na liderança sindical Mulheres na política	Falamos sobre as questões das mulheres se organizarem melhor para ocupar espaço nos órgãos importantes para que possamos participar de decisões a favor da nossa população.	Organização de mulheres Paridade	Questão de paridade Questão de desrespeito Questão de machismo	Desigualdade entre homens e mulheres por igualdade de direitos	Mulheres na presidência Violência doméstica Paridade de gênero	Violência contra mulher Feminicídio Machismo	Mulher – em busca de paridade Homem – por achar mais superior que a mulher Igualdade homem e mulher
Principais problemas nas relações de gênero no sindicato, no seu polo (até 03)	Machismo Preconceito Violência contra a mulher	No meu sindicato não tem, mas já ouvimos falar sobre esse assunto em outros sindicatos do nosso polo.	Machismo Preconceito Racismo	O não aceitar a ideia de nós mulheres Preconceito por parte de cor	Desigualdade na condição feminina em relação aos homens, desigualdade de poder entre homens.	Diretoria formadas ainda com homens Presidentes com Secretaria de mulheres Secretaria de	Não tem.	A desigualdade, a reforma da previdência. Por saúde pública.

						políticas agrícolas Secrataria Geral salários maiores que outros diretores Machismo		
Principais conquistas de gênero, do movimento sindical no seu polo (até 03)	Grupo cooperativa de mulheres Empoderamento das mulheres Mais mulheres ocupando cargo na diretoria do sindicato	No meu sindicato a gente formou o grupo de ges discutimos e esclarecemos para os trabalhadores as políticas públicas e vários outros assuntos.	Participação das mulheres na diretoria Acesso ao crétido Participação nos conselhos municipais	Marcha das Margaridas ENFOC Mulher 08 de março	Movimento feminista Conquista das mulheres por igualdade de direitos Conquista das mulheres por direito ao voto.	Não sabemos.	Secretaria de mulheres Secretaria de políticas agrícolas Secrataria Geral	Mulher presidente de sindicato Mulher vereadora
Indiquem três aspectos que consideram mais importantes, em termos de diversidade no seu polo:	Igualdade Respeito Companheirismo	Gêneros. Religiosidade e racismo	Cultura Diversidade religiosa	Programa Jovem Saber Enfoc Mulher Sindicato. Contag, fetag	Festa de reis Festejos religiosos Festa junina	Não sabemos.	Confiança Religião Educação	Curso de formação sindical Palestra com mulher, jovens e idoso.
Cite três coisas mais importantes no que vocês consideram desenvolvimento sustentável.		Agricultura familiar, agroecologia e mais acesso a crédito.	Política Econômica Ambiental	Desenvolvimento Subdesenvolvimento Desdobramento	Desenvolvimento econômico Sustentabilidade Desenvolvimento sustentável	Agricultura familiar	Agricultura familiar Agroecologia Produção diversificada de alimentos	Poder Saber Ser
Sindicatos da CONTAR já foram implantados em municípios do seu polo sindical?	Não sabemos		Não	Não	Não sabemos quantas no momento	Não	Não sabemos informar	Não
O que esperam da oficina?	Esperamos que seja uma oficina proveitosa e que	Esperamos ter mais conhecimento	Melhor desenvolvimento com os	Mais aprendizagem, mais	Esperamos sair mais informadas de todos os temas	Obter mais conhecimento para podermos	Esperamos adquirir mais conhecimento	Um conhecimento a mais para está levando até o meu polo sindical.

	aprendamos mais ainda; e que possamos tirar nossas dúvidas sobre desenvolvimento sustentável.	fortalecimento para o movimento e motivar os nossos trabalhadores.	aprendizados Mais conhecimento que venha nos ajudar no movimento sindical.	conhecimento, etc.	que foram abordados.	desenvolver o nosso trabalho na base.		

Pergunta	Polo Sindical						
	Picos	**Piripiri**	**Simplício Mendes**	**São Raimundo Nonato**	**Teresina**	**Vale do Gurguéia**	**Valença do Piauí**
Há STTR com mulher na presidência no seu polo? Se sim, quantas?	05	04	Sim 05	Sim 08	Sim 05	Sim 04	Sim 05
Questões de Gênero pautadas pelo movimento sindical, no seu polo por ordem de priorodade (até 03)	Luta pela paridade Educação sexual não sexista	Violência doméstica Violência contra a mulher Feminismo	Violência Marcha das Margaridas Políticas públicas para mulheres	Igualdade de direitos Menor racismo Marcha das Margaridas	Segurança pública para combater o feminicídio Espaços políticos para as mulheres Políticas Públicas para jovens e 3° idade.	Organização das mulheres nos polos Discussão de gênero Machismo, preconceito por ser mulher	A falta de diálogo entre os diretores. A questão do machismo, que ainda é muito agravante A falta de compromisso de alguns diretores
Principais problemas nas relações de gênero no sindicato, no seu polo (até 03)	Poucos integrantes do público LBGT no movimento Demora da chegada de mulheres na presidência Poucos sócios homens	Machismo por parte dos companheiros Falta de compreensão entre os companheiros	Preconceito Remuneração desigual	Não temos	Garantia da participação nas diretorias dos sindicatos das mulheres, jovens e 3° idade.	Preconceito por ser mulher Machismo	Conseguimos conquistar mais espaço para as mulheres. Conseguimos eleger uma mulher na câmara dos deputados.

Principais conquistas de gênero, do movimento sindical no seu polo (até 03)	A mulher passou a ter mais direitos e voz A chegada de uma mulher trabalhadora rural na ALEPI A chegada de mulheres à coordenação dos polos sindicais	As mulheres a frente de organizações (STTRS) Mulheres com mais autonomia (Feirantes) Mulheres com mais conhecimento sobre seus direitos	Paridade Acesso à linha de crédito	Paridade Acesso a linha de crédito Diversidade religiosa Socio econômica cultural	Participação das mulheres no poder Legislativo municipal Vereadora Marinalva, STTR Nazária	Preconceito por ser mulher Machismo	As culturas de gênero. A religião que ainda é muito criticada
Indiquem três aspectos que consideram mais importantes, em termos de diversidade no seu polo:	Dificuldade de acesso do público LGBT ao mercado de trabalho	Não sabemos Identidade de gênero	Religiosa Econômica Cultura	Sustentabilidade, ambiental, econômica e política	A venda dos produtos da agricultura Os créditos de investimento junto aos bancos A feira da agricultura	Mulheres na presidência dos sindicatos Mulheres trabalhadoras rurais na câmara de vereadores Homem diretor sindical vice-prefeito	As culturas de gênero. A religião que ainda é muito criticada
Cite três coisas mais importantes no que vocês consideram desenvolvimento sustentável.	Cuidado com o meio ambiente Uso consciente dos bens naturais sem comprometer as gerações futuras	Produzir sem agredir o meio ambiente Trabalhar com o material que possa ser reciclado retirar da natureza a matéria prima do auto sustento	Sustentabilidade ambiental Sustentabilidade econômica Sustentabilidade sociopolítica	Sustentabilidade, ambiental, econômica e política	A venda dos produtos da agricultura Os créditos de investimento junto aos bancos A feira da agricultura	Dificuldades no ambiente de trabalho entre gênero	Preservação do meio ambiente
Sindicatos da CONTAR já foram implantados em municípios do seu polo sindical?	Não	Não. Criar pautas de interesse coletivo tanto para os filiados	Não	Não	Sim	Não	Não

		da Contag como para os filiados da contar. Pautas sem discriminações.					
O que esperam da oficina?	Determos mais conhecimentos, sairmos mais empoderadas	Muito conhecimento e troca de experiência	Adquirir conhecimento levando até a base nosso aprendizado, fortalecendo as mulheres do campo	Que ela seja bem proveitosa e rica em desenvolvimento	Ser muito proveitosa e que nós possamos levar mais informações.	Esperamos ter um bom aproveitamento de aprendizado, para ampliar os nossos conhecimentos e enriquecer as nossas bases de informação.	Um bom aprendizado; para poder saber como multiplica-lo.

A partir das respostas desses questionários, pude perceber algumas nuances interessantes em relação à participação feminina nos sindicatos rurais do estado.

Na primeira pergunta: **Há STTR com mulher na presidência no seu polo? Se sim, quantas?** Apenas um polo, o de Oeiras, respondeu que não sabia quantas mulheres tinham na presidência do sindicato, enquanto dois polos disseram que não sabiam informar quantas mulheres eram presidente de STTR, mas que tinham certeza que havia. No entanto, as representantes de polo sabem e tem noção de que existem muitas mulheres que estão na liderança e presidência dos STTRs, mesmo que não confirmem com exatidão qual a quantidade.

Na segunda pergunta**: Questões de Gênero pautadas pelo movimento sindical, no seu polo por ordem de prioridade (até 03)**, as respostas variaram, mas pude verificar que o tema de organização política, paridade de gênero, violência contra a mulher e como o machismo é danoso nas relações de trabalho, são temas que são muito debatidos e levantados como questões importantes nesses espaços.

Na terceira pergunta: **Principais problemas nas relações de gênero no sindicato, no seu polo (até 03)**, o machismo esteve em quase todas as respostas apresentadas, seguido do racismo. Verificou-se ainda que há poucos integrantes do público LGBT nos STTR, bem como a falta de representantes mulheres do MSTTR na política partidária. Entretanto, três polos responderam que não existem problemas dessa natureza nos seus STTR.

Na quarta pergunta: **Principais conquistas de gênero, do movimento sindical no seu polo (até 03)**, foram mencionados o incentivo à organização de mulheres em grupos e cooperativas, o que fomentou mais discussão de gênero e outros assuntos que pudessem ser trabalhados e avançados para conquistas de mais direitos às mulheres, como a autonomia econômica financeira através de organização em feiras, vendas da produção agrícola, bem como o acesso às linhas de créditos.

Na quinta pergunta: **Indiquem três aspectos que consideram mais importantes, em termos de diversidade no seu polo**, seis entre os 15 polos que responderam ao questionário entenderam que essa pergunta tinha a ver com questões religiosas, chegando a expressar que a religião é muito crítica, no sentido de podar com seus dogmas. Um polo mencionou das dificuldades relacionados ao acesso do público LGBT ao mercado de trabalho e dois polos não souberam responder do que se tratava. Os demais polos trouxeram o tema de diversidade em aspectos relacionados ao respeito às companheiras do STTR, formação continuada no

MSTTR, sustentabilidade, investimentos de crédito e espaços onde as mulheres do MSTTR pudessem ocupar.

Na sexta pergunta: **Cite três coisas mais importantes no que vocês consideram desenvolvimento sustentável**, as respostas seguiram um viés que remetia à questão de produção agrícola com foco na agroecologia, embora somente uma resposta tivesse menção a esse termo. No entanto, os polos demonstram compreender que para avançar em relação ao desenvolvimento sustentável é necessário produzir de forma que não venha a agredir o meio ambiente.

Na sétima pergunta: **Sindicatos da CONTAR já foram implantados em municípios do seu polo sindical**? As representantes de polo informaram que não foram implantados sindicatos da CONTAR nos municípios do polo sindical.

Já na oitava e última pergunta: **O que esperam da oficina?** Foi apontado que esperavam que ela contribuísse para os avanços dos conhecimentos nas questões de gênero e que pudessem ser difundidas para as bases do MSTTR.

A partir da agência, podemos identificar como as interlocutoras constroem sentido a partir de uma "Rede Sociotécnica" (OLIVEIRA, 2005) que advém da coletividade, atribuindo os sentidos que têm o meio ambiente, a natureza, a cultura, a terra, a água, o manejo, o trabalho com a agricultura familiar e no movimento sindical.

São mulheres sindicalistas rurais, mas nos conflitos e nas relações de poder vão se desdobrando e se agenciando outras facetas, que são as de mulheres trabalhadoras, mães, produtoras, esposas, onde muitas se tornaram ex-esposas, porque alguns dos (ex) maridos não foram capazes de entender e respeitar a importância e o sentido atribuídos à militância.

Ao produzir sentido através do agenciamento com relação ao que concebem e ao mesmo tempo como a partir dessa situação, vão agenciando a formação de suas identidades. O que elas concebem de si e como elas constroem as suas próprias identidades e concepções de si mesmas, que não são concepções fechadas, coerentes e perfeitas, pois somos seres contraditórios formando identidades que se desdobram em várias outras. (OLIVEIRA, 2005).

As mulheres entrevistadas iniciaram suas atividades no movimento sindical entre o final da década de 90 e início dos anos 2000. Todas são agricultoras familiares, mães e suas idades variam de 41 a 62 anos. Durante as entrevistas, essas mulheres relataram dificuldades no desenvolvimento do trabalho por terem se sentido em algum momento descredibilizadas e desacreditadas por seus companheiros e companheiras nos STTRs pelo fato de serem mulheres, o que, com o tempo, foi sendo mostrado, através de suas competências, que elas

eram capazes de desenvolver grandes trabalhos. As trabalhadoras demonstraram sentir que o respeito ainda hoje está sendo conquistado e, para além das dificuldades que enfrentaram no trabalho, algumas ainda enfrentam dificuldades dentro de casa, especialmente no momento em que tiveram companheiros conjugais que não aceitavam o tipo de trabalho que elas exercem fora do âmbito doméstico.

> Mulher, isso pra mim foi um pouco complicado... O meu esposo até hoje, ele não acha que seja correto a gente sair... Deixar a casa, a família..., mas eu pensei dessa forma, eu vou à frente que é o que eu gosto... E aí hoje já tá um pouco diferente, mas foi muito difícil pra mim, a gente andou quase se separando por causa dessa minha trajetória de trabalho. Como a gente é uma família pobre, eu com cinco filhas pra criar, foi um meio também da gente ganhar uma sobrevivência mais fácil, eu não desisti... Eu não desisti.... E aí ele meio foi entendendo, mas até hoje ele acha assim: "não, você já não precisa mais'. Já minhas [filhas], 'mãe, não é o que a senhora gosta? Então continua... Continua" (Açucena, 62 anos).

A entrevistada iniciou no movimento sindical há mais de 20 anos, no MSTTR, e ainda hoje encontra dificuldade de aceitação do marido, que não aprova o tipo de trabalho que ela exerce por ser feito fora do espaço doméstico e que algumas vezes necessita de viagem, desenvoltura e articulação política, relatando ainda que justamente porque tem muito tempo de atuação no MSTTR e pela idade que se encontra o marido acredita que ela deve parar de atuar como sindicalista. Em contrapartida, recebe apoio e encorajamento das filhas que a incentivam a trabalhar no que gosta e da forma como gosta.

> Como mulher eu enfrento essa dificuldade pelo fato de ser mulher. Primeiro é a questão familiar... Muitas vezes eu não era muito compreendida pelo meu esposo, né? A necessidade que a gente tem de estar participando das atividades, dos eventos como mulher. [...] Outro ponto também que é muito interessante e preocupante, porque muitas vezes a gente fala de companheirismo e as companheiras mulheres são as primeiras a querer atacar uma à outra. Por questão de ocupar espaço e querer muitas subir ali de qualquer forma, né? Rastreando a outra... Então, é uma grande dificuldade também que eu enfrento, no meu próprio sindicato. Muitas vezes a gente fica assim, se perguntando, a gente fala tanto de companheirismo, a questão do machismo, que isso tá, sabe? (Angelim, 43 anos)

Além de enfrentar o machismo propagado pelo esposo, quando tenta mostrar a importância de estar atuando no trabalho, como também na articulação e participação de atividades e eventos necessários para a manutenção do MSTTR, fora do espaço físico do STTR, há também a dificuldade de se fazer compreender pelas companheiras, que, muitas vezes, acabam atacando-se entre si quando escolhem dar mais credibilidade aos companheiros e colegas de trabalho homens. Essa prática é bem antiga e fomentada através da rivalidade feminina que tanto beneficia o patriarcado.

> Desde quando eu entrei no movimento sindical em geral, porque eu era casada e... Assim, por parte de meus pais não, me acolheram muito bem, me deram muito apoio... O meu ex marido também me deu muito apoio, mas assim, por parte da família do meu ex marido, condenação. Porque eu andava muito... E com isso eu não baixava a cabeça, quanto mais que eles me condenavam, aí é que eu ia pra cima, aí que eu resolvia mesmo, aí que eu fazia por pirraçar. Que eu sabia que eu tava fazendo corretamente, então aí é que eu trabalhava mesmo, aí é que eu lutava, mas é só que com isso eu fui me cansando e eu falei "não vale a pena eu ficar aqui sentindo dor de cabeça por causa disso, eu vou trabalhar, vou continuar trabalhando e se o problema for esse daí então ele segue a vida dele e eu sigo a minha". Sei que hoje, a gente só somos bons amigos, muito amigos mesmo, mas cada quem na sua casa. (Bromélia, 42 anos)

Como o trabalho enquanto dirigente sindical demanda ausência do espaço doméstico, muitas mulheres que atuam nessa frente encontram dificuldades com a família, que, no caso da entrevistada, não era o núcleo familiar dela que criava concepções sobre o tipo de trabalho que ela exercia, mas a família do então esposo, que via de forma negativa o trabalho desempenhado por ela, o que acabou por incentivar a não aceitação do cônjuge em relação ao trabalho, o que a deixou na situação de optar pela separação, pois identificou que o esposo acabou sendo influenciado pelo pensamento dos familiares, mesmo que ela tivesse boas relações de convivência com ele até o momento. Nesta situação, conseguimos visualizar como as "relações de poder" são significativas, uma vez que o homem a admira enquanto mulher trabalhadora, sagaz, empoderada, desde que ela seja mais dependente e submissa a ele. Isso tem a ver também com a questão de não dependência financeira, pois enquanto mulher trabalhadora, ela não vai mais estar vulnerável financeiramente, dependendo do marido para o seu sustento. Numa relação machista, pressupõe-se que quanto mais dependência financeira a mulher tenha do homem, mais ele se sente confortável com o relacionamento.

> Nunca deixei de trabalhar, nunca deixei de atender no sindicato, assim... Foi uma questão que quando a gente faz aquele juramento do sindicato, a gente tem que cumprir. Nunca me afastei de maneira alguma, muitas vezes eu ia... Algumas vezes eu fui pro sindicato mal tratada, por conta de questões de violência doméstica mesmo dentro de casa, um olho roxo... Do jeito que eu tava eu nunca disse assim: "hoje eu não vou, hoje eu vou me esconder por estar nesse estado aqui". Não, eu nunca curvei, não me curvei por nada, por nada. (Jitirana, 41 anos)

Durante o desenrolar da pesquisa, pude verificar em alguns relatos como as violências estão presentes na vida dessas mulheres. Na entrevista citada, podemos verificar que surge uma categoria de violência doméstica (ver em Evangelista, 2018), em que a entrevistada relata que sofreu violência doméstica, uma lesão corporal grave que a deixou internada, mas mesmo assim não se afastou dos serviços do sindicato, pois se sentia na obrigação de cumprir o que tinha prometido e finalizar o seu trabalho, optando por sair de casa e não esconder os hematomas presentes no corpo. Neste momento, podemos identificar isso como uma forma de

resistir ao não esconder as violências que vivenciava, mesmo que não fizesse a denúncia através de Boletim de Ocorrência e métodos formais. Dessa forma, ela não esconde o que passa, a denúncia, mesmo que de forma silenciosa, é realizada, denunciando simbolicamente a situação que mulheres trabalhadoras enfrentam numa sociedade machista, misógina e patriarcal, onde o fato de ela não estar voltada somente para as atividades domésticas faz com que seu companheiro se enfureça e se sinta legitimado a agredi-la.

> O primeiro desafio é esse mesmo, né, quando a gente enfrenta dentro de casa [...] Eu fiz até a quarta série do primário e só tinha ensino fundamental na cidade, [...] meu pai não permitia a gente ir para a cidade. Até porque ele dizia que se a mulher ia para a cidade, correndo atrás dessas coisas, o diploma era para os meninos. Então ali a gente tinha que se conformar, ficar ali. Mas eu sempre fui muito curiosa, sempre me desafiei e fui fazendo essa militância no movimento. [...] Depois, aos 20 anos entrei num casamento que também foi desafiador, o cara já me conheceu com esse espírito de militância, mas depois ele começou a discordar. Então o casamento durou [pouco] por conta disso também, porque queria reafirmar a minha identidade e aí tive que me separar, já tinha um filho. Foi bem desafiador, mas contei muito com ajuda dos meus pais... Aí quando foi para ir para o assentamento foi outro desafio. Que meus pais diziam: "O que uma mulher sem marido vai fazer num assentamento? Ser assentada? Como é que tu vai viver?" (Oiticica, 46 anos)

Em decorrência do fato de que morava fora da área que tinha uma escola, a entrevistada teve limitações nos estudos impostas pelo pai, que achava que a moça que saía de casa era para namorar e engravidar, mas, mesmo não saindo da localidade onde residia, encontrou outro espaço em que ela conseguiu se desenvolver enquanto liderança, se aproximando do movimento sindical e conseguiu mostrar aos pais que era possível a atuação de uma mulher em espaços que não fossem restritos só às proximidades da casa, que ela também poderia ser atuante e participar do MSTTR. Assim, ela reafirmou sua identidade enquanto mulher, militante, sindicalista, mesmo que tivesse que desfazer o casamento, pois o marido discordava da militância no STTR, ao tempo em que ela acreditava e queria para a sua vida aquele espaço de atuação nesses espaços. No entanto, os desafios para uma mulher, mãe, trabalhadora e militante não se findam, ela novamente tornou a enfrentar os familiares ao decidir fazer a mudança da casa dos pais para o assentamento que ajudou a fundar. Neste caso, ela relata que os pais temiam por ela ser uma mulher mãe solo, que iria passar a morar sozinha com os filhos em um lugar desconhecido.

> [...] Eu crio meus filhos com ajuda do espaço familiar, do espaço da comunidade, do espaço da escola. [...] Eu tenho uma outra companheira, que é uma vizinha, que é uma mulher também agricultora. E que ela, o esposo a deixou para trás, e nós pegamos as nossas fragilidades e fomos nos ajudando. Eu ajudei a criar os filhos dela e ela a criar os meus. Eu saio para cá e ela cuida da minha família e eu ajudo a cuidar da família dela e a gente se ajuda. E ela tem dois filhos, e eu tenho três. E que esses cinco filhos consideram que nós somos a base estrutural deles. [...] Então, a

> gente se cuida e se fortalece nesse ambiente que tem discórdia, mas tem construções. (Oiticica, 46 anos)

Os sentidos atribuídos em relação à aliança com a companheira que vivia na mesma situação, a partir das fragilidades encontradas, são de partilha através da compreensão, do fortalecimento, do cuidado e da construção das relações enquanto mulheres, mães, trabalhadoras rurais e chefes de família, podendo as duas (e tantas outras mulheres) se organizarem e se ajudarem em redes de apoio, inclusive, financeiramente, como deixa implícito a comunicação oral, enquanto família e comunidade.

> Somos a chefe de família mesmo, então assim, o desafio é muito grande porque você tem que conciliar tudo isso com o movimento sindical. Então você pensa no movimento sindical, você pensa no filho, você pensa na casa, no bem estar da família, você pensa em tudo. Não que os homens não pensem, porém para nós é uma jornada completamente diferente. Numa casa nós somos as primeiras que levantamos e as últimas que deitamos porque tem toda essa questão de acharmos que nós somos responsáveis por tudo. (Aroeira, 55 anos)

A carga de trabalho física e mental de mulheres, mães e trabalhadoras é um grande desafio que elas enfrentam, para além do desafio de conciliar a vida enquanto sujeitos políticos no MSTTR, pois ainda são as maiores responsáveis pelo âmbito doméstico, como já foi mencionado nesta dissertação, e as que mais se desgastam nos espaços domésticos por se sentirem responsáveis por todo o restante, para além das exaustivas horas de trabalho dos espaços públicos que frequentam. Essa responsabilidade de ter que dar conta de tudo é incutida desde a infância e cobrada em todos os espaços sociais, seja família, escola ou sociedade.

> Eu te garanto que se eu não tivesse a minha família do meu lado durante todo esse caminhar eu não tinha conseguido chegar até aqui onde eu estou. Então quando eu te digo isso, já te digo que é tudo para mim. O apoio familiar de poder estar, desde o meu pai, da minha mãe, dos irmãos, do meu esposo, do meu filho, para poder chegar até aqui nesse espaço, eu não teria porque exige muito da gente. É um movimento que quando eu falo, realmente até me emociono porque a gente sofre para caramba, sabe? A gente pega muita coisa e a gente chega na casa da gente e não tem tempo para a família. A gente dedica muito o nosso tempo ao movimento sindical. Acaba que o movimento fica tomando, de certa forma, esse espaço da nossa família. Então se a gente não tiver a compreensão da nossa família, a gente não consegue andar, a gente não consegue chegar. Fazer essas coisas que a gente tem feito, entendeu? [...] Você chegar desanimada depois de uma humilhação, depois de uma descredibilidade, mas você saber que chega em casa e você tem um apoio daquelas pessoas que dizem assim "você pode, você consegue, vai em frente, porque isso que fizeram com você só serve para você ficar mais firme na luta, só serve para dizer assim, que tu vai conseguir dar conta" e eu realmente me emociono [choro] porque foram vários momentos desses que eu já passei e eu passo quase todo dia. [...] Quanto tempo você perde sem ir na escola, sem você ir na reunião do seu filho, sem você comer junto, sem você ter que ir, para você poder dar atenção para o movimento sindical? (Palma, 37 anos)

Diante da dificuldade que é para uma mulher atuar no MSTTR, tendo outras atribuições como chefe e gestora familiar, podemos identificar que se a família, a sua rede de apoio, não estiver dando o suporte que é necessário, a trajetória e a atuação dessa mulher no movimento ficam comprometidas. De acordo com os relatos, o MSTTR demanda muito tempo de quem está envolvido, sendo necessário, às vezes, abdicar de momentos importantes de interação familiar. Além disso, a compreensão das pessoas mais próximas de como o trabalho é importante cria forças e gera motivação para que a execução do trabalho seja viável, visto ser um trabalho permeado por desafios que, muitas vezes, pode afetar, inclusive, as questões emocionais, desanimando quem está na liderança e na representação.

> Não tive apoio porque a pessoa que eu me juntei, morei 23 anos com ele, que ele agora também foi embora sem explicação, não tive apoio dele. Assim, de não me atrapalhar, mas também não tive apoio dele me ensinar. Isso é o que eu sempre digo. Eu agradeço o que eu tenho hoje pela inteligência e pelo conhecimento e pela tolerância que eu tive dentro do movimento e muita calma para eu resgatar a história e aprender que um dia eu ia ser presidente daquele sindicato, para eu fazer aquilo que estava precisando, um pouco resgatar a história do povo, mas as minhas filhas sempre me deram um apoio. [...] Ele era de movimento também. Não gostava, mas não dizia nada. Porque uma mulher sindicalista não tem tempo para a casa dela assim, não. (Carnaúba, 52 anos)

A entrevistada menciona que viveu maritalmente 23 anos com uma pessoa que também era do MSTTR, mas que não contribuiu com o desenvolvimento dela no movimento, pois, ainda que não tenha reclamado sobre o trabalho desempenhado por ela, também não a apoiou, mesmo não atrapalhando o trabalho dela, se incomodava com a dedicação e o protagonismo que ela passou a ter no MSTTR e não contribuía com o desenvolvimento da esposa, apesar de também ser de dentro do MSTTR. Nessa situação, a falta de apoio do companheiro é evidente, o fato de ele ser do movimento e não a ensinar por onde ir demonstra o incômodo dele ao ver sua mulher se afirmando enquanto liderança sindical, mesmo que ele também fosse e passando a não ter mais tempo para executar somente as tarefas domésticas. O fato de ela estar numa posição de igualdade com ele em relação ao trabalho de liderança sindical pode ter sido um dos motivos que o fez ter "ido embora sem explicação", como ela afirmou na entrevista.

> Eu vejo muitas diretoras sofrerem, né? O presidente acha que ele é quem manda, que ela não... Tem que obedecer a ele, que ela é... "Não, ela não vai porque ela tem um filho, ela tem marido, o marido não deixa". Eu não tenho esse problema, mas eu presencio algumas companheiras nossas passar por essa dificuldade por ser mulher. (Jacarandá, 43 anos)

Mesmo sem ter uma relação de proximidade e mesmo não sendo membro da família, alguns companheiros do MSTTR se sentem legitimados a dizer o que é e o que não é possível nas atividades que poderão ser realizadas pelas participantes mulheres da diretoria, assim como quem e se ela deve ou não ir a uma atividade, levantando a problemática de que ela tem filhos e o marido poderá impedir ou não gostar da participação dela em alguma atividade, fato que não é levantado em relação aos homens do movimento que também têm esposa e filhos. Posto isso, muitas vezes fica inviável que esta mulher consiga avançar e ter visibilidade em meio a tantos entraves e situações que a limitam e a prejudicam, considerando as questões familiares que acabam se transformando em obstáculos para os desdobramentos enquanto liderança sindical desta mulher.

> Hoje a minha família me dá o apoio, mas hoje as minhas filhas dizem "mamãe eu tenho medo do povo matar minha mãe, que minha mãe é muito procurada, minha mãe faz muita ação, minha mãe aguentou muito com a gente e aí minha mãe já está em alto nível de desenvolvimento da agricultura". Nossa fazenda já precisa de eu estar lá dentro administrando e eu digo "tenha calma minha filha porque vinte anos de luta eu não posso chegar, pegar o sindicato e entregar para política partidária, eu tenho que treinar a pessoa e deixar lá, mas não posso abandonar o movimento se não tenho uma pessoa capacitada para entrar ali, tudo para mim entrar para lá eu tive que me capacitar. (Carnaúba, 52 anos)

O compromisso com a militância e com as pautas sindicais é algo demonstrado com muito zelo, cuidado e apreço pelas mulheres entrevistadas, de modo que se sentem responsáveis com as conquistas que foram alcançadas, não aceitando que uma pessoa sem preparo, prévio conhecimento assuma a liderança, mesmo que as atividades de trabalho no âmbito da agricultura familiar demandem da mesma atenção e disponibilidade. Ao tempo em que as famílias dão apoio, também temem pela vida dessas mulheres, pois a visibilidade no MSTTR é algo que pode atingir a integridade física delas, como é o caso de situações que já foram citadas nesta dissertação, em relação à violência contra a mulher e feminicídio contra essas lideranças femininas que estiveram à frente do MSTTR.

> Então a FETAG surgiu como movimento social, mas é claro que no começo, esse movimento era feito majoritariamente por homens. Então, as mulheres foram sendo inseridas ao longo da história. Então, a hierarquia de gênero ou espaços que vem sendo ocupado pelas mulheres dentro do movimento sindical, é uma coisa que vem sendo também conquistada [...] E aí eles também acabaram vendo que não tinha como ter o discurso de valorização e ter uma prática diferente. Então é uma coisa que vai acontecendo. Está acontecendo. (Jurema, 45 anos)

Por se tratar de um movimento que foi fundado por homens, embora na história do MSTTR e no primeiro capítulo desta dissertação, seja mencionado que as mulheres sempre estiveram atuando e mesmo com a orientação e o direcionamento da CONTAG, desde 1995,

para que que seja respeitado o número de cotas de participantes femininas em todas as instâncias do MSTTR, ainda há resistência dos STTRs em cumprir essa determinação. No entanto, mediante as conquistas já alcançadas nas deliberações dos congressos da federação e da confederação, não cabe mais verbalizar um discurso de valorização feminina e fazer diferente na prática, a mudança está acontecendo, porém é necessário ficar vigilante para que as conquistas sejam respeitadas e levadas em consideração.

> Eu tenho observado, ultimamente, nessa questão dessa pandemia e essa questão da quarentena, e as pessoas sendo mais ou menos que obrigadas a passarem mais tempo juntas e quanto isso tem revelado um crescimento de violência doméstica, de desrespeito. Porque na verdade isso é só um reflexo de uma coisa que já existia e que agora está sendo mais aflorada, vamos dizer assim. (Jurema, 45 anos)

A entrevistada identifica, nesse trecho, que a situação de violência doméstica é algo anterior ao período orientado pelas organizações e principais autoridades mundiais em relação ao distanciamento social em razão da pandemia de COVID-19. No entanto, com o isolamento, houve potencialização dessa situação, revelando os lares violentos quando as pessoas que moram na mesma casa tiveram que passar mais tempo juntas.

> Como eu não tinha filhos, também era mais fácil. Como eu não tinha marido, isso dava mais independência para a gente fazer o trabalho da gente. O que eu estou tendo hoje é dificuldade porque meu pai não está mais aqui, meus irmãos saíram. Eu tenho que me dividir hoje, eu tenho que deixar um pouco de lado porque era muito trabalho e hoje a minha prioridade é a minha família, por conta que meu pai que já faleceu. (Emília, 50 anos)

Não dá para afirmar que uma mulher sem filhos e sem marido vai conseguir exercer seu trabalho de forma integral sem ter a preocupação e responsabilidade com o âmbito da casa e o cuidado com outras pessoas, a exemplo disso, temos o relato desta entrevistada que hoje precisa se dedicar aos cuidados da mãe, mesmo tendo irmãos que também poderiam estar contribuindo e dividindo as preocupações, as tarefas domésticas e os cuidados com a família. Às mulheres é sempre dada a responsabilidade de cuidado, sejam elas em qualquer tipo de parentalidade, como cuidados com netos, irmãos, pais e mães e, muitas vezes, até mesmo com relação a casamentos já desfeitos vê-se a ocorrência de tomada dessa responsabilidade para si mesmas, impelidas pelas pressões sociais.

> Um dos maiores desafios que eu enfrentei no movimento sindical foi realmente sair de lá do interior, da zona rural, e passar pela direção do sindicato e assumir a vice-presidência da federação. O segundo desafio, que era uma coisa que eu queria fazer, foi assumir a secretaria de política agrária da federação. [...] A gente passava por muito assédio, os homens achavam que a gente tava no movimento sindical e que poderia estar aqui pra servir pra mulher deles, né? Principalmente quando você é mãe solteira [...]. As pessoas quando olham pra gente, por ser mulher, acha que a

> gente não é capaz, mas eu acredito que mesmo passando por muita dificuldade eu superei o que eu queria. (Begônia, 53 anos)

A participação na diretoria do sindicato municipal e logo após a assunção de um cargo na federação, na capital, foi considerado um dos maiores desafios enfrentados pela entrevistada. Também foi citado o assédio por alguns companheiros do movimento, que consideravam que as mulheres que estavam nos espaços, principalmente, em viagens e participação de eventos, como congressos, atividades essas que demandavam sair da região municipal, entendiam que elas estavam ali para se divertirem e servi-los sexualmente, duvidando da capacidade de liderança delas. No entanto, a entrevistada relata que acredita que conseguiu o que queria. Não que seja esse o caso, mas tal comportamento de homens do movimento que assediam mulheres que participam dos espaços sindicais é, muitas vezes, o motivo pelo qual as mulheres se afastam desses espaços, seja por pressão familiar e conjugal e, até mesmo, pelo constrangimento e insegurança que possam enfrentar. Além disso, podem ocorrer envolvimentos sexuais e sentimentais que, quando desfeitos, transformam aquele ambiente em motivo de sofrimento para muitas dessas mulheres.

> [O] maior desafio que a gente, que eu mesma enfrentei foi na questão da retirada de direitos mesmo, porque foi um desafio muito grande que até então a gente teve um governo anterior a esse governo que nós estamos hoje, que teve essa oportunidade, deu essa oportunidade pra que nós, líderes sindicais, a gente pudesse avançar e nós avançamos. E de repente as coisas voltam assim de uma forma tão radical, prejoratória que a gente terminou, muitas vezes até sem querer aceitar como que as coisas mudaram, né.. Então pra mim foi um desafio muito grande, né, essa mudança, essa radicalização de perda de direitos. Foi um grande desafio. (Angelim, 43 anos)

A entrevistada aponta momentos difíceis enfrentados dentro do movimento sindical após vivenciar uma época em que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tiveram reconhecimento de suas lutas e de seus trabalhos, as conquistas passaram a ser descredibilizadas, rumando a um desmonte, de acordo com o que a gestão atual do governo federal nacional prega.

> Tudo o que eu sei e que eu aprendi na minha vida, eu devo ao movimento sindical, eu aprendi a computação, eu aprendi a escrever mesmo no rumo mesmo, eu aprendi a conversar, eu aprendi a ser até cerimonialista (risos), eu aprendi, eu... Aliás, eu conheci muita gente, eu conheço muita gente e assim, uma das maiores vantagens que eu vejo no movimento sindical é o reconhecimento dos trabalhadores, quando você chega numa assembleia do sindicato: “Ah..(cita o próprio nome)! Naquela ali a gente pode confiar”. Então isso pra mim é um dos maiores reconhecimentos que eu tenho, assim, pra mim é uma universidade, uma universidade que me leva além da sala de aula, pra mim é gratificante. (Jacarandá, 43 anos)

Nesta fala da entrevistada podemos identificar gratidão ao movimento sindical devido ao crescimento pessoal e profissional que ela experimentou na sua jornada, pois passou a se

desenvolver melhor na escrita, na fala, no acesso às tecnologias, conheceu muitas pessoas e o que mais a afeta positivamente é o reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, os quais a veem como uma referência, pois onde chega é conhecida e acolhida, os sentidos atribuídos, através da credibilidade, pertencimento e a identificação dos participantes do MSTTR em relação a ela como uma pessoa em quem podem contar e confiar.

> Eu acho que hoje eles que já eram, que já são desde a fundação do sindicato, eu acho que eles não têm a capacidade que eu tenho hoje como sindicalista, como coordenadora de polo e tudo, hoje eles dizem assim quando as pessoas dizem: "Ei, quando for próxima eleição, vou votar é em J". Aí tem um lá que diz assim: "Deus o livre", desse jeito porque, assim... Eu não vejo que eles diz isso é porque eles desconfia de mim não, eu vejo que eles diz isso é porque eles têm medo de perder o poder. E eu hoje, graças a Deus, apesar de todas as dificuldades, eu consigo enfrentar. (Jitirana, 41 anos)

A entrevista demonstra como a entrevistada enfrenta os colegas do MSTTR, se impondo quando necessário e reconhecendo que hoje se sente mais capacitada para o trabalho do que muitos, pois vem se dedicando há muito tempo. Ela identifica que eles não desconfiam dela, mas têm medo de perder o poder, de que ela se destaque mais do que eles. Isso é um exemplo de violência psicológica que os companheiros de trabalho comentem ao desacreditarem do trabalho que pode ser desempenhado pelas mulheres que participam do sindicato.

> O apoio é muito coletivo, né, porque assim, o trabalho aqui é demandado pelas nossas bases, quem demanda as necessidades são o nosso sindicato de trabalhadores rurais e aí a gente pauta isso no coletivo, a partir das nossas percepções. Agora não, nós estamos na pandemia, né, mas antes a gente tinha muito trabalho de militância percorrendo por esse estado, né, muitas cidades, nos sindicatos, e então isso era quem demanda a nossa base. E isso a gente pauta coletivamente aqui, então como a pauta é coletiva, todas as nossas demandas e os nossos trabalhos práticos tem esse olhar do coletivo. (Oiticica, 45 anos)

De acordo com a informação prestada pela entrevistada, foi mencionado que quem demanda o serviço da Federação é a base do STTR e esse serviço é baseado em deliberações de pautas coletivas que contemplam, através de um olhar diferenciado, as necessidades que têm a ponta do STTR, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que estão atuando nos municípios. No entanto, a situação de pandemia da COVID-19 acaba por inviabilizar o acompanhamento, o ativismo de forma mais intensificada e o trabalho de forma presencial por conta das restrições de biossegurança necessárias para a mitigação do novo coronavírus.

> Passei por momentos difíceis quando estava na presidência do sindicato, a gente teve uns problemas muito sérios com relação às questões ambientais. Momento em que foi muito tenso para mim. Eu era presidente do sindicato, eu tive que me afastar

> por alguns dias, com problemas de ameaças mesmo, por causa das questões ambientais. Pelos empresários do grupo. Era um grupo, né, não queria, na época eu fiz a denúncia com relação ao trabalho escravo. Aliás, escravo não, semiescravo, que era o que era na região. Na época, teve um resgate pelo próprio Ministério Público, aliás Ministério do Trabalho, de trabalhadores lá na Serra Vermelha. Tudo isso na época contribuiu para que eu passasse uns dias com medo, inclusive, mas um medo que não fez que eu parasse. Um medo que não me fez recuar em nenhum momento e sim levantar a cabeça e seguir em frente. (Aroeira, 55 anos)

O trabalho como liderança sindical e de representante de classe demanda atitudes de enfrentamento e de denúncia quando se identifica algo que esteja prejudicando indivíduos e questões sociais. A liderança pode sofrer ameaças e está sujeita a ser perseguida por estar exercendo o trabalho para o qual foi eleita, a exemplo do que a entrevistada narrou, mesmo tendo que se afastar das atividades enquanto presidente do STTR, por conta das ameaças que sofreu por um grupo de empresários ao denunciar o trabalho análogo à escravidão e prejuízos relacionados com as questões ambientais, ela identificou que não deveria recuar, pois, como liderança, estava desempenhando a função que é esperada de uma presidente de um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

> Há hierarquia de gênero, sim, dentro do movimento sindical. Isso é sem dúvida. Prova disso é que nós temos a nossa confederação e lá nunca teve uma mulher como presidente. Compreende? [...] E aí com um olhar agora mais regional, nossa federação temos uma mulher como presidente. Depois de 46 anos de luta chegamos a uma mulher na presidência. Entendeu? Então assim, apesar de haver essa hierarquia, mas é assim aos pouquinhos, em cada federação que você fica sabendo: "ah, chegou uma mulher à presidência" E hoje nós já temos muitas mulheres ocupando presidências aí, federações afora. (Piquiá, 35 anos)

A hierarquia de gênero no movimento sindical é, de fato, presente, algo que pode ser visto nas análises dos anais no Capítulo II, que mostram com mais detalhes como é algo que vem acompanhando as questões históricas. No entanto, pode-se observar que, mesmo assim, há alcance de mulheres em posições de destaque, a exemplo da FETAG-PI que, embora tenha sido presidida apenas por homens desde a fundação, hoje conta com uma presidente mulher e, assim como ela, outras federações pelo Brasil têm mulheres na presidência, mesmo que esse número não alcance o número de homens na presidência.

> Acho que o desafio maior para mim que eu tenho enfrentado na minha vida, é com esse olhar para gente assim... de baixo para cima, de cima para baixo. Dizer: "essa menina aí na frente dessa secretaria, essa negra, essa... vai dar conta?", e a gente tem que provar todo dia que a gente é capaz de fazer e que a gente fez, a maior marcha da história, [...] mas eu tenho que provar cada dia, todos os dias, a gente enfrenta ainda dentro e fora nessa sociedade que a gente vive, racista, machista. A gente tem que enfrentar, é muito difícil a gente ser mulher numa sociedade dessa tão machista que a gente vive, tão desigual. E agora mais do que nunca está revelada a desigualdade social, a desigualdade de gênero no nosso país, então para a gente realmente é difícil**.** Então, a gente tem que estar todo dia demarcando o que é capaz

> de fazer e o que é capaz de lutar. Estamos aí honrando a cada dia a memória de Margarida Alves, embora a gente esteja vivendo nesse momento difícil de pandemia, mas a gente, as margaridas, continuamos em movimento. [...] A gente está na luta e da luta, como disse a nossa grande líder, Margarida Alves, da luta eu não fujo, então, se me deram essa missão, eu disse que eu vou, mesmo sendo uma jovem mulher, eu vou seguir a luta. (Palma, 37 anos)

A capacidade de trabalho e a competência quando se tem uma mulher na liderança, passa a ser questionada, sobretudo, quando essa mulher é nordestina e negra, a discriminação e a falta de credibilidade para com ela se potencializam. Como exposto no relato da entrevistada, ela tem que provar a cada momento que é capaz de desempenhar um bom trabalho, além de constantemente reafirmar o valor da sua luta e que consegue cumprir as demandas do trabalho, mesmo se deparando com os obstáculos de um cenário social misógino, machista, racista e xenofóbico. A entrevistada produz sentidos a partir dos ensinamentos que foram repassados por lideranças e referências que foram exterminadas por estarem na luta e não fugirem dela.

> O que me trouxe, meu objetivo para ter dentro do movimento é para ajudar as pessoas que precisava. Resgatar a história daquelas pessoas. Porque se não tiver dentro do movimento sindical eu não tinha como ajudar as pessoas. Você viu muito mulheres no sindicato, mas que não opinava, porque elas tinham medo, lá tinha um homem. E aí é isso, as mulheres começaram a votar. Eu dizia: "um dia vou ser presidente, as mulheres vão ter acesso". É por isso que é até mais da minha diretoria é só mulher. Ela é mais mulher do que homem, porque eu vi muitas vezes as mulheres serem discriminadas. As mulheres iam para o INSS sozinha. Era lá pro cara, que o cara ia. Eu via mulher recuada com vergonha de dizer alguma coisa. Hoje não, a mulher chega bate na minha sala, entra. Nós conversamos, nós arrumamos, nós viajamos juntas, nós desenvolvemos, tenho o prazer de andar com elas. Porque aquilo que eu não sabia é o que elas também não sabem, então eu tenho que ensinar para elas, porque eu tenho o prazer de contribuir com aquilo que eu sei para os outros. (Carnaúba, 52 anos)

O que a entrevistada deixa explícito é que estar inserida no espaço do MSTTR possibilita que a liderança tenha agenciamento para se mobilizar, construir e resgatar histórias que necessitam ser recontadas. Sua posição de ser mulher e presidente de STTR, com uma diretoria majoritariamente com mulheres, abre possibilidade de construir políticas pensadas e elaboradas por e para mulheres, dando subsídio para que as possibilidades sejam ampliadas, pois a atuação da mulher no STTR sempre ocorreu, no entanto, muitas vezes sem que houvesse visibilidade nas suas ações, pois os participantes homens, como mostra as experiências relatadas, geralmente não permitiam que isso ocorresse.

> Inclusive até agora nesse período pré-eleitoral, nós estamos fazendo uma formação específica para as mulheres que são pré-candidatas. E aí tu vê o que é você criar um curso com três módulos para fazer em um mês e um dia da semana com as pré-candidatas, do jeito que a gente está fazendo, virtual. Porque a gente tem costume de fazer o curso, três módulos, mais uns cinco dias lá no [CESIR], onde você usa uma

> metodologia, você tem as dinâmicas, né, e no virtual, não. No virtual você não está pegando, não está abraçando. Então, assim, elas sentem muita dificuldade e a gente também sente em estar realizando isso, mas a gente está fazendo. Então, isso é um desafio, e a gente quando termina cada semana, a gente se sente gratificada, sabe? (Malva, 52 anos)

A Secretaria de Mulheres da FETAG-PI assessora os 224 municípios quando a pauta é referente a gênero e enfrentou, durante o período pré-eleitoral, no ano de 2020, um período bastante desafiador e cheio de obstáculos em relação à implantação de novas formas de se organizar, relacionadas às tecnologias, que não seria primordial como nas atividades realizadas de forma presencial, em decorrência das questões de biossegurança e distanciamento social por conta da pandemia de COVID-19. Os cursos e capacitações que são realizados e disponibilizados pelo MSTTR, tiveram que sofrer adaptações para as mulheres integrantes do MSTTR que buscavam se informar e/ou se candidatar a cargos eletivos. As atividades que aconteciam com bastante interação e contato físico passaram a ser desenvolvidas de forma *on-line*, dividida em módulos.

> [...] eu dizia: "se for para morrer na luta que seja, né, se eu escolhi isso, então se eu estou no meio, mas graças a Deus nunca aconteceu nada comigo. E na FETAG também, do mesmo jeito, agora que está melhor na FETAG, mas antigamente tinham muitos diretores que eram ameaçados de morte na FETAG. Trabalhava na CPT e acompanhava muito o trabalho da FETAG e eu via, sabe? Muitos diretores que foram ameaçados de morte. Agora está mais relaxado, está mais relax. Graças a Deus. Mas parece que está voltando, Thátila. Esse governo Bolsonaro aí, o negócio está voltando, tem hora que a gente sente que está vivendo numa ditadura mesmo, viu? [...] Eu me lembro que uma vez eu fui participar do grito dos excluídos na [...] e a polícia veio para cima e eu estava do lado do padre, o bispo, e tinha uma pessoa do MST do meu lado, e papai viu aquilo no Piauí TV e veio quase atrás de mim, só não veio porque [risos]: "Se você for presa não vou lhe tirar da cadeia.". "Papai, não se preocupe, não, que tem advogado lá para tirar a gente" [risos]. Eita, mulher! [...] Tem tanto machista que às vezes diz para o meu marido assim: "Rapaz, tu deixa tua mulher viajar esse tanto de dias fora, rapaz?", jogando piadinhas, mas ele não se importa não [risos]. (Malva, 52 anos)

A entrevistada avalia que, na atual conjuntura política, as perseguições contra as pessoas que atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores ficaram mais acentuadas, se assemelhando a determinações feitas por pessoas ditadoras, prejudicando a democracia e o trânsito pelos diversos espaços que são imprescindíveis para exercer as lutas necessárias. Quando se faz comentários sobre a participação da mulher em um espaço e/ou local de trabalho e como esse trabalho deve ser desempenhado, não se julga apenas ela, mas a incapacidade da família e ou do companheiro em controlá-la, como se fosse regra (e numa sociedade patriarcal acaba sendo determinado dessa forma) que a instituição familiar devesse ter controle sobre as atitudes de uma mulher, mesmo quando se trata de algo que é significativo para a autonomia econômica e financeira dela, como o trabalho.

> Dizer assim que quando a gente nasce, né, com esse espírito de militância, com essa utopia dentro da gente, ninguém muda. Pode falar o que quiser, que o trabalho é perigoso, que você está arriscando a sua vida. Que a gente quer saber de fazer o trabalho, sabe? E a gente faz mesmo. Com todos os percalços, com estrutura que tiver, a gente sempre está ali na luta, porque a gente pensa naquele que está lá na ponta, que está precisando da nossa assessoria. (Malva, 52 anos)

Embora seja um trabalho considerado perigoso e arriscado por muitos, quando se acredita no que faz, nos benefícios e na diferença que se pode fazer para uma categoria, a entrevistada avalia como um fator motivador para continuar atuando.

> Então as mulheres foram sendo inseridas ao longo da história. Então a hierarquia de gênero ou espaços que vem sendo ocupado pelas mulheres dentro do movimento sindical é uma coisa que vem sendo também conquistada, assim como em todos os lugares. Por último no movimento sindical foi aprovado que os espaços de administração, ou seja, as diretorias de sindicatos e de federações e confederações, como no nosso caso, é só uma confederação que é a CONTAG, ela precisa ter em sua composição diretiva 50% de mulheres e 50% de homens. Então veja que aí já é um status de isonomia. É claro que é uma questão que ainda está sendo implementada, ou seja, foi aprovado, é deliberação congressual, mas aí alguns municípios ainda não conseguiram. Outros já. Então é uma coisa que nós estamos trilhando, crescendo, subindo os degraus. E eu acredito que dentro de pouco tempo isso vai ser uma realidade tranquila no movimento sindical. (Jurema, 45 anos)

Assim como em outros espaços da sociedade, o MSTTR foi um movimento que inicialmente teve notoriedade a partir dos homens, embora as mulheres sempre estivessem presentes e, muitas vezes, na linha de frente das lutas e conquistas. Verifica-se, através da fala da entrevistada, que as implantações das cotas para participação efetiva de mulheres e as definições das deliberações de congressos para que haja paridade de gênero em todas as instâncias do MSTTR vem promovendo significativas mudanças no movimento, mesmo que alguns STTR ainda não tenham conseguido implementar o que esteja deliberado. A mudança na postura e na fala dos participantes também vem sendo observada, pois os avanços já não permitem mais que sejam verbalizados discursos de valorização feminina sem que se implemente tais políticas na prática.

> Caí na primeira convenção [...] era bem na época que estavam negociando a convenção do Serrado. [...] Quando eu sentei nessa mesa e aqueles empresários metidos, capitalistas, que teve um que abriu a boca para dizer que estava fazendo favor para os piauienses, terem vindo para desenvolver o sul do estado, porque senão iam virar um bando de vagabundos e as mulheres raparigas. E foi essa mesmo essa expressão que ele usou. Aí eu surtei, achei a minha praia, vou ficar por aqui mesmo. Fui para cima e foi confusão. A gente começou, voltamos lá umas quatro vezes e fechamos. Beleza. Quando fechou de novo, eu disse "tudo bem, eu topo ficar e acompanhar essa questão dos assalariados". Aprender, na verdade, fazer aprendendo. E assim eu passei uns 13 anos, por aí, assessorando os assalariados na federação. E aí foi um trabalho legal porque eu conheci o pessoal da CTP. (Emília, 50 anos)

Mesmo em dúvida se aquele seria o campo que tinha pretensão de atuar, a assessora entrevistada, que tem formação na área das Ciências Humanas, afirmou que a primeira vez que participou de uma convenção coletiva de assalariados rurais, identificou que tinha mesmo que atuar com essa pauta e seguir contribuindo com as temáticas. Ela relatou que havia muita perseguição, machismo, xenofobia e discriminação em relação à forma como os empresários do agronegócio viam os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do Piauí.

> Infelizmente depois a CONTAG tira o assalariamento da sua base, os assalariados rurais da sua base e a gente está nessa luta de tentar organizar via uma entidade específica dentro daqui do Piauí [...] Como eles tiraram os assalariados da base, infelizmente acabou entre aspas a assessoria, a secretaria de assalariados na federação. (Emília, 50 anos)

No momento atual, a CONTAG, que outrora assessorava também os assalariados rurais, retirou esse trabalho de suas bases, fazendo com que a FETAG extinguisse a Secretaria de Assalariados Rurais. No entanto, a FETAG ainda presta apoio caso seja necessária alguma orientação para essa categoria.

> Um ano fazendo a formação e um ano tentando aprender a formação agora nesse "novo normal" [referindo-se à pandemia de COVID-19]. (Emília, 50 anos)

As federações dos trabalhadores e das trabalhadoras da Agricultura Familiar tiveram que (re)aprender, em 2020 e 2021, como as formações e informações referente às pautas do MSTTR deveriam ser repassadas para as lideranças, os dirigentes e as bases sindicais, como deveriam ser (re)elaboradas as formas de realizar as atividades e os trabalhos durante o período de pandemia, onde grande parte do mundo decretou estado de calamidade pública.

> Na minha opinião, um assessor de movimento sindical, ele antes de qualquer coisa, ele tem que ser um assessor político. [...] E as dificuldades, às vezes encontro em muitos colegas que são realmente técnicos: "estou fazendo meu trabalho e pronto, está entendendo?" Acho que não é isso. Assessoria vai bem além disso. [...] Uma outra dificuldade também é com a própria política que eu assessorei, de assalariados rurais. Por ser uma categoria que eles são, ao mesmo tempo é um assalariado ou agricultores familiares, essa dicotomia dificultou muito o avanço da política dentro da federação. (Emília, 50 anos)

A entrevistada levanta uma questão que é de suma importância em um ambiente como no MSTTR, sobre o posicionamento e postura do assessor/a de federação, pois acredita que este/a deve procurar realizar também discussões pertinentes à temática dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como buscar conhecimentos de modo que possa ter domínio das questões políticas que afetam a categoria. Desenvolvendo, assim, a percepção de que o trabalho que está realizando não é uma atividade laboral qualquer, mas também uma

construção social. E, de acordo com o que a entrevistada acredita que o perfil de assessor/a deva ter, faz a reflexão sobre a questão da política dos assalariados rurais e lamenta por terem sido retirados da base da CONTAG, identificando que essa situação a nível estadual pode não ter sido bem resolvida, pois no Piauí são poucos os que vivem somente como assalariados rurais, a maioria dos assalariados também exerce atividade da agricultura familiar.

> Eu sofri, como muitas companheiras sofreram, alguns desafios, principalmente quando eu estava na coordenação de polo em São Raimundo Nonato, até por alguns companheiros, dirigentes sindicais que acreditavam que mulher não sabia trabalhar, mas eu não baixei a cabeça e continuei e aí depois, já no segundo mandato, eles já me aceitaram de boa, porque viram que a nossa história também era um pouco diferente da deles junto com a mulherada, mas que todo mundo tá no mesmo segmento, né? (Açucena, 62 anos)

A exemplo do que foi expresso pela entrevistada, ocorre de muitas lideranças femininas serem desacreditadas e questionadas sobre seu potencial no trabalho no STTR por serem mulheres, com a premissa de que não conseguem dar conta e que não possuem domínio sobre a pauta, mas à medida que vão conquistando espaço e respeito, vão conseguindo mostrar a capacidade de desempenhar um trabalho de excelência, mesmo que com um estilo diferente do que os homens são acostumados a presenciar.

> Quando foi pra renovar a diretoria do sindicato eles me disseram que era pra mim ser secretária geral, [...] disse o seguinte: “olha, a gente não tem como pagar, a gente vai dar uma ajuda aqui de 70 reais, tem algum problema?”. Eu disse: “não, tem problema não”. [...] Passou meu mandato de secretária, assumi esse desafio de ser presidente do sindicato, sendo a primeira jovem a ser presidente do sindicato de Francinópolis, sendo a primeira mulher negra presidente do sindicato de Francinópolis, assumi o desafio e tive muita dificuldade. (Jacarandá, 43 anos)

Embora a remuneração seja fator de suma importância, que deve ser aplicada de forma equitativa, independente do gênero, a participação e o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos STTRs vão além da questão financeira, passa a ser processo de agenciamento e produção de sentido sobre o que aquilo representa para as mulheres participantes. Supõe-se dizer, a partir de situações como essa, que o STTR pode se aproveitar desse tipo de vantagem frente ao trabalho desempenhado pela mulher participante de diretoria, como se essa mulher quisesse estar naquele espaço a todo custo e, portanto, não seria necessário equiparar o salário dela ao dos demais diretores ou pode ser também uma forma de a desencorajar, uma vez que o serviço não será fácil, além de ter uma baixa remuneração, provocando, assim, que ela venha a pensar em desistência. No entanto, de acordo com o que foi relatado nesta dissertação sobre a resistência e os sentidos produzidos pela participação das lideranças femininas no MSTTR, essas mulheres permanecem ocupando os espaços de organização política e de tomadas de

decisões, se sobressaindo, se destacando através do gênero e da raça, chegando à presidência no mesmo STTR que outrora não a valorizou, com remuneração financeira justa e igualitária.

> Na diretoria tu és diretora e tu tem voz e voto. Na coordenação de polo tu és orientadora, né? Tu tem direito à voz, mas tu não tem direito a voto, né? E assim, uma das grandes dificuldades que a gente vê, que eu, aliás, que eu vejo na coordenação, que é assim, tem alguns diretores que são mal acostumados, tem alguns hábitos que não é pra ser praticado, e quando a gente chega lá, que questiona, que orienta... Porque assim, nós coordenadores de polo, nós somos capacitados para fazer o trabalho correto, para que a diretoria do sindicato represente os trabalhadores, para que a diretoria do sindicato haja de forma com que foi deliberado no congresso, nos conselhos deliberativos, e a gente encontra uma dificuldade, que muitos deles não fazem o que é deliberado, e há essa discordância entre diretoria e coordenação, né? (Jacarandá, 43 anos)

As coordenadoras de polo têm o papel de orientar o que é deliberado nos congressos e conselhos da federação e, muitas vezes, essa tarefa acaba se tornando difícil porque alguns dirigentes sindicais não querem executar o que foi deliberado. De acordo com a análise dos documentos da Federação e da Confederação, no Capítulo II desta dissertação, podemos verificar que umas das pautas que ainda sofrem resistência para ser implantada é a questão das cotas para a participação das mulheres nas diretorias dos STTRs.

> Os maiores desafios que eu encontrei no movimento é, como eu falei, foi dentro do próprio sindicato, que é aquela questão dos diretores que já vêm na diretoria querer bloquear a gente, eles tinham sempre aquela questão de que deveria bloquear, queria dizer que às vezes a pessoa não tava certa do que a pessoa tava dizendo, tentando colocar as pessoas contra a gente. Mas graças a Deus até nisso as pessoas entendiam que muitas vezes era ciúmes, como ainda hoje tem, né? (Jitirana, 41 anos)

A entrevistada avalia que um dos maiores desafios no MSTTR é o de ser neutralizada/bloqueada frente aos seus posicionamentos, pelos companheiros do movimento, que, por vezes, duvidavam da capacidade das mulheres de passar as informações necessárias para os associados dos sindicatos. Quando tal situação acontece, fica evidente que nesse aspecto há uma relação de disputa de poder, onde quem pratica tal ação pode estar receoso de perder espaço e age de tal forma para que a atuação da mulher no STTR seja neutralizada, não permitindo que ela se destaque e não consiga contribuir com o conhecimento possui.

> Minha história na militância do movimento sindical como mulher, ela começou a se dar nas comunidades eclesiais de base, nas CEBs, na igreja católica. E eu tinha um trabalho na minha comunidade chamada Lagoa Velha, município de Curimatá aqui no Piauí. E a partir dali eu comecei a ser convidada pelo sindicato para estar participando das atividades do sindicato. (Aroeira, 55 anos)

A trajetória e a forma como a interlocutora iniciou no MSTTR é bem parecida com o que já foi mostrada no Capítulo I, que relata como a igreja católica, através das CEBs, acolheu

e formou mulheres rurais para desenvolver atividades através da militância e busca dos direitos relacionados às questões da terra.

> Com 12 anos eu não vestia roupa, eu rasgava. Era uma cabocla do mato mesmo. Aí a gente começou a se organizar, quando foi em 95, a FETAG ocupou uma área que era dos índios, que essas áreas eram nossas. Já iniciei sendo líder do acampamento, já organizando os trabalhadores rurais da terra, por isso a nossa luta continuou desse dia. Eu fui agredida por latifundiário, ocuparam a nossa casa, colocaram arma na gente. Foi porque eu saí de dentro do vale, hoje, foi por causa dos grandes latifundiários. Que era nossa área e eles tomaram, nós retomamos e eles foram com pistoleiros. E aí eu tive que sair de lá, mas não deixei a luta, passei pra Uruçuí. Isso foi 95. E aí 96 eu fui embora [de muda]. Já passei pela organização da igreja. Padre Zezinho já me colocou dentro do movimento sindical. Como sócia e 95, em 96 a partir de suplente da diretoria do sindicato. (Carnaúba, 52 anos)

É notório que grande parte das lideranças femininas do MSTTR iniciou na militância desde muito cedo, com o apoio da Igreja Católica e também passam por pressões e perseguições para deixar de atuar na militância. Essas perseguições, muitas vezes, são advindas de grandes empresários e latifundiários do agronegócio e/ou por pessoas que se incomodam e almejam bloquear a participação de mulheres que transitam em muitos espaços e praticam ações de luta e resistência. Embora agredidas e ameaçadas, as mulheres que são lideranças resistem e perseveram, mesmo que em outros espaços, produzindo sentidos na forma em que vivenciam a militância.

> Por isso a luta das mulheres hoje é uma luta para conquistar seu espaço, mas por isso nunca deixei de participar. Sou conselheira, tive 2 mandatos de presidente do conselho de território Tabuleiro do Alto Parnaíba, defendendo agricultura familiar. E a nossa luta continua, sou pré-candidata à eleição de novo. Olha que pra mim é a história da primeira luta das mulheres trabalhadoras rurais, levantar essa bandeira indígena do estado do Piauí, porque desde 2005 eu lutava por esses resgates de reconhecimento indígena eu nunca tive chance, por que? Porque eu não tinha condição de ir para a frente, eu não tinha poder de dizer "hoje eu vou estar no lugar, hoje eu vou atrás dos pesquisadores, hoje vou fazer esse trabalho nessa comunidade indígena". Hoje eu tenho porque eu tenho poder de presidente e para dizer a história indígena para fazer um resgate. (Carnaúba, 52 anos)

Mesmo estando na diretoria do sindicato por muitos anos e em várias funções, a interlocutora não conseguia acessar os meios para ir em busca do direito ao reconhecimento das terras indígenas no local onde ela morava, pois essa situação dependia também do interesse de outros dirigentes e do presidente do STTR, além de disponibilidade e autonomia política, que na posição que ela ocupava não tinha força suficiente para demandar sozinha. Então, atualmente, como presidente do STTR, ela consegue ter capital social e político suficiente, bem como consegue acessar as ferramentas necessárias para poder contribuir com mais disponibilidade em relação a essa causa.

> No tempo em que estava na pastoral da terra, eu fazia parte da escola de formação do Paulo de Tarso, eu fazia parte dos trabalhadores. Fiz parte, inclusive, da diretoria na época. Teve uma época que teve uma diretoria e eu fiz parte da causa de mulheres. Então eu era totalmente movida nos partidos e tudo, agora que estou mais distante. Mas eu fiz parte. E da FETAG eu fiz a ENFOC nacional, ENFOC nordeste, e participei da ENFOC estadual e do [ENFCOM], que é uma ENFOC que engloba todas as pessoas que fizeram ENFOC, é o momento de se juntar, né, com todos aqueles que fizeram ENFOC. (Malva, 52 anos)

Assim como é mostrado no primeiro capítulo desta dissertação, a participação nos movimentos de igreja através da pastoral da terra, no âmbito rural, tem um caráter informativo e formativo, preparando e incentivando a participante para que desenvolva a capacidade de se organizar politicamente. A ENFOC tem essa mesma pretensão, aprofundando o debate relacionado ao movimento classista, mas também promovendo temáticas que têm a ver com gênero, raça e diversidade.

> Eu comecei a trabalhar aqui na FETAG no ano de 1997. Estou aqui então há 23 anos. Vinte e três? Nem sei contar. Por aí, mais de 20 anos trabalhando na federação. Sou funcionária da casa já há todo esse tempo. Atualmente estou servindo aqui na secretária geral. Já trabalhei na secretaria de finanças, já trabalhei na assessoria jurídica, mas desde 2006 que eu estou aqui na secretaria geral. Digamos que foi aqui onde eu realmente me encontrei com essa questão de trabalho de organização, de eventos. Eu que fico diretamente na parte de organização de congressos, conselhos deliberativos, essa parte mais burocrática, técnica, aqui da federação. Geralmente fica não sob minha responsabilidade, mas com a minha ajuda. (Jurema, 45 anos)

O trabalho na Federação permite que sejam desenvolvidas habilidades de atuação em várias vertentes, de acordo com a dinâmica que demanda o local e as especificidades das secretarias temáticas, desta forma, o(a) trabalhador(a) tem possibilidade de atuar no setor que ele tem mais afinidade.

> "A entrevista foi 100%, porém eu acho que não quero andar com mulher, não. Essa política é muito pesada [risos] e eu estou tentando cumprir, então, não dá certo, não. Aí eu me indaguei com ele [secretário da FETAG] né. "Não, isso é uma política de mulheres da federação, política de gênero e você vem me dizer uma coisa dessas?", aí ele não, tudo bem. (Emília, 50 anos)

Embora seja uma política de gênero deliberada em congressos da Confederação e da Federação, a participação e atuação da mulher que trabalha nesse segmento ainda é muito questionada sob desculpa de que lidar com população e ambientes da zona rural não é algo que seja destinado a mulheres e ainda que para reivindicar a atuação nesses espaços é necessário ter conhecimento do que já foi definido e construído de acordo com as pautas do MSTTR.

> E nessa trajetória toda a gente passou por muitos altos e baixos, mas só teve a aprender, foi uma faculdade que eu não tive. (Açucena, 62 anos)

A formação nos cursos de capacitação e formação proporcionados pela ENFOC, bem como a vivência e a experiência adquirida nas plenárias, nos congressos, nas marchas e nos eventos do MSTTR de uma forma geral, são momentos de muita construção, troca de saberes e aprendizado para as lideranças sindicais. À medida em que as mulheres se envolvem e participam desses momentos, elas se empoderam e vislumbram possibilidades para além do que é posto na vida doméstica e familiar, ocupando os espaços públicos, atuando como sindicalistas nos diversos postos e funções no MSTTR.

> É engraçada essa história (risos), ele me levou pra dentro do movimento sindical e ele disse até uma vez assim "eu criei uma cobra pra me comer" (risos). Dentro desse contexto aí, dessa história toda, e é uma história longa, eu acabei discordando de algumas coisas dele e ele acabou rompendo comigo e botando uma chapa contra a nossa diretoria, que foi a primeira vez, que em 2001, que aconteceu isso. E o candidato contra mim era um vereador, Sebastião Isidoro; e o prefeito apoiando totalmente, foi pra cima. E aí a gente conseguiu se eleger com a maioria expressiva de votos dentro do sindicato. Pronto, aquilo ali foi, tipo, um foguete. [...] Aí eu fui eleita a primeira vez, eu fui eleita pelo PTB, [...] em seguida, de novo, fui reeleita, [...] eu não entrei no sindicato por conta financeira, eu entrei pela militância, por representar, [...] porque eu vejo assim e eu aprendi isso desde que eu assumi o sindicato. [...] Os trabalhadores, eles precisam muito de alguém que tem a coragem de falar por eles, então eles sentiram que eu seria a voz dele na câmara, nos sindicatos, nos conselhos, na FETAG, onde quisesse que fosse. [...] Fui vereadora três mandatos, fui presidente de câmara dois mandatos, e eu fui presidente de câmara e presidente do sindicato. [...] Aí eu acabei meio que me desanimando da política partidária, volto novamente e me dedico só ao sindicato. (Jacarandá, 43 anos)

Quando é conquistada autonomia, protagonismo e visibilidade pelas mulheres em novos espaços, outras alianças necessitam ser formadas e, a partir daí, discordâncias poderão acontecer. Ocorre que, nesses momentos, essa mulher pode passar a ser vista de forma diferente, podendo ser pré-julgada, descredibilizada, considerada com ardilosa e maliciosa, por não precisar mais acessar e aceitar determinadas posições e estratégias de seus aliados, que até então, possivelmente, acreditaram que ela só acessou espaços de poder porque foi concedido por um homem, exigindo, muitas vezes, devoção e eterno agradecimento.

A atuação e a participação da liderança feminina no MSTTR também proporcionam que seja galgada a visibilidade e a representatividade em outros espaços, como o da política partidária, através de mandato eletivo e, nesse aspecto, essa mulher também conseguirá ter vez e voz para, provavelmente, reivindicar melhorias para as questões relevantes à pauta de mulheres.

> Mas eu acho também que foi uma questão que me ajudou, assim, que mostrou mais meu trabalho também, foi a questão de participar dos territórios. É, eu comecei a participar a nível regional, cheguei a vim a nível estadual e sempre participei, sempre contribuí da maneira que tava ao meu alcance. (Jitirana, 41 anos)

Acessar espaços que proporcionam capacitação e visibilidade do trabalho elaborado por essas mulheres, seja como representante do STTR ou de outras instâncias do entorno onde vivem, possibilita elaborações e construções de novas perspectivas que perpassam as questões pessoais e relacionadas ao trabalho.

> Para eu ser presidente, desafiei a câmara de vereadores, a prefeitura, os órgãos do governo e tinham pessoas que não eram do meu lado. E toquei o barco para frente, para eu sair como mulher, mas o incentivo melhor foi quando a FETAG deliberou trabalhar a questão do gênero, trabalhar também essa questão da ENFOC, que as coisas aprofundaram mais o conhecimento e também a questão do gênero. "Companheiro você tirou o seu mandato, deixa a companheira tirar também" e isso facilitou muito. Meu desafio foi esse. Eu era mulher e não queriam que mulher entrasse lá dentro. Como eu fui insistindo pela sabedoria e não pelo emprego, eu me mantinha trabalhando na minha roça, hoje eu cheguei até lá, eu tive muita calma e insisti em ficar e não tive medo de enfrentar o Lampião dentro do sindicato das políticas partidárias, para eu ser candidata a presidente. (Carnaúba, 52 anos)

As mulheres que conseguem conquistar cargos de presidente no STTR, geralmente, sofrem resistência e dificuldades de aceitação, tanto por quem faz parte do MSTTR, como por pessoas que, muitas vezes, nem estão atreladas ao movimento, mas que se incomodam com a participação e atuação de quem passará a ser vista e respeitada como liderança.

Para sensibilizar acerca da resistência a participação de mulheres no movimento, a ENFOC também tem a missão de abordar questões sociais, de modo a contestar noções já arraigadas e naturalizadas pela sociedade machista e misógina. A partir dessas formações, se pretende fomentar uma vivência mais equitativa e equilibrada em relação às questões de gênero no movimento, havendo também incentivo maior para a participação de mulheres nas diretorias dos STTRs e também proporcionando a compreensão de que as mulheres podem dirigir os sindicatos sem a interrupção dos seus companheiros de STTR.

> A FETAG continua também [durante a Pandemia] em videoconferência. Está sendo um trabalho de desenvolvimento para a agricultura familiar e capacitação dos trabalhadores, na parte de jovens, de mulheres, agrícolas, agrária, na vice, na tesouraria, tudo elas levam capacitação. Os assalariados rurais na convenção, a CONTAG, a FETAG, e o sindicato e os assalariados rurais no campo. Eu estou achando assim que estão atuando bem, bastante. Nos orientando sobre o que nós temos que fazer. Nós estamos nessa correria. (Carnaúba, 52 anos)

Embora durante o cenário de pandemia da COVID-19 que, por dois anos ainda afeta o mundo, a Federação e Confederação têm conseguido dar suporte e apoio de forma remota e presencial, quando necessária, para atender às necessidades dos STTR de acordo com as demandas apresentadas.

> Tem coordenadoras de polo que vão dizer que elas fazem um papel brilhante e que não se deixam a desejar em momento nenhum, homem nenhum, está entendendo? Então, fazem o papel sem ter medo, se empodera, vai para frente. Que você conhece, que é a Joaquina, a Mazé veio para a federação. [...] Acho que depois da ENFOC melhorou muito essas relações, das meninas empoderadas, de realmente terem argumento, de ir para frente. (Emília, 50 anos).

De acordo com as entrevistas, foi possível perceber que existem coordenadoras de polo que desenvolvem seu papel sem encontrar nenhum problema. Nesse trecho, através da menção da interlocutora, há uma comparação da atuação da coordenadora mulher com a atuação de um homem, ficando evidente que a entrevistada considera a atuação da mulher dirigente sindical mais eficaz que a atuação do dirigente homem por considerar que aquela avança no trabalho de forma mais eficiente, imputando esse desenvolvimento e a aquisição de habilidades no trabalho, à formação e aos conteúdos abordados na ENFOC.

> Eu acho que, assim, um dos grandes desafios nossos também hoje quanto coordenador, foi ter trabalhado, né? A questão da política partidária, hoje nós temos uma mulher presidenta da federação, porque antes, quando eu assumi a direção da federação, era pouquíssima mulher. Eu fui a primeira mulher a vim pra vice-presidência da federação, e isso teve toda uma trajetória durante esse período. De lutar pela política de cota, de trabalhar, hoje nós estamos trabalhando a questão da paridade e uma das coisas que trouxe pra nós um desafio muito grande foi trabalhar a questão da campanha da Elisângela, por ela ser mulher, por ser trabalhadora rural e a gente conseguiu chegar onde a gente chegou. E o mais, acho que era isso. (Begônia, 53 anos)

A trajetória das mulheres que atuaram e atuam no movimento sindical rural do Piauí foi e é permeada por muitos desafios e dificuldades, sobretudo, na luta para implantar as cotas de participação feminina e fazer compreender aos demais companheiros e companheiras porque essa ação era/é necessária. Além disso, foi construída a candidatura eletiva na política partidária da presidente da Federação, Elizângela Moura, que logrou êxito, oportunizando a categoria de trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar a se sentirem representados e representadas com a atuação de uma mulher agricultora familiar, Deputada Estadual do Piauí, que, além de fortalecer o movimento sindical rural, também passa a reforçar as reivindicações e propostas em relação as melhorias para a categoria.

> A CONTAG, ela dá total apoio em tá ali capacitando, a federação também, ela também dá essa oportunidade de fazer cursos de capacitação, né? Fazer essas oficinas de base, que é muito importante. Então é muito, muito aproximado, não é uma coisa distante das federações, da confederação para com os coordenadores de polo, eu acho que a gente tá bem próximo, a gente tá ligado. (Angelim, 43 anos)

A Confederação assim como a Federação estabelecem uma relação de proximidade com os/as coordenadores/as de polo, proporcionando cursos de formação, capacitação e todo

o suporte necessário para que possam atuar no polo, de forma que não seja necessário centralizar o trabalho somente na sede da federação.

> Na época em que eu estava na presidência do sindicato fiz muito trabalho assim, que muitas mulheres conseguiram ir para as presidências dos sindicatos no polo, coisa que era difícil lá e a gente conseguiu. Então, assim, eu acho que essa questão do trabalho como mulher no sindicato, ela ajudou muito outras mulheres também. (Aroeira, 55 anos)

A atuação da mulher no MSTTR perpassa o exercício do cargo, para além do trabalho que é realizado, também passa a incentivar as demais companheiras a querer estar ocupando aquele espaço, é como uma vitrine onde é possível, para quem está nas bases sindicais, vislumbrar que também é capaz de ocupar aquele espaço.

> Eu tive que lutar para ajudar a criar meus irmãos num momento difícil, num momento complicado da minha vida. Muito jovem, dezesseis anos eu tinha na época. E diante disso que eu via tanta injustiça, da gente trabalhar tanto e não conseguir ter praticamente nada e diante de tanta injustiça, de ter que ver meus irmãos andar três/quatro quilômetros para poder ir para escola, então todas essas coisas fizeram com que eu lutasse e achei no movimento sindical essa oportunidade de lutar para que essas políticas públicas tivessem mais próximas da gente. (Aroeira, 55 anos)

A oportunidade de melhorar a qualidade de vida, a formação e a capacitação através de projetos direcionados pelo STTR é o meio pelo qual muitos jovens acessam as políticas do MSTTR, o que, de certa forma, acaba contribuindo de forma positiva para a vivência desse/a jovem, evitando que ele/a necessite sair do campo para as grandes cidades e se submeta a situações de subemprego e exploração, pois, uma vez atuando no movimento sindical, ele/a passará a adquirir conhecimentos e ter proximidade com as políticas públicas destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural.

> A gente já andou muito, a gente avançou muito, porém, a gente avançou até um ponto em que para muitas mulheres, por exemplo, chegar à presidência de um sindicato ainda é muito pela questão do companheiro não ter mais como assumir a presidência, ter passado o segundo mandato e tal, e achar que a companheira vai estar lá ou para cumprir a cota ou para ser mandada. (Aroeira, 55 anos)

Em alguns casos, em que a mulher se candidata à presidência do sindicato porque o seu companheiro não pode mais ser eleito, muitas pessoas acreditam que, nesse cenário, quem irá administrar é o seu companheiro, pressupondo que ela está naquele espaço para "cumprir a cota ou para ser mandada", mostrando a predominância da hierarquia de gênero. Muitos sindicatos incorporam a política de cotas para mulheres na sua direção, no entanto há o intuito que essas mulheres estejam à frente de secretarias ou coordenações consideradas menos importantes ou que existe alguma ligação com papéis considerados femininos.

As cotas para a participação de mulheres nas direções de sindicatos, deliberadas em congressos da CONTAG e FETAG, foi uma contribuição primordial para o atual cenário em que a mulher líder sindical chegou nas instâncias do MSTTR, pois, embora não esteja nos parâmetros ideais, se essa política não existisse, certamente seria muito mais difícil que esse espaço fosse enxergado como também destinado às mulheres.

> O movimento sindical precisa não só dessa pesquisa, mas ele precisa estar se embasando em muitos outros estudos para cada vez mais estar fortalecendo. E quando a gente fala das mulheres é preciso a gente ter esse olhar e esse recorte de gênero dentro das políticas do movimento sindical com as companheiras mulheres. Como eu já disse, a gente já avançou, porém a gente não avança só, a gente avança juntos e juntas. (Aroeira, 55 anos)

De acordo com a percepção da interlocutora, os estudos relacionados ao gênero, bem como a realização desta pesquisa, são necessários para subsidiar a construção e o desenvolvimento de novas estratégicas políticas relacionadas à pauta de mulheres no MSTTR, pois cada vez fica mais evidente que existem questões com recortes específicos, que necessitam de aprofundamento para que seja possível mitigar as desigualdades de gênero e fortalecer o movimento sindical.

> A vantagem, Thátila, a alegria da gente é poder ver que a gente está conseguindo contribuir para mudar e melhorar vida de outras companheiras que não pode estar nesse espaço, sabe? Isso que é a vantagem, que é a alegria. Que é muito bom poder saber que onde eu estou, estou conseguindo lutar pelos direitos daquelas que não tem condição de ter voz. Olha só que coisa forte. De ser a voz de milhares de outras mulheres que não conseguem expor a sua voz por medo, por vergonha, por não ter oportunidade. Então essa que é a vantagem, essa que é a alegria de poder saber que a gente pode representar tantas outras companheiras que não podem estar nesse lugar agora. Que tinham vontade, que tem vontade, mas que não tem condição de estar. Condição mesmo, por medo, por sofrer violência, porque quando a gente está nesses espaços a gente sofre muita violência de dizer [incompreensível] [a gente pecou muito por andar, por dizer] “você não pode” que a mulher ainda tem muito aquela visão de que a mulher tem que ficar em casa, que não é isso. (Palma, 37 anos)

A interlocutora sente satisfação por representar mulheres que não podem estar no lugar onde ela se encontra, por vergonha, medo de ataques e violência, que são praticados tanto por familiares que não aceitam e não compreendem como deve ser a atuação e a movimentação de uma mulher na liderança do movimento sindical, como pelos colegas de profissão que ainda reforçam o discurso de que certas atividades não podem ser realizadas por mulheres.

> Olha, o que eu espero é que ela seja divulgada, que muitas mulheres que tem a intenção das outras mulheres trabalhadoras rurais, que essa pesquisa é muito boa. Como foi o sofrimento das mulheres para chegar ao poder de ser presidente, de ser uma tesoureira, de ela ser mulher mesmo, para se libertar, conhecer os seus direitos. Isso é uma pesquisa muito importante, que ela tem que ser divulgada. Como foi que

> as mulheres se destacaram, de bom, de ruim, e como as mulheres estão administrando muito bem dentro dos sindicatos. (Carnaúba, 52 anos)

A interlocutora considera importante a divulgação desta pesquisa para as bases, para que seja exposto como é realizado o trabalho de uma dirigente sindical, quais obstáculos e desafios ela enfrenta, que vantagens ela pode extrair, mas que também seja mostrado como elas se destacaram, servindo de inspiração para que outras mulheres tenham a possibilidade de buscar seus direitos e o que mais consideram ser importante para viver sua liberdade.

> Bom, Thátila, fiquei muito feliz porque não se tem dados, né, do trabalho rural assim, na universidade, não se tem, sabe? Se eu não me engano você é a primeira a estar fazendo essa pesquisa. Se eu não estou enganada e, assim, vai ficar registrado, vai ficar na história. Porque se a gente não registra não vira história, né? São palavras soltas, são coisas jogadas aí ao vento, então é um trabalho acadêmico. Acho muito importante esse seu trabalho. E lhe digo já, não me importo de meu nome estar no seu trabalho. Fico muito orgulhosa, viu? Diga-se de passagem. (Malva, 52 anos)

As atividades desempenhadas pelo MSTTR possuem muitas demandas ativistas e que, por vezes, não são sistematizadas e registradas. A interlocutora considera a pesquisa importante por conseguir registrar a história que vem sendo desenvolvida, considerando que, até o momento, ela não tem conhecimento de outro trabalho como este no âmbito da universidade, bem como se sente muito orgulhosa de poder contribuir com esse registro.

> Então, eu acho que essa pesquisa pode revelar que tanto mulheres como homens, podem sim, ser úteis, são necessários, e eles contribuem para que não só o movimento sindical seja um movimento íntegro, um movimento que não tem só um discurso, mas que também tem uma prática, porque eu acho que essa é uma grande barreira que a gente vê em toda a nossa sociedade. Das pessoas terem um discurso excelente, mas terem uma prática completamente diferente. Então, eu acho que quando você constrói esses espaços de respeito para com as pessoas, independente de sexo, você constrói sim um movimento melhor, um trabalho melhor, e isso se reflete na sociedade. [...] Essa pesquisa, para mim, vai ser ótima, sabe? Para a FETAG, vai ser ótima mesmo, tá? Estou doida que você consiga logo para a gente pegar isso como subsídio para ver o que ela vai nos dizer, para gente trazer isso para o lado da formação para a gente se superar. (Jurema, 45 anos)

A entrevistada demonstra, no trecho em destaque, esperar que a pesquisa revele como mulheres e homens são necessários, pois todas as pessoas que constroem o MSTTR são fundamentais para possibilitar a construção de um movimento íntegro e coeso, contribuindo para que a prática esteja alinhada ao discurso e que, além disso, possa propiciar à Federação subsídios para o melhoramento das formações realizadas no MSTTR.

> É muito bom o que você está fazendo, escutando as mulheres, quais são as fragilidades, quais são as contradições. O que é o que o movimento tem por debaixo da cortina, da fumaça, sei lá, que precisa vir à tona, está entendendo? Existe sim autoritarismo, existe sim um olhar diferenciado. Às vezes, a gente sente isso, mas a gente quebra, porque as meninas lá tem essa consciência. (Emília, 50 anos)

Escutar mulheres sobre os seus desafios e as dificuldades enfrentadas para atuar no movimento sindical é necessário para identificar o que poderá potencializar essas questões e acentuar suas fragilidades, para que se identifique a situação e se trabalhe para modificá-las, bem como de que forma deve ser direcionada a ascensão e a movimentação dessas mulheres.

> Só te agradecer por ter escolhido esse movimento para ter a curiosidade, né, porque as nossas pesquisas, elas também dependem daquilo que eu acredito, né? E eu sei que você escolheu esse tema porque você vê que é possível fortalecer outras mulheres. Com certeza as nossas histórias podem deixar algo para você também, para te fortalecer no seu caminhar. (Oiticica, 46 anos)

Esta pesquisadora realmente acredita que as mulheres se fortalecem quando se ajudam entre si, independente da relação em que estejam envolvidas, seja nas questões relacionadas ao trabalho, à maternidade, aos estudos e, sobretudo, à organização política. Durante a pesquisa que desenvolvi durante a investigação de campo, em que tive contato com muitas das pesquisas nos eventos de formação, através da observação participante, a aplicação de questionários, bem como através da análise de documentos e revisão bibliográfica, pude constatar que as mulheres realmente se constroem, se fortalecem, resistem, se empoderam e adquirem autonomia quando estão envolvidas umas com as outras, contribuindo com os desenvolvimentos dos seus processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trilha aberta por esses estudos, esta pesquisa buscou compreender quais sentidos são produzidos e agenciados por mulheres sindicalistas, em especial, em cargos de direção no MSTTR vinculado à CONTAG/FETAG-PI, sobre a trajetória da presença de mulheres no movimento sindical rural no estado do Piauí, com ênfase no processo de elaboração da identidade política, no âmbito das relações de gênero e nas lutas por autonomia, emancipação e reconhecimento como sujeitas de direitos individuais e coletivos.

A abertura para discussão do tema e o surgimento de coletivos femininos no plano nacional, nas instâncias dos movimentos sindicais rurais, tornaram-se fator essencial para a emergência e integração de lideranças femininas através de encontros em acampamentos, em seminários, marchas e outros atos públicos, fomentando e incentivando a ampliação da participação de mulheres nos movimentos sociais.

A ampliação dos diálogos e contatos de umas com as outras, a possibilidade de conhecer as especificidades de outras regiões levou a que passassem a ter mais informações sobre realidades de mulheres de outros locais, podendo ter parâmetros para uma espécie de comparação em relação ao que acontecia dentro e fora de localidades onde residem. Assim, mostrando, nos planos nacional, regional e estadual como se deu a trajetória das mulheres no movimento sindical, em momentos diversos do sindicalismo no Brasil com ênfase no movimento sindical rural, com a perspectiva teórica da construção da sujeita política em lutas por reconhecimento no âmbito das relações de gênero.

Essas mulheres, ao se apropriarem das lutas sindicais e das pautas de gênero no movimento sindical, foram também se apropriando de novos elementos, problematizando e questionando as relações conflituosas enquanto mulheres, trabalhadoras, agricultoras familiares, mães, sindicalistas, passando a produzir sentidos, elaborando e reelaborando os processos de agenciamento ao longo de suas trajetórias, a partir do momento que identificaram as desigualdades e hierarquias de gênero de acordo com sua atuação nos espaços do MSTTR, bem como também nos espaços domésticos e de cuidados. A representatividade nessas instituições possibilita ainda maior visibilidade no mercado de trabalho, além de maior trânsito em espaços públicos. Assim, a organização política e as atividades no movimento sindical são importantes para mulheres rurais.

Os movimentos de mulheres rurais no estado do Piauí podem ser considerados, simbolicamente, como herdeiros de dona Antônia Flor, liderança que morreu por resistir à

expropriação, transformando-se em símbolo da luta pela terra, que, infelizmente, não viveu para ver e participar do avanço de trabalhadoras rurais como ela, hoje vinculadas ao movimento sindical filiado à CONTAG e à FETAG-PI, que também lutam pelo direito de viver e trabalhar na terra.

A história de como se deu a garantia da participação das mulheres no movimento sindical rural do Piauí teve contribuição substancial da CONTAG e da FETAG, que através de deliberações determinadas em congressos pontuou a importância e a necessidade da inserção das mulheres nas instâncias do movimento, contribuindo, assim, para a organização e construção de identidades políticas destas sindicalistas. O cenário atual evidencia o avanço da ocupação desses espaços, levando em consideração a quantidade de mulheres líderes por todo os STTR do Estado no Piauí, exposto pelo resultado obtido através da construção das tabelas, que apontam não só que as mulheres estão ocupando espaços em secretarias designadas para tratar da "pauta de mulheres" ou consideradas femininas, mas nas diversas secretarias que tratam de pautas de finanças, jovens, política agrícola, terceira idade, entre outros. Esta pesquisa também destacou o protagonismo das mulheres sindicalistas na presidência e vice-presidência dos sindicatos, contabilizando, em média, 50% de mulheres nessa posição e, ainda, que no Estado do Piauí tem uma mulher presidente da federação que também representa a categoria na política partidária, fundamental para conquistas de políticas públicas para a agricultura familiar e, consequentemente, para as bases sindicais.

É preciso salientar ainda que o trabalho de campo sofreu interrupção em decorrência da pandemia de COVID-19, assim como a possibilidade/viabilidade de construção de algumas histórias de vida poderá ter ficado. No entanto, adotei a entrevista orientada pelo princípio da história de vida, direcionada pela captação com interação baseada na escuta e registro de experiências vivenciadas pela entrevistada e pelo grupo do qual faz parte, possibilitando captar o que acontece na intersecção do individual com o social, em uma visão de conjunto.

A permanência dessas mulheres nos sindicatos ocorre com relutância, tanto pelos companheiros afetivos (maridos), quando por estes que criam empecilhos, obstáculos e até mesmo as agridem fisicamente para impedir a atuação delas enquanto sindicalistas, como também enfrentam dificuldade de aceitação de sua permanência pelos companheiros de trabalho. A liderança feminina no movimento sindical corre o risco de sofrer ameaças e está sujeita a ser perseguida por estar exercendo o trabalho para o qual foi eleita, pois o trabalho enquanto liderança sindical e de representante de classe demandam atitudes de enfrentamento e de denúncia quando se identifica algo que esteja prejudicando tanto indivíduos, como

questões sociais. Ocorre que a experiência coletiva de mobilização, do pensar e agir com vistas à transformação nas relações sociais, à busca de autonomia, à liberdade de expressão e à participação social configuram práticas que proporcionam reflexões que estimulam a mudança coletiva e individual, o que pode acarretar rearranjos e novos acordos nos âmbitos familiar, doméstico e do trabalho.

O processo de resistência das mulheres nesses espaços foi e é costurado em meio à persistência e conflitos, pois estas relações, familiares e de trabalho, muitas vezes negaram o reconhecimento de mulheres sindicalistas como sujeitos político e de direito, o que leva à reflexão não somente do ponto de vista de uma política do agora, do imediato (quando participam de manifestações e caminhadas reivindicando melhorias para a sua categoria), mas também a longo prazo, mostrando como a pauta de classe, gênero, direitos sociais e direito à terra está entrecruzada quando estas mulheres se definem pela permanência no movimento sindical, procurando ressignificar as opressões vividas no ambiente de trabalho.

A adoção das cotas de participação, por si só, não resolve a questão do protagonismo feminino, por existir fundamentos religiosos e morais que mantêm as mulheres em posições inferiores e torna-se impossível alcançar a emancipação de mulheres trabalhadoras rurais, que são inferiorizadas duas vezes por serem mulheres e por estarem inseridas no meio rural. No entanto, uma vez que esse o espaço no MSTTR é conquistado, possibilitará que essa mulher não enfrente tantas dificuldades para se apropriar do que ocorre, pois estará participando de espaços de tomadas de decisões. A partir das conquistas já alcançadas nas deliberações dos congressos da federação e da confederação, não cabe mais aos participantes do movimento verbalizarem um discurso de valorização feminina e fazer diferente na prática, a mudança está acontecendo, porém, é necessário ficar vigilante para que as conquistas sejam respeitadas e levadas em consideração no que diz respeito à equidade de gênero.

Durante o trajeto da investigação, sobretudo, em momentos do colhimento das entrevistas, aplicação de questionários e da observação participante, em que pude ter um contato mais próximo com as participantes do movimento sindical, foi possível reconhecer pensamentos emergentes através das falas subalternizadas e, até então, negadas, apresentando-se como novas falas de e sobre mulheres rurais, inclusive, a partir de quando elas se inserem em organizações sindicais e passam a representarem-se politicamente, identificando que existem várias perspectivas de reformulação de suas identidades levando em consideração a pluralidade e a diversidade das lutas que vêm sendo travadas de acordo com as formas de vivência dessas mulheres que se organizam politicamente com objetivo de se fortalecerem.

Foi observado ainda que o sentido de união pelas mulheres sindicalistas que passam pela mesma situação está muito presente na vida delas, mesmo que ocorra no âmbito do trabalho, em alguns casos, episódios de conflito entre elas. Passam, então, a investir na luta, ocupando posições de liderança na presidência de sindicatos e federações, em vice-presidências, diretorias, coordenações, construindo empoderamento, desenvolvem estratégias para reconhecimento do seu trabalho, autonomia, emancipação, construção de identidades e para o apoio mútuo entre as mulheres. Isso pode ser apontado como um fator que contribui para o ingresso e a permanência no movimento sindical.

Ao construírem mecanismos que possibilitam que se organizem politicamente, uma passa a se identificar com a situação que ocorre com a outra, bem como possam contribuir umas com as outras, compartilhando das mesmas obrigações e dividindo responsabilidades, tanto em relação à produção no trabalho, ajudando a eleger mais mulheres como participantes de diretoria e presidente de sindicato, quanto trocando experiências de vida, da vivência em comunidade, da maternidade e nas multitarefas que realizam. Desse modo, uma ajuda a outra e, assim, se torna possível alcançar visibilidade e o protagonismo nas ações realizadas por todas, para além de crescimento profissional, com possibilidades de se desenvolverem melhor em relação ao domínio e acesso às tecnologias, melhoramento da escrita, da fala, aumentando as relações interpessoais, afetando positivamente os sentidos atribuídos pelo pertencimento, credibilidade e autoidentificação enquanto mulher participante do movimento sindical rural, ela consegue ter capital social e político suficiente de modo que consiga acessar as ferramentas necessárias, contribuindo com mais eficácia pela causa que ela luta.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da Floresta como sujeito político. 2015. 521 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

AMORIM, Érika Oliveira Amorim; FIÙZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher, sindicalismo rural e relações de poder. **Veredas da História**, ano IV – Ed. 2, 2011, p. 81-89.

AZEVEDO, Mileane Andrade; DE SOUSA, Luciano Dias. EMPODERAMENTO FEMININO: CONQUISTAS E DESAFIOS. **SAPIENS-Revista de divulgação Científica**, v. 1, n. 2, 2019.

BANDEIRA, Lourdes; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; MIELE, Neide (Orgs). **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira, João Pessoa, PB: UFPB, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Sociedade líquida**. São Paulo: Zahar, 2000.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: As relações de gênero entre Sindicalistas Rurais de Chapecó, Santa Cataria. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 289-302.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. Ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

_____, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos & abusos da História Oral**, 2006, p.183-191.

_____, Pierre. Compreender. *In*: _____. (coord.) **A miséria do mund**o. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-732.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. *In*: Ana Maria Niemeyer; Emília Petrafesa de Godoi (orgs.) **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de letras, 1998, p.133-166.

BRASIL. Decreto n° 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 de maio de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Decreto/D9064.htm> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

_____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

_____. Lei Complementar n° 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de maio de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

_____. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BREVE histórico de PCB. **Partido Comunista Brasileiro**, 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. Livraria Francisco Alves, 1977.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho 1994, p. 11-22.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Estudos Feministas**, 1994, p. 271-290.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo Paz e Terra, 1999.

CELLARD, André *et al*. A análise documental. *In:* POUPART, Jean, *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. Ed – Petrópolis: Vozes, 2002.

COMBRIK, Tamira. **Anarquismo nas Usinas**: Raízes do Sindicalismo em Pernambuco no começo do século XX. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110053/219 76>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

COMISSÃO das comunidades eclesiais de base – CEBs. **Arquidiocese de Campinas**, 2012. Disponível em: <(http://arquidiocesecampinas.com/pastoral/comissao-dascomunidades-eclesiais-de-base-cebs/) >. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

COMISSÃO Pastoral da Terre. O nascimento da CPT. **Comissão Pastoral da Terra**, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/historico)>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG). Documento base e plano de lutas do XII Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Brasília: Contag, 2017.

———— . Anais do XI Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: Contag, 2013. 112 Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018

———— . Anais do X Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília: Contag, 2009.

CONTAG. **Contag 40 anos de luta do lado do homem e da mulher do Campo.** 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fanais-11cnttr_padrss.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

COUTINHO, Eduardo. Cabra Macho pra Morrer. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** 1984. vol. 01, no. 2. São Paulo Set./1984, p. 70 – 74.

CRUZ, Lindalva Alves. **Movimento Social e Gênero:** Construção da Cidadania das Mulheres trabalhadoras rurais no Piauí. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 225 f. 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs capitalismo e segmentaridade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. cap. 9, p. 83-115

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. **Estudos Rurais**, Ano 4. N. 1. 1996, p. 138-147.

DIEESE. **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**. Depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2016.

ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro voces. *In*: WLASH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir (Série Pensamiento Decolonial), 2013, p. 403-441.

EVANGELISTA, Ianara Silva. "**CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM"**: rotas críticas de mulheres que romperam o ciclo de violência doméstica. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Piauí, 2018.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: Martin W. Bauer**;** George Gaskel (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas,** Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan.-abr. 2018, p. 65-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n1/1519-6089-civitas-18-01-0065.pdf > Acesso em: 20 jul. de 2020.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 7ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1996.

JACCOUD, Mylene.; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean, *et al*. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 254-294.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.**;** GASKEL**,** George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 90-113.

KEMPF, Renata Borges; WEDITG, Josiane Carine. Os processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **ANAIS** 2º Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História. Guarapuava-Paraná. 20 a 22 de junho de 2016.

LIMA, Luanda de Oliveira. **Associativismo, profissões e políticas públicas.** III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. 2010. Rio de Janeiro.

LOBO, Elisabeth Souza. **A Classe trabalhadora tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: M. W. Bauer; GASKEL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 137-155.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 711-724, 2006.

MARTINS, Jose de Sousa. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. *In*:_____ **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33-62.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In:*_____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MAY, Tim; May, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Artmed, 2004.

MELO, Agnes Santos. **Das sombras às formas:** a participação da mulher no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Estado de Sergipe. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. 121 f.

MASULO, Paula Maria do Nascimento. Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiça de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais. Nov/2002. 14 p.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevistas não-diretivas em sociologia. *In*: THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987, p.191-211.

MIGNOLO, Walter D. Mignolo. Prefácio. **Historias locales/diseños globales:** colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. AKAL, 2003.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memorias de um sertão desencantado:** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). 2000. 481 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____, Maria Dione Carvalho de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades na ordem da razão. **Raízes.** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, ano XVII, n. 17, jun./1998, p.121-134.

_____, Maria Dione Carvalho de. Falas da experiência feminina: memórias, narrativa e trajetórias de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. **Raízes-** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, vol. 22, n° 01, p. 30-45, jan./jun. 2003.

_____, Maria Dione Carvalho de. Mulheres que trabalham cantando (Pesquisando sobre cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu). I Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas-I SINESPP, **Anais [...]**. Teresina, Universidade Federal do Piauí, v. 5, 2016.

_____, Maria Dione Carvalho de**.** PORTO, Thátila Thaira Ferreira da Silva. Trajetória de empoderamento e resistência de mulheres no movimento sindical rural no Piauí: itinerários de uma pesquisa. I Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Gênero e Sexualidade, **Anais [...]** em Parnaíba, Piauí/Brasil, setembro/ 2019.

_____, Maria Dione Carvalho de; VILELA, Sérgio Luís de Oliveira. Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, art. 4, Jan./Mar. 2013, p. 59-85.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** 267 f**.** Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2009.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Tecnologia e subjetivação: a questão da agência. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 56-60, 2005.

PEREIRA, Isabel Brasil, *et al*. **Dicionário da educação do campo**. 2012.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. 3. ed. rev. Teresina: **Fundação CEPRO**, 2003. 288p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova,** São Paulo, 104, 2018, p. 201-238.

REIS, Thais Barbosa. **Meio ambiente de trabalho rural** (condições ambientais de trabalho agrícola nos cerrados piauienses). 2010.. Dissertação. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Teresina, UFPI, 2010, 178 p.

REINA, Vanderlay Santana. Mulheres no movimento sindical: o "avesso" da história. *In*: **18 REDOR**. 2014, p. 628.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. **Lua Nova**, São Paulo, 95, 2015, p. 87-142. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000200087> Acesso em: 20, de ago, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SALES, Celina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007, p. 437-443.

SANDENBERG, Cecília. Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – **Projeto TEMPO**, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, Jun./2016.

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Ditadura Militar no Brasil: Reflexões sobre uma memória cinquentenária. **Ciências da Religião:** história e sociedade, São Paulo, v. 12, n. 2, dez. 2014, p. 91-116.

SCOTT, Joan. Gênero Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, 1995, p. 71-94.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Vivências constituintes:** sujeitos desconstitucionalizados. Teresina: Avant Garde, 2021.

SPINK, Mary Jane (Ed.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, 2008**,** p. 70-77.

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. *In*: MELLUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 141-163.

TOALDO, Ciro. Os sindicatos pelegos. **Webartigos**, 2011. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/os-sindicatos-pelegos/80088> Acesso em: 20 de jul de 2020.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial**: Entretejiendo Caminos. Pedagogías Decoloniales, práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Serie Pensamiento decolonial, 2017.

ZANETTI, Lorenzo. **O 'novo' no sindicalismo brasileiro**: características, impasses e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

APÊNDICES

Tópicos-Guia
Entrevistas com mulheres Coordenadoras de Polo da FETAG-PI.

- Nome completo e ou/nome social; identidade de gênero e auto-identificação étnico-racial
- Trajetória pessoal no MSTTR, até o momento.
- Os desafios que enfrentados no movimento sindical rural.
- Dificuldade enfrentada nessa trajetória por ser mulher
- Vivências entre família e trabalho e como a família vê seu trabalho
- Como vê o trabalho enquanto coordenadora de polo e as diferenças com os demais cargos do MSTTR.
- Apoios da Federação e da Confederação ao trabalho, no seu nível atual de gestão
- O que espera desta pesquisa

Tópicos-Guia
Entrevistas com mulheres em cargos de direção da FETAG-PI

- Nome completo e ou/nome social; identidade de gênero e auto-identificação étnico-racial
- Contexto de origem social (agricultura? Outros?); nível de educação formal (incluindo ENFOC); idade; estado civil; filhos, filhas, netas, netos; outras atividades e interesses
- Vivências como mulher: (na família de origem e na atual; na escola, no local onde vive(u), na igreja; no trabalho, etc, etc)
- Participação em outros movimentos, além do sindical (quais)
- Motivações para ingressar no MSTTR, como se iniciou no movimento;
- Sentidos/significados das funções/papéis nos seguintes níveis da federação: 1/ presidência estadual; 2/ coordenação estadual de mulheres; 3/demais coordenações e secretarias estaduais; 3/ assessorias (quais costumam ser mais ocupadas por mulheres); 4/ coordenadora de pólo sindical; 5/ presidência de sindicato; 6/ outro cargo na direção do sindicato; 7/ outros cargos/funções (quais);
- Se há ou não hierarquias de gênero no âmbito do MSTTR. Se há, como e onde elas se expressam; possibilidades de avanço nas relações de gênero no MSTTR.
-Trajetória pessoal no MSTTR, até o momento (1/ cargos/funções já ocupados; 2/ vivências positivas, conquistas; 3/ dificuldades e desafios);

- Apoios da Federação e da Confederação ao trabalho, no seu nível atual de gestão
- Vivências entre família e trabalho e como a família vê seu trabalho
- Algo mais que deseje acrescentar
- Como vê esta pesquisa sobre mulheres no MSTTR da FETAG-PI. O que espera dela.

ANEXOS

Curso Estadual de Formação Política para Mulheres Dirigentes Sindicais

Teresina (PI), 27 a 31 de Maio de 2019.

Público: Mulheres dirigentes sindicais: Presidentas; Secretárias de Finanças; Coordenadoras de Mulheres e Representantes do Coletivo de Mulheres. Total de 85 participantes dos 16 Pólos Regionais da FETAG/PI.

EIXO TEMÁTICO: FEMINISMO, GÊNERO E AÇÃO SINDICAL

UNIDADES TEMÁTICAS:

MÓDULO I (27 a 31 de maio): **Sociedade, Patriarcado e Feminismo.**

MÓDULO II (Julho): **Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**.

MÓDULO III (Setembro – pós Marcha Nacional): **Mulheres no MSTTR, conquistas, perspectivas e desafios**.

EIXOS PEDAGÓGICOS: Memória e Identidade; Igualdade e Diferença: desafios para uma nova sociabilidade.

OBJETIVO: Proporcionar formação política sindical, com ênfase na abordagem da igualdade nas relações de gênero no MSTTR, visando a qualificação e empoderamento das Mulheres Trabalhadoras Rurais enquanto Mulheres, cidadãs e dirigentes sindicais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

MÓDULO I: SOCIEDADE, PATRIARCADO E FEMINISMO.

- Compreender a formação da sociedade capitalista, o papel do Estado e das instituições que compõem a superestrutura, responsável pela reprodução da ideologia capitalista.
- Refletir sobre os aspectos constitutivos do patriarcado, nas suas diversas expressões ao longo da história e os padrões de comportamento e institucionais condicionados por ele.
- Compreender as raízes e os fundamentos da opressão e discriminação das mulheres na sociedade, a origem e construção do movimento feminista e suas principais lutas contra as desigualdades.
- Compreender e refletir sobre gênero, como categoria capaz de contribuir para a análise das relações sociais e de poder na sociedade.
- Identificar e analisar valores, crenças e práticas recorrentes na sociedade contemporânea e no contexto vivido pelas participantes do Curso, que revelem padrões sexistas e formas de resistência e luta.

MÓDULO II: RELAÇÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

- Compreender a formação político-social do campo brasileiro, os sujeitos políticos que o integram e as diferentes ruralidades que compõem o mundo rural contemporâneo.
- Conhecer as diferentes concepções de desenvolvimento rural, os projetos em disputa no campo brasileiro e o PADRSS como instrumento para o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos, inclusão e igualdade para as mulheres de diferentes gerações.
- Analisar a dinâmica das relações na agricultura familiar e a sucessão rural da perspectiva de gênero.
- Conhecer os aspectos que fundamentam a economia feminista e refletir sobre as políticas públicas para as mulheres como propulsoras de sua autonomia e condição cidadã no contexto do desenvolvimento rural.

- Identificar e analisar as práticas recorrentes nas relações sociais no campo, especialmente na agricultura familiar, que configuram padrões patriarcais e sexistas, bem como indicadores de reconfiguração dessas relações e indicadores que demonstram o processo de construção do PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Solidário.

MÓDULO III: MULHERES E GÊNERO NO MSTTR

- Resgatar a origem e história do MSTTR, com ênfase na trajetória político organizativa das mulheres trabalhadoras rurais.
- Identificar e refletir sobre os processos de mobilização, articulação e luta das mulheres do MSTTR, suas conquistas e desafios.
- Compreender o que são as ações afirmativas no contexto do MSTTR, especialmente a política de cotas e sua efetividade para possibilitar a inserção das mulheres em condições de igualdade no MSTTR.
- Analisar a dinâmica das relações no MSTTR com foco na dimensão de poder e nas formas de violência que a caracteriza e refletir sobre os impactos pessoais e coletivos para consolidação de um MSTTR democrático e igualitário.
- Identificar e debater os principais componentes da agenda política sindical das mulheres e as perspectivas para os próximos anos à luz das reflexões realizadas durante o curso.
- Recompor a agenda política para o próximo ano considerando atividades e ações, mas sobretudo as reivindicações e proposições a serem apresentadas e negociadas no âmbito institucional público (municipal, estadual e nacional) e também para o MSTTR, no sentido de garantir a igualdade para as mulheres.

MATRIZ PEDAGÓGICA

MÓDULO I – SOCIEDADE, PATRIARCADO E FEMINISMO – DATA: 27 a 31 de maio de 2019
DIA 27-SEGUNDA-FEIRA (1º dia)

Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsáveis
MANHÃ	Mística Abertura Política Apresentação das participantes Socialização da Programação do Curso e da metodologia de trabalho no contexto da PNF Formação das	Sensibilizar e animar as participantes desde a abertura do curso, para o despertar da Identidade de Gênero, na vivencia de ações coletivas. Efetivar o início do curso reafirmando a sua importância enquanto processo de continuidade de luta e de fortalecimento do MSTTR; Identificação e integração das participantes; Socialização das expectativas do grupo em relação ao Curso; Apresentar os objetivos e programação geral do curso e socializar a proposta metodológica em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional	À partir da simbologia trabalhada no processo da marcha, despertar as Mulheres a se perceberem a si e as outras nessa construção da identidade de gênero Falas com Saudação de acolhida da diretoria da FETAG/PI, reafirmando a importância do curso e sua finalidade; Dinâmica de integração e acolhimento; Leitura coletiva da Matriz Pedagógica; Dividir o Grupo em equipes de forma	**Moderação: Rede de Educadores(as) Populares** **Sec. Formação, Sec. Mulheres, Coordenadoras das Regionais**

	Equipes de trabalho e acordos de convivência coletivos.	de Formação. Compor equipes de trabalho, estabelecer acordos e ajustes necessários ao bom desenvolvimento das atividades.	dinâmica e espontânea;	**Moderação: Rede de Educadores (as) Populares**
Tarde	Democracia e Participação das Mulheres no contexto atual;	Compreender a importância da Democracia como instrumento de luta e superação da desigualdade de gênero. Olhando para os desafios postos na realidade atual;	RODA DE CONVERSA com a utilização de recursos pedagógicos para estimular a reflexão e debate.	**Moderação: Profª. SUELI RODRIGUES**
Noite	**LIVRE**			
DIA 28 - TERÇA FEIRA (2º dia)				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**

MANHÃ	Experiência na Marcha das Margaridas: singularidades e elementos comuns	Resgatar a trajetória da Marcha, seu significado nos diferentes contextos, a partir da vivencia de cada uma das participantes, destacando conquistas e dificuldades, derrotas vividas e/ou superadas.	**Linha do tempo**, começando com lembranças pessoais, complementados por fatos políticos marcantes, fechando com visualização dos elementos de contexto de cada Marcha.	**Moderação: ASSESSORIA DE MULHERES DA DA CONTAG – VILÊNIA.**
TARDE	—Conjuntura de preparação da Marcha das Margaridas 2019. - Marcha das Margaridas 2019 – caráter, objetivos, eixos e estratégias de mobilização	Contextualizar o momento de construção da Marcha das Margaridas 2019, considerando fatos, efeitos dos fatos na vida das mulheres rurais, forças por traz dos fatos. - Colocar em debate e colher contribuições as proposições elaboradas na coordenação nacional da Marcha	**- Análise participativa da Conjuntura** de construção da Marcha 2019: painel de análise, em grupos, dos efeitos e os agentes. **Exposição dialogada** com roda de avaliação se estas propostas dialogam com a conjuntura lida.	**Moderação: ASSESSORIA DE MULHERES DA DA CONTAG – VILÊNIA.**

Noite	**Luta das Mulheres**	Introduzir temas a serem abordados no dia seguinte	**Filme** *As sufragistas* (com pipoca e guaraná)	
DIA 29 – QUARTA FEIRA (3º dia)				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**
Manhã	**Luta das Mulheres**	Identificar pautas comuns na luta das mulheres em diferentes tempos e lugares, considerando antagonistas e forças em conflito.	**Roda de conversa**: Porque lutam as mulheres? A partir das experiências da Marcha das Margaridas, e suas lutas, e da luta sufragista.	**Moderação:**
Tarde		- Construir referencial explicativo próprio sobre o que é o feminismo. Identificar o feminismo como prática política e pensamento crítico coletivamente construído nas lutas.	- **Trabalho de grupos**, a partir das seguintes perguntas orientadoras: Estas lutas são feministas? Por quê?	

	FEMINISMO-CONCEPÇÕES E LUTAS.	- Reconhecer diferentes práticas e formulações do pensamento feminista, bem como suas formas de luta. - Reconhecer e estabelecer diálogos com as diferentes concepções e formas de lutas feministas, estimulando a reflexão sobre como as mulheres do movimento sindical se inserem na construção dos feminismos, a partir da Marcha das Margaridas.	- **Exposição dialogada** sobre feminismo **Trabalho de grupo,** a partir de questão geradora: A Marcha das Margaridas é um tipo de ação feminista? Como se expressa esse feminismo feito pela Marcha das Margaridas?	
N oite	Realidade das Mulheres Rurais – Por uma vida Livre de todas as formas de Violência	Refletir de forma lúdica sobre as várias formas de violência contra a Mulher do Campo e Floresta	Oficina de Teatro	**Moderação: educadores/as populares**
Dia 30 QUINTA-FEIRA (4º dia)				
P	**Tema e Sub-**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Respons**

eríodo	Temas			ável
M anhã	GÊNERO NA SOCIEDADE/ESTADO CAPITALISTA E PATRIARCAL	Conhecer a história origem do patriarcado compreendendo-o como sistema de dominação, que fortalece a construção e reprodução de relações hierárquicas e de opressão de gênero. Compreender em que se relacionam: sociedade, ideologia, estado e patriarcado.	Exposição dialogada	**Moderaç ão: PROFª. RAIMUNDINHA**
T arde	Autonomia econômica, trabalho e renda para as Mulheres!	Discutir a autonomia como forma estratégica para elevação da autoestima das mulheres no reconhecimento de seus direitos e fortalecimento da equidade de gênero.	Trabalho em grupo: caderno de debates 3	**Moderaç ão: EDUCADORA CLAUDINA**
N oite	Noite cultural			
DIA 31-SEXTA-FEIRA				
P eríodo	**Tema e Subtemas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Respons ável**

M ANHÃ	CONHECENDO A PNF DO MSTTR; COMO EFETIVAR O PROCESSO FORMATIVO/ Inter módulo. Avaliação do Módulo I. Encerramento	Identificar a Formação enquanto estratégia de reafirmação do papel e essência da luta do MSTTR Definir a continuidade do processo formativo através da multiplicação criativa no tempo comunidade. Avaliar o momento em seus mais distintos aspectos, visando alcançar cada vez mais a satisfação proposta.	RODA DE DIÁLOGO	**Moderação**: Rede de Educadores

Curso Estadual de Formação Política para Mulheres Dirigentes Sindicais

Teresina (PI), 15 a 19 de julho de 2019.

Público: mulheres dirigentes sindicais: Presidentas; Secretárias de Finanças; Secretárias de Mulheres e o Coletivo de Mulheres.

Total de 80 participantes dos 16 Polos Regionais da FETAG PIAUÍ.

EIXO TEMÁTICO: Feminismo, Gênero e Ação Sindical.

UNIDADES TEMÁTICAS:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:MÓDULO II: RELAÇÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

- Compreender a formação político-social do campo brasileiro, os sujeitos políticos que o integram e as diferentes ruralidades que compõem o mundo rural contemporâneo.
- Conhecer as diferentes concepções de desenvolvimento rural, os projetos em disputa no campo brasileiro e o PADRSS como instrumento para o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos, inclusão e igualdade para as mulheres de diferentes gerações.

MÓDULO II (15 A 19 DE JULHO): Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

EIXOS PEDAGÓGICOS: Memória e Identidade; Igualdade e Diferença: desafios para uma nova sociabilidade.

OBJETIVO: Proporcionar uma formação política, feminista e sindical, para mulheres trabalhadoras rurais visando sua qualificação e empoderamento como mulheres, cidadãs e dirigentes sindicais.

- Analisar a dinâmica das relações na agricultura familiar e a sucessão rural da perspectiva de gênero.
- Conhecer os aspectos que fundamentam a economia feminista e refletir sobre as políticas públicas para as mulheres como propulsoras de sua autonomia e condição cidadã no contexto do desenvolvimento rural.
- Identificar e analisar as práticas recorrentes nas relações sociais no campo, especialmente na agricultura familiar, que configuram padrões patriarcais e sexistas, bem como indicadores de reconfiguração dessas relações e indicadores que demonstram o

processo de construção do PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Solidário.

MATRIZ PEDAGÓGICA

MÓDULO II – Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário **15 A 19 de Julho de 2019**				
DIA 15/07 - SEGUNDA FEIRA				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**
	- Chegança! Animação e Acolhida. - Café da Manhã Mística de	Identificação e integração das participantes Criar momento de acolhimento	Saudação da diretoria da FETAG.PI, Fala da Coordenação Política da ENFOC, Secretaria de	**Sec. Formação, Sec. Mulheres, Coordenadoras**

MANHÃ	abertura Socialização da Programação Formação das Equipes de trabalho e acordos de convivência Rememória do Iº	Possibilitar o conhecimento da Matriz Pedagógica do Módulo II e prestar os esclarecimentos necessários quanto aos objetivos específicos, programação e metodologia do referido Módulo. Compor equipes de trabalho, fazer acordos e ajustes necessários ao bom desenvolvimento das atividades. Identificar a lógica e sequencia do processo formativo, definido em suas etapas.	mulheres e de juventude, Secretaria de Formação e Organização Sindical, sobre a importância do curso e sua finalidade; Dinâmica de integração e acolhimento; Construção das Comissões de trabalho;	**das Regionais** **Moderação:** Rede de Educadores(as) Populares

	módulo			
Tarde	**-Diversidade, Relações de Gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável**	Refletir, analisar e identificar as práticas do Movimento Sindical Rural, que configuram padrões patriarcais e sexistas, no sentido de contribuir com a mudança de atitudes que primam pela equidade de Gênero e pelo respeito e valorização dos seres humanos.	**OFICINA**	**Moderação:** PROFESSORA DIONE MORAIS

Noite	**Socialização tarefa Intermódulo**	Socializar experiências sobre ações realizadas no tempo comunidade	**Em grupos por Polos regionais sindicais**	**Moderação**: Rede de Educadores(as) Populares
DIA 16/07 – TERÇA FEIRA				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**
Manhã	**Oficina Plantas Medicinais; 1 4**	- Conhecer uma variedade de espécies de *plantas medicinais* e apreender de forma prática como utilizá-las em favor da saúde, valorizando o resgate dos conhecimentos familiares sobre curas alternativas em	**Em grupos, a turma será dividida em 04 grupos e esses grupos passarão pelas quatro oficinas, pois elas se realizarão**	**Moderação: Educadora Adeliane**

		sintonia com a natureza.	**simultaneamente em 02 dois momentos cada uma nos dois turnos do dia. (de 8 às 10h – 1º momento. De 10:30 às 12h – 2º momento da manhã)**	
	Oficina Confecção de Cartazes e Comunicados 2 3	- Compreender como se constrói um cartaz; - Aguçar a criatividade das participantes e ao mesmo tempo desenvolver competências e habilidades para expor ideias próprias, bem como perceber a importância da socialização do conhecimento;		**Moderação: Iure Anderson e Rouana Wrsula**
	Oficina Mídias Sociais 3 2	-Discutir junto às educandas o uso de variadas linguagens na comunicação e os benefícios e riscos da utilização das redes sociais.		**Moderação: Jornalista Juliana**
	Oficina de Mística 4 1	-Refletir sobre a importância de valorizar verdadeiramente a essência das pessoas, promovendo a		**Moderação:**

		expressão de suas motivações e subjetividade.		**Educadoras Adriana e Moranguinho**
Tarde	**Oficina Plantas Medicinais; 2 3** **Oficina Confecção de Cartazes e Comunicados 1 4** **Oficina Mídias Sociais 4 1** **Oficina de**		**Continuidade das oficinas, momentos: (de 14 às 16 – 1º momento. E de 16:30 às 18h – 2º momento da tarde)**	

	Mística 2 3			
Noite	**Socialização tarefa Intermódulos**	Dar sequência à socialização das experiências vivenciadas no tempo comunidade.	**Em grupos por Polos regionais sindicais**	
Dia 17/07 – QUARTA FEIRA				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**

Manhã	**Meio ambiente e Agroecologia**	Proporcionar reflexão sobre como utilizar os recursos naturais que dispomos de forma a não prejudicar a natureza, visando uma conscientização à preservação desses recursos, que dia após dia se extinguem pelas ações insensíveis e sem limites dos seres humanos;	**Exposição dialogada com utilização de recursos áudio visual e debate.**	**Moderação: Educadora Cristiane**

Tarde	**Memória e Identidade Camponesa** **Momento Mostra de sementes**	*R*esgatar histórias de vida, na perspectiva da identidade *atual, visando* fortalecer as tradições rurais e os laços de pertencimento à categoria de Agricultoras Familiares. Socializar as sementes trazidas pelas educandas, para a casa de sementes da FETAG.PI	**Roda de conversa.** **Dinâmica coletiva**	**Moderação: Rede de educadores(as) populares**

Noite	**Socialização tarefa Intermódulo** **Reunião das Equipes de trabalho**	Dar sequência à socialização das experiências vivenciadas no tempo comunidade. Planejar o trabalho da equipe;		**Moderação: Rede de educadores(as) populares**
Dia 18/07 – QUINTA FEIRA				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**

Manhã	**Sujeitos Políticos do Campo PADRSS – Projetos em Disputa**	Conhecer as diferentes concepções de desenvolvimento rural, os projetos em disputa no campo brasileiro e o PADRSS como instrumento para o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos, inclusão e igualdade para as mulheres de diferentes gerações	**Exposição dialogada com utilização de recursos áudio visual e debate.**	**Moderação: Rede de educadores(as) populares**
Tarde	**Educação Não sexista e Antiracista e o Direito à Educação do e no campo**	Criar espaço de reflexão sobre como não reproduzir para os filhos e filhas comportamentos machistas e preconceituosos em relação às diferenças. E também como contribuir para uma educação no contexto do campo.	**Roda de conversa**	**Moderação: Prof. Sueli Rodrigues**

Noite	**Noite Cultural**			
Dia 19/07 – SEXTA FEIRA				
Período	**Tema e Sub-Temas**	**Objetivos**	**Metodologia**	**Responsável**
Manhã	**Apresentação da proposta da atividade inter-módulo.**	Orientar o trabalho inter-módulo, a utilização dos materiais e pesquisa;	Dinâmica para orientar o trabalho inter-módulo;	**Moderação:** Rede de Educadores(as) Populares

	Reflexões sobre a proposta pedagógica, resultados alcançados, avaliação e encerramento.	Identificar questões para aprofundamento durante o II módulo do curso; Avaliar o Módulo II.	Dinâmica da carta. Dinâmica de avaliação.	

ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

Lugar de transformação política

FETAG-PI

Filiada a CONTAG e CUT

Curso Estadual de Formação Política para Mulheres Dirigentes Sindicais

Teresina- PI, 23 a 27 de setembro de 2019.

Público: mulheres dirigentes sindicais: Presidentas; Secretárias de Finanças; Coordenadoras de Mulheres e Representantes do Coletivo de Mulheres. **Total de 85 participantes dos 16 Polos Regionais da FETAG/PI.**

EIXO TEMÁTICO: Feminismo, Gênero e Ação Sindical.

UNIDADES TEMÁTICAS:

MÓDULO I (27 a 31 de maio): Sociedade, Patriarcado e Feminismo.

MÓDULO II (15 a 19 de julho): Relações de gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

MÓDULO III (23 a 27 de setembro): Mulheres no MSTTR, conquistas, perspectivas e desafios.

ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

Lugar de transformação política

FETAG-PI

Filiada a CONTAG e CUT

EIXOS PEDAGÓGICOS: Memória e Identidade; Igualdade e Diferença: desafios para uma nova sociabilidade.

OBJETIVO: Proporcionar uma formação política, feminista e sindical, para mulheres trabalhadoras rurais visando sua qualificação e empoderamento como mulheres, cidadãs e dirigentes sindicais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

MÓDULO III: Mulheres no MSTTR, conquistas, perspectivas e desafios.

- ✓ Resgatar a história do Sindicalismo no Brasil e a participação das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR;
- ✓ Refletir sobre a participação política das mulheres trabalhadoras rurais dentro e fora do MSTTR;
- ✓ Refletir em que aspecto a paridade de Gênero tem contribuído para diminuir as desigualdades de Gênero no MSTTR.
- ✓ Sensibilizar sobre a importância da Participação qualificada da Mulher na Política e nas instâncias de controle Social para garantia de direitos.

ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

Lugar de transformação política

FETAG-PI

Filiada a CONTAG e CUT

MATRIZ PEDAGÓGICA

MÓDULO III – Mulheres no MSTTR, conquistas, perspectivas e desafios. 23 A 27 DE SETEMBRO DE 2019				
DIA 23 – 2ª FEIRA				
Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsável
	08h - Café da Manhã	✓ Acolher as participantes ✓ Criar ambiente acolhedor, de comunhão e espiritualidade,	• Dinâmica de integração e acolhimento; • Saudação da diretoria da FETAG/PI;	

M ANHÃ	Mística de abertura 09h- Abertura Política Abordagem sobre o Módulo III – Mulheres no MSTTR, conquistas, perspectivas e desafios.	envolvendo as educandas na realização do módulo de forma integrativa. ✓ Apresentar os objetivos e programação geral do curso; possibilitando o conhecimento da Matriz Pedagógica do III Módulo e prestar os esclarecimentos necessários quanto aos objetivos específicos, programação e metodologia do referido Módulo. ✓ Compor equipes de trabalho, fazer	• Exposição dialogada. • Construção das Comissões de trabalho de forma espontânea levando em consideração o	Moderação: Rede de Educadores (as) Populares-PI

	Comissões de trabalho e acordos de convivência Rememória do Módulo anterior	acordos e ajustes necessários ao bom desenvolvimento das atividades. • Refletir sobre o significado e as marcas do II módulo.	comprometimento com o curso. • Resgatar de forma participativa, o que marcou no II módulo, através da memória oral e do registro iconográfico.	

TA RDE	Roda de Conversa: Educação Popular e o método de Paulo Freire. Início da Apresentação das atividades Inter módulos.	✓ Conhecer e refletir sobre a Educação Popular Proposta pelo Educador Paulo Freire. ✓ Socializar os registros realizados e refletir sobre os dados e informações obtidas.	• Exposição dialogada e participativa • Apresentação por Polos de forma dinâmica e objetiva, podendo utilizar os recursos pedagógicos que permitam estimular a reflexão e o debate.	Moderação: Rede de Educadores/as Populares-PI

NOITE	Reunião das Comissões de Trabalho			
DIA 24 – 3ª FEIRA				
Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsável

M ANHÃ	História do Sindicalismo no Brasil	✓ Compreender a constituição do sindicalismo no Brasil: Suas lutas, conquistas e seus desafios.	• Exposição Dialogada com utilização de recursos que permitam estimular a reflexão e o debate.	Moderação: Rede de Educadores/as Professor: Marcelo Mascarenhas
T	Políticas Públicas	• Compreender o que são Políticas	• Roda de Conversa.	Coord.

ARDE	para as Mulheres do Campo e Controle Social Continuidade da Apresentação das tarefas inter módulo	Públicas e a importância do controle social na garantia de direitos e também, como estas se inscrevem no cenário brasileiro; • Conhecer as principais Políticas Públicas para as Mulheres do Campo no Estado do Piauí. • Socializar os registros realizados e refletir sobre os dados e informações obtidas.	• Apresentação por Polos de forma dinâmica e objetiva, podendo utilizar os recursos pedagógicos que	Estadual de Políticas para as Mulheres.

			permitam estimular a reflexão e o debate.	
NOITE	Cine ENFOC Filme: Documentário Maria.			

DIA 25 – 4ª FEIRA				
Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsável

MANHÃ	Roda de Conversa sobre a História de inserção das Mulheres no MSTTR .	• Compreender como se deu a inserção das Trabalhadoras Rurais no MSTTR, conquistas e desafios, em nível de Estado e Nacional.	• Linha do tempo.	Moderação Sec. de Mulheres da CONTAG (Mazé Morais) e Ex Dirigente da FETAG.PI (Euzenice Maia)

TARDE	Painel: A Inserção da Mulher na Política Partidária.	• Refletir sobre a participação das Mulheres nos diversos espaços de poder decisório. • Refletir sobre a participação das mulheres na política partidária.	• Exposição de experiências de participação nos espaços de poder	Moderação rede de Educadores/as Proposta: Prof. Sueli Rodrigues, Elisangela Moura, Maria das Dores e Erlandia.

NOITE	Reunião das Equipes de Trabalho e Equipe de Transformatura			
Dia 26 – QUINTA FEIRA				
Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsável
MANHÃ	Rememória do processo de luta e conquista da Paridade de Gênero no	• Refletir em que aspecto a Paridade de Gênero tem contribuído para diminuir as desigualdades de Gênero no MSTTR.	• Roda de Conversa	Rede de Educadores(as) Populares-PI

	MSTTR			Assessoria da CONTAG (Vilênia)
TARDE	Diálogo sobre a Marcha das Margaridas	✓ Refletir sobre a perspectiva e a realização da Marcha das Margaridas, qual o sentimento?	✓ Roda de Diálogo.	Assessoria da CONTAG (Vilênia)
NOITE	TRANSFORMATURA!!!			
DIA 27 – 6ª FEIRA				

Período	Tema e Sub-Temas	Objetivos	Metodologia	Responsável
MANHÃ	Apresentação da proposta da REDE DE EDUCADORES Reflexões sobre a proposta pedagógica e resultados alcançados. Avaliação e encerramento.	✓ Orientar o trabalho das educadoras populares, no sentido de firmar compromisso com a multiplicação criativa do conhecimento. ✓ Avaliar o processo formativo da ENFOC/Mulher	• Roda de conversa; • Dinâmica de avaliação e encerramento.	Rede de Educadores(as) Populares-PI

ENFOC ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

Lugar de transformação política

FETAG-PI

Filiada a CONTAG e CUT

Curso Estadual de Formação Política para Mulheres Dirigentes Sindicais – CESIR DA FETAG-PI – TERESINA/PI.